

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANE BAZZO

MATO QUE VIRA MAR, MAR QUE VIRA MATO:
O TERRITÓRIO EM MOVIMENTO NA VILA DE PESCADORES DA BARRA DE
ARARAPIRA (ILHA DO SUPERAGÜI, GUARAQUEÇABA, PARANÁ)

CURITIBA

2010

JULIANE BAZZO

MATO QUE VIRA MAR, MAR QUE VIRA MATO:
O TERRITÓRIO EM MOVIMENTO NA VILA DE PESCADORES DA BARRA DE
ARARAPIRA (ILHA DO SUPERAGÜI, GUARAQUEÇABA, PARANÁ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Inês Smiljanic

CURITIBA

2010

**69ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO,
APRESENTADA PELA ALUNA JULIANE BAZZO EM
SESSÃO PÚBLICA**

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, às 16 horas, na sala 613 do Edifício D. Pedro I, reuniu-se a banca examinadora, designada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, composta pelos seguintes Professores Doutores: Maria Inês Smiljanic Borges (orientadora), José Pimenta (UnB) e Ricardo Cid Fernandes (UFPR), para julgamento da Dissertação intitulada "*Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha de Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná)*", de Juliane Bazzo. Foi aberta a sessão pela presidente, professora Maria Inês Smiljanic Borges, apresentando ao público os demais membros, passando a palavra em seguida à mestranda, conferindo-lhe trinta minutos para exposição de seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se à arguição. Os avaliadores fizeram suas observações e críticas no prazo de trinta minutos, na seguinte ordem: José Pimenta e Ricardo Cid Fernandes, tendo a mestranda igual tempo para resposta. Ao final, a presidente suspendeu a sessão para que fosse decidido o julgamento. A banca decidiu pela aprovação da mestranda, com conceito A.

Recomendações da banca:

Recomendamos que o trabalho seja encaminhado à publicação.

Banca examinadora:

Maria Inês Smiljanic Borges
Dr.^a Maria Inês Smiljanic Borges (orientadora)


Dr. José Pimenta


Dr. Ricardo Cid Fernandes

À vó Ana e vô Angelo, naturais do litoral paranaense, gente do Sítio – na admiração por eles encontro explicação para meu fascínio pelo universo caçara. À memória de Lila que, pela imensa saudade, lembra-me todos os dias sobre a urgência de bem viver.

AGRADECIMENTOS

Toda pesquisa tem, ao final, uma autoria. Mas, ao longo do caminho sinuoso que se percorre para concretizá-la, muitas mentes pensam, mãos trabalham e corações pulsam. Finito o trajeto, sou primeiramente grata a Deus, que me concedeu este trabalho.

Expresso também minha mais sincera gratidão aos pescadores e pescadoras de Barra de Ararapira, que me acolheram em suas casas, embarcações, festas, ritos religiosos, visitas familiares, viagens, permitindo-me conhecer e, sobretudo, admirar seu modo de viver. Para além de meus interesses, os barreiros apontaram-me o que pesquisar. Esse exercício construtivo próprio da antropologia impediu-me de bem responder a todos os questionamentos deles acerca do que eu de fato estudava – espero agora conseguir. Sendo impossível, neste espaço, citar inúmeros nomes, recorro à trama do parentesco: Antonio Marcelino Pires, Maria Madalena Ramos e Genesia da Cunha, como anciões, recebiam meu muito obrigada dirigido a todo o vilarejo. Agradeço ainda ao Grupo de Mulheres de Barra de Ararapira, especialmente à sua presidente Edina Santana, pela amizade e confiança. Por fim, sou grata a Rubens e Hilda Muniz, que fizeram mais que me receber em sua pousada – a família deles foi também a minha durante o período de campo.

À Elza Vanhoni, mãe, leitora e ouvinte de todas as horas; ao meu companheiro Heverton Zapelini, pela virtude da espera; aos meus familiares Marli, Sergio e Ana Paula do Brasil, pela constante torcida; à Andréia Prestes, Alissa Vardânega, Camila Rojas, Chrislaine Souza, Priscila Calomeno e Vanessa Viacava, pela dádiva da amizade verdadeira nessa trajetória: muitíssimo obrigada.

Essa pesquisa teve incentivadores e conselheiros iniciais. Nesse sentido, agradeço a: Luiz Paulo Maia, Myrian Del Vecchio e Mário Messagi Júnior, professores e depois colegas no Departamento de Comunicação Social da UFPR, pelo estímulo ao envolvimento com a academia; a Elenise Sipinski, coordenadora do Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa, na Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), e a meus colegas de trabalho nessa iniciativa, Wilson de Souza – ou melhor, Negrola – e Ivair de Siqueira, por terem me apresentado ao campo; a Ciméa Bevilaqua, professora do PPGAS/UFPR, por ter me recebido tão gentilmente em seu gabinete bem antes de eu me tornar aluna deste programa; a Nicole Pinto e Andressa Lewandowski, colegas no PPGAS, pelo inestimável auxílio no processo de seleção.

No percurso etnográfico, agradeço à professora Maria Inês Smiljanic pela diligente orientação desse trabalho. A ela também sou grata pelas articulações relativas ao intercâmbio que realizei no PPGAS da Universidade de Brasília (UnB), no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica (Procad), mantido pela Capes. Em Brasília, gostaria de manifestar meu obrigada aos professores Alcida Ramos, Mariza Peirano e Carlos Sautchuk, por me receberem em seus cursos, e aos amigos Flaviane Siqueira, Fernanda Maidana, Glêides Formiga, Larissa Brito, Marcus Cardoso e Patrik Thames, por terem sido minha família neste tempo no Cerrado.

No Núcleo Integrado de Pesquisas e Ações Socioambientais e Educacionais (NIPASE) da UFPR, do qual sou colaboradora, agradeço a hospitalidade de sua coordenadora, professora Wanirley Guelfi, e dos pesquisadores Silvia Rösler, Lilith Marangon, Maristela Marangon e

Marcelo Müller – os dois últimos, de modo especial, imprescindíveis interlocutores ao longo desse trabalho. Sou grata também ao historiador José Carlos Muniz, por ter me cedido diversos de seus materiais de pesquisa, enriquecidos por seu agudo olhar de guaraqueçabano.

Obrigada à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A, de forma especial ao seu colaborador Luiz Nunes, que intermediou as negociações entre esta empresa e o NIPASE/UFPR, para uma parceria que facilitou sobremaneira a logística das travessias marítimas à Barra de Ararapira.

Houve pessoas que iluminaram os dados de campo ao conceder-me entrevistas, documentos e conversas informais, por telefone, e-mail, em suas casas ou escritórios. Nesse sentido, agradeço as gentilezas de: José Hipólito Muniz, barreano, auxiliar paroquial em Guaraqueçaba (PR); Selma Ribeiro, Marcelo Bresolin e Guadalupe Vivekananda, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Aderval Costa Filho, coordenador do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e Daniel Schimenes, da Missão Evangélica aos Pescadores (MEAP).

Obrigada aos professores Paulo Guérios, do PPGAS/UFPR, e José Pimenta, do PPGAS/UnB, pela leitura atenta e proveitosas considerações no exame de qualificação do trabalho. Reforço meu agradecimento a este último por sua presença na banca avaliadora da defesa dessa dissertação, quando houve a possibilidade de continuar nossas instigantes discussões. Nessa ocasião, foram ainda valiosos os apontamentos do professor Ricardo Cid Fernandes, do PPGAS/UFPR, a quem também expressei minha gratidão pelo aceite do convite para atuar enquanto examinador.

Sou grata, por fim, à designer Juliana Buso que, com capricho e paciência, transformou meus rabiscos de campo em figuras disponibilizadas nesse trabalho.

RESUMO

Situada na Ilha do Superagüi, Estado do Paraná (Brasil), a vila de pescadores de Barra de Ararapira abrange um território em permanente mudança. Um processo erosivo natural – originado na chamada barra – impõe a seus habitantes a necessidade de transferência periódica de construções em terra e rotas de pesca. Em 1997, quando da ampliação do Parque Nacional do Superagüi, Barra de Ararapira foi incluída no interior dessa unidade de conservação, cujos limites são dados por coordenadas fixas que pouco combinam com a mobilidade do território do vilarejo. Ocorre assim o choque entre duas racionalidades distintas: de um lado, um grupo de forte vínculo com seu lugar graças ao exercício constante da memória; de outro, uma política pública na qual parques nacionais são espaços de proteção integral, onde a ação humana é vetada para assegurar o futuro do planeta. Esta etnografia se propõe a uma abordagem da problemática da territorialidade em Barra de Ararapira, a partir do traçado de sua “cosmografia”, delimitada por cinco itens: história de ocupação guardada na memória coletiva; vínculos afetivos com o território; regime de propriedade; uso social dado ao espaço e mecanismos de proteção dele. O trabalho de campo revelou que laços de parentesco e a devoção religiosa operam enquanto idiomas nativos para reconstruir, ordenar e refletir sobre um território em constante transformação. Ademais, evidenciou como esses elementos são acionados pelos pescadores em situações de defesa territorial.

Palavras-chave: Povos e comunidades tradicionais. Unidades de conservação ambiental. Conflitos socioambientais.

ABSTRACT

Located on the Superagüi Island, Paraná State (Brazil), Barra de Ararapira's fishing village covers a territory in constant change. A natural erosion process – caused in a place called 'barra' – imposes on its inhabitants the need for periodic transfer of buildings on land and fishing routes. In 1997, when the enlargement of the Superagüi National Park, Barra de Ararapira was included within this protected area whose limits are given by some fixed coordinates that not match with the mobility of the village territory. Occurs so the clash between two distinct rationalities: on one hand, a group with strong ties to their place thanks to the constant memory exercise; on the other, a public policy in which national parks are strictly protected areas where human action is forbidden to ensure the planet future. This ethnography is proposed to approach the issue of territoriality in Barra de Ararapira, from the plot of its "cosmography", bounded by five items: occupation history stored in the collective memory; affective ties with the territory; ownership; social use given to the space and its protection mechanisms. The fieldwork revealed that kinship ties and religious devotion operate as native languages to rebuild, organize and reflect on a territory in constant transformation. Moreover, it showed how those elements are activated by fishermen in situations of territorial defense.

Keywords: Traditional people and communities. Environmental conservation units. Environmental conflicts.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DA ÁREA DE ESTUDO.....	224
FIGURA 2 - MAPA DO LITORAL DO PARANÁ	225
FIGURA 3 - MAPA DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI	226
FIGURA 4 - CROQUI DE BARRA DE ARARAPIRA	227
FIGURA 5 - CROQUI DE RESIDÊNCIAS E OUTRAS EDIFICAÇÕES	229
FIGURA 6 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ANCESTRAIS	232
FIGURA 7 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ATUAIS	239
FIGURA 8 - MAPA FALADO: BARRA DE ARARAPIRA, 1969	247
FIGURA 9 - SITUAÇÃO DA EROSÃO E DA ACRESÇÃO EM 1980, 1996 E 2007	248
FIGURA 10 - ACRESÇÃO EM PONTAL DO LESTE, ILHA DO CARDOSO (SP)	249
FIGURA 11 - SIMULAÇÃO DE ABERTURA DA NOVA BARRA	250

LISTA DE FOTOGRAFIAS

PRANCHA 1 - A barra E A BARRA - PARTE 1	39
PRANCHA 2 - A barra E A BARRA - PARTE 2	40
PRANCHA 3 - O COMEDIO	81
PRANCHA 4 - MATO QUE VIRA MAR, MAR QUE VIRA MATO - PARTE 1	82
PRANCHA 5 - MATO QUE VIRA MAR, MAR QUE VIRA MATO - PARTE 2	83
PRANCHA 6 - MATO QUE VIRA MAR, MAR QUE VIRA MATO - PARTE 3	84
PRANCHA 7 - PESCADORES DO TEMPO DE AGORA - PARTE 1	85
PRANCHA 8 - PESCADORES DO TEMPO DE AGORA - PARTE 2	86
PRANCHA 9 - PESCADORES DO TEMPO DE AGORA - PARTE 3	87
PRANCHA 10 - O SÍTIO HOJE - PARTE 1	141
PRANCHA 11 - O SÍTIO HOJE - PARTE 2	142
PRANCHA 12 - PARENTES, COMPADRES E VIZINHOS	143
PRANCHA 13 - TEMPO DE PRIMEIRO	144
PRANCHA 14 - O QUEBRA-CABEÇA DA MEMÓRIA	145
PRANCHA 15 - DIA DAS ALMAS	174
PRANCHA 16 - FESTA DE SANTA ANA	175
PRANCHA 17 - A RELIGIOSIDADE NO SÍTIO	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Aqueles olhos de pesar	12
2. A territorialidade como mote	14
2.1 <i>Um espaço original</i>	14
2.2 <i>Uma situação exemplar</i>	16
2.3 <i>Uma relação especial</i>	19
2.4 <i>Nos meandros da territorialidade</i>	19
3. Um roteiro da etnografia	23
3.1 <i>O trabalho em campo.....</i>	25
3.1.1 <i>O gênero como porta de entrada</i>	26
3.1.2 <i>O sítio como englobador do gênero</i>	27
3.1.3 <i>O circuito agonístico</i>	28
3.1.4 <i>A rotina do campo.....</i>	30
3.2 <i>O arcabouço teórico</i>	32
CAPÍTULO 1 - A BARRA.....	41
1. Na boca da barra	42
1.1 <i>O mar, esse negócio de Deus</i>	42
1.2 <i>A formação da vila: à procura da barra</i>	46
1.3 <i>A barra como “fato social total”</i>	51
1.4 <i>A “territorialidade marítima”</i>	54
2. A barra ontem e hoje.....	60
2.1 <i>Flashes de tempos.....</i>	60
2.2 <i>As canoas a remo do tempo de primeiro</i>	62
2.3 <i>As embarcações a motor do tempo de agora</i>	64
2.4 <i>O desenvolvimento do “referencial marítimo”</i>	69
3. O futuro da barra	77
3.1 <i>E o mangue vai virar praia</i>	77
3.2 <i>E a praia vai virar mangue</i>	78
3.3 <i>A paisagem do devir</i>	79
CAPÍTULO 2 - O SÍTIO	88
1. O sítio como “lugar antropológico”	89
1.1 <i>Dois ritos no sítio</i>	89
1.2 <i>O macrosítio: uma grande família</i>	92

1.3 <i>Territorialidade e parentesco em um microsítio</i>	95
1.3.1 Dos ancestrais	96
1.3.2 Do acesso a terra	98
1.3.3 Da consangüinidade	100
1.3.4 Da afinidade	102
1.3.5 Da ordenação residencial	106
1.3.6 Dos nascimentos	107
1.3.7 Do compadrio.....	109
1.3.8 Dos movimentos migratórios	110
1.3.9 Da viuvez e herança	113
1.3.10 Das ações e prescrições.....	114
2. O sítio ontem e hoje	116
2.1 <i>A casa como “microcosmo”</i>	116
2.2 <i>Lavradores-pescadores do tempo de primeiro</i>	117
2.2.1 O mutirão e o fandango.....	117
2.2.2 A casa de morada	122
2.2.3 A família	124
2.3 <i>Pescadores do tempo de agora</i>	126
2.3.1 O abandono das roças	126
2.3.2 A casa de morada	129
2.3.3 A família	132
3. Sítio e memória	136
3.1 <i>O sítio de ponta a ponta</i>	136
3.2 <i>O quebra-cabeça da memória</i>	138
CAPÍTULO 3 - A RELIGIOSIDADE	146
1. O Divino e a territorialidade	147
1.1 <i>Uma grande trovoada</i>	147
1.2 <i>Deus, o “valor” maior</i>	149
2. A devoção religiosa ontem e hoje	152
2.1 <i>Um rito para ação da memória</i>	152
2.2 <i>O catolicismo do tempo de primeiro</i>	155
2.3 <i>As divisões religiosas do tempo de agora</i>	158
3. A fé católica como herança familiar	162
3.1 <i>O circuito das festividades religiosas</i>	162
3.2 <i>A persistência do catolicismo</i>	165
3.3 <i>O lugar de Maria</i>	170

CAPÍTULO 4 - NOVAS “RACIONALIDADES”	177
1. “O mundo moderno chegou”	178
2. As mercadorias em meio à lógica nativa	178
2.1 <i>A barra, o barco a motor e o parentesco</i>	<i>181</i>
2.2 <i>O sítio, o turismo e a Cataia</i>	<i>186</i>
2.3 <i>A religiosidade e a história de Ararapira</i>	<i>190</i>
3. O território nativo em xeque	192
3.1 <i>As disputas por terras em Guaraqueçaba</i>	<i>193</i>
3.2 <i>A invasão da Companhia Agropastoril</i>	<i>195</i>
3.3 <i>A chegada das unidades de conservação</i>	<i>197</i>
3.3.1 <i>Do local ao nacional.....</i>	<i>198</i>
3.3.2 <i>Do nacional ao global</i>	<i>199</i>
3.3.3 <i>De volta ao nacional.....</i>	<i>201</i>
3.4 <i>Uma vila dentro de um parque: a história oficial</i>	<i>203</i>
3.5 <i>Um parque dentro da vila: a percepção nativa</i>	<i>209</i>
CONCLUSÃO.....	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251
ANEXOS	265

INTRODUÇÃO

1. Aqueles olhos de pesar

A inquietação que originou o presente trabalho se deu em 18 de julho de 2003. Nessa data, participei de um Encontro de Pesquisadores do Parque Nacional do Superagüi, uma área de Floresta Atlântica situada no município litorâneo de Guaraqueçaba, Estado do Paraná. O evento era parte das atividades de um estágio que eu havia iniciado pouco antes, na organização não-governamental ambientalista paranaense Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS).

Cursava o último ano da graduação em Jornalismo, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Havia sido contratada para atuar em uma das iniciativas mais antigas da entidade: o Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa, uma espécie ameaçada de extinção e típica da Floresta Atlântica do litoral do Estado. Desde os anos 90, a SPVS desenvolve ações conservacionistas nesse bioma, historicamente degradado a partir do início do processo de colonização do Brasil.

Meu trabalho seria a produção de conteúdo para um jornal impresso, a ser distribuído em vilas de pescadores localizadas principalmente nas ilhas Rasa, das Peças e do Superagüi, todas pertencentes ao município de Guaraqueçaba e portadoras de remanescentes de Floresta Atlântica habitados pelo papagaio-de-cara-roxa. A publicação objetivava divulgar a cultura caiçara, denominação pela qual são conhecidos os moradores do litoral do Paraná, bem como gerar uma aproximação deles com a causa da conservação da natureza¹. Tal processo aproximativo é recheado de animosidades que eu, na minha condição de neófito, somente conheceria mais tarde.

O especial estado de conservação da Floresta Atlântica em Guaraqueçaba conduziu o poder público a estabelecer, a partir da década de 80, um complexo de espaços legalmente protegidos em trechos continentais e insulares desse município e arredores. Nesse contexto, deu-se a criação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, do Parque Nacional do Superagüi, da Estação Ecológica de Guaraqueçaba e da Área de

¹ As edições do jornal *Maré de Lua* podem ser conferidas em www.spvs.org.br/projetos/pcr_jornal.php.

Relevante Interesse Ecológico das Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho; o tombamento da Ilha do Superagüi e de mais de um terço da Serra do Mar no Paraná; a integração da região à Reserva da Biosfera, sob o aval da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Toda essa região faz fronteira com outras áreas resguardadas: no Estado de São Paulo, estão o Parque Estadual de Jacupiranga ao norte, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguape-Peruíbe a nordeste; no Paraná, aparecem a Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi a oeste e a Estação Ecológica da Ilha do Mel ao sul (VON BEHR, 1997) ².

Os espaços naturais protegidos no Brasil são organizados, desde 2000, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), concretizado pela Lei Federal nº 9.985. Essa norma divide tais áreas em dois grupos: unidades de conservação de uso sustentável e unidades de conservação de proteção integral. Nas primeiras, a utilização de parcelas do ambiente pelo homem é permitida, desde que de maneira compatível com sua conservação. É o caso, por exemplo, das áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, florestas nacionais e reservas extrativistas. As segundas, por sua vez, são destinadas à manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas pela interferência humana. É a situação das estações ecológicas, reservas biológicas e parques nacionais. As unidades de conservação de proteção integral são de posse e domínio públicos. Desse modo, áreas particulares inclusas em seus limites devem ser desapropriadas e as “populações residentes” reassentadas em locais de condições similares (BRASIL, 2000a).

Naquele dia 18 de julho do ano de 2003, a pessoa então responsável pela administração do Parque Nacional do Superagüi anunciou, durante o Encontro de Pesquisadores, a intenção de, ainda que aos poucos, fazer cumprir a expropriação prevista em lei³. A audiência que acolheu essa informação não era neutra; houve nela alguém que recebeu tal comunicado com perplexidade. Tratava-se de um dos auxiliares de pesquisa do Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa, que era nativo e morador da Ilha das Peças. “Vou embora daqui magoado”, comentou com seus colegas, amargurado, durante o intervalo. O pesar que vi nos olhos desse companheiro de trabalho ampliou, de maneira

² Cf. Figuras 1 e 2.

³ Nesta época, o Parque Nacional do Superagüi estava sob jurisdição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A partir de 2007, a gestão das unidades de conservação brasileiras passou ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

imediate e profunda, a visão daquele cenário com o qual me familiarizava para trabalhar. Os interessados em salvaguardar da ação humana os espaços ainda vivos de uma natureza degradada não estavam sozinhos. Entre eles, visualizava agora pessoas que, para além de morar e trabalhar nesses mesmos lugares, constituíram neles sua memória, sua moralidade e sua honra. Dali para frente, não cessaram mais de me intrigar os movimentos desses atores que, cada qual em seu pólo, divergem, aproximam-se, negociam, afastam-se, silenciam. O maniqueísmo, sem dúvida, não é uma boa ferramenta para análise dessa arena.

O sentimento que aquele olhar me suscitou teve também conseqüências de longo prazo. Exerceu influência sobre meu pedido de desligamento em 2005 da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), pouco antes de interromper-se a circulação do jornal que me dediquei a produzir, haja vista o perfil estritamente conservacionista da instituição. Além disso, despertou meu interesse pela antropologia, um campo do conhecimento no qual procurei respostas aos meus questionamentos muito antes do ingresso neste programa de pós-graduação. As pesquisas e leituras autodidatas não extinguiram minhas perguntas, fizeram melhor: aguçaram meu desejo de aprofundamento antropológico. Hoje penso que nada mais propício que esse vivo sentimento para ingressar numa área de estudo cujo diferencial é não relegar as subjetividades às notas de rodapé, mas sim considerá-las em toda a sua potencialidade.

2. A territorialidade como mote

Esta etnografia propõe-se a uma abordagem da territorialidade em Barra de Ararapira a partir do traçado do que Little (2002) chama de “cosmografia”, delimitada pelo regime de propriedade, vínculos afetivos espaciais, história de ocupação guardada na memória coletiva, uso social dado ao território e mecanismos de defesa dele.

2.1 Um espaço original

Conheci Barra de Ararapira por intermédio do trabalho como jornalista no Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa. Entre os nove núcleos de pescadores que eu costumava visitar para realização de reportagens, a singularidade do território ocupado por

essa vila fez com que fosse a escolhida para essa pesquisa. Barra de Ararapira está situada no extremo norte da Ilha do Superagüi, na fronteira entre o Paraná e São Paulo. O acesso é inevitavelmente marítimo e, pelo lado paranaense, não há linha de transporte regular direta, sendo necessária a contratação de serviços particulares. Via Paraná, há duas alternativas de trajeto possíveis, independente do município litorâneo do qual se parta e, em ambas, é preciso ultrapassar barreiras ambientais⁴.

A mais rápida, porém mais perigosa, se dá pelo mar aberto, cuja denominação nativa é *mar de fora*⁵. Por esse caminho, chega-se ao vilarejo após vencer a chamada barra, desembocadura de encontro do oceano com um braço de mar – nesse caso, o Oceano Atlântico e o Mar de Ararapira. Logo, qualquer semelhança de nomenclatura entre tais pontos geográficos e a designação da vila de pescadores não é mera coincidência⁶. A barra caracteriza-se pela presença de bancos de areia redutores da profundidade marítima e geradores de forte arrebentação, que muito dificultam a passagem de embarcações.

Esses reservatórios de areia, além disso, não são fixos. Seu constante movimento altera periodicamente a conformação da desembocadura e, em decorrência, modifica o território do vilarejo próximo, por intermédio de um processo erosivo que obriga os moradores a transferir, de tempos em tempos, suas casas, construções e rotas de pesca. Uma conjuntura natural, sua previsibilidade completa não é possível⁷. A areia que sai da Ilha do Superagüi incrementa a vizinha Ilha do Cardoso, em São Paulo, onde os habitantes também enfrentam os percalços da intensa dinâmica costeira (MÜLLER et al., s/d).

Para evitar a barra, resta o trajeto pelo mar de interior – denominado pelos nativos de *mar de dentro* –, percurso mais longo, todavia, de maior segurança. Exige atravessar todo o Canal do Varadouro, obra concluída em 1955, com o objetivo de ligar a Baía de

⁴ Para orientar a leitura deste item, cf. Figuras 2 e 4.

⁵ De forma geral, termos nativos de uso coletivo, quando citados no texto pela primeira vez, serão destacados em itálico; após, aparecerão grafados normalmente. As declarações pessoais nativas, por sua vez, surgirão sempre entre aspas.

⁶ Daqui em diante, utilizarei ‘Barra’ em maiúscula para referência à vila de pescadores e ‘barra’ em minúscula para menção à desembocadura.

⁷ Logo, conforme me explicou o oceanógrafo Marcelo Eduardo José Müller, pesquisador da região, esse processo não está ligado às mudanças climáticas ocasionadas pelo aquecimento global do planeta. Decorre, sim, da dinâmica que é própria das costas marítimas (Comunicação pessoal.).

Paranaguá, no Paraná, à Baía de Trapandé, em São Paulo. Tal intervenção transformou o território de Superagüi numa ilha artificial (VON BEHR, 1997).

Seja por mar aberto ou de interior, contratar transporte particular para ir até Barra de Ararapira é custoso para as condições financeiras de um estudante: sai em torno de sete vezes mais caro que se deslocar até a vila de pescadores da Barra do Superagüi, ao sul da ilha, mais próxima do cenário urbano e para onde há transporte marítimo regular a partir do município de Paranaguá (PR), como também um afluxo maior de iniciativas de toda ordem – turismo, pesquisas científicas, ações governamentais, projetos não-governamentais.

Ao optar por minha área de estudo, estava consciente das dificuldades logísticas e, desse modo, a busca por alternativas para viagens mais seguras, baratas e rápidas mostrou-se constante. A melhor alternativa foi aproveitar a estrutura do Estado de São Paulo, onde há uma empresa que realiza do município de Cananéia a travessia, por mar de interior, para localidades da Ilha do Cardoso. Desde os anos 90, esse trajeto inclui duas vezes por semana parada em Barra de Ararapira, dada sua proximidade. A despesa por esse caminho é pouco menos da metade daquela gerada pela contratação de um transporte particular no Paraná⁸.

2.2 *Uma situação exemplar*

Dados etnográficos demonstram imprescindível pensar Barra de Ararapira sempre em relação às vilas pescadoras vizinhas, do litoral paranaense e, especialmente, do paulista, pela posição fronteiriça da localidade. Esses vilarejos têm uma história comum e, partir dela, constituem um grande território de parentesco onde, no cotidiano, os limites nacionais

⁸ Para ida de Curitiba à Barra de Ararapira via Paraná, o trajeto mais seguro, rápido e barato por mim vislumbrado custa cerca de R\$ 280. O valor inclui trecho rodoviário Curitiba-Paranaguá, bilhete da linha regular de bote até a Ilha das Peças e frete de uma embarcação do tipo voadeira para o destino final. Tempo total de viagem sem paradas: em torno de quatro horas. A título de comparação, para ir de Curitiba à Barra do Superagüi, a despesa fica em torno de R\$ 40,00, compreendidos aí a passagem rodoviária Curitiba-Paranaguá e o bilhete de transporte regular de bote até a localidade. Via São Paulo, o gasto para alcançar Barra de Ararapira beira R\$ 120. A logística, nesse caso, é a seguinte: toma-se um ônibus de Curitiba a Registro (SP), outro de lá a Cananéia e pernoita-se nesse município para tomar a lancha no próximo dia logo cedo. Trata-se de uma embarcação ampla e coberta, mais confortável e segura que as citadas acima, contudo, lenta. Tempo total do percurso, descontadas as paradas: quase oito horas. No orçamento final, o valor acima mais que dobra, pois, além de custos iguais para o retorno, há dispêndios com hospedagem e alimentação na localidade de estudo. Embora Barra de Ararapira pertença a Guaraqueçaba, o trajeto rodoviário até a cidade-sede, por ser trabalhoso, esteve entre minhas últimas opções de ponto de partida para o percurso marítimo: os 181 quilômetros são vencidos em três horas e incluem uma estrada de chão de 79 quilômetros, estreita e em mau estado, na qual os ônibus costumam atolar ou estragar.

ocupam um segundo plano. Ao mesmo tempo, tal espacialidade não vive alheia aos objetivos de organização territorial, com vistas ao desenvolvimento, perseguidos pelo Estado de que faz parte. Sendo assim, a dificuldade de acesso geográfico nunca foi sinônimo de isolamento econômico-cultural nessa região. Sua povoação é, concomitantemente, gerada e ameaçada pelo vai-e-vem histórico de frentes de expansão.

Os moradores da área descendem de imigrantes vindos da Europa – principalmente portugueses, suíços, alemães e ingleses –, atraídos por programas agrícolas de colonização, entre os séculos 17 e 19, período em que imperou no país o regime de sesmarias, seguido pela simples posse da terra. Uma vez estabelecidos, os europeus firmaram matrimônios com indígenas que aqui viviam e, mais tarde e em menor grau, com africanos trazidos como escravos. Esses imigrantes nunca receberam escrituras definidoras de propriedade de terra, documentos que, ademais, posicionavam-se anômalos à sua organização espacial mista, de uso comum do território para o trabalho e apropriação privada para residências (ALMEIDA, 2008; ALVAR, 1979; DUNKER, 2007; SCHERER, 1988).

A trajetória desse contingente é marcada por vários ciclos econômicos de apogeu e decadência, durante os quais foram explorados produtos como ouro, banana, arroz, café, madeira, palmito. Logicamente, cada uma das vilas da região sentiu esse processo geral de uma maneira particular: a distância considerável de Barra de Ararapira dos centros urbanos vizinhos a fez experimentar seus efeitos de maneira bem menos intensa que na Barra do Superagüi por exemplo. A agricultura e o extrativismo eram, por sua vez, alternados com a pesca e a caça, as quatro atividades que, em conjunto, garantiam o sustento familiar (id.).

Conforme analisa Velho (1976), a ânsia pelo desenvolvimento nacional determinou a expansão das fronteiras brasileiras e, diante de um novo horizonte de riquezas no interior do território, os investimentos no litoral perderam vigor após o início do século XX⁹. Logo, num primeiro momento peças-chave à construção do país, uma boa porção da descendência imigrante transforma-se, de um ponto de vista oficial, num campesinato empobrecido e esquecido, parte malograda do processo de colonização.

⁹ Embora o autor detenha-se a uma discussão datada, sua noção de “fronteira em movimento” ultrapassa uma temporalidade específica na medida em que propicia verificar, ao longo da história brasileira, a permanência de uma postura desenvolvimentista autoritária no ordenamento territorial encabeçado pelo Estado, cujos reflexos alcançam a delimitação das unidades de conservação na contemporaneidade.

Nos anos 80, não obstante, esses grupos voltariam a ser lembrados pelo Estado num novo “movimento de fronteiras”: a criação de áreas naturais oficialmente protegidas, no interior das quais os moradores litorâneos aparecem agora como “excedentes demográficos” (id.). Dessa maneira, se na “Marcha para Oeste” – anunciada em 1938 pelo governo do Estado Novo – o propósito era aproveitar a riqueza natural inexplorada do interior, a fim de que o Brasil se tornasse o “país do futuro”, o contrário se dá com o estabelecimento das unidades de conservação: como aponta Lobão (2005), agora a idéia é justamente proteger os recursos ambientais para garantir o futuro.

Paulistas e paranaenses tiveram territórios que ancestralmente habitam abarcados por espaços naturais legalmente protegidos e enfrentam hoje dilemas parecidos na tentativa de conviver com essa nova realidade. Nesse panorama, Barra de Ararapira ocupa uma posição emblemática. A localidade é a mais populosa entre as sete que acabaram inseridas nos limites do Parque Nacional do Superagüi, criado em 1989, pelo Decreto Federal nº 97.688. O censo que realizei indica a existência de 132 moradores, 34 famílias nucleares e 45 residências ocupadas. A memória nativa recorda-se nominalmente de cinco gerações originárias na vila, cuja existência gira entre 200 e 300 anos¹⁰.

A legislação ambiental prevê restrições mais severas aos vilarejos situados dentro de unidades de conservação de proteção integral que àqueles ao seu redor – no caso do Parque Nacional do Superagüi, são seis os núcleos de entorno. A agricultura, o extrativismo e a caça, atividades produtivas tradicionalmente praticadas, tornaram-se proibidas em todos eles; a prática da pesca, por seu turno, pôde continuar, mas sujeita a uma série de coibições. Os habitantes das localidades do interior da área protegida, porém, se encontram em situação de ocupação irregular. Estão sujeitos à desapropriação e reassentamento, a fim de que sejam garantidos os objetivos preservacionistas. Por conseguinte, posseiros históricos viram residentes ilegais (KASSEBOEHMER, 2007).

¹⁰ Para este parágrafo, cf. Figuras 3, 5 e 6. No quadro comparativo entre localidades pescadoras do Paraná e de São Paulo, que mencionei como indispensável a esse estudo, há uma que se destaca por sua relação de homologia com Barra de Ararapira: trata-se de Pontal do Leste, na Ilha do Cardoso. Embora de bem menor população, é a vizinha mais próxima de Barra de Ararapira; os moradores de ambas são quase todos parentes, por descendência ou afinidade; detêm rico conhecimento sobre a barra, por realizarem pesca em mar aberto; e se mantêm fiéis ao catolicismo, resistentes ao avanço das vertentes pentecostais, iniciado nos últimos 30 anos, segundo dados do Ipardes (2001). Além disso, Pontal do Leste também foi incluída nos limites de uma unidade de conservação, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (estabelecido pelo Decreto Estadual nº 40.319, de 1962), submetida em virtude disso a iguais restrições ao seu modo de vida. Tal relação entre os dois vilarejos, que desafia geografias oficiais, é citada de início, pois será trabalhada em diversos pontos da etnografia.

2.3 Uma relação especial

No início dos anos 80, antes da instalação do parque nacional, os moradores de Barra de Ararapira enfrentaram a invasão da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná que, alegando possuir documentos de propriedade na região, pretendia ali abrigar criações de búfalos. A intenção por detrás disso era utilizar os animais para afastar a população e construir um grande empreendimento imobiliário. A empresa se instalou em várias localidades dos arredores, mas quando chegou à Barra de Ararapira encontrou uma resistência surpreendente: os habitantes do lugar cercaram seu território e desafiaram, com suas foices e facões de lavradores, capatazes armados. A reação fortaleceu o coro dos ambientalistas que desejavam criar um parque nacional na região e, diante disso, o Estado se viu na responsabilidade de tomar providências: demonstrou na justiça a ilegalidade do empreendimento e retirou dali a companhia (VON BEHR, 1997).

Esse acontecimento é um marco fundamental da memória local: o visível orgulho com que os moradores relatam o episódio de coragem na defesa de seu território permite compreender, para usar um termo de Lobão (2006a), o “ressentimento” gerado pela possibilidade de desapropriação vinda com a unidade de conservação, sobre a qual nem sequer foram informados, quanto mais consultados. Nenhuma outra vila da região teve coesão e ousadia suficientes para enfrentar a invasão territorial, o que surpreendeu a Companhia Agropastoril, cuja expectativa era encontrar fantoches que, cedo ou tarde, iriam embora resignados. Algo não muito diferente se deu com a criação da área natural protegida sobre o vilarejo: num curto intervalo, os nativos se viram obrigados a entender essa nova conjuntura e, mais uma vez, organizarem-se para garantir sua permanência.

2.4 Nos meandros da territorialidade

Little (2002, p. 3) define territorialidade “... como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*”. Embora a tradução de *‘homeland’* associe-se à palavra ‘pátria’, o autor não pretende com seu emprego referenciar o Estado-Nação; quer sim indicar que o Brasil abriga, no espaço sob

sua jurisdição, diferentes territorialidades, responsáveis por configurar identidades variadas para diversos grupos sociais. Essa concepção causa estranheza ao direito brasileiro, no qual o conceito de território é relativo única e exclusivamente aos limites do Estado Nacional. Diferentes territorialidades colocam em xeque idéias caras, como soberania e nacionalismo. Por conta disso, é dificultoso ao poder público reconhecer a autonomia de tais grupos no âmbito de sua estrutura fundiária. A estratégia estatal tem sido apropriá-los como mão-de-obra em seus lugares, expropriá-los de seus espaços e/ou simplesmente ocultá-los, no âmbito das políticas em voga a cada momento.

A história do Brasil independente e republicano desvela a consolidação de modelos específicos de Estado Nacional e de sistema capitalista a ele associado, cuja marca maior é o autoritarismo. Refém de seu subdesenvolvimento terceiro mundista, o país em formação constitui um competidor menor na arena econômica internacional, o que lhe conduz a explorar procedimentos imperialistas e colonialistas de acumulação e dominação dentro de seu próprio território. Desse modo, o poder público estabelece com as camadas desprivilegiadas da população uma relação tutelar, presente até hoje, mediante um poder centralizador, que funde metas de fortalecimento de estrutura administrativa, segurança nacional e crescimento econômico. Ao assumir uma característica paternal, o Estado adianta a esses setores direitos sociais em detrimento dos políticos, de modo a mitigar tensões; e, ao mesmo tempo, conquista a governança necessária para atuar como parceiro das elites em iniciativas voltadas ao avanço nacional (REIS, 1998; VELHO, 1976).

No desenrolar das políticas estatais baseadas nessa estrutura, ocupou lugar central a disposição de solos livres a empreendimentos do capital, na mesma medida em que se procurou manter sob controle modos de vida que surgiam como empecilhos a esse objetivo – a situação indígena mostra-se exemplar e, em seguida, é possível lembrar-se dos quilombolas e das ocupações de colonização antiga, caso da vila de pescadores onde se realizou essa etnografia. O pontapé inicial foi a Lei de Terras de 1850, que propôs uma regularização fundiária, a fim de que o país atendesse as novas exigências da economia mundial com o término do tráfico negreiro e contratasse mais mão-de-obra imigrante. Essa norma instituiu a compra como único mecanismo de acesso a terra e aboliu em definitivo o sistema de sesmarias, antes utilizado para acelerar a colonização. A lei previa a organização dessas doações e demais posses delas decorrentes. Ao mesmo tempo, procurava dificultar a

aquisição da terra pelas novas levas de imigrantes e pelos escravos recém-libertados, de modo a concentrá-la nas mãos dos grandes latifundiários. A maior parte das sesmarias e posses, contudo, não foi medida nem demarcada, tornando-se ilegais (ALMEIDA, 2008).

Ao procurar naturalizar a lógica da propriedade privada, o Estado esperava extinguir, ao longo do tempo, formas diferentes de ocupação da terra, sem registro cartorial. Do ponto de vista oficial, todavia, restaram “sobrevivências” que, no interior de uma escala supostamente evolutiva, teimaram em permanecer. Tais territorialidades reticentes continuaram organizadas com base em normas consuetudinárias próprias, admitidas muito pontual e recentemente pelo poder público (id.). As lutas indígenas sobressaídas durante a Ditadura Militar, mais preocupada em reprimir o operariado, configuraram um marco nesse moroso processo de reconhecimento. A postura dos índios inspirou os seringueiros da Amazônia e estes, a seguir, exerceram influência sobre outras coletividades. Assim, a Constituição de 1988 prevê, de forma pioneira, direitos territoriais para indígenas e quilombolas, que se desdobraram em legislações específicas (VIANNA, 2008) ¹¹.

A Carta Maior, no artigo nº 215, também prescreve a proteção de “outros grupos do processo civilizatório nacional” em suas manifestações culturais, mas nenhuma norma particular se torna fruto dessa intenção nos anos subsequentes (BRASIL, 1988). Apenas quase duas décadas depois, por meio do Decreto Federal nº 6.040 de 2007, o governo lança a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007a). Trata-se de um instrumento pensado como “solução de continuidade” às políticas dirigidas a indígenas e quilombolas, para amenizar e/ou dissolver equívocos históricos de usurpação territorial, gerados por empreendimentos do capital e, mais recentemente, por unidades de conservação. Tal iniciativa, porém, se encontra ainda mais no plano da intencionalidade que da efetividade ¹².

¹¹ O Decreto nº 1.775/1996 dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, ao passo que o Decreto nº 4.887/2003 regulamenta o reconhecimento, demarcação e titulação das terras de remanescentes de quilombos.

¹² Informações obtidas em entrevista pessoal no ano de 2009, em Brasília, com Aderval Costa Filho, coordenador do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além dos caiçaras, o público-alvo da citada política inclui sertanejos, seringueiros, comunidades de fundos de pasto e faxinais, quilombolas, agroextrativistas da Amazônia, pescadores artesanais, povos de terreiro, ciganos, pomeranos, indígenas, pantaneiros, quebradeiras de coco de babaçu, gerazeiros, entre outros (BRASIL, 2006b; MDS, 2008). Esses grupos constituem os chamados “povos e comunidades tradicionais” – segundo Costa Filho, o primeiro termo se refere àqueles que configuram verdadeiras etnias, com línguas e ontologias próprias, como os indígenas e os ciganos; o segundo, por seu

Conforme lembra Mauss (1993 [1967]), embora o costume seja preexistente e gerador do direito, é mais interessante ao projeto de controle territorial estatal operar com a ficção de que leis e títulos de propriedade são os que traduzem a verdadeira natureza de ocupação de um dado espaço. A noção de territorialidade explorada nesse trabalho vai na contramão disso, dado que se expressa não no papel, mas sim na “...memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território” (LITTLE, 2002, p. 11). Ao mesmo tempo, constata o autor, os movimentos de defesa de espacialidades específicas não desconsideram a existência estatal, pois é dentro dela que procuram reconhecimento – não se trata, portanto, de uma luta étnico-separatista. A emergência desse fenômeno, por conseguinte, causa enorme estranheza aos legisladores e coloca a eles imensos desafios.

Se a análise sincrônica me revelou um embate entre os moradores de Barra de Ararapira e a exigência de desapropriação prescrita para o parque nacional, o olhar diacrônico fez-me concluir que esse conflito não poderia ser o centro de minha etnografia. Mostrou-se necessário situar o impasse num panorama mais amplo: afinal, segundo apontam autores como Becker (1990) e Ribeiro (1992), processos de circulação do capital, escassez de bens naturais, criação de estoques em unidades de conservação e restrições de acesso a esse patrimônio estão intrinsecamente relacionados num mercado hoje pretensamente global, em que a natureza se posiciona como uma nova forma de *commodity*. Logo, o florescimento de políticas ambientais, nacionais e internacionais, situa-se como tentativa de conter o expansionismo de um modelo capitalista que se diz mundial e, concomitantemente, trabalha para a manutenção do mesmo sistema. Conservação e degradação, paradoxalmente, aparecem juntas na mais nova menina dos olhos desse arranjo, a ideologia do “desenvolvimento sustentável”.

A difusão da lógica do capital provocou modificações radicais no modo de vida em Barra de Ararapira. Uma delas é, sem dúvida, a instalação do parque nacional que, por colocar diretamente em risco o território da vila, revela-se mais clara aos propósitos de pesquisa. Mas há outras adiante descritas, também de grande potência, cuja análise essa etnografia se propõe. Todavia, essas mudanças – que denominarei, de empréstimo de

turno, se aplica a coletividades, rurais ou não, entendidas como minorias nacionais, como os caiçaras e os quilombolas. Tal designação tem sido objeto de críticas variadas na antropologia, debate este que será contemplado neste trabalho.

Jacinto (1998), como novas “racionalidades” – não se deram num espaço neutro, mas se articularam aos componentes que configuram a territorialidade no vilarejo: a barra, o *sítio* e a religiosidade¹³. É a partir desses elementos que os moradores do lugar procuram compreender, conviver e enfrentar, tanto o ônus quanto o bônus, dessas transformações. Assim, como aponta Sahlins (2003 [1985]), estrutura e história interagem.

3. Um roteiro da etnografia

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos. Os três primeiros – ‘A barra’, ‘O sítio’ e a ‘A religiosidade’ – apresentam as categorias nativas identificadas para fins de percepção, ordenação e reflexão acerca da territorialidade em Barra de Ararapira. Em todos, como consequência da própria estrutura dos relatos nativos, é realizado um contraponto entre o passado – o chamado *tempo de primeiro* pelos locais – e o presente – o dito *tempo de agora* –, que desembocará no quarto capítulo, intitulado ‘Novas racionalidades’. Este último discute como a lógica territorial nativa ora é desafiada e modificada, ora é complementada e mantida, por elementos oriundos da sociedade urbano-industrial, produto concreto da movimentação do capital outrora abordada.

A exemplo do episódio que abre esta introdução, a etnografia será marcada pela narração de “eventos comunicativos” que, segundo Daniel (1996), são acontecimentos significantes ao nativo como também impactantes ao antropólogo, passíveis de corte no âmbito do encontro etnográfico e com capacidade de análise detalhada. Os “eventos comunicativos” assemelham-se aos “dramas sociais” de Turner (1974), aos “rituais” de Tambiah (1985) e às “cenas” de Crapanzano (2005): realizam, num momento específico, um singular amálgama das experiências cotidianas nativas, capaz de fornecer pistas úteis ao etnógrafo sobre a ontologia de uma dada coletividade¹⁴.

¹³ Em estudo da percepção de sertanejos sobre o englobamento de seu território pelo Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Minas Gerais), Jacinto (id.) utiliza o termo “racionalidades” para contrastar a concepção territorial nativa com outras distintas dela – pertencentes a grandes proprietários, agentes de “modernização”, autoridades ambientais, entre outros – que desencadeiam disputas pelo espaço e suas fronteiras.

¹⁴ Informação verbal de Mariza Peirano, ministrante da disciplina Ritos Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB), em 2009.

Tal atuação de detetive – que delineia o próprio trabalho de campo antropológico – é sempre aproximada visto que, por mais profundo que seja o envolvimento do etnógrafo, sempre restará a ele, um estrangeiro naquele universo, a opacidade no âmbito ontológico. Ao mesmo tempo, traduzir em palavras aquilo que, julga-se, foi captado é uma empreitada sem tamanho, porque os “eventos comunicativos” são experiências tridimensionais que, na escrita, devem ser transpostos para uma única dimensão, a do papel (DANIEL, op. cit.).

Esses dilemas fundadores e, também, constitutivos da antropologia, me demonstram a imprescindibilidade do constante pensar metodológico. Porém, ao mesmo tempo, revelam-me o sabor e a importância não menor desse percurso do etnógrafo em direção ao “outro” – um trabalho de estranhamento cuja meta principal, diz Lévi-Strauss (1993 [1960]), acaba sendo não desnudar o diferente, posto impossível, mas sim proceder ao caminho. Algo semelhante coloca Viveiros de Castro (2002), ao afirmar que à antropologia cabe não “explicar o mundo de outrem”, mas “multiplicar o nosso mundo”. Na esteira da análise wagneriana, argumenta o autor que essa proposta não se traduz em objetividade precária, mas sim em uma “objetividade intrinsecamente relacional”.

Diante disso, a mim, resta uma arma: procurar descrever densamente, no sentido de Geertz (1989), os “eventos comunicativos” de minha travessia etnográfica. Dessa maneira, espero alcançar o objetivo intelectual desenhado para esse estudo e, ademais, tenho uma aspiração de intervenção na realidade, o que entendo desdobramento essencial da reflexão antropológica. Como parte disso, fiz pesquisas e contatos para levantar possíveis mecanismos legais que garantissem a permanência do território de Barra de Ararapira nas mãos de seus moradores.

Conforme dito, a relação entre Estado e minorias nacionais não se mostra estanque – dela fazem parte desavenças, negociações e alianças; isso, porém, não a descaracteriza, conforme aponta Ramos (2004), como uma relação de poder fundamentada, na qual as coletividades minoritárias ocupam o lado mais fraco. Desestabilizar tais hierarquias de poder coloca-se como tarefa para a antropologia. O que me torna também partidária de que a melhor educação ambiental é aquela capaz de denunciar as contradições relativas às dinâmicas do capital¹⁵. Esse processo, entretanto, não ocorre sem conflitos ao etnógrafo.

¹⁵ Trata-se de idéia expressa na exposição oral do antropólogo Javier Taks, durante a mesa-redonda “Conflictos actuales del desarrollo rural y ambiental: una interpelación a la antropología”, na VIII Reunión de Antropología del Mercosur, realizada em Buenos Aires, no ano de 2009.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009) apontou que unir trajetória intelectual e ação militante não é algo simples: “Pesquisar, afinal, significa não saber as respostas de antemão e implica em seguir a própria curiosidade por caminhos que não estão de antemão traçados. A militância dificilmente pode se dar esse luxo”. Ao mesmo tempo, comenta a antropóloga, a vivência política demonstrou-se primordial ao seu amadurecimento e tornou-se fonte de temáticas relevantes para outras pesquisas. É dessa maneira produtiva que procuro visualizar a sempre tensa relação entre teoria e prática.

3.1 *O trabalho em campo*

Os dados etnográficos exclusivos a essa etnografia foram reunidos em quatro viagens à Barra de Arapira, de durações e condições diferenciadas. O trabalho de campo iniciou em 2008, numa estada de dez dias, durante o mês de julho, quando acontece anualmente a Festa de Santa Ana, padroeira da localidade. Continuou no verão de 2009, com uma viagem mais curta, de seis dias, em fevereiro. Intensificou-se no inverno do mesmo ano, numa permanência de dezessete dias em agosto. Foi finalizado no quente novembro subsequente, com 32 dias corridos de residência. Um total de 65 dias. Além da atuação *in loco*, telefonemas e cartas constantes permitiram conectar-me ao universo estudado quando dele afastada, para cumprir as disciplinas do mestrado ou expor a pesquisa em eventos. A coleta e análise das informações de campo foram certamente facilitadas pela minha experiência profissional anterior, durante cerca de três anos, na área de pesquisa.

Três foram as fontes de recursos financeiros que custearam as despesas de trabalho: economias pessoais, auxílios pontuais obtidos com o PPGAS/UFPR e uma bolsa que recebi do programa por 12 meses. Houve ainda um apoio logístico essencial, conseguido com a empresa paulista que faz travessia de lancha de Cananéia à Barra de Arapira. Por intermédio do Núcleo Integrado de Pesquisas e Ações Socioambientais e Educacionais (NIPASE) da UFPR, do qual sou colaboradora, foi possível negociar o pagamento da tarifa fixada aos nativos – cerca de R\$ 5 –, dez vezes menor que a tabelada para turistas.

Se a preocupação na primeira viagem de campo foi expor a idéia dessa pesquisa às lideranças e delas obter aval para continuar, o objetivo da segunda concentrou-se em

oferecer à vila uma contrapartida para a realização do trabalho etnográfico. Disponibilizei-me a auxiliar em tarefas administrativas tanto da Associação de Moradores, quanto do Grupo de Mulheres Produtoras de Cataia, bebida comercializada em pequena escala, que mistura com cachaça as folhas de uma planta de mesmo nome, típica do lugar.

A partir do estreitamento de relações e do amadurecimento do estudo, procurei esclarecer os habitantes com quem convivi sobre minhas intenções acadêmicas. Essa não foi uma tarefa fácil: primeiro, porque precisava deixar claro que o trabalho que pretendia agora desenvolver era completamente diferente daquele realizado como jornalista; segundo, porque, diversamente de outras áreas do conhecimento, o objetivo da pesquisa antropológica não é definido a priori, mas construído por meio da experiência etnográfica.

Esse período de adaptação gera comentários, boatos, perguntas e risos, entre os nativos e para o etnógrafo, os quais vão abrindo espaços de interlocução. É nesse ínterim que o objetivo de pesquisa vai se construindo, naqueles momentos de “*anthropological blues*” (DA MATTA, 1978), que fazem compensar quaisquer contratempos. No fim, pode haver a sorte – e creio que tive – de encontrar verdadeiros pesquisadores nativos, com quem se tem a chance única de debater longamente.

3.1.1 O gênero como porta de entrada

Minha proposta de auxiliar em serviços para a Associação de Moradores e o Grupo de Mulheres acabou aceita por ambos. As colaborações com a primeira entidade foram pontuais – restringiram-se ao apoio na escrita de documentos. Com a segunda, ao contrário, tive a oportunidade de realizar uma série de ações, numa parceria com o NIPASE/UFPR. Duas colaboradoras do núcleo já haviam desenvolvido – e aprovado com a administração do Parque Nacional do Superagüi – um rótulo destinado à Cataia fabricada artesanalmente pelas mulheres¹⁶. A presidente do grupo pediu-me então que pesquisasse um canal qualificado e barato para impressão dos rótulos em Curitiba, dado que esse tipo de serviço é pouco difundido nas cidades litorâneas próximas. Assim que retornei da viagem de fevereiro, realizei orçamentos, avaliados em contatos telefônicos com Barra de Ararapira.

¹⁶ Cf. Anexo 1. A tensão entre a prática extrativa e a norma que proíbe a retirada de qualquer recurso de unidades de conservação de proteção integral será objeto de análise subsequente.

Quando o material ficou pronto, o enviei pelo correio. As mulheres gostaram do resultado e embarquei para a viagem de agosto com mais rótulos na bagagem.

Busquei também informações sobre processos de registro de patente, marca e patrimônio imaterial, pedido baseado na preocupação das mulheres em salvaguardar os conhecimentos de fabrico da Cataia, produzida pioneiramente em Barra de Ararapira, mas hoje vendida indiscriminadamente em diversos vilarejos e centros urbanos da região¹⁷. A vontade de diversificar a produção para além da bebida levou o grupo a refletir sobre a formalização de uma associação. Isso abriria portas para novas fontes de recursos financeiros e projetos. Dediquei-me então a levantar profissionais qualificados, assim como custos com honorários e taxas, para a abertura e manutenção de uma associação. Ajudei ainda na redação e layout de um cartão de visitas¹⁸.

Tal trabalho mostrou-se fundamental para incursão na área de pesquisa. Logicamente, foi responsável pela obtenção mais facilitada de certos dados em detrimento de outros. Como toda a coletividade, Barra de Ararapira possui disposições de gênero próprias. Schiocchet (2005), que realizou etnografia sobre a relação entre nativos e ambientalistas na vizinha Barra do Superagüi, teve em campo a oportunidade de acompanhar os pescadores em seu dia-a-dia no mar aberto. Esse foi um espaço que explorei à distância, uma vez que é tipicamente masculino. Por outro lado, consegui adentrar o cotidiano das residências, domínio feminino por excelência. Mar e terra, masculino e feminino, entretanto, evidenciam-se instâncias complementares nesses contextos. Isso explica como, por caminhos diferentes, Schiocchet e eu chegamos a conclusões similares, por exemplo, sobre importância da devoção religiosa na organização desses vilarejos.

3.1.2 O sítio como englobador do gênero

Há em Barra de Ararapira uma instância abarcadora das relações de gênero e de suma importância para pensar a territorialidade local: o *sítio*, termo que os nativos usam para designar o lugar em que moram e onde praticamente todos são parentes. Existe ali uma

¹⁷ Obtive orientações com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Para mais detalhes acerca da Cataia e do grupo de mulheres, cf. por ora duas reportagens publicadas por jornal paranaense disponíveis nos Anexos 2 e 3.

¹⁸ Cf. Anexo 4.

atenção explícita ao que Fox (1986) chama de “fatos básicos da vida”, como casamento, procriação e convivência entre familiares. Na vila, as mulheres na faixa dos 20 anos – na qual me encontro – são todas casadas e mães. Quando se conhece alguém na cidade, uma questão inicial é: o que você faz? Quer-se descobrir a ocupação da pessoa. Em Barra de Ararapira, nessa situação, surge outra pergunta: você é casada?

Portanto, se o gênero me aproximava das mulheres do lugar, o fato de eu não ter marido e filhos gerou indagações. Contudo, por curiosidade, minha mãe acompanhou-me em uma das primeiras viagens de campo. Sua presença foi mais proveitosa do que eu poderia supor, porque ajudou a dissolver questionamentos e gerou aproximações com outras faixas etárias. A companhia dela mostrou que eu também tinha uma família, assim como ocorre no sítio. Criava-se assim um universo comum para a troca de experiências.

Isso me faz rememorar outro episódio digno de nota: nos primeiros tempos de convivência em Barra de Ararapira, algumas pessoas disseram que eu, fisicamente, me parecia com uma das ex-chefes do parque nacional, com a qual os moradores haviam travado um bom relacionamento. No decorrer do trabalho, minha imagem foi sendo associada à de outra mulher: Lenita, filha falecida de Antonio Marcelino Pires, o homem mais idoso da vila, com 92 anos.

Vítima de doença, Lenita chegou ao fim da vida ainda jovem. Ela morava em Curitiba, onde trabalhava num colégio de freiras. Procuraram fotos de Lenita para me mostrar e, em diversas ocasiões, conversas se interromperam para comentar como o meu jeito fazia lembrar o dela. Essas comparações me despertaram um especial sentimento, pois além de ser bem quista, Lenita era parente de muitos dos que moram ali. Ademais, seu trabalho vinculado a uma congregação religiosa era objeto de admiração, explicável num vilarejo estritamente católico.

3.1.3 O circuito agonístico

Apenas na primeira ida a campo fiquei hospedada na residência de um pescador do lugar – quem viabilizou a estada foi uma pesquisadora que o conhecia de longa data, minha companheira nessa viagem inicial. Não obstante ele ter sido um excelente anfitrião, nas demais, a opção foi por se acomodar na única pousada da vila, espaço que reunia

características convenientes ao trabalho de longo prazo ali. Dava-me privacidade quando necessário, um valor também de grande estima aos locais. É enganador visualizar a ausência de muros no vilarejo como passaporte à livre circulação: cercas constituídas pela própria vegetação e distâncias mínimas entre as residências, assim como restrição de horários para acesso a elas, determinam um acordo de convivência.

O momento das refeições, por exemplo, é de recolhimento. Por isso, optei por preparar meus alimentos na cozinha que a pousada dispunha, embora tenha aceitado diversos convites para cear em várias casas. Mas, nesse caso, a condição era de convidada. Meus vizinhos, entretanto, ajudaram-me com inúmeras dicas para conservação da comida, já que a geladeira é ainda o bem dos sonhos dos habitantes da localidade. Em Barra de Ararapira, não há rede elétrica de iluminação; a luz é obtida por meio de placas solares, até o momento da pesquisa, de capacidade reduzida¹⁹.

Os enlatados atuaram como fiéis escudeiros para as minhas, muitas vezes, solitárias e não dispendiosas refeições. Apesar de o peixe ser o principal alimento da mesa local – acompanhado de farinha de mandioca, arroz, feijão e salada –, não significa que seja fácil obtê-lo simplesmente por se estar numa vila de pescadores. O circuito do pescado possui uma característica marcadamente familiar. Uma vez obtido no mar, rapidamente é separado em duas porções: uma serve ao consumo doméstico e a outra, ainda fresca, vai para as mãos dos atravessadores do lugar, que encaminham a comercialização nos centros urbanos. O estrangeiro é alheio a esse percurso: não tem à sua disposição, como se poderia supor, um balcão para comprar o peixe. Tal aquisição se dá à medida que a convivência o torna menos estranho e mais parecido com um vizinho, habilitado a adentrar o cotidiano das residências.

Apenas uma vez paguei pelo peixe que comi em Barra de Ararapira. Nas restantes, ganhei filés que faziam parte das mesas de moradores. Na verdade, em campo, fui presenteada com muitos alimentos, preciosas dádivas que procurei sempre retribuir com o melhor da minha inventividade culinária. Adverte Woortmann (1990) que esse tipo comum de troca, mais que alimentos, faz circular afetos em localidades de histórico agrícola. Nos

¹⁹ Na época em que encerrei o trabalho de campo, os moradores estavam na expectativa de, em breve, ver cumprida uma promessa da Companhia Paranaense de Energia (Copel) de potencializar o sistema de placas solares. O projeto já havia recebido o licenciamento ambiental necessário e estava em processo licitatório de contratação de uma empresa especializada para o serviço.

períodos de pesca fraca, contudo, todos ficam reféns dos enlatados – nesses momentos, aumenta também a busca por mariscos nas áreas de mangue.

Ainda como fator determinante para escolha da acomodação esteve a boa estrutura que a pousada oferece para o uso de equipamentos eletrônicos. Lá, contei com duas tomadas 110v, uma na cozinha e outra no quarto, para conectar meu laptop no intervalo entre cerca de 18h30 e 22h30, em que um gerador permanecia ligado, privilégio este de poucas propriedades do local. Nesse intervalo, carregava a bateria do equipamento e iniciava a organização das informações coletadas a cada dia. O quarto que utilizei a maior parte do tempo tinha, por um lado, mais uma vantagem – contava com um banheiro em seu interior –, mas, por outro, uma desvantagem: não possuía placa solar acoplada, de modo que após desligado o gerador, ficava sem iluminação. Desse modo, uma boa quantidade de minhas anotações foi realizada à luz de lanterna.

A iluminação solar chegou à vila nos anos 90, como também a água encanada. Em torno de uma década antes, a prefeitura municipal implantou ali posto telefônico, que depois se transformou num telefone público, cujo funcionamento atualmente sofre interrupções. Apenas duas famílias têm telefones fixos, conectados a uma rede via rádio, no Estado de São Paulo, que não raro fica fora do ar. Contei somente dois equipamentos de rádio amador, que permitem circular informações pela região. Sinais de celular e internet não alcançam a localidade. Se por um lado tais empecilhos dificultam a vida comunicativa de todos, por outro são interessantes para analisar o valor da palavra local: o dito e o combinado têm validade sem a exigência de confirmações e mesmo que se passem dias.

3.1.4 A rotina do campo

Respeitar a agenda nativa foi uma preocupação constante no trabalho etnográfico. Pela manhã, as visitas às residências eram mais raras: nesse período, os homens ainda podiam estar no mar, dando continuidade à pescaria iniciada à noite; as mulheres, por sua vez, dedicavam-se a preparar as crianças para a escola, organizar suas casas e, no horário mais próximo do almoço, tratar do pescado trazido pelos homens. Diante disso, eu procurava aproveitar esse tempo para organizar dados já coletados e desempenhar minhas próprias tarefas domésticas. As tardes, entretanto, eram mais povoadas de encontros. Essa

rotina mudava com a chegada dos finais de semana, quando uma atmosfera de lazer e descanso imprimia seu ritmo também às minhas atividades.

Realizei entrevistas formais em 23 das residências da vila, intermediadas em sua maioria por mulheres, mas sempre com o intuito de que o casal estivesse presente. Desse modo, procurei esclarecer tópicos tanto concernentes ao domínio feminino quanto ao masculino. O gravador, dado seu potencial de inibição, foi instrumento dispensado. Esse fato explica-se pelo temor dos moradores quanto a falar sobre seu modo de vida a partir da situação de ilegalidade dele perante o parque nacional. Por isso, o clima de prosa mostrou-se imprescindível ao bem-estar geral. Muitas vezes, as entrevistas de fato se desenvolveram quando abandonei roteiro, papel e caneta, para deixar a conversa fluir livremente.

À medida que os relacionamentos se estreitaram, as entrevistas informais atuaram como grandes aliadas, pois, estas sim, fazem o etnógrafo sentir-se em campo as 24 horas do dia. Além disso, tornou-se possível observar de maneira mais confortável, como também participar sempre que possível, dos eventos que permeiam o cotidiano nativo. Nesse processo, piadas, risadas, aborrecimentos, temores e silêncios deixam de ser ações pontuais para ganhar sentidos próprios e histórias originárias.

Entre a observação e a participação, auxiliei mulheres nas tarefas domésticas; assisti à manutenção dos petrechos de pesca; integrei jogos e outras atividades de lazer; compareci a missas, cultos, novenas e festividades religiosas; adentrei a mata e o mangue em trilhas com propósitos diversos; embarquei em viagens pelo mar para fazer compras ou rever parentes de meus amigos; presenciei visitas de comerciantes, de políticos, de representantes de órgãos públicos, de médicos, de estudiosos, de religiosos; interagi com crianças e adolescentes em sua rotina escolar – estes, aliás, interlocutores de grande importância. Enfim, fiz amizades preciosas para além da pesquisa.

Muitos entrevistados contextualizaram nossas conversas com objetos, fotografias e documentos, elementos concretos de suas memórias pessoais. Considero-os todos como presentes, representantes das singulares conquistas do dia-a-dia do trabalho de campo. Houve dois manuscritos, porém, cujo acesso comemorei de maneira especial. Ambos foram escritos, ao longo de anos, por dois nativos de curiosidade típica de pesquisadores. Em virtude disso, o diálogo com eles revelou-se constante, mas apenas em meados de minha última permanência na vila houve a oportunidade de ler seus escritos. Motivo de grande

contentamento foi ver em mim depositada a confiança de digitalizar esses documentos e de divulgá-los nesse estudo – vem deles, por exemplo, as epígrafes de abertura dos capítulos.

O primeiro manuscrito é de autoria de Rubens Jorge Muniz (s/d, a), intitulado “História de Barra de Ararapira” e iniciado em 1996. Esse relato se mistura, em muitos momentos, com a trajetória pessoal de Rubens, atualmente com 63 anos. Disse-me um de meus entrevistados, ex-morador do vilarejo: “Hoje, você falou em Barra de Ararapira, tem que perguntar de Rubens. Ele é uma espécie de cacique da vila. Faz a defesa do território e as pessoas confiam nele”. Esse forte vínculo com sua terra tornou Rubens o cabeça da luta contra a Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná e, depois, contra iniciativas de desapropriação advindas com a instalação do parque nacional.

O segundo manuscrito é assinado pelo exímio pescador Santiro Matildo Pires (s/d) e reúne dados, primeiro mensais e depois diários, de tempo e maré em Barra de Ararapira. Ele, hoje com 60 anos, começou suas anotações em 2006, as quais expõem os altos e baixos, os perigos e as surpresas da vida dos trabalhadores do mar. A esses e aos demais dados de campo, aliei conteúdo obtido na participação de eventos acadêmicos; em análises documentais e de legislação; em entrevistas com representantes institucionais e governamentais, assim como em discussões com pesquisadores de diferentes áreas.

3.2 *O arcabouço teórico*

A literatura acerca das questões socioambientais, da área das ciências sociais ou não, apresenta alguns pontos polêmicos que, creio, exigem posicionamento logo no início dessa dissertação. Nesse campo, há uma dicotomia sobre a qual se alinham os estudiosos: de um lado, conservacionistas e, de outro, socioambientalistas. Os primeiros, afinados com a ecologia tradicional, acreditam que a existência de pessoas em áreas naturais protegidas impede sua conservação efetiva, enquanto os segundos defendem que a presença humana pode ser aliada à proteção ambiental e inclusive contribuir com ela, por intermédio de conhecimentos seculares acumulados sobre a natureza.

Reações de defesa territorial encabeçadas por moradores de unidades de conservação têm emergido e obrigado à revisão de posicionamentos nos dois pólos²⁰. Não

²⁰ Cf. Brasil (2003), para um exemplo do gênero no âmbito de unidades de conservação do litoral paulista.

obstante, o enfrentamento entre conservacionistas e socioambientalistas persiste com vivacidade. Pude perceber isso claramente nos eventos em que tive a oportunidade de apresentar essa pesquisa. Meus próprios dados de campo, inclusive, foram objeto de ávida rejeição quando se chocaram com os pressupostos de um ou de outro grupo. Esses episódios pessoais incentivaram-me a um posicionamento nessa arena de discussões.

Procuro nessa etnografia superar a divergência conservacionistas versus socioambientalistas, por acreditar que está recheada de fábulas baseadas em convicções político-ideológicas, as quais atuam em detrimento de análises capazes de apreender as contradições e contingências que povoam a realidade. Entre essas quimeras, gostaria de me delongar sobre duas principais, na esteira de Foladori e Taks (2004).

A primeira: grupos que habitam áreas naturais, não integrados à sociedade urbano-industrial – historicamente chamados de “primitivos” –, estão em harmonia com a natureza por viverem em intimidade com ela. Sendo assim, podem residir em unidades de conservação, como também auxiliar em seu manejo. Esse é o argumento que orienta a atuação socioambientalista. O segundo clichê, por sua vez, surge explorado *ad nauseam* pelos conservacionistas: a crise ambiental resulta do avanço tecnológico e tais problemas, de caráter objetivo, precisam ser compreendidos pelo aparato da ciência. Somente ela pode dizer se pessoas devem ou não estar em áreas protegidas (id.).

A literatura caiçara – um termo que se aplica não só aos moradores do litoral paranaense, mas também paulista e fluminense – está recheada de estereótipos como os acima discutidos. Nesse campo, Adams (2000 a e b) revisou 180 trabalhos, produzidos entre os anos de 1934 e 1996. Entre suas principais considerações, estão as seguintes:

1. a maior parte deles foi realizada em localidades do Estado de São Paulo, na área de sociologia/antropologia social, com base na vertente teórica da etnobiologia;
2. são estudos de caso pontuais, pouco comparativos, com abordagem parcial da relação dos caiçaras com o meio ambiente, com foco ou no mar ou na terra;
3. desconsideram a articulação deles com a economia de mercado regional/nacional e apontam o isolamento geográfico como garantidor de tradicionalidade;
4. afinam-se com a idéia de harmonia entre meio ambiente e habitantes de áreas naturais – caiçaras como “bons selvagens” rousseauianos – e com o materialismo histórico marxista – caiçaras como simples proletários submissos ao capital;

5. confundem concepções de pesquisadores e nativos, na procura por justificar posicionamentos político-ideológicos com pobre embasamento de campo;
6. incorporam de maneira parca a literatura internacional e pouco exploram os conhecimentos de outras disciplinas.

As unidades de conservação aparecem, em muitos desses estudos, como causa única das mudanças no modo de vida nativo, especialmente quanto ao abandono da prática agrícola por veto legal. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, várias análises focam no rendimento simbólico de um “referencial marítimo” recente, em detrimento da relação ancestral com a terra. O barco a motor somente se populariza nessa porção do litoral brasileiro a partir dos anos 60 e é com ele que o conhecimento oceânico se amplia (id.).

Antes, a pesca realizava-se apenas com canoa a remo, cuja estrutura física não permitia exploração marítima de grande alcance. Dessa maneira, a produção pesqueira precisava, necessariamente, ser complementada pela agrícola. Explica Adams (id.) que, em diversos núcleos caiçaras, – caso este de Barra de Ararapira –, a motorização das embarcações, mais que a norma ambiental, conduziu ao declínio das lavouras, por incrementar a renda e propiciar o acesso direto aos produtos antes oriundos do plantio.

A embarcação a motor, portanto, opera como um “divisor de águas” na maneira caiçara de viver, bastante anterior à chegada das unidades de conservação, e cuja literatura não tem tratado com atenção (id.). Ao mesmo tempo, esta também não abarca a permanência da qualidade designada por Woortmann (1990) como “campesinidade”, que persiste em vilarejos como Barra de Ararapira apesar da inexistência das roças – o uso corrente do termo ‘sítio’ expressa tal característica, que será analisada adiante na etnografia. Conclui-se, portanto, que as relações nesse contexto são complexas e vão além de simples esquemas de causa e efeito – o que, como alertou Weber (1982 [1904]), é característico de todo e qualquer fenômeno cultural.

Dentre os principais alvos de crítica nesse sentido, estão os trabalhos de Diegues (1983, 2000 [1994], 2000, 2004, 2006), Diegues e Nogara (1999), Cunha e Rougeulle et al. (2004 [1989]), que também integraram minha própria revisão de literatura²¹. As análises dos dois primeiros focalizam o cenário paulista, mas suas conclusões são continuamente

²¹ Cf. também Cunha (2003), artigo no qual a autora ainda se orienta pelo estudo de 1989, supracitado.

extravadas por outros pesquisadores para o lado paranaense – é o que fazem as duas últimas. Concordo inteiramente com as objeções de Adams (op. cit.) sobre esses e outros estudos acerca dos caiçaras.

Todavia, guardo restrição quanto a apenas uma de suas recomendações: a necessidade de maior levantamento de dados quantitativos. Nesse âmbito, a autora arrisca-se a calcular, com base nos mesmos trabalhos que contesta, uma média de área necessária por habitante para a continuidade equilibrada do sistema agrícola caiçara (id.). Desse modo, envereda pelo lugar-comum antes comentado: questões ambientais são objetivas e devem ser encaradas cientificamente.

A disputa entre conservacionistas e socioambientalistas ecoa um debate contemporâneo na antropologia, relativo ao par natureza e cultura, uma dicotomia que estudiosos vêm se esforçando para rediscutir e, até mesmo, abandonar. Nesse sentido, destaca-se a análise de Latour (2004 [1999]), que com minúcia demonstra como a separação entre natureza e cultura está no âmago da constituição dos estados-nação modernos. Assim, não é possível abordar essa divisão sem falar de política e de ciência: os quatro termos permeiam as reflexões ocidentais não de meados do século 20, mas desde os gregos.

Diz o autor que à Ciência – assim, com inicial maiúscula e no singular – cabe lidar com as coisas objetivas do mundo, expor fatos, desnudar uma natureza una, num trabalho de “espelho do mundo” para os movimentos ecológicos. A política, por sua vez, lida com as representações, expõe o relativismo das culturas, desnuda o “inferno do social”, num exercício valorativo incapaz de distinguir, de maneira estável, o verdadeiro do falso. Desse modo a “Constituição Moderna” se organiza, em duas “câmaras”: a primeira, científica, tenta manter a ordem social e moral, subalternizando a segunda, política (id.).

“A solução do mononaturalismo estabiliza a natureza, sob o risco de esvaziar de toda a substância a noção de cultura, reduzida a fantasmas; a solução do multiculturalismo estabiliza a noção de cultura, sob o risco de pôr em perigo a universalidade da natureza, reduzida a uma ilusão. E é este arranjo disforme que passa pelo bom senso!” (ibid., p. 89). Um esquema que, entretanto, carrega uma força operativa imensa no mundo ocidental e se metamorfoseia de acordo com a demanda. É o que ocorreu, por exemplo, na passagem do antropocentrismo dos modernos para o “naturo-centrismo” dos ambientalistas: “A natureza

cinzenta e fria dos antigos epistemólogos (...), os ecologistas simplesmente a substituíram por uma natureza mais verde e mais quente. No resto, estas duas naturezas se assemelham em tudo: amorais, elas ditam a conduta moral em lugar da ética; apolíticas, elas decidem sobre a política em lugar da política” (ibid., p. 41).

As ciências humanas, como as naturais, não passaram isentas da mesma influência. A antropologia, por muito tempo, postulou que as coletividades não-ocidentais prescindiam de uma demarcação rígida entre natureza e cultura; estabeleciam sim uma correspondência entre as duas ordens. Desse modo, manteve o divisor como se fosse próprio da “natureza das coisas”. Explica Latour (id.) que tais grupos, na realidade, nunca misturaram as instâncias natural e cultural, simplesmente porque ignoram tal separação. Logo, eles não podem viver em harmonia com a natureza, porque não a posicionam como uma categoria de pensamento. Os ocidentais é que fizeram da natureza um negócio, um cenário político-ideológico, um critério definidor de estabilidade para a vida social.

De acordo com ele, “... as outras culturas, posto que elas, justamente, não viveram jamais na natureza, conservaram para nós as instituições conceituais, os reflexos, as rotinas, de que temos necessidade, nós os Ocidentais, para nos desintoxicar da idéia de natureza” (ibid., p. 82). Nesse sentido, os “estranhos” passam a ser os ocidentais, os únicos a acreditar numa divisão artificial. A supremacia da categoria de natureza e seus afins está em seu uso sempre no singular; a conversão para o plural, por sua vez, confunde as fronteiras. Basta sentir o estranhamento ao se falar – aponta Latour – em “direitos naturais”, “proteção das naturezas”, “ciências das naturezas”. Enquanto o multiculturalismo já virou expressão comum, o mesmo não se dá com “multinaturalismo”.

O autor propõe abandonar as demarcações rígidas, a partir do que chama de ecologia política, que é não o estudo das questões ambientais no pensamento político, mas sim aquele destinado a extirpar a dominadora “dupla infernal da natureza e da política”, para restituir “a vida pública de um só coletivo”, de “humanos e não-humanos”. Nessa empreitada, conclama as “ciências” – assim, no plural e em inicial minúscula – para que busquem proposições capazes de construir um “mundo comum”, marcado pela “pluralidade das realidades externas”. Tanto “ciências” quanto “não-humanos” possuem aí acepções de contrariedade às idéias de “Ciência” e de “sociedade” como unidades, a fim de exterminar uma divisão estanque entre sujeitos e objetos. Latour não quer advogar a inexistência de

uma realidade objetiva – ela existe, porém, nunca de forma definitiva. Por isso, a ecologia política “desliza” entre a certeza e a incerteza – coisas e pessoas num momento separadas têm suas relações perturbadas, impactadas, modificadas no outro. Não há uma ordem fixa para atores e valores (id.).

A ecologia política, portanto, não saberia conservar a natureza: ela “... se manifesta sempre, na prática, pela destruição da idéia de natureza. (...) Quando os ecologistas mais frenéticos gritam, agitando-se: ‘A natureza vai morrer’, eles não sabem em que ponto têm razão” (ibid., p. 54). Sob a ótica conceitual, a proposta do autor está ainda toda por fazer, já que não pode articular velhas noções de natureza e de política elaboradas, no âmbito da “Constituição Moderna”, para nunca se conciliarem.

Latour afirma que a parceria entre a antropologia e a ecologia política é, dessa maneira, delicada. Aos objetivos desta última, aparece como essencial abandonar também a antiga acepção de cultura. Por outro lado, o autor ressalta que a antropologia comparada pode possibilitar “... *subtrair os Ocidentais do exotismo que se impuseram a si mesmos e, por projeção, aos outros, ao se lançarem neste impossível imbróglio de uma natureza inteiramente politizada [grifos do autor]*” (ibid., p. 81-82). Nesse âmbito, a oposição relativismo/universalismo, também clássica na antropologia, não tem mais razão de ser. A discussão entre relativismo e universalismo apenas fará sentido quando contextualizada.

Todos os pontos elencados nos parágrafos precedentes, tenho claro, são desafiadores ao trabalho antropológico. Ao mesmo tempo, surgem como profícuos às etnografias das questões socioambientais, como a que aqui se apresenta, porque estas são, conforme expõe Little (2006), análises de conflitos por excelência. Entre os elementos que as caracterizam, o autor coloca dois que se manifestam na abordagem da territorialidade em Barra de Ararapira: a pesquisa não é concentrada em apenas um grupo social, mas na sua interação com outros; e o habitat não está restrito a somente um capítulo, mas é elemento central no estudo como um todo.

Trata-se, por conseguinte, de uma “etnografia multiator”, focada nas relações entre personagens, que lançam mão de táticas de coalizão e rompimento, responsáveis por “esquentar” ou “esfriar” os confrontos periodicamente, no decorrer das tentativas de resolução. Nesse sentido, aparecem nela inclusive os “atores sociais fantasmagóricos” que, embora não presentes fisicamente, exercem influência sobre a disputa à distância. É

também uma “etnografia da agência natural”, na medida em que alia a história ambiental à história social local (id). Porque, afinal, como afirma Latour (op. cit., p. 94), “... não-humanos merecem bem mais do que preencher indefinidamente o papel bastante indigno, assaz vulgar, de objeto, na grande cena da natureza”.

Os autores acima destrincham a dicotomia natureza/cultura, bem como apresentam alternativas metodológicas. Não obstante, tiveram pioneiros: numa crítica datada aos excessos simbólicos das análises de parentesco, Leach (1971) já advertia – na sua provocativa etnografia em Pul Eliya, uma vila de camponeses do antigo Ceilão – que contexto ecológico e interesses econômicos não mais poderiam funcionar apenas como panos de fundo dos estudos da disciplina. O trabalho do autor, desse modo, evidenciar-se-á fundamental na abordagem dos capítulos que se seguem.

PRANCHA 1²²

A barra e a Barra - parte 1



Foto 1 - *A barra e a Barra*: Barra de Ararapira à direita; Ilha do Cardoso à esquerda; entre ambas, o canal de saída para o mar de fora; ao fundo, segue a Praia Deserta (Google Earth).



Foto 2 - *A vila vista de cima*: Área de residências em Barra de Ararapira, no trecho atualmente mais atingido pelo processo erosivo (Ibama).

²² Em todas as pranchas fotográficas, são de minha autoria as imagens nas quais o crédito não aparece.

PRANCHA 2

A barra e a Barra - parte 2



Foto 1 - *Ingresso em Barra de Arapira*: Panorâmica da porção territorial que hoje mais sente os efeitos da erosão – equivalente à foto 2, da prancha 1.



Foto 2 - *Barreira para a barra*: Frente da residência de Rubens Muniz – à direita o muro de contenção que ele construiu para se proteger do avanço da maré. A imagem equivale a uma aproximação da parte esquerda da foto 1 desta prancha. Ao fundo, está a barra.

... 18 de abril de 1996. Data quando comecei a observar e escrever a história de Barra de Ararapira. A grande mudança característica do seu visual (...) que transforma cada dia diferente a imagem da Barra que já mudou mais de 30 vezes de 1938 a 1965. A erosão (...) motivado [sic] por uma grande força de correnteza de água. A maré de vazante formada por grande reveça [ressaca] de maré fazia enormes danos na mata que nós chamávamos de comida de bicho. Nós não imaginávamos o que podia ser aquilo, era tão feio, a reveça ia comendo mata adentro, tinha dias que chegava a comer uns 70 metros, com uma profundidade de 4 a 5 metros. (...) Não dá pra acreditar, mas é verdade. Se não fosse essa força divina da natureza não existiria a restinga da Ilha do Cardoso.

Rubens Jorge Muniz, em “História de Barra de Ararapira”

Mês de março de 2006 – Eu dei a previsão que vai furar uma barra pra lá da Enseada da Baleia. Não vai chegar dois anos. (...) Logo após o começo do mês de março fez enorme maré, mas sem vento. Só que a lua nova foi muito maior. Dia 29 de março – Lua nova – Maré muito alta com vento sul que fez algum estrago parcial por aqui. Dia 16 de abril – Também fez uma grande maré que derrubou árvores e barranco, forte tempestade, vento sul muito forte. Três dias de maré grande. Lua minguante.

Santiro Matildo Pires, em “Tempo e Maré”

CAPÍTULO 1

A BARRA

1. Na boca da barra

1.1 *O mar, esse negócio de Deus*

A primeira viagem de campo à Barra de Ararapira, em julho de 2008, se deu em companhia de outros pesquisadores: um deles, residente no município litorâneo de Pontal do Sul (PR), negociou com um pescador local para nos levar de bote até a vila²³. Chegada a data de partida, uma manhã de domingo, o condutor sugeriu viajar pelo mar de fora, devido ao clima favorável do dia a esse trajeto mais curto. O caminho seria novidade para mim, que sempre o havia feito pelo mar de interior. Lembrei-me das advertências sobre os perigos do oceano aberto para chegada ao vilarejo, reunidas nos anos de trabalho naquela região. Por isso, a idéia do pescador causou-me estranhamento, assim como a escolha nada estratégica dos demais pesquisadores por zarpar de Pontal do Sul, que fica em direção oposta à de Barra de Ararapira²⁴. Mas a ânsia de logo chegar a campo fez-me apagar os inconvenientes e prosseguir.

Após quatro horas de viagem, avistei do mar a Praia Deserta, que liga o sul ao norte da Ilha do Superagüi. Visualizei as altas árvores que ornamentam o quintal da Família Dias, que vive no extremo setentrional da *praia grande* – como a chamam os nativos – e pensei satisfeita: “Já estamos perto”. Contudo, antes de chegar, era necessário transpor a barra, desembocadura que une o mar de fora ao de dentro. A tranqüilidade acabou quando o piloto declarou-se perdido: não encontrava o canal correto para passar pela barra com o menor risco possível. Avisou então que ancoraria e aguardaria a maré subir, de modo que a arrebentação diminuísse e o permitisse encontrar a entrada com mais facilidade.

Desse anúncio, três horas se passaram e duas informações preocupantes surgiram. A primeira: o condutor, antes operário da construção civil, era trabalhador do mar há apenas quatro anos, pouquíssimo tempo para um ofício cujo aprendizado nas vilas pescadoras inicia na infância. A segunda: a última ida dele à Barra de Ararapira tinha acontecido também há quatro anos. O fato de estar perdido assim se explicava: quatro anos é muito

²³ Eram três doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da UFPR, que realizavam pesquisa interdisciplinar em localidades pescadoras paranaenses.

²⁴ Cf. Figura 2.

tempo para um lugar em permanente transformação. Em virtude disso, alertam os nativos, deve-se duvidar de cartas geográficas antigas onde Barra de Ararapira apareça, dado que o vilarejo “desde sempre” vem se deslocando no espaço.

Sem comunicação por rádio amador ou telefone celular, o piloto decidiu arriscar e avançou. A tentativa de vencer a barra deve ter durado não mais que uma hora, mas a tensão que a todos dominou pareceu eterna. Ondas cada vez maiores se formavam, nas quais o bote se equilibrava, a fim de ultrapassá-las antes de quebrarem. Um mínimo erro em cada passagem seria fatal: a embarcação tombaria e iríamos direto para o fundo. Estávamos, no linguajar nativo, na *boca da barra* que, como a boca humana, tem a capacidade de engolir – só que não comida e sim gente. Coletes salva-vidas não são suficientes ali: é preciso fôlego de nadador profissional para encarar toda a arrebentação.

A pedido dos tripulantes, o pescador abortou a missão. No retorno, mais apreensão: a noite caiu e a maré se movimentou com força, o que deixou mais lento o desempenho do bote. Naquele breu, o piloto orientava-se com um aparelho de GPS (*Global Positioning System*), nada comum no trabalho cotidiano dos pescadores, ao menos em Barra de Ararapira. A chegada a Pontal do Sul por volta de 21h30 misturou frustração e alívio. Foram quase 14 horas no mar. A morte sentida de perto, o cansaço e a fome fizeram-me quitar sem questionamentos minha parte no acordo financeiro com o piloto.

O sono daquela noite não foi dos melhores: ao fechar os olhos, tudo balançava como dentro do bote. O próximo dia, uma segunda-feira, não reservava menos obstáculos. O grupo de viagem de quatro estudiosos se reduziu à metade. Prosseguimos eu e outra pesquisadora, mas por um caminho diferente: decidimos tomar a linha marítima periódica do município de Paranaguá (PR) à Barra do Superagüi, ao sul da ilha, e lá encontrar alguém que nos conduzisse, de charrete, pela Praia Deserta até Barra de Ararapira. Esse trajeto também era novo a mim e não atentei que, novamente, estava a caminho de uma barra.

Na meia hora final de percurso com duração de três, eis que ela aparece mais uma vez: a barra da vila do Superagüi é menos temida pelos pescadores da região que a de Ararapira, mas isso não retira sua periculosidade, dado que já foi cenário de diversos naufrágios. Quando a embarcação a alcançou, formou-se uma espécie de redemoinho que sugava o barco. Nesse momento, muitos se apressaram em vestir os coletes salva-vidas, mães choraram agarradas aos seus filhos, outros se ajoelharam a rezar. Enquanto isso,

mercadorias rolavam pelo chão: alimentos, botijões de gás, sacos de cimento, tijolos, tudo aquilo que o caíçara traz da cidade para o sítio.

“Pronto gente, já passou” – só depois dessa fala da proprietária da embarcação os ânimos se acalmaram. Ela apareceu encharcada pela água que bateu na proa: foi de lá que orientou seu funcionário à frente do leme, com o intuito de que a passagem pela barra ocorresse com sucesso. Na ocasião, o marido dela estava ausente e, nesses casos, a mulher disse-me assumir o comando. O barco realiza esse trajeto três vezes por semana. Há uma maneira mais segura, pelo mar de interior; porém, custosa em tempo e dinheiro. Diante disso, os moradores da Barra do Superagüi têm optado por enfrentar continuamente os riscos para ter acesso à cidade mais próxima.

Depois de mais esse afã, o jeito foi descansar para, no próximo dia, prosseguir. A charrete chegou no fim da manhã de terça-feira: o condutor vinha da própria Praia Deserta, onde reside com esposa e filhos, numa casa a duas horas da Barra do Superagüi. Rapidamente, a bagagem foi acomodada e a viagem iniciada. O percurso se estenderia por quatro horas e, em seu decorrer, são avistadas quatro moradias. A que mais interessa aos objetivos dessa etnografia é aquela na qual vive a Família Dias: a já citada casa funciona como última fronteira ao sul para o território ocupado em terra por Barra de Ararapira.

Pouco depois da passagem pela residência dos Dias, não é mais possível, como no passado, continuar de charrete. A furiosa atuação da barra não se restringe ao mar, mas impacta a terra de igual forma. Seu movimento fez a *maré comer* – para usar termos locais – boa parte da Praia Deserta. O que antes era um trecho de areia sem obstáculos é, hoje, intransponível pelo veículo, seja pelas enormes árvores tombadas se a maré está baixa, seja pelo volume de água se a maré está alta²⁵.

Portanto, ainda que fora do mar, estávamos, de novo, cara a cara com a barra. Para nos ajudar a enfrentar mais esse percalço, contamos com impagável auxílio de dois amigos nativos, que encontramos no ponto final do percurso. Eles nos conduziram por uma trilha na mata, de manutenção dos próprios moradores de Barra de Ararapira. Na saída desse atalho, já final da tarde, a maré havia subido. Mas, sob orientação de nossos guias, foi

²⁵ Medição realizada em torno de cinco anos atrás pelo oceanógrafo Marcelo Eduardo José Müller, pesquisador da dinâmica costeira na região, indicou redução no comprimento da praia, de 38 para 28 quilômetros, ocasionada pelo processo erosivo (Comunicação pessoal).

possível continuar a pé – com água pela cintura e bagagens sobre a cabeça. Toda essa caminhada levou cerca de uma hora, quando finalmente chegamos à vila, terminando desse modo uma viagem que tinha começado há três dias.

Assim eu retornava à Barra de Ararapira, após quatro anos de afastamento. Não foi difícil reconhecer as pessoas; mas o espaço, este sim, se mostrava diferente. O avanço da erosão era muito perceptível, especialmente no local que denominarei como centro social do vilarejo: trata-se da área que reúne o maior número de edificações de convivência coletiva – bar, pousada, posto de saúde, igreja, escola, telefone público e correios²⁶.

Na chegada, moradores nos relataram sua preocupação no domingo – data da primeira tentativa de viagem –, à medida que o tempo passava e nenhum sinal de nossa embarcação surgia. Naquele dia, nos falaram, ninguém em Barra de Ararapira *saiu para fora* – ou seja, foi pescar –, pois o tempo não estava bom. O risco havia sido significativo, escondido sob uma aparência de tranquilidade, na qual acreditou aquele que nos conduziu.

Mas no mar, sabem os portadores do verdadeiro “ethos pescador” (MALDONADO, 1986), todo cuidado é pouco²⁷. Disse-me um que conheci durante a Festa da Padroeira de Barra de Ararapira, que acompanhei nessa primeira estada: “O mar manso é o mais perigoso, porque pode pegar o pescador de surpresa. (...) O mar é um negócio de Deus”. Carregada de um sentido etnográfico que eu só descobriria mais tarde, essa afirmação mexeu de imediato comigo: dei-me conta de aprendizados e providências.

Dali em diante, todo itinerário de campo seria por mim organizado. Necessitava de maior segurança, mas também assumia assim o caráter solitário do ofício antropológico. Era urgente encontrar um caminho em que não fosse preciso cruzar com a barra, nem por terra e, muito menos, por mar. Essa busca conduziu à realização das demais viagens via Estado de São Paulo. Enquanto eu procurava fugir, o trabalho de pesquisa revelaria, porém, que Barra de Ararapira somente existia porque seus habitantes, incessantemente, buscavam

²⁶ Cf. Figuras 4 e 5.

²⁷ Segundo a autora, o “ethos pescador” inclui características comuns registradas pela literatura em diversas localidades do mundo: a independência na execução do ofício; a desconfiança de mecanismos transformadores do regime de trabalho, como o assalariamento, o cooperativismo e até mesmo certas inovações tecnológicas; a competição na busca pelos melhores pontos pesqueiros; e, ao mesmo tempo, um grande respeito ao mar, visualizado como espaço permeado pelo risco e pela incerteza.

a barra. Mas o que é então que essa barra tem? – foi a questão que não mais me abandonou ao longo do exercício etnográfico.

1.2 A formação da vila: à procura da barra

O que convence pessoas a permanecer em um lugar de difícil acesso geográfico, cuja paisagem se transforma constantemente? Visualizar economias sendo levadas, de tempos em tempos, pela maré que atinge residências, construções e embarcações parece ser, aos olhos leigos, um bom motivo para encontrar outro local de moradia. Os nativos, entretanto, não pretendem deixar Barra de Ararapira, um espaço escolhido, não por acaso, por seus antepassados para viver. Como lavradores-pescadores, esses ancestrais buscavam dois elementos fundamentais: terras férteis e águas piscosas. Para configurar essa segunda condição, havia apenas um jeito: aproximar-se da barra, onde o encontro do mar de interior com o oceano determina a abundância de peixes, em número e espécies.

Relatos de história oral indicam que os ascendentes dos atuais habitantes vieram do litoral de São Paulo e, especialmente, do chamado *Caminho da Ararapira* – trecho de floresta que separa Barra de Ararapira de Ararapira, esta última uma vila hoje desabitada da Ilha do Superagüi, mas de passado próspero²⁸. José Carlos Muniz (2008), historiador guaraqueçabano, a situa como importante entreposto comercial entre o século 19 e início do 20, quando o transporte marítimo era a opção diante de eixos viários incipientes. Ararapira conquistou uma estrutura ainda única na região: possuía delegacia, cartório, correios, mesa eleitoral, igreja, escola até a 8ª série, casas de comércio, posto fiscal, motor a diesel para iluminação e linha de transporte de passageiros, que atendia em torno de 500 habitantes.

Fatores múltiplos, adiante tratados nessa etnografia, determinaram o esvaziamento do povoado – na década de 90, partiu dali o último morador. O que restou em Ararapira foi o cemitério, onde eram e continuam sendo sepultados os habitantes de toda a redondeza, inclusive dos núcleos pescadores paulistas. Esse vínculo faz da *vila fantasma*, como costuma ser designada, a última fronteira ao norte do território hoje ocupado em terra por

²⁸ Cf. na Figura 6 as genealogias ancestrais e na Figura 3 a localização de Ararapira.

Barra de Ararapira. A residência da Família Dias na Praia Deserta, como dito, detém igual posição ao sul; a leste está o mar e, a oeste, a floresta ou, como dizem, o *mato* ²⁹.

Entre a velha Ararapira e a atual Barra de Ararapira, portanto, fixaram-se os antepassados dos moradores do vilarejo pesquisado, hoje distribuídos em sete troncos familiares: Pires, o mais disseminado; Muniz, o segundo em número; Santana, Cunha e Ramos, de menor extensão; Martins e Souza, os mais diminutos. Os ancestrais moravam ao longo desse caminho porque, no passado, a barra era próxima dali³⁰. Naquela época, não existia ainda um volume expressivo de famílias a ponto de a localidade ser considerada uma vila. Desse local, a barra prosseguiu em seu eterno movimento, em direção ao sul.

Periodicamente, a desembocadura se fechava, para logo abrir em outro ponto mais adiante, com novo formato. Nessa trajetória, tudo o que ficava para trás, antes praia, virava mangue, enquanto aquilo que se encontrava à frente de mangue passava à praia. Manguezal é sinônimo de avanço de mosquitos, o que torna – advertem os nativos – o assentamento humano nos arredores não só complicado como insuportável. Diante disso, para lugares de moradia adequados e pescarias bem-sucedidas, a alternativa era desmontar as casas de madeira e remontá-las onde a barra havia parado. Nesse ínterim, os núcleos familiares cresceram, se aglutinaram e o conjunto passou a ser denominado Barra de Ararapira.

Esses desbravadores foram os primeiros a visualizar de perto os potentes efeitos da movimentação da barra. É a essa espécie de evento que o nativo Rubens Jorge Muniz (s/d, a) faz referência em seu manuscrito, cujo trecho reproduz-se na epígrafe de abertura deste capítulo. Até hoje, os enormes barrancos que a maré derruba são chamados de *comedio* porque, a princípio, acreditava-se na existência de um enorme tatu que, ao se movimentar e alimentar subterraneamente, causava todo o estrago. “Uma pessoa que morava na Praia Deserta contava que, certa vez, acostou o casco do tal tatuzão; essa pessoa dizia que era do tamanho de uma casa”, relatou-me Rubens com graça.

Nos dias atuais, os habitantes compreendem o *comedio* como decorrência da erosão, mas o fenômeno não deixa de intrigá-los como antes. “Outro dia, ali na ponta do Leste [vila de Pontal do Leste, na Ilha do Cardoso], estava despencando, dava pra ver daqui, fazia o

²⁹Cf. Figura 4. Verifique-se que mata adentro, cerca de 50 a 150 metros das residências, há um brejo que corta o vilarejo de ponta a ponta. Isso restringe as opções de terrenos futuros para as prováveis novas construções.

³⁰ Para se ter uma idéia de distância, o trajeto marítimo de Barra de Ararapira à Ararapira dura cerca de uma hora com uma embarcação motorizada lenta.

maior barulho”, contou-me o casal Maria Creuza e Santiro Matildo Pires. É na boca da barra, porém, que o processo pode ser visualizado com toda a sua força: “A gente passa por ali e vê aqueles grandes barrancos caindo”, afirmou o pescador Fabio Luis Santana. Presentemente, o evento natural também enleia a ciência, que procura mapeá-lo; mas, a despeito de todo seu aparato, não consegue prevê-lo ou controlá-lo com exatidão.

O geólogo Rodolfo José Angulo (2004) aponta que a erosão eliminou, entre 1953 e 1980, cerca de 120 hectares da vila, o equivalente a 120 campos de futebol de medida máxima. Segundo o oceanógrafo Marcelo Eduardo José Müller (2007), na década de 50, boa parte do vilarejo encontrava-se entre os rios do Conha e do Varadouro, ainda mais perto de onde atualmente está a barra, na altura da Ilha da Figueira³¹. Essa grande proximidade forçava a contínua realocação das construções. Maria Madalena Ramos – de 85 anos, a mais idosa mulher da localidade – relatou-me que, ao se casar com o finado Anizio Valdetrudes Muniz, estabeleceu-se em tal área, onde sua residência era transferida quase todo ano. “Uma das casas amanheceu na beira do barranco com a gente dentro”, recordou-se Izabel Muniz, filha de Maria Madalena.

Por conta dessas dificuldades, explica Müller (id.), o conjunto dos habitantes foi se deslocando para o norte, na orientação onde hoje se situa o vilarejo, em busca de um trecho territorial menos impactado pela erosão. Em uma expedição, ele acompanhou a construção de um mapa em que os moradores procuraram desenhar como era a vila em 1969 – o espaço que ocupava nesse ano já foi totalmente carregado pelas águas. A figura traz uma comparação com a atualidade, pela qual se percebe que o mar avançou violentamente sobre área mais povoada nos anos 50 e cerca de 200 metros em direção ao território atual³².

Maria Madalena contou-me agora estar há 18 anos numa mesma casa. Porém, Rubens, filho dela, vive no local mais atingido pela erosão hoje: ali, o mar avançou 143 metros entre 1980 e 2007. Marcio José Muniz, filho de Rubens, por sua vez, constituiu residência com sua esposa numa área que, antes, era mar: no mesmo intervalo acima, esse trecho ganhou 170 metros de terra (id.)³³. O movimento, dessa maneira, nunca cessa e se

³¹ Cf. Figura 4.

³² Cf. Figura 8.

³³ Cf. na Figura 9 a situação da erosão – e de seu oposto, a acreção – nos anos de 1980, 1996 e 2007. O primeiro tipo de fenômeno é preponderante no lado paranaense, embora o segundo não deixe de ocorrer.

manifesta diferentemente ao longo do espaço: isso pode significar aos residentes sossego por algum tempo, mas não os permite jamais suspender tal conjuntura.

A maior parte da areia retirada pela erosão da Ilha do Superagüi no Paraná incrementa a Ilha do Cardoso em São Paulo, mais especificamente as proximidades da vila de Pontal do Leste, vizinha de Barra de Ararapira. Nos últimos dois anos, essa área cresceu 130 metros, no sentido sudoeste³⁴. Entretanto, é em Enseada da Baleia, outro vilarejo da ilha paulista, que se situa um ponto central do processo: ali há uma área de restinga muito estreita na qual a erosão, mesmo menos intensa que no Paraná, tem forçado a ruptura, de maneira que se prevê, nessa altura, a abertura da próxima barra³⁵.

O prognóstico é tanto de nativos quanto de cientistas que, nos últimos anos, vêm dialogando sobre a dinâmica da barra. Explicou-me Rubens: “A erosão sempre aconteceu e é imprevisível. Para resolver mesmo, o professor Angulo me disse, só com uma grande obra de dragagem” – empreendimento um tanto impensável para uma área hoje unidade de conservação de proteção integral. Müller, da mesma equipe de pesquisa que Angulo, comentou comigo num e-mail em 2008: “Nas diversas vezes que estive na [Barra de] Ararapira, seja por pesquisa ou turismo, pude sentir como a erosão mexe no cotidiano e no imaginário das pessoas que moram ali. Elas têm uma noção muito boa de como funciona a dinâmica costeira, quais são os principais processos que interferem na erosão, etc.”.

Enquanto mais uma barra não se abre com uma nova perspectiva, os moradores procuram proteger dos efeitos da erosão não só casas e construções, mas também suas embarcações. À frente de cada moradia, há um *porto*, espaço onde os barcos são acomodados, juntamente com os demais petrechos de pesca. Por se situarem próximos da praia, tornam-se alvos fáceis, principalmente em dias de tempo ruim associados às chamadas *marés de lua*, volumosas em água, típicas das luas nova e cheia. Nessas ocasiões, a correria é total para *varar* as embarcações, ou seja, trazê-las para a terra, não raro em grandes grupos. Num cenário desse tipo, fica impraticável o trabalho no mar.

João Pires, de 64 anos, conhece bem as conseqüências caso as precauções não sejam tomadas: perdeu duas canoas arrasadas pela força da correnteza. “A última, era noite, tinha

³⁴ Cf. Figura 10.

³⁵ Cf. Figura 11. Segundo estudos de Müller et al. (s/d), esse trecho que, em 1980 tinha 100 metros de largura, já chegou a decrescer a 17.

chegado cansado do mar e nem percebi que a maré estava batendo”, contou-me. O quintal das quatro casas que João já teve, após deixar a companhia dos pais, foi um dia recheado de pés de guapê – eram 14, hoje só restam dois. Seu vizinho Rubens foi quem avistou a última canoa de João sendo consumida na calada da noite e o avisou. Ambos, na juventude, presenciaram o fechamento de antigas e o surgimento de novas barras – a atual encontra-se aberta há 25 anos. “Quando fecha é bonito, vira só um riachinho”, descreveu João.

Rubens conseguiu alertar o vizinho porque, em noites de maré de lua, não dorme: patrulha e ora ao redor de suas propriedades, construções de alvenaria, que não podem ser mais facilmente transferidas como as de antigamente, de madeira. A casa, Rubens já mudou de lugar uma vez; seu bar, três vezes; a pousada – onde fiquei hospedada – foi montada com tijolos, trazidos um a um por ele e pelos filhos, de uma propriedade anterior. Às vezes, ele pernoita na casa de seu filho Marcio, onde o vultoso barulho da maré de lua batendo no barranco não chega a suspender seu sono. O meu, confesso, interrompeu e não foi agradável; uma vez acordada, podia também ouvir os passos de Rubens. Disse-me certa vez sua esposa, Hilda Prudência Pires: “Ele até já fez uma prece à Nossa Senhora Aparecida para que lhe livrasse desse medo tão grande”.

Uma cena comum fez parte de diversas das minhas manhãs, ao deixar o quarto que ocupei na pousada de Rubens: visualizava-o, pra lá e pra cá, com um carrinho de mão cheio de terra trazida do mato. O destino: dar estabilidade a um muro de contenção que ele mesmo construiu. Na primeira viagem de campo, em julho de 2008, a obra foi iniciada e estava resistindo bem até minha última ida ao vilarejo. Quando a idéia surgiu, muita gente riu da iniciativa de Rubens; no final de 2009, os moradores em conjunto decidiram construir um muro semelhante em frente ao posto de saúde, igreja e escola, edifícios de alvenaria, próximos uns dos outros, atualmente cerca de 15 metros da maré.

Não obstante, todos estão cômicos de que é inevitável a transformação de seu território – “uma terra que o mar está comendo”, como me falou a moradora Valmira Liberata Pires. “É por isso que eu não acredito nessas coisas de aquecimento global, mudanças climáticas. No passado, havia marés muito maiores que hoje. O pessoal costumava chamá-las de maré de preguiça. Mais ou menos de cinco em cinco anos, aconteciam. A gente ia de canoa colher mandioca na roça”, comentou comigo Rubens. “Tudo está sempre mudando, é a natureza”, completou.

1.3 A barra como “fato social total”

Os índices do processo erosivo, portanto, estão em toda parte: enquanto edificações se equilibram nos barrancos e embarcações são varadas, plantas vão perecendo pelo aumento da salinidade, árvores enormes tombam, imensos bancos de areia se formam, mangues se transformam em praia e vice-versa. Em virtude disso, realocam-se não só as construções em terra, mas também as rotas de pesca. Nessas mudanças, remexer o solo pode trazer surpresas como ossadas de baleia, indicadoras de que, no local onde a vila está hoje, já existiu um oceano profundo, próximo do qual os antepassados vinham pescar. “É mato que vira mar e mar que vira mato”, resumiu para mim a moradora Maria Luzia da Cunha. “A maré destrói e depois constrói. Quem sabe um dia a gente esteja morando lá”, disse-me Santiro, ao indicar um ponto no meio da baía em frente à vila.

Foram essas frases curtas, porém carregadas de significado, que me fizeram compreender a importância primordial da barra: se sua dinâmica desmonta o território, também é ela que o conforma. A barra constitui ponto de partida para essa etnografia porque só por intermédio dela torna-se possível pensar o restante: das águas piscosas vêm, como obra divina, o alimento que reproduz a família que, por sua vez, agradece pelo sustento diário e roga por proteção, para trazê-lo no próximo dia, quando o ciclo recomeça.

O olhar para a barra permite estabelecer, como Woortmann (1990) observou para as sociedades camponesas, as “categorias nucleantes” dessa coletividade, nunca independentes uma da outra, mas sempre relacionais: o território, a família e o trabalho. A ressalva aqui é que o território precisa ser entendido, conforme aponta Maldonado (1993) para as sociedades marítimas, como uma articulação entre “dois meios”, terra e mar. Além disso, em Barra de Ararapira, a religiosidade deve ser acrescida a tais categorias que, segundo Woortmann (op. cit.), espelham “valores e princípios organizatórios centrais” como a hierarquia, a reciprocidade, a honra e a liberdade, responsáveis por desenhar uma “ordem moral” ao grupo.

Logo, é por conta desse lugar central ocupado pela barra que se torna crível posicioná-la como um “fato social total” nesse contexto etnográfico. A inspiração para a interpretação no sentido maussiano vem da etnografia de Vogel e Mello (2004) com pescadores do povoado fluminense de Zacarias, que trabalham na Lagoa de Maricá, onde a

piscosidade também é garantida pela comunicação de uma barra com o mar. Conforme observam os autores, a barra aberta é, em última instância, sinônimo de “celebração da vida” – a vida das águas, a vida das famílias pescadoras, a vida do próprio povoado, a criação divina em repetição. Sendo assim, o contrário também se mostra verdadeiro: a ausência da barra significaria o inexorável definhamento do todo, concomitantemente natural, humano, social e sobrenatural. Parafraseando Vogel e Mello (ibid., p. 374), os pescadores da vila por mim estudada não apenas trabalham na barra, eles são com ela; e, além disso, “... não podem ser, de modo adequado e pleno, senão *com* a Providência”. É a identidade deles que se constitui, dramaticamente, junto com a movimentação da barra.

A dupla relata que, entre seus nativos, há o entendimento da abertura de barra como uma cópula: a lagoa (mãe) se abre (relação sexual) ao pai (mar) para o ingresso da criação (vida). A barra é visualizada como um “ser vivo e autônomo”, capaz de desencadear, em todos, imaginações, reflexões, comentários, comparações, ânimos e ações. Esse tipo de inventiva “descrição antropomórfica” para o comportamento da desembocadura se manifesta também no contexto por mim analisado, quando os moradores de Barra de Ararapira se referem à boca da barra e ao seu comedio, abordados anteriormente.

Trata-se de uma “ecologia complexa” que permite falar na existência de uma “estrutura de localidade”, noções advindas da etnografia de Leach (1971) em Pul Eliya, vila de camponeses do antigo Ceilão, onde a organização em torno de um tanque, a fim de vencer a escassez de água, posicionava-se como essencial para explicar a continuidade do grupo. Ou seja, enquanto as pessoas passavam, o mesmo cenário territorial permanecia³⁶. Para Leach, há uma realidade objetiva, como também uma sociedade; mas esta, porém, não é uma “coisa” comparada em pé de igualdade com o ambiente material e sim “uma maneira de organizar a experiência”. Em Pul Eliya, um tanque; em Barra de Ararapira, uma barra; em ambas, vínculos sociais estabelecidos em torno de fatos ecológicos inescapáveis.

Se a dinâmica da barra é responsável por formatar uma territorialidade particular, também exerce influência sobre outras categorias de entendimento além do espaço. Portanto, faz-se necessário falar, a essa altura, de uma temporalidade também própria. Isso

³⁶ Leach procura opor, numa crítica ao estrutural-funcionalismo da época, a expressão “estrutura de localidade” à “estrutura de parentesco”. Com isso, ele quer propor que em Pul Eliya a descendência não dá base ao grupo e defender que o parentesco nunca é algo em si mesmo. No caso dele, e também no meu, as relações parentais são uma “linguagem” que informa sobre ordenamento de um território.

não significa apartamento da linha temporal do Estado-Nação brasileiro, haja vista que o vilarejo nunca viveu alheio aos projetos de organização espacial desse modelo de governabilidade. Todavia, como há um espaço interno diacrítico, existe também um tempo. Os habitantes de Barra de Ararapira costumam empregar um bordão que, para mim, é ilustrativo da maneira como operacionalizam uma temporalidade específica. Acerca daquilo que faz parte do passado, dizem: “E foi se acabando, como tudo vai se acabando mesmo”.

Leach (1974) evidencia que a regularidade do tempo não é dada, mas sim criada pelos homens, para os seus próprios fins culturais particulares. Na afirmação nativa explorada a exaustão, vejo um tempo diferenciado da moderna sucessão de épocas em uma linha reta evolutiva, embora esta não seja desconsiderada. O que visualizo, baseada nas considerações desse autor, é um passado como “simplesmente oposto ao agora”, sem a profundidade histórica tão cara à constituição dos estados nacionais. O tempo aparece como uma “seqüência descontínua”, uma “sucessão de alterações e paradas”. Parece uma forma de encarar a temporalidade adequada à imprevisibilidade própria do funcionamento da barra, que ora destrói, ora constrói; ora se fecha, ora se abre; ora se movimenta brutalmente, ora estaciona por anos a fio.

Tal ordenamento especial, tanto do tempo quanto do espaço, se dá de maneira totalmente experiencial, baseado no que Certeau (2007 [1980]) chama de “artes de fazer do cotidiano” (falar, caminhar, ler, cozinhar, limpar, costurar, habitar, etc.). São práticas pautadas em um “saber cognitivo”, um “saber não sabido”, assimiladas de geração em geração, por sujeitos que atuam não como proprietários e sim como locatários. Essas “maneiras de fazer” constituem a própria condição da existência do saber técnico e erudito; entretanto, por não possuírem “*copyright* tecnológico”, não raro são vistas como ilegítimas pela “racionalidade produtivista”. Esta última opera a partir de “estratégias” de controle e dominação do conhecimento, enquanto as primeiras atuam por intermédio de “táticas” que se aproveitam inteligentemente do poder intrínseco às contingências do mundo, de modo semelhante ao verificado no fazer artístico e também na construção mítica.

As “artes de fazer” são formas de perceber, organizar e refletir sobre a experiência humana que consideram todas as potencialidades do que Peirce (1955) denominou de “secundidades” em sua fenomenologia. Trata-se do âmbito da percepção que abrange todos os eventos contextualmente delimitados a partir de uma vivência direta com o mundo

sensível. Sendo assim, os “índices” aparecem como seus signos representantes. A paisagem constantemente transformada em Barra de Ararapira está repleta deles e é a partir de sua observação intermitente e perspicaz que os moradores explicam como era o território do passado, interpretam as mudanças do presente e especulam sobre o futuro. Isso os permite até mesmo antever certas modificações e prevenir-se como julgam conveniente.

Na esteira da análise peirceana, Daniel (1996) – ao etnografar as relações entre trabalhadores de regiões produtoras de chá no Sri Lanka e os colonizadores ingleses – mostra como a maneira de perceber o mundo dos primeiros, fundada sobretudo no plano das “secundidades”, choca-se fortemente com a imposta pelos segundos, baseada prioritariamente em “símbolos” do âmbito da “terceridades”. A etnografia em Barra de Ararapira revela um confronto similar, pois em meio aos “índices” nativos visualiza-se uma série de símbolos estrangeiros em operação. Entre eles, o que Daniel chamou de “medidas de precisão”, arcabouço da ciência moderna que pauta a elaboração das leis ambientais.

O aprendizado acumulado no manejo da territorialidade peculiar presente no vilarejo joga um papel fundamental na disputa acima relatada. Os dilemas envolvidos na administração do território em mutação criam o ambiente propício para o surgimento do que Sahlins ([1985] 2003) denomina de “estrutura de conjuntura”, na qual a ação social é orientada por categorias culturais anteriores e, ao mesmo tempo, desafiada pelas circunstâncias de cada momento. Nessa interação, há transformação, mas também reprodução, movimentos simultâneos e inseparáveis no viver de qualquer coletividade humana.

1.4 A “territorialidade marítima”

A barra é, por conseguinte, o eixo central para compreender a territorialidade na vila de pescadores, porque influencia a ordenação espacial tanto em terra quanto no mar. Desse modo, constitui-se a partir dela o que Maldonado (1993) conceituou como “territorialidade marítima”, idéia pela qual a autora quer demonstrar que, por trás da aparência de indivisão morfológica, o oceano é roteirizado de acordo com as particularidades de cada grupo social que com ele convive. Tal demarcação guarda fins práticos num lugar como esse, em que homens disputam, ainda que não abertamente, recursos entre si, mas não possuem completo

conhecimento e controle ambientais. Com esse mapeamento, os pescadores procuram fazer frente à competitividade, controlar o risco e mitigar a imprevisibilidade, fatores inerentes ao seu ofício.

Não obstante, a delimitação de um território marítimo guarda intenções para além da utilidade: possui, conforme propõe Silva (1989), o propósito de classificar seres e eventos que compõem o universo pescador. Nesse sentido, há em Barra de Ararapira um acontecimento que incrementou o ordenamento da espacialidade oceânica tal como se apresenta hoje: a chegada ao vilarejo, especialmente a partir dos anos 80, dos barcos a motor. Ao permitir transpor a barra e avançar no mar aberto, a embarcação motorizada determinou o aprofundamento da experiência dos pescadores com esse elemento natural, de uma forma que não se mostrava possível antes com as canoas a remo.

O ingresso dessa novidade propiciou-me enxergar, inspirada na etnografia da supracitada autora, o território nativo como uma “hierarquia” à moda dumontiana, visão capaz de desmontar o senso comum de que a inovação tecnológica por si só desestrutura as ditas culturas “tradicionais”. As verdadeiras “hierarquias”, por conseguinte, não são estruturas imutáveis de seres organizados sob uma ordem decrescente de importância, como aquelas intentadas ao extremo pelos totalitarismos modernos; são sim conjuntos por definição reversíveis e integradores, de potencialidade interminável para a diferenciação diante das contingências, desde que seu “valor” ordenador maior seja mantido (id.).

Em Barra de Ararapira, o barco a motor não somente manteve o “valor” absoluto que organiza espaços no mar e em terra, como ampliou o envolvimento dos nativos com ele. No vilarejo, o Divino é quem determina a territorialidade e expressa tal poder por intermédio das manifestações da natureza, entre as quais o vai-e-vem da barra representa o ápice. Nesse contexto, a ciência é também obra da Providência e não está acima dela (id.).

Pode-se dizer que a barra opera a exemplo dos mediadores míticos de Lévi-Strauss (s/d [1955]): ao ultrapassá-la, os pescadores relacionam-se ainda mais intensamente com o incerto, o que configura cenário propício a uma profunda reflexão acerca dos dois extremos da trajetória humana, a vida e a morte, cujo destino, para eles, está inevitavelmente associado aos desígnios de Deus. Em terra, o mato aproxima-se do mar quanto à indeterminação, entretanto, como sugere Silva (op. cit.), a floresta ainda pôde ser melhor apreendida pelos nativos nas plantações.

Sendo assim, a barra faz hoje, mais do que nunca, a vez de uma dobradiça entre os dois domínios principais da territorialidade marítima em Barra de Ararapira. Na vila, não é raro perguntar por um pescador e receber a resposta econômica: “Está pra fora”. A frase se refere ao mar de fora ou *mar grande*, sinônimo de mar aberto, situado para além da barra. Oposto a ele, aparece o mar de dentro ou *rio*, que é o mar de interior, aquém da barra³⁷. Tal divisão é a que melhor expressa uma oposição fundamental que os locais empregam para ordenar seres humanos e não-humanos: os critérios de *bravo* e *manso*, registrados com variações em outras etnografias de grupos pescadores, citadas adiante.

Uma pessoa pode ser brava ou mansa; um animal tem comportamento bravo ou manso; o mar surge bravo ou manso. Como sinônimos, os termos *forte* e *fraco* aparecem empregados, porém, em menor grau – a título de comparação, trata-se da situação contrária à registrada no estudo de Silva (id.), no qual este último par é indicado como o mais usado. Em Barra de Ararapira, o tatu e a paca, por exemplo, são comumente recordados como animais de carne forte. Além disso, os habitantes de mais idade costumam dizer que, quanto à saúde e à disposição ao trabalho, o povo do sítio antigamente era mais forte; que as mulheres do passado, por respeitarem as interdições alimentares do pós-parto, tinham maior reserva de força que as de hoje.

Mas o elemento que melhor incorpora essa oposição é, sem dúvida, o peixe – não coincidentemente, o alimento principal do cardápio local. Na esteira do que postula Woortmann (1990) para as sociedades camponesas, a comida aqui possui um valor social excepcional para ser considerada somente como sustento físico ou mercadoria; ela é também uma “linguagem” capaz de falar sobre as “categorias nucleantes” do grupo: o território, o trabalho, a família e a religiosidade.

Explicam os nativos que os peixes bravos são típicos do mar de fora, enquanto os mansos próprios do mar de dentro. A principal distinção entre peixes bravos e mansos é a cobertura: os primeiros têm couro por sobre o corpo, ao passo que os segundos possuem escamas. Entre as *marcas* ou *qualidades* bravas – dois vocábulos que utilizam no lugar de espécies – as mais lembradas são a arraia, o bagre, o cação, o parati pema, a salteira, bem

³⁷ Cf. Figura 4.

como camarões e mariscos de uma forma geral. Dentre as mansas, aparecem recorrentemente o parati, o robalo e a tainha.

Enquanto a carne dos peixes mansos não recebe quaisquer interdições alimentares, a dos bravos é objeto de restrições em estágios corporais definidos por “liminares” pela análise turneriana, como o resguardo pós-parto ou a presença de feridas. Tais proibições deveras se assemelham com o que Peirano (1975) identificou, sob a ótica desse autor, como “reima” entre pescadores de Icarai, no Ceará. Nesse contexto etnográfico, a observância da interdição a alimentos “reimosos” garantia a uma pessoa deixar a posição liminar e retornar à condição saudável, evitando assim uma doença ou seu agravamento – o que vale também aqui para os peixes bravos.

Em Barra de Ararapira, os moradores contam que tais restrições eram obedecidas mais rigidamente no passado que no presente. Enquanto mulheres de mais idade me relataram ter seguido com atenção as interdições no resguardo posterior ao parto, por medo de ficarem adoentadas ou prejudicarem o bebê via amamentação, outras mais jovens disseram ter ingerido as espécies vetadas e nada lhes aconteceu. Apesar disso, a divisão bravo/manso permanece plena. Esses fatos demonstram que o mais importante nessas proibições, por conseguinte, não é exatamente sua eficácia corporal.

Em minhas conversas e entrevistas com os habitantes, especulei muito sobre os meandros dessa dicotomia. Encerrei meus questionamentos quando tive a resposta mais eloquente dentre todas até então recebidas. Foi dada por Genesia da Cunha, de 77 anos, que por quase quarenta exerceu o ofício de parteira da vila. Diz ela, na ponta da língua, que ajudou 76 crianças a nascer, a última há apenas nove anos, todos seus “netos de umbigo”. Além do trabalho de parto em si, Genesia ficava responsável por toda a dieta alimentar e outros cuidados com o corpo da mãe do mais novo bebê. “Aprendi tudo da minha cabeça e com o poder de Deus”, contou-me. Quando a indaguei sobre a divisão entre peixes bravos e mansos, ela rapidamente replicou, num tom que procurava destacar para mim a obviedade da resposta: “Ué, Deus separou assim”.

Afirma Peirano (ibid., p. 109, 128) que ordenações desse tipo “... armazenam e transmitem, de geração para geração, os conhecimentos sobre a natureza, sobre as relações do homem com a natureza e sobre as relações entre homens e homens. (...) Trata-se, portanto, de um mecanismo evocativo que visa agir sobre a mente humana mais que,

propriamente, uma prevenção de conseqüências fisiológicas”. A etnógrafa aproxima, apoiada em Tambiah (1985 [1973]), o funcionamento da “reima” ao da magia, cotejo que se mostra adequado à reflexão realizada acerca dos peixes bravos e mansos. Para explicar o pensamento mágico, esse autor o contrasta com aquele próprio da ciência moderna: enquanto este último pretende gerar hipóteses e comparações para verificação indutiva, no primeiro isso soaria “ridículo”, dado seu caráter “analógico-persuasivo”.

Mais que considerar o conhecimento empírico de causa e efeito, as práticas mágicas configuram um método sociocultural de imposição de significado sobre o mundo presente, de racionalização do passado e de indagação sobre o futuro. Logo, os ritos mágicos buscam sim engrenar resultados práticos – embora a possibilidade de insucesso seja uma constante no processo –, mas também e especialmente resultados sociais eficazes. Exemplo retirado por Tambiah (ibid., p. 76) dos ritos Ndembu na África, nos quais as árvores têm um papel essencial, auxilia nesse entendimento: “There is no intrinsic reason why the tree should be similar to a mother and roots to children, but analogy which says that roots are to the tree as children are to the mother makes relational sense that can be used to ‘transfer’ effects”. O desejado, nesse caso, é que a mulher tenha tantos filhos como a árvore tem raízes.

Essa mediação especial que o peixe realiza faz com que – a exemplo da barra – também receba caracterizações tipicamente humanas, tanto em Barra de Ararapira, quanto em vilarejos dos arredores. Despertou-me a atenção quando ouvi a afirmação de que os peixes *falam*. Não como os homens, mas do seu jeito, dizem os nativos que todos os animais falam. A fala do peixe, entretanto, é alvo de comentários e objeto de imitação. Cada uma das marcas de peixe possui sua fala característica: algumas falam até certa hora do dia e depois se calam; outras, quando longe da rede falam de um jeito e, ao se aproximarem, mudam de tom.

Logo, cabe ao pescador em seu ofício saber ouvir as falas que lhe interessam. Há diferentes maneiras de percebê-las: podem ser identificadas ao ar livre; registradas pelo pescador quando este encosta seu ouvido no casco da embarcação; amplificadas por ele com a ajuda de instrumentos como canos de PVC; ou reconhecidas quando o animal *malha* a rede, ou seja, encosta-se nela. Além da audição, a visão é essencial para encontrar cardumes: alguns são visualizados diretamente, outros delimitados por intermédio de

índices, como uma dada coloração da água ou a presença de animais como pássaros, focas e golfinhos, para os quais o peixe é comedio, ou seja, alimento.

Os peixes também, a exemplo dos homens, possuem suas *famílias* e têm *filhinhos*, que devem ser poupados pela rede. Nesse plano, o golfinho, também chamado de *boto*, ocupa posição especial, haja vista ser completamente interdito à pesca. O pescador Adirson Maria Muniz bem resumiu o motivo: “Onde tem golfinho, tem peixe. É o animal que mais ajuda o pescador”. Em sua etnografia, Silva (1989, p. 71) também tece considerações acerca desse animal:

Considerado muito inteligente, amigo do pescador porque mostra onde está o peixe, apreciador de farra, chorando quando é apanhado pela rede, ameaçando as sardinhas e enfrentando tubarão, auxiliando os que pescam e os náufragos, apresenta sinais tão expressivos de humanidade que passa a ocupar uma posição ambígua, uma vez que a sua proximidade tende a mudar o sentido da metáfora: ele não é um peixe que vive no mar como o homem vive na terra; ele é um homem vivendo como peixe.

Em seu estudo, Peirano (1975, p. 77) afirma que o golfinho é o representante por excelência do princípio de que a “reima” somente se mostra operativa para espécies comestíveis. Quando questionados se o animal é um peixe bravo ou manso, os pescadores do grupo pesquisado pela autora respondiam: “Não sei, ninguém come boto”.

Tenho claro que as considerações acima, nem de longe, evidenciam toda riqueza do sistema de classificação nativo. A despeito disso, acredito que a apresentação desse reduzido panorama clarifica um pressuposto essencial ao presente estudo: o território ocupado por uma dada coletividade não pode ser visualizado unicamente por sua face material, porque a funcionalidade dele para seus ocupantes vai além da existência de recursos garantidores da sobrevivência. A complexidade da barra traz à tona para aqueles que com ela vivem questões originárias, imprescindíveis à trajetória humana: de onde viemos? O que de fato fazemos aqui? Para onde vamos? Esse conteúdo ontológico faz desse espaço um bem não alienável, posto que seu valor em termos mercadológicos mostra-se incomensurável.

Mar de fora e mar de dentro guardam ainda outras peculiaridades – quanto às suas próprias subdivisões, aos equipamentos de trabalho que permitem, à organização dos grupos pesqueiros, às relações sociais que estabelecem. É sobre elas que o próximo item falará, entre dois tempos: o passado e o presente.

2. A barra ontem e hoje

2.1 *Flashes de tempos*

- Rubens, Rubens, da Ararapira, na escuta?
- Na escuta, prossiga.
- Como é que está a barra? Uma embarcação está chegando aí por fora.
- Hoje o tempo está tranqüilo, podem passar com segurança.

O som do rádio amador foi permanente durante o trabalho de campo – o quarto no qual estava hospedada ficava bem próximo do bar de Rubens, onde está abrigado esse que é hoje um equipamento fundamental para costurar relações sociais entre as vilas caiçaras. O diálogo acima descrito recebeu minha especial atenção porque fui eu quem ouviu o chamado, enquanto lavava roupas num tanque que fica ao lado da mercearia. A voz do outro lado pedia insistentemente por Rubens e, haja vista ele não ter logo aparecido, resolvi chamá-lo. A conversa então prosseguiu e, enquanto retomava minha tarefa doméstica, pude ouvir parte dela. Mas soube apenas depois o propósito da embarcação que chegava: trazia cerca de 30 bombeiros que, no próximo dia, fariam um treino de salvamento na região.

Aquele chamado do rádio acionou mais que uma simples informação de trânsito: colocou em funcionamento, num diálogo de poucos minutos, todo o patrimônio que é o conhecimento acumulado sobre a barra pelos habitantes do lugar. “A gente conhece até a distância que as ondas da barra vão arrebentar, por isso conseguimos atravessar”, falou-me Ademilson Luiz Pires, de 33 anos, que começou a “pegar no pesado” em torno dos dez.

A intimidade é tamanha que quem mora em Barra de Ararapira “sai para fora na certeza”, como me disse João. Da porta de suas casas, os pescadores visualizam a desembocadura e já sabem se está seguro ou não trabalhar. Logo, além da diversidade pesqueira, residir próximo da barra reverte-se em economia de tempo e dinheiro. Moradores das vilas da Barra do Superagüi e das Peças, que praticam também pesca em mar aberto, não têm essa vantagem: devem deixar a terra e gastar combustível para, no oceano, fazer igual avaliação.

A familiaridade dos habitantes da localidade em estudo com a barra construiu-se aos poucos, quando eles – ainda não conhecedores da embarcação a motor – tomavam as

canoas a remo e se dirigiam do mar de dentro à *costa*. Domínio que antecede a barra, a costa constituía naquela época um dos espaços mais fartos de pesca. Para além dela, era perigoso avançar, pois o tamanho das ondas e o risco de naufrágio aumentavam. Não foram poucos, porém, os que viraram na costa, passaram apuros e, felizmente, saíram vivos para contar as histórias.

Mas não havia só dificuldade. “Era muito divertido, a turma toda reunida, a gente jogava futebol, baralho, dançava, as moças passeavam na praia, isso nas horas vagas, quando não estávamos pescando” – foi assim que Santiro descreveu os antigos acampamentos que se formavam nas safras de tainha. Um relato com um brilho nos olhos e um sorriso nos lábios que me ajudou a imaginar a grande movimentação desses períodos, durante os quais as pessoas moravam em *ranchos de pesca*, habitações temporárias que permitiam a elas – e às canoas a remo – ficarem mais próximas da barra durante a temporada desse peixe que, ainda hoje, é buscado com vigor.

Naquela época em que ainda não existia rádio, solitariamente, os “barreanos” – como Rubens chama os moradores da vila em seu manuscrito – foram desvelando a barra, em momentos que não eram apenas de trabalho, mas sobretudo de sociabilidade. Mesmo assim, a desembocadura permanece ardilosa e surpreendente. “Ainda hoje, com a experiência que a gente tem, sinto um friozinho na barriga naquela quebrança [ondas da barra] que levanta e depois faz a embarcação bater na água com toda força”, disse-me o pescador Celio Santana. Ademilson, todavia, adverte: “O mar conhece a pessoa, se apenas um no bote tiver medo, pode contar que a pescaria não vai prestar”.

Esse misto de conhecimento e respeito é que vai organizar um “referencial marítimo” (ADAMS, 2000 a e b) que começa a ser composto no mar de dentro com as canoas a remo e se alastra, para além da barra, no mar de fora com as embarcações motorizadas. Uma combinação bem expressa pelo chiste que me contou Santiro:

- Você freqüentou a escola? – perguntou o turista ao pescador que o conduzia num barco.
- Não – respondeu ele.
- Então, você perdeu metade de sua vida – replicou o visitante. Foi quando caiu um tempo e veio o mar bravo.
- Você sabe se virar no mar? – questionou o pescador ao turista, que respondeu negativamente.

– Então – falou o pescador – você perdeu sua vida inteira³⁸.

Relatos nativos possibilitam apresentar, nesse e nos demais capítulos, comparações entre o que eles chamam de tempo de primeiro, em referência ao passado, e o tempo de agora, em menção ao presente. Essas analogias calcam-se no que postulou Fabian (1983): espaço e tempo não são categorias naturais, representativas de totalidades fechadas, mas sim construtos ideológicos de grupos particulares e instrumentos de poder para a existência deles. Percebe-se, por sua centralidade nas narrativas barreanas, o barco motorizado como propiciador da passagem do tempo de primeiro ao de agora. Logo, esse passado não está muito longe, cronologicamente, do presente. Bem sintetizou Adirson: “Foi uma mudança radical, em coisa de 10, 20 anos. É um passado recente”.

2.2 As canoas a remo do tempo de primeiro³⁹

Os nativos contam que, no passado, após trabalhar o dia todo na lavoura, a certa altura da noite, os casais se levantavam para pescar. Homens e mulheres eram *camaradas*, termo designador dos companheiros de faina marítima. Eles tomavam as canoas a remo, ali construídas com madeira do mato, e saíam pelo mar de dentro. No inverno, ocorria a grande safra do ano, de tainha, que ingressava em boa quantidade do mar de fora para o rio se o clima ficasse feio. Em qualquer tempo, restava o parati, típico peixe do interior, que não deixava ninguém de barriga vazia. O principal petrecho era uma *redinha*, tecida no lugar, com a qual se davam os *lanços*. Dizia-se então que o casal estava a *lancear*⁴⁰.

Depois de pescar, era preciso *despescar*, ou seja, retirar os peixes da rede. No retorno dos casais, faltava pouco para amanhecer e, antes de ir novamente à roça, eles deviam tratar do pescado para que não apodrecesse. Uma tarefa de dominância feminina, na qual a mulher contava, conforme dizem os nativos, com a *ajuda* do homem, assim como ela

³⁸ A alegoria mostra uma atualização nativa para um conto de tradição oral que, vindo do oriente, tornou-se popular em Portugal: cf. Shua (2005, p. 157) e O sábio e o barqueiro (2007).

³⁹ Como apoio à descrição, utilizei Terra do mar (1997), documentário sobre o cotidiano caiçara, inclusive com cenas reservadas a registrar o eterno movimento da barra.

⁴⁰ No decorrer do texto, procurarei demonstrar que certas palavras nativas se metamorfoseiam em verbos, substantivos e adjetivos, o que demonstra uma construção vocabular altamente experiencial.

o *ajudava* no mar de dentro. Compreendia *escalar* (estripar), salgar e, por fim, secar todos os peixes – se houvesse sol, eram espalhados pelos quintais e, na ausência dele, recorria-se à defumação. A depender da quantidade, esse processo durava algumas horas, meio dia ou até um dia todo. Era a única forma de conservar a produção.

Se a pescaria à noite não rendia, um casal podia ainda se dedicar à atividade em períodos do dia. Juntos, homem e mulher se dirigiam à praia – ainda não corroída pela maré e de livre circulação para ambos os gêneros, como o mar de dentro. Ali, operavam a *rede de calô*: os cabos nas extremidades do apetrecho eram segurados pela dupla de *caloeiros*, que ficavam em pé, dentro da água, a *caloar*. Ou, homem e mulher separavam-se para seus domínios específicos. Ela se encaminhava ao mangue – espaço intermediário entre a terra e o mar de dentro – em busca de mariscos. Ia, portanto, *mariscar* e depois, ao cozinhar e retirar os animais das conchas, *desmariscar*. Ele, por sua vez, navegava para a costa – interposta entre o mar de dentro e o de fora –, de modo a aproximar-se da barra e conseguir, quem sabe, espécies mais variadas⁴¹. Em todas essas rotinas, conforme cresciam, filhos e filhas ingressavam para dar descanso à mãe, que se voltava, por seu turno, à esfera doméstica, sua por excelência.

Parte do pescado conquistado se destinava ao consumo doméstico, junto com os produtos agrícolas, enquanto o restante era basicamente trocado em cidades próximas, por artigos não disponíveis ou não facilmente obtidos no lugar, como açúcar, café, arroz, tecido. Dinheiro circulava pouco. Gastavam-se horas a fio numa viagem extenuante a remo, para levar o peixe seco até os municípios paranaenses de Paranaguá ou Antonina. Desse modo, o vento a favor da maré funcionava como excelente aliado. A certa altura, um pedaço de terra interrompia o caminho pelo mar: nessa época, o Canal do Varadouro inexistia e Superagüi ainda não era uma ilha. Momento de varar a canoa: carregá-la nas costas por terra, assim como as mercadorias, até águas navegáveis novamente. Opção também era escoar o pescado no território paulista, em Iguape ou Cananéia, em percursos inteiramente oceânicos, porém, até mesmo mais longos e cansativos.

Surgiu então um comprador na Barra do Superagüi, ao sul da ilha. Pela Praia Deserta, ainda ampla e contínua, os moradores levavam para lá seu peixe seco, a pé ou de

⁴¹ Cf. Figura 4.

bicicleta. O trajeto durava algumas horas, mas era menor. E quem conduzia a mercadoria recebia uma comissão. Os percursos anteriores, todavia, não foram descartados: valiam o esforço para conferir as festas religiosas das cidades dos arredores. Eventos descritos como de muita alegria e diversão, num tempo de menos bebedeira e desentendimento.

Aos poucos, chegaram à Barra de Ararapira novos instrumentos de pesca. As grandes redes de arrasto – que não pertenciam a um só dono, mas a grupos de proprietários – passaram a reunir turmas de homens e mulheres na praia para puxar pesados volumes de pescado. Ao final, todos recebiam a sua parte, ou seja, o seu *quinhão*. No rio, foram instalados os *cercos*: armadilhas compostas de uma grade de taquara – espécie de bambu retirada do mato –, envoltas por uma rede, onde o peixe consegue entrar, mas não sair⁴². Era um tempo de árduo trabalho, mas também de uma imensidade de peixe.

As coisas, entretanto, começaram a mudar. As redes de arrasto e os cercos situam-se como contemporâneos dos enormes pesqueiros industriais, que começaram a chegar dos estados de São Paulo e Santa Catarina. Essas embarcações demonstravam tamanha voracidade que, na costa, os barreiros passaram a recolher de canoa a remo o que chamavam de *lixo*, ou seja, o pescado em excesso que tais barcos dispensavam. Os animais – adultos ou filhotes, tanto fazia – eram rapidamente capturados pelos pesqueiros e não lhes sobrava mais tempo de adentrar o rio em quantidade. Assim, o cerco passou a dar menor resultado. Os peixes então começaram acabar, *como tudo se acaba*.

2.3 As embarcações a motor do tempo de agora

Hoje em Barra de Ararapira as noites não são mais tão silenciosas quanto antes – o ronco das embarcações motorizadas virou rotina. Não há muito, existia uma única da

⁴² Mussolini (1980 [1946]) relata a introdução do cerco no litoral norte de São Paulo por imigrantes japoneses, no início do século 20. A autora descreve seu funcionamento a partir da voz de um entrevistado: “‘O sucesso do cerco’, disse-me explicitamente um caiçara, ‘está em que o peixe estúpido, não sabe dar marcha à ré e batendo no obstáculo, começa a contorná-lo (...)’. (...) Além disso, a abertura afunilada facilita a entrada do peixe, mas dificulta a saída, devido à pequena superfície livre que apresenta no interior. (...) A presença de pescadores só se faz necessária para a *despesca*, (...) [quando] entram pelo cerco [as] canoas” (ibid., p. 277). Embora administrados coletivamente, os cercos não excluam a discórdia: “‘Pegava demais peixe; (...) o pessoal reclamava’, disse-me um observador da época. A informação é bem significativa em seu laconismo: traduz o reconhecimento da eficácia do novo meio de pesca, a impossibilidade imediata de adotá-lo e a reação, misto de despeito e hostilidade, contra quem podia usufruir com mais vantagens aos recursos do meio” (ibid., p. 281).

espécie por ali, uma *canoinha*, de João Guilherme Santana, morador da vila vizinha de Pontal do Leste⁴³. Homem de posses na região, João Guilherme é sempre lembrado por suas grandes roças, suas duas mulheres e por sua canoa a motor, que disponibilizava aos habitantes, de seu próprio vilarejo ou de Barra de Ararapira, para alguma necessidade, como levar um doente ao hospital na cidade. Nessa época, o barulho dos motores ainda era percebido de longe e quando alguém ouvia logo dizia “Olha a gasolina!”, numa referência ao primeiro tipo de combustível utilizado, depois substituído pelo diesel, mais econômico.

Aos poucos, as economias de outros moradores se transformaram em mais barcos desse gênero. Em Barra de Ararapira, o primeiro deles chegou em 1985, como propriedade de Rubens. Atualmente, na vila, há sete botes e cinco canoas com motor, sendo três delas de fibra de vidro e o restante de madeira⁴⁴. Barcos não somente mais velozes, estáveis e resistentes, como também com capacidade de acomodar tanto mais tripulantes quanto peixes, sem o enorme gasto de energia física do remo. A origem dos equipamentos varia: podem ser adquiridos prontos ou construídos ainda com sabedoria local.

No vilarejo, o número deles aumentou no mesmo compasso em que a agricultura foi abandonada. O motor permitiu ultrapassar a linha da costa, encarar frente a frente a barra e alcançar o mar de fora, de onde os pescadores passaram a trazer espécies em maior variedade e quantidade. Ao mesmo tempo, com o motor, tornou-se possível ir rapidamente até os centros urbanos – em viagens de apenas três ou quatro horas – para comercializar ainda fresco e, portanto, a melhor valor, o pescado capturado. A motorização propiciou ainda a chegada mais ágil de embarcações de fora, especializadas em travessia marítima de passageiros para a cidade ou na venda de diversas mercadorias. Entre esses produtos, há um que, juntamente com o motor, revoluciona o modo de pescar em Barra de Ararapira: o gelo,

⁴³ Cf. genealogia dos Santana na Figura 6.

⁴⁴ As canoas de fibra de vidro, apesar da maior resistência e facilidade de reparo, representam uma minoria por serem consideradas caras na região: chegam a custar entre R\$ 10 e R\$ 13 mil, enquanto as tradicionais, de madeira, saem pela metade. É quase o custo de um bote, cujo valor alcança cerca de R\$ 18 mil. Na vila, existem ainda duas voadeiras, uma delas propriedade da associação de moradores. Ao contrário das canoas e botes a motor, as voadeiras destinam-se apenas a viagens ou emergências: são bastante rápidas, porém, instáveis, não econômicas em combustível e, por conta disso, nada adequadas ao tipo de pesca que se pratica no lugar.

que possibilita conservar o pescado de uma maneira inimaginável no tempo das canoas a remo⁴⁵.

Desse modo, o cotidiano dos pescadores hoje possui muitas diferenças em relação ao tempo de primeiro. De dia ou de noite, a depender da espécie que procuram, eles tomam canoas e botes a motor e seguem em direção ao mar de fora. Para isso, contudo, o clima precisa estar bom, do contrário trata-se de uma empreitada arriscada ultrapassar a barra. O motor auxilia e muito, mas o perigo e a precaução aumentaram. Assim, as mulheres não acompanham os homens como antes. Os jovens dizem, com orgulho, que elas não precisam mais se dedicar ao trabalho penoso da pesca, ficando suas tarefas restritas à organização das residências e ao cuidado dos filhos. A força das mulheres, explicam, mostra-se inadequada ao trabalho no mar de fora, espaço masculino por excelência, de grupos formados agora por pais e filhos, irmãos ou primos.

Diante disso, elas não tocam nos motores: caso precisem se locomover, acionam os homens, ainda que sejam filhos ou irmãos adolescentes. A presença feminina no contexto do trabalho pesqueiro torna-se ainda menos indicada em estados liminares: mulher grávida embarcada pode atrair o azar e mulher menstruada não deve passar por cima de redes pelo mesmo motivo. Uma vez gestante, há o risco de fracassar até mesmo a faina em área na qual a atuação feminina continua aberta no tempo de agora: “Se for pegar marisco no mangue, não tira nada”, advertiu Santiro. Ele relatou que, em situação de mau agouro, há quem “surre” a rede com vara de canema, planta fétida típica de simpatias, de modo a se ver livre do azar.

A rede continua a ser o principal petrecho, mas aumentou em tamanho e capacidade. Conseqüentemente, cresceu também o esforço para retirá-la do mar, insuficiente no corpo feminino. As mais utilizadas são as *redes de espera*, estendidas e retiradas no mesmo dia (do tipo *casseio*) ou no posterior (do tipo *fundeio*). Com elas, a pesca se especializa na obtenção de espécies como sororoca, pescada, cação, salteira, corvina, cavala. As mais buscadas, entretanto, são o robalão e a tainha, pelo rentável valor comercial – a primeira típica do verão e a segunda velha conhecida do tempo do inverno.

⁴⁵ Em seu manuscrito, Rubens informa que chegou a ser instalada em Barra de Ararapira uma fabriqueta de gelo movida a energia solar, concedida nos anos 90 pelo governo estadual, para uso comum dos habitantes. Todavia, os altos custos de manutenção impediram a continuidade do empreendimento, de modo que os moradores voltaram-se à aquisição do gelo industrializado em território urbano (MUNIZ, s/d, a).

Uma vez capturados no mar de fora, os peixes não recebem mais o tratamento de antigamente. As mulheres continuam responsáveis pela limpeza diária, mas perdem não mais que uma hora na tarefa, pois estripam apenas a porção para o consumo doméstico. O restante do pescado, os homens vendem intacto, sem precisar, graças ao gelo, desventrar, salgar ou secar. A única exceção fica por conta da tainha que, durante a safra, ainda é *escalada* para a obtenção de sua parte mais valiosa, a *ova*⁴⁶. Na temporada, portanto, as mulheres ingressam no circuito, mas numa situação diferente do passado: são contratadas como *escaladoras* por quem se interesse e remuneradas pela hora de serviço.

A comercialização final de todo o pescado se dá por meio de atravessadores da vila ou dos arredores, que compram o produto, acondicionam-no no gelo e, sob percentual de lucro, levam-no às peixarias urbanas, especialmente em Cananéia. Na divisão dos benefícios no interior dos grupos pesqueiros, o sistema de quinhão permanece, mas o partilhado agora não é o produto do ofício e sim dinheiro. Na maioria deles, retirado o gasto com combustível, a distribuição se dá em partes iguais para o número de trabalhadores, mas sempre com uma porção destinada à *embarcação* e à *rede*, que assumem, nesse caso, a condição de pessoas. Há assim o reinvestimento de fração do montante na manutenção ou melhoria dos instrumentos de trabalho, preocupação constante do dia-a-dia.

As malhas das redes são hoje produzidas industrialmente, à exceção da destinada ao robalão que, segundo os pescadores, não é tão eficaz quanto aquela feita tradicionalmente à mão. Assim, no verão, eles dedicam horas a tecer esse petrecho ou pagam alguém para fazê-lo. Não obstante, o trabalho de *entralhe* de toda e qualquer rede continua artesanal: consiste em entretecer na malha uma corda com cortiças e chumbos – também hoje manufaturados – em quantidade adequada a cada tipo. Dessa maneira, surgem redes adaptadas a diferentes profundidades, de acordo com a espécie procurada⁴⁷.

Cotidianamente, com todo o cuidado, as redes são lavadas, enroladas e devolvidas às embarcações, enquanto estas têm, periodicamente, a craca raspada do casco, tábuas

⁴⁶ A título de comparação, enquanto o quilo do parati é comercializado na região por cerca de R\$ 1,50, a mesma quantia de robalão é repassada por algo em torno de R\$ 12 e as ovas de tainha por R\$ 45.

⁴⁷ Para uma idéia dos gastos de confecção, uma rede de casseio – destinada a variadas espécies – exige cerca de 20 panos de malha, cada um com valor em torno de R\$ 150. Somadas as despesas com cordas, cortiças e chumbos, um instrumento desse sai em torno de R\$ 6 mil. Uma rede de fundeio – utilizada especialmente para robalão – custa cerca de R\$ 5 mil. Os pescadores consideram compensador o emprego em parceria desse segundo tipo de petrecho, por ter uso mais específico que o primeiro.

repregadas, pintura retocada. A pintura, aliás, é um traço marcante dos barcos motorizados: ao contrário das canoas a remo, todos são coloridos. Afora isso, possuem nomes que, embora exigência da Capitania dos Portos, revelam caráter afetivo. Assim, se as mulheres não estão fisicamente no mar de fora, elas sem dúvida não estão ausentes: esposas, filhas, mães – inclusive a mãe de Jesus Cristo – nomeiam as embarcações laboriosamente conquistadas. Botes e canoas chamados Ariana, Yasmin, Jaine ou Mensageira da Paz expressam laços parentais e sobrenaturais de complementaridade de gêneros⁴⁸.

As canoas a remo, todavia, não foram descartadas, haja vista que na vila há grupos pesqueiros que trabalham ainda somente com elas: atualmente, são oito nessa condição, mas também agora compostos apenas por homens, pais e filhos ou irmãos. Ademais, as canoas a remo seguem acopladas aos barcos motorizados – como espécies de miniaturas deles, com mesmo nome inclusive – e têm a função de trazer os tripulantes para a terra quando as embarcações são ancoradas em profundidade. Isso é necessário em virtude do movimento da maré que, se muito baixa, pode vir a encalhá-las. Nas temporadas de tainha, por sua vez, há gente que prefere buscar o peixe a remo na boca da barra. Motivo: o maior silêncio que, ao contrário do motor, não dispersa os animais. Por fim, quando o tempo está ruim e não é possível ultrapassar a barra, os proprietários dos barcos a motor se voltam para o mar de dentro com as canoas a remo que ainda mantêm.

Mesmo com a permanência do meio de transporte do tempo antigo, houve, porém, investimento em inovações: a rede de robalão, por exemplo, é explorada no mar de interior; a diferença está no número de unidades capturadas, bem menor que no mar de fora. A expectativa de muitos dos donos unicamente de canoas a remo é, no futuro, conquistar um motor. Para tanto, seguem poupando, não só o dinheiro vindo da pesca, mas também aquele oriundo dos *salários* que não existiam no tempo de primeiro⁴⁹. Exploram ainda outras possibilidades de trabalho: podem atuar, por um período, como camaradas em embarcações a motor de outros proprietários da vila ou passar temporadas em localidades pesqueiras das

⁴⁸ Cf. Figura 7, respectivamente, genealogias números 6, 28 e 31.

⁴⁹ Como o seguro-defeso e a Bolsa-família: o primeiro é uma compensação estatal aos pescadores pela proibição da pesca do camarão no período do verão (BRASIL, 2008), enquanto o segundo advém do programa de inclusão social do governo. O camarão não está entre as espécies preferidas pelos barreiros, ao contrário do que ocorre ao sul da ilha, na Barra do Superagüi, onde ele é a principal espécie a movimentar a economia local.

redondezas. E se, em momentos de *precisão* – ou seja, de dificuldades – faltar camarada na canoa a remo, a ajuda das mulheres é, como antigamente, convocada.

A exemplo do verificado por Alencar (1991), não cabe em Barra de Ararapira, por conseguinte, a dicotomia ocidental, estática e naturalizante, de que a cultura está para natureza assim como homem está para mulher. Ambos os gêneros trabalham em prol de um mesmo objetivo: o bem-estar da família. Logo, na “perspectiva da pessoa”, ela ou ele podem realizar qualquer atividade em torno dessa meta. O panorama igualitário suspende-se, entretanto, quando o corpo feminino contrasta com o masculino nas situações de liminaridade, como a menstruação e a gravidez. De outro modo, caso o êxito familiar se mostre ameaçado, a mulher aparece requisitada em auxílio ao homem.

O pescado, atualmente, não é tão farto quanto no passado, por isso, nada deve ser desperdiçado. Situação ilustrativa presenciei na última manhã de campo. Logo após o amanhecer, para fugir de um temporal que havia começado à noite e não umedecer minha pesada bagagem com resultados de um mês de trabalho, procurei atravessar rapidamente a praia até o trapiche onde tomaria a lancha à cidade. No caminho, encontrei Valmira, que me acompanharia na viagem. Mas não seguimos juntas. Enquanto eu tinha pressa, ela concentrava-se em juntar, um a um, os peixinhos que a chuva tinha lançado na praia: entregues à sua nora, fariam parte do almoço da família de seu filho naquele dia.

2.4 O desenvolvimento do “referencial marítimo”

Se por um lado as embarcações motorizadas permitiram aos pescadores da vila acesso ao mar de fora, por outro geraram uma maior dependência deles em relação à barra. Com a canoa a motor, embora dificultoso, ainda é possível o ingresso ao oceano pela costa, mas com o bote, por este exigir maior profundidade, inexistente outra opção a não ser o canal. Mais que nunca, portanto, esses trabalhadores estão atentos aos humores da desembocadura de acordo com o clima de cada período do ano, acompanhado hoje tanto pela experiência secular acerca das cores do céu, do andamento das nuvens, do barulho do mar, das correntes de água, do comportamento dos animais, entre outros elementos sensíveis, quanto pelas previsões meteorológicas transmitidas pela televisão e pelo rádio.

O cotidiano do pescador é sobremaneira influenciado pelas luas, marés e ventos: esses três elementos determinam se ele vai ao mar, onde trabalhará e que instrumentos empregará⁵⁰. Um vento nordeste mostra-se ideal para se dirigir ao oceano, enquanto o sul *arruína* o tempo e faz *fracassar* a pescaria. Vento sul, brincou uma nativa, é “ventilador de pobre” e, na sua presença, resta jogar um carteadado e esperar o cenário melhorar.

Entre um jogo e outro, os pescadores se amontoam na beira dos barrancos, de olho na barra, para verificar se houve melhora na situação. No verão, preocupam-se com redes de robalão deixadas *lá fora* que, por conta do clima ruim, ficam impedidos de buscar. Se for dia de maré grande, de lua, os temores aumentam, pois avisa o dito popular: “trovoada na lua nova, a esperança se desova”. Não raro acontece de terem seus instrumentos carregados pelo mar ou de os encontrarem repletos de peixes já apodrecidos – a catanga é tanta que afasta então as espécies vivas. Azar e prejuízo sem tamanho.

Por outro lado, noites claras de lua nova ou cheia com clima ameno são excelentes para pescar – sobretudo a sororoca no inverno, segunda espécie mais buscada na estação depois da tainha – pois o peixe não enxerga a rede e logo malha, ou seja, encosta nela. Nas demais luas, contudo, há um brilho na água que os pescadores chamam de *ardentia* – ele faz a rede ser percebida e o peixe custa encostar, ou seja, fica *luxento*. Por conseguinte, se as condições meteorológicas favorecem, há épocas em que os pescadores podem dormir mais nas embarcações que em casa, noites a fio trabalhando pesado.

Se o resultado da pescaria for bom, vira notícia, na vila e fora dela – um tipo de novidade que as pessoas divulgam entre si, pelo rádio, pelo telefone. Mas o tempo é danado e pode virar a qualquer momento: diz outro ditado que “mar é igual bumbum de criança,

⁵⁰ Nesse trio, a lua indubitavelmente tem papel especial, com influência que extrapola o ofício pesqueiro. Não só em Barra de Arapirã, como em outras vilas da região, costuma-se dizer que, quando uma pessoa encontra *titica de lua* na praia, a próxima mulher com quem cruzar estará grávida. Um levantamento sobre os recursos naturais na vida caiçara clarifica tal situação: “A lua (...) pode avisar uma determinada casa de que algo está errado: como a crença na ‘merda da lua’. A ‘merda da lua’ é um urupê (tipo de fungo, de cogumelo) que aparece de manhã bem cedo após a noite de lua cheia e está sempre no chão, mas parece que caiu do céu por deixar um rastro da mesma ‘meleca’ nos lugares acima de onde está. A lua faz ‘cocô’ para avisar que alguma coisa está errada, o primeiro sinal é de que o dono da casa está com azar. Mas também pode ser que uma mulher próxima a essa casa esteja grávida. E logo o boato se espalhava: ‘a lua fez cocô na casa de fulano’. Na manhã em que era encontrada a ‘merda da lua’, era melhor avisar o companheiro de pesca por causa do azar e por causa do risco de que alguma coisa podia dar errado, deixando para o companheiro a decisão de ir pescar ou não. A ‘merda da lua’ na cultura é tida como notícia ruim, se a mulher estiver grávida o homem está choco e, conseqüentemente, com azar. É normal que o homem choco do primeiro filho dê a vaga para outro pescador, o que faz com que se dedique mais a sua esposa e adquira seus próprios apetrechos de pesca” (CULTIMAR, s/d, p. 8).

uma hora está de um jeito, na outra já mudou”. Por isso, configura-se grande gafe desejar boa sorte antes de uma pescaria – não se deve dizer nada, do contrário, há grande chance de malogro.

“Pescar fora é sempre um risco. A gente sai com gosto, pensando em ir e voltar com Deus. Mas muitas vezes é preciso pensar rápido, é salvar ou perder a vida”, comentou comigo João. Desse modo, todos os pescadores têm suas próprias histórias de perigos que já enfrentaram – tormentas, tornados, trombas d’água. E possuem suas entidades religiosas preferidas para invocar nesses momentos em que, muitas vezes, nada se pode fazer a não ser ajoelhar-se na embarcação, para proteger o corpo e rezar. A mais lembrada nessas horas é, segundo os barreiros, *Ela*, Maria, a mãe de Jesus Cristo.

Santiro, em seus escritos diários de tempo e maré, relata pescarias dele com os filhos de, por exemplo, mais de 300 quilos; porém, também registra até três meses seguidos sem possibilidade de ir ao oceano (PIRES, s/d). Ele bem resumiu numa única frase tudo que tentei explicitar acima: “Pescaria é como um jogo”. Um jogo que, em Barra de Ararapira, aumentou seus rendimentos, mas também sua complexidade com o acesso ao mar de fora. O espaço pesqueiro se ampliou e, com ele, refinaram-se elementos que, segundo Maldonado (1993), mostram-se fundamentais para a organização das territorialidades marítimas: a “marcação” e a “mestrança”.

“Marcar” significa orientar-se no mar, construir roteiros, criar lugares. A “marcação” é necessária para determinar bons pontos pesqueiros, mas também para contornar as surpresas e ameaças próprias à atividade. Trata-se de um conhecimento geracional acumulado e transmitido, não para todos indiscriminadamente, mas para aqueles que se demonstram aptos a assumir as funções de “mestre” das embarcações (id.).

A “mestrança” não advém assim de desejo próprio, mas resulta da competente *performance* de um pescador, assim como de sua lealdade ao grupo, inclusive no que tange ao repasse seguro e certo de sua sabedoria, para que tal patrimônio perdure. Dessa forma, estabelece-se a autoridade dessa figura e não pela submissão dos tripulantes às suas ordens. Tal posição de liderança não implica, todavia, em privilégio. Não exime o mestre de partilhar com seus companheiros tarefas arriscadas no barco, que pode ou não ser de sua propriedade. Ao mesmo tempo, ele é o responsável pela segurança de todos e, por

consequência, ainda que indiretamente, pelo sustento das famílias de cada um que, além do mais, se encontram vinculadas à dele por laços de parentesco (id.).

Silva (1989) observa que, para o pescador, não há diferença entre ter patrão e ser “escravo”; é por isso que, embora comande as jornadas marítimas, o mestre não é um patrão. Mesmo entre a fartura de uma pescaria e a penúria de uma má sorte, o pescador valoriza sua independência⁵¹. Vê-se, novamente, uma hierarquia do tipo dumontiana, em que o grupo respalda e controla a atividade do mestre, porque todos estão subordinados ao “valor” absoluto que é Deus. Nesse sentido, o mestre, com sua sapiência, mas também intuições e até sonhos, surge como um mediador na dicotomia sobre-humana da sorte e do azar, que reflete, em última instância, o dilema entre a vida e a morte.

De acordo com Maldonado (op. cit.), a noção de sorte trabalha por proteger um “ideário de igualdade e liberdade” entre os pescadores, cuja atuação se dá num cenário de esforço árduo, concorrência permanente, incerteza de resultado, perigo incessante e possibilidade de desentendimento. A idéia de sorte promove a “partilha da informação e do risco” e faz “renovar as relações sociais”. É em virtude desse quadro que a autora aponta conveniente a designação de “competidores-cooperantes” aos pescadores, à primeira vista contraditória, mas que opera como marca da sociabilidade entre esses trabalhadores.

Como competidoras por um mesmo produto, cada embarcação busca o sucesso pela lógica do “segredo”, orientada pelo mestre, acerca dos melhores pontos pesqueiros. Tal ocultação guarda peculiaridades, pois vai além do silêncio: inclui desde considerações vagas a relatos excessivos, garantidores da fama dos pescadores como contadores de histórias exageradas. Por outro lado, como cooperadores pela vida, os grupos de trabalho não estão autorizados a sobrepor o objetivo comercial a uma ética de reciprocidade e de administração de conflitos no mar, mais rigorosa que a verificada na segurança em terra.

Como tudo isso se processa em Barra de Ararapira? Quando questionados sobre as tarefas do *mestre*, os pescadores do vilarejo oferecem as seguintes respostas: é quem estabelece o horário de trabalho; é quem se posiciona na popa da embarcação; é quem

⁵¹ Mussolini (1980 [1963], p. 257) fala sobre isso ao abordar a relação entre empregadores japoneses e pescadores do litoral norte de São Paulo, quando da industrialização da atividade: “Se aos primeiros causam espécie três características dos segundos, expressões de um ajustamento em processo ao trabalho assalariado – a mobilidade (ou melhor, a flutuação), a pouca ambição econômica e a falta de espírito de poupança – por outro lado, a atividade sem trégua e sem lazer do armador japonês soa ao caçara como uma renúncia. ‘Ganham muito, mas se matam’ é a expressão verbal quase padronizada da avaliação feita do empregador...”.

determina onde lançar a rede. Mas ninguém está obrigado a acompanhá-lo: desse modo, entende-se por que se revela comum o uso do verbo *convidar* para chamar alguém ao trabalho na vila. Antonio Marcelino, o mais idoso habitante, bem explica o exercício da mestrança: “Eu já fui mestre, ordenava os trabalhos no barco. O mestre é aquele diz vamos pra lá, vamos pra cá. Na minha casa, também era assim: hora de comer, iam todos comer, hora de rezar, iam todos rezar com a mãe. Eu penso assim: todo serviço tem que ter um mestre, um que manda, senão não funciona. Uma casa tem que ter o seu mestre, o pai, a mãe, senão vira um balaio de gato”.

No mar de fora, mestres e seus camaradas orientam-se especialmente por pontos situados na terra – árvores, morros, edificações –, mas estrelas em posição de destaque no céu também podem ser bons auxiliares. A entrada e a saída da barra, por exemplo – momentos cruciais das jornadas de trabalho, não raros recheados de neblina –, são reconhecidas pelos altos arbustos do quintal da Família Dias, na Praia Deserta.

Os locais de concentração de cardumes, por sua vez, são do mesmo modo identificados por pontos situados no ambiente terrestre. A *casa branca*, recorrentemente citada pelos pescadores, é um deles. Surpresa minha foi descobrir que essa construção, há muitos anos, não existe mais. Localizava-se na metade da extensão da Praia Deserta e sediava o escritório da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná, empresa que nos anos 80 invadiu terras na região para instalação de criações de búfalos. A presença estrangeira, institucionalizada, indica ter marcado a memória local.

O banco pesqueiro onde predomina maior competição, contudo, é a Ilha da Figueira, que, por seu caráter natural pedregoso, mostra-se inadequada à habitação humana. Ali, atualmente, concentram-se não só barcos da Barra de Ararapira, mas de diversos locais, tanto do litoral paranaense, quanto de estados vizinhos. Um cenário viabilizado pela existência das embarcações a motor – a remo era impensável aos barreiros alcançar essa ilha, quanto mais àqueles oriundos de outras localidades.

A partir da barra, o território explorado em mar aberto pelos pescadores da vila compreende, dessa forma, a porção delimitada pela casa branca ao sul; pela Ilha da Figueira a leste; e pela localidade da Enseada da Baleia, na Ilha do Cardoso, ao norte. No mar de dentro, é possível traçar o mesmo tipo de mapa: os pescadores do rio utilizam o espaço que

vai da boca da barra ao sul, até as proximidades da Enseada da Baleia, ao norte. A oeste, aparece o vilarejo⁵².

No mar de interior, porém, os procedimentos de marcação, embora parecidos com aqueles do grande oceano, guardam particularidades. Visualizar o estado da água e sentir o movimento do remo são fundamentais porque, ao contrário do mar de fora, a profundidade varia muito – há locais bastante rasos, onde não existem peixes. Essa configuração guarda certa relação com a dinâmica da barra, pois os bancos de areia construídos por ela invadem o rio e agravam o assoreamento.

O surgimento do motor também determinou o ingresso de embarcações estrangeiras no mar de dentro. Especialmente no verão, o rio se enche de barcos de turistas, que vão e vem em velocidade, por fora dos canais delimitados pelos pescadores, o que destrói redes ali instaladas. Um tráfego nada parecido com o do tempo de primeiro.

Falar de competição entre embarcações nativas e estrangeiras é fácil. Nesse sentido, as queixas dos pescadores são constantes. Na Ilha da Figueira, relatam, às vezes é tanta gente – embarcações do lugar, barcos de outras vilas, grandes pesqueiros, lanchas turísticas, mergulhadores – que soltar uma rede se torna um procedimento complicado. Contudo, os barreiros destacam sua habilidade: saem ganhando da concorrência, pois seu amplo conhecimento territorial os permite acertar o lanço ainda que de longe. Difícil, entretanto, é falar sobre competição entre as embarcações nativas. Percebe-se aí a intensidade da contraditória relação entre a necessidade de segredo para o sucesso de uma pescaria e o imperativo de solidariedade configurado pelos riscos do trabalho no mar, como também as afetividades entre vizinhos, parentes e compadres.

De uma forma geral, quando questionados sobre a questão do segredo, os pescadores respondem: “Eu não guardo, mas tem gente que guarda sim, informa errado. Mas eu não faço isso”. Uma situação exemplar: numa das manhãs do trabalho de campo, recebi a notícia de que dois pescadores, numa canoa a remo, tinham obtido num único lanço 500 quilos de parati. Algo assim não se via há tempos: o resultado mais comum numa empreitada como essa gira em torno de 50 a 100 quilos. A dupla veio se equilibrando, na embarcação lotada, até a terra firme. Foi uma comemoração só. Tamanha a quantidade, muita gente foi ajudar a despescar e, como no tempo antigo, recebeu seu quinhão pelo

⁵² Cf. Figura 4.

auxílio. Nessa data, até mesmo eu vim a ganhar peixe do lanço para o almoço. Dias depois conversei com outro pescador sobre o feito, ao que ele comentou: “Disseram que o lanço foi no leste, mas na verdade ocorreu no sul”.

Aos pescadores, indica ser constrangedor posicionar-se publicamente como partidário do segredo. Apenas um chegou a dizer-me claramente: “O pescador é safado pra caramba. É difícil contar a verdade. O pessoal daqui vê a gente pescando e acaba sabendo. Mas se a gente fala pra turma de fora, enche de barcos no mesmo lugar”. Quem me revelou certos detalhes acerca de conflitos por espaços marítimos foi uma mulher, numa conversa reservada. Quanto a essa questão, novamente, colocam-se singularidades próprias a cada um dos domínios da territorialidade marítima local.

No mar de dentro, cada grupo pesqueiro possui áreas específicas que costuma explorar. Caso tal configuração seja desrespeitada, as contendidas se mostram mais abertamente que no mar de fora, especialmente nas grandes safras de tainha e robalão. Como dito antes, enquanto neste último todo lugar é fundo, no primeiro os bancos de areia estão em constante movimento, o que obriga uma redefinição de espaços periódica entre as canoas a remo. Na costa, onde ocorre uma pesca complementar ao trabalho no rio, há também uma estrutura organizativa: as chamadas *redes de amarra* de cada grupo são dispostas uma ao lado da outra, numa ordem conhecida por todos⁵³.

No mar de fora, a boa profundidade permite uma disposição mais livre das embarcações motorizadas, porém, o número de barcos aumenta. Por conseguinte, as estratégias de discrição vão variar de acordo com cada temporada. A sororoca, que aparece no inverno, ocorre de maneira abundante, de modo que é possível colocar praticamente uma rede do lado da outra. Há vezes em que o volume é tanto que derruba rapidamente o preço. O robalão e o cação, típicos do verão, ao contrário, não são tão fáceis de encontrar e, por isso, a busca deles é mais envolta de segredo. Facilidade em guardá-lo, entretanto, nem sempre há, por conta das próprias relações sociais entre os grupos de pesca do vilarejo.

Todavia, diante das embarcações estrangeiras, a ocultação se impõe fortemente. Pode acontecer que estas encontrem, por acaso, a rede de um barreano. Pode ser que se furem à ética local e mexam na rede. Mas o dono com certeza vai perceber, porque sabe

⁵³ O petrecho recebe essa denominação porque uma de suas extremidades fica amarrada na areia da praia, de onde, quando cheia de pescado, a rede é puxada. Embora uma modalidade de arrasto, trata-se de um procedimento em escala bastante menor que aquele descrito para o tempo de primeiro.

como ninguém onde e como dispôs seu instrumento. O proprietário, sobretudo, conhece a sua rede, cujas bóias têm as iniciais de seu nome e barco. E, apesar dos benefícios industriais ao processo de confecção, o toque ainda artesanal do pescador permite que uma rede nunca seja igual à outra. Nada, contudo, parece valer um conflito aberto no mar de fora, onde o perigo é mais iminente que no mar de dentro. Isso os pescadores dizem claramente: “Mesmo que seja seu inimigo, se ficar sem motor, você é obrigado a rebocar e trazer lá de fora”; “Lá fora, a gente precisa um do outro”. Em terra, por outro lado, as disputas encontram espaço seguro para se evidenciar.

Caso emblemático nesse sentido protagoniza a Família Dias, que vive na fronteira com Barra de Ararapira. Seu patriarca, o finado Antonio Dias, é muito lembrado na região pela postura violenta diante daqueles que desafiavam seu território, comportamento este mantido por seus descendentes. Pescadores do vilarejo contam que, enquanto estendem redes no mar de fora, deparam-se cotidianamente com membros da família no quintal, sinalizando para que os petrechos sejam retirados da área na direção da residência.

Os Dias não deixam seu descontentamento barato: já fizeram denúncias na delegacia de Guaraqueçaba, aos quais os barreiros tiveram que responder. Estes argumentam não invadir o território da família, que pesca somente na costa e não no mar aberto⁵⁴. Na vila, a discordância quanto às ameaças perpetradas pelos Dias é geral, mas há quem encontre uma explicação plausível para sua origem. Disseram-me: “Se o falecido Antonio Dias não defendesse o território a arma, não tiraria um peixe para sua família, pois ali é o lugar onde mais dá e estavam invadindo. Ainda que o pessoal da Barra só pesca aqui mesmo, mas esses de Guaratuba, da Barra do Superagüi, de Pontal do Sul, vão por tudo”.

⁵⁴ O comportamento irascível dos Dias ultrapassa, todavia, a esfera formal. Um desentendimento com rapazes barreiros culminou no assassinato de Jackson Martins por Jair, um dos filhos de Antonio Dias, durante um baile na Barra do Superagüi. Traumatizada pelo incidente, a família de Jackson, cujo patriarca é João Martins Filho, mudou-se para Pontal do Leste (cf. Figura 7, genealogia número 20). Pela condição de réu primário, Jair responde pelo homicídio em liberdade. Sobre o acontecimento, cf. no Anexo 2 reportagem de um jornal paranaense – um tanto excessiva, importa advertir, em seu sensacionalismo. Outro episódio marcante envolve Doroteia, filha do finado Dias. Durante a viagem para a primeira estada em campo, Odair Rodrigues, o rapaz que conduziu a charrete à Barra de Ararapira, relatou-me ser alvo de perseguições empreendidas por sua vizinha na Praia Deserta. Dizendo-se apaixonada, Doroteia não aceitava o recente casamento de Odair e, com o orgulho ferido, já o havia açoitado armada de uma faca. “Em um baile, comentei que queria dançar com ela e daí, pronto”, disse-me, negando envolvimento amoroso com a moça. Por temor, Odair explicou-me que pouparia sua mula durante o percurso de ida pela praia, para que na volta, quando estivesse sozinho, pudesse acelerar o trote e assim evitar Doroteia.

Em meio à territorialidade marítima gerenciada pelos pescadores, faz-se necessário ainda apontar os mecanismos de manejo advindos da legislação ambiental, com os quais eles se defrontam. O mais citado compõe-se da área demarcada e dos instrumentos delimitados pelo governo federal para a pesca de manjuba (BRASIL, 2005). Trata-se de uma espécie obtida no mar de dentro, com um petrecho específico, a *rede de filó*, que atualmente poucos possuem no vilarejo. A manjuba indica outrora ter sido mais buscada por esses trabalhadores; hoje, figura apenas como uma alternativa de pesca. A situação do cerco também merece notação. Em 2004, a legislação o vetou no Estado do Paraná, por considerá-lo prática predatória tanto da vida no mar quanto da floresta (BRASIL, 2004). Por outro lado, em virtude de posicionamentos político-ideológicos, permanece permitido em São Paulo – logo à frente de Barra de Ararapira (SÃO PAULO, 1998) ⁵⁵.

3. O futuro da barra

3.1 *E o mangue vai virar praia*

“Está um areião só aqui, está virando praia mesmo” – foi assim que Edina Aparecida Santana respondeu meu chamado quando a perdi de vista na Ilha do Mangue, em frente à Barra de Ararapira⁵⁶. Era uma manhã nublada de inverno essa em que Edina me convidou para acompanhá-la na busca por um marisco muito apreciado localmente, chamado *sururu*. Ela achou que não ia encontrar quase nada, pois muitos andavam dizendo que o mangue estava virando praia e, a essa transformação, os animais não sobrevivem. Mas resolveu arriscar porque, como disse, estava “variada” de vontade de fazer com eles um belo ensopado com macarrão.

A procura começou assim que Edina colocou os pés no mangue: agilmente, ela identificava a presença do *sururu* por um pequeno risco na lama, imperceptível aos olhos de

⁵⁵ A título de comparação, no linguajar nativo, enquanto a rede de lanço *mata* 100 quilos de pescado no rio, o cerco *mata* 600. Apesar da inquestionável rentabilidade, os posicionamentos dos pescadores sobre o cerco divergem. Houve quem se declarasse contrário à prática por temor às restrições ambientais, mas também pelo grande trabalho de manutenção e pelo desmatamento excessivo para obtenção da matéria-prima de construção da armadilha. Importa notar que, se no tempo de primeiro, os cercos eram comunitários, aos poucos foram se tornando individuais, como parte de um contexto de recrudescimento da concorrência com o ingresso das embarcações motorizadas.

⁵⁶ Cf. Figura 4.

um leigo. Edina se movimentava tão rapidamente – e eu tão vagarosamente, motivo pelo qual rimos muito naquele dia – que, a certa altura, embrenhou-se no mangue, de modo que não consegui mais enxergá-la. Apesar da areia que viu lá dentro, a moça voltou para casa com dois balaios cheios de sururu e, juntas, preparamos um almoço cuja lembrança me aguça o paladar. A paisagem, contudo, está mudando – explicou-me ela quando retornávamos à canoa –, ao apontar centenas de *berbigões*, também uma espécie de marisco, mortos na beira da água em virtude do aumento da salinidade.

3.2 *E a praia vai virar mangue*

Num dia um pouco mais ensolarado daquele mesmo inverno, Edina convidou-me para uma nova expedição: buscar outro tipo de marisco, denominado *pariova*, encontrado nas *coroas* do mar de dentro em frente ao vilarejo. Coroa é a denominação nativa para os bancos de areia do rio que, com a movimentação da barra, têm aumentado em extensão e volume. Por conta do assoreamento, depois que a maré *vaza* – ou seja, baixa – é possível caminhar a pé pelo que, horas mais tarde, será novamente coberto de água. Foi num momento como esse que Edina e eu saímos em direção às coroas. Mas não tivemos tanta sorte desta vez: a chuva de um pouco antes havia fechado os buraquinhos pelos quais as pariovas são identificadas, de maneira que Edina não conseguiu encontrar sequer uma.

Os índices espaciais informam assim os nativos, e também os cientistas, sobre algo que inevitavelmente vai acontecer, mais cedo ou mais tarde: a barra atual se fechará para a abertura de uma nova. Pesquisas de Angulo, Souza e Müller (2009) prevêm que esse evento ocorrerá entre os anos 2012 e 2016. E, desta vez, segundo eles, será diferente: a desembocadura sairá da direção sul, em se encontra há cerca de 700 anos, para se estabelecer ao norte.

Sucessivas ressacas devem abrir, como dito, um canal de largura semelhante ao atual, em torno de 1 quilômetro, na altura do vilarejo da Enseada da Baleia. Em virtude disso, prognostica-se que uma extensão de terra, de aproximadamente seis quilômetros, se desprenda da Ilha do Cardoso para se grudar à Ilha do Superagüi. Esse acontecimento de peso seria capaz de reabrir a discussão relativa às divisas estaduais, como também aos limites das unidades de conservação locais e à exploração de poços de petróleo ali

existentes: os pesquisadores crêem que legisladores não consideraram a contento a mobilidade da costa na demarcação territorial⁵⁷ (id.).

Os moradores, por sua vez, fazem suas próprias previsões, a exemplo daquela que abre este capítulo, esboçada por Santiro em seu manuscrito (PIRES, s/d). De acordo com os barreiros, que vai *furar* outra barra é certo, mas uma data específica, poucos arriscam. “Pode ser mais rápido como não, não tem como saber, é a natureza”, disse-me Rubens. O fato é que a paisagem vem mudando e, com ela, a territorialidade marítima precisa ser constantemente atualizada. Os pescadores costumam dizer que, em Barra de Ararapira, está cada vez mais difícil “sair para fora”. Primeiro, porque é necessário contornar as coroaes que se impõem como obstáculos no mar de dentro. Segundo, porque a barra, cada vez mais assoreada e rasa, gera forte arrebentação e maior perigo em sua passagem.

3.3 *A paisagem do devir*

Poderia se conjecturar que o fechamento da barra atual seria capaz manter de pé as edificações da área mais afetada pelo processo erosivo, como as de propriedade de Rubens. Angulo et al. (2009) alertam, todavia, que a mudança da desembocadura deve diminuir a energia da água circulante no mar de interior das proximidades da vila, de modo que boa parte de seu território vire mangue. Com o mangue, avançam os mosquitos, motivadores de deslocamento populacional. Além disso, a saída para o mar de fora ficará seis quilômetros mais afastada do vilarejo.

Os nativos é que se deram conta desses fatos muito antes e então advertiram os estudiosos. Cogitam que, nessa nova condição, o gasto com combustível para chegada ao oceano não compense permanecer no local. Ou seja, não será mais possível sair na certeza para o mar aberto. “É o êxodo. A gente acompanha o movimento da barra, não tem alternativa”, falou-me Adirson; “A barra é a nossa bússola”, destacou Santiro.

Entre os habitantes, as especulações sobre o que vai acontecer são constantes. Alguns dizem, nostálgicos, que talvez o fechamento da barra seja capaz de trazer de volta a linda praia defronte à vila, aos poucos comida pela maré. Em muitas fotografias, vi adultos

⁵⁷ Sobre esse debate, cf. Anexo 5.

de hoje ainda crianças, brincando nessa praia. Outros são mais fatalistas: “Acho que daqui uns anos esse lugar não vai mais existir”, afirmou para mim Marcio, em sua casa, durante um dos tradicionais cafés da tarde, de que os barreiros gostam tanto. “Quer ver como as coisas mudaram mesmo?”, perguntou-me a esposa dele, Rosinilda Santana. Diante de resposta afirmativa, trouxe uma caixa de fotos.

Duas delas pareceram exemplares aos presentes. Uma mostrava Marcio trabalhando na feitura de uma rede, em frente à casa de seu pai Rubens – isso há uns 18 anos, pois, segundo Rosinilda, os dois ainda não eram casados. Todo o espaço abarcado pela imagem não existe mais. “Lembro que papai se ajoelhava e rezava bem aqui [por medo de que a maré levasse tudo]”, apontou Marcio. E a maré carregou.

Na outra fotografia, aparecia o filho mais velho do casal, Alexandre Richard Santana Muniz, com cerca de quatro anos, num local também próximo à residência do avô. Na imagem, havia um pé de guanandi, onde estava encostada uma caixa de armazenamento de pescado: meus jovens interlocutores suspeitavam ser a única árvore que tinha restado de uma porção. Mais tarde, fomos checar com Rubens, que confirmou. “Quando eu estava construindo essa casa [apontou para a atual residência], era longe trazer o material do barco para a obra. Agora o mar está aí. Quem poderia imaginar?”, comentou.

Enquanto víamos as fotos com Rubens, juntou uma porção de gente. Todos, inclusive crianças, davam seus palpites sobre o que existe ainda e o que não existe mais, tanto atributos naturais quanto aqueles criados pelo homem. Nessas falas, várias lembranças: o mato onde brincavam, a praia onde tomavam banho, a casa onde vovô morava... A mudança gera apreensão, mas, ao mesmo tempo, os moradores acreditam que, como seus antepassados, vão conseguir dar conta de tudo isso.

Pedi a Alexandre, atualmente com 14 anos, para que repetíssemos a foto, de modo a comparar o passado e o presente⁵⁸. Surgia assim mais um elemento a compor o quebra-cabeça que é o território de Barra de Ararapira. Um exercício da memória a que o sítio se entrega, de modo a interligar esse espaço em movimento.

⁵⁸ Cf. Prancha Fotográfica 3.

PRANCHA 3

O comedio



Foto 1 (acima) - *Aos quatro*: Alexandre Muniz, em frente à casa do avô Rubens (Arquivo pessoal de Rosinilda Santana).



Foto 2 (à direita) - *Aos quatorze*: Alexandre, apoiado no mesmo guanandi que aparece na imagem anterior com uma caixa de pescado amarela no pé. Em uma década, boa parte do terreno foi levada pelo mar.

Foto 3 (abaixo) - “*Papai rezava ajoelhado aqui*”: Apontou Marcio Muniz (à esquerda) sobre o lugar em que aparece tecendo rede, totalmente carregado pela maré (Arquivo pessoal de Rosinilda Santana).



PRANCHA 4

Mato que vira mar, mar que vira mato - parte 1



Fotos 1 e 2 - *Destruindo e construindo*: Sinais do vai-e-vem da barra. Acima, a maré cheia, abaixo a maré vazada. Em meio a esse movimento, o mato se revela: galhos, blocos de terra, raízes.



PRANCHA 5

Mato que vira mar, mar que vira mato - parte 2



Foto 1 - *Coroas*: Na maré baixa, aves avançam sobre os bancos de areia presentes no mar de dentro. Ao fundo, a Ilha da Figueira, principal ponto de pesca no mar de fora.



Foto 2 - *Quase*: Árvore prestes a despencar em frente à moradia de João – outra que se junta à soma de mais de uma dezena que o mar já arrancou de seu quintal.

PRANCHA 6

Mato que vira mar, mar que vira mato - parte 3



Foto 1 - *Maré de lua*: Dia de inverno, com mar volumoso e agitado. Hora de correr para varar as embarcações menores.



Foto 2 - *Galhada*: Pausa durante o passeio das garotas pela praia para uma foto em meio às árvores que a maré derrubou.

PRANCHA 7

Pescadores do tempo de agora - parte 1



Foto 1 (acima) - *Regresso do mar de fora*: Dia de celebração da chegada das baleias francas à boca da barra.



Foto 2 (acima, à direita) - *Faina no mar de dentro*.

Foto 3 (abaixo) - *Instrumentos de trabalho*.

Foto 4 (abaixo, à direita) - *Hora de mariscar*: Edina Santana com seus balaaios.



PRANCHA 8

Pescadores do tempo de agora - parte 2



Foto 1 (acima) - *Trapiche*: Parte da obra está assentada num local que já foi mar um dia.



Foto 2 (acima, à direita) - *Porto de Ivo Pires*.

Foto 3 (abaixo) - *Cuidado*: Sebastião Pires (fundo) e seu filho retocam a pintura do bote da família.

Foto 4 (abaixo, à direita) - *Escalando*: Margarida Muniz limpa o peixe que alimentará sua família.



PRANCHA 9

Pescadores do tempo de agora - parte 3



Foto 1 (acima) - *Criação da barra*: Praia em Pontal do Leste (SP) que há algum tempo não existia.



Foto 2 (acima, à direita) - *Tecendo*: João (à frente) e Davi Pires trabalham em uma rede.

Foto 3 (abaixo) - *Cerco*: Ao fundo, armadilha de pesca hoje permitida apenas no lado paulista.



Foto 4 (abaixo, à direita) - *Entralhando*: Osni Santana distribui cortiças e chumbos por sua rede.



...naquela época se plantava muita mandioca e que por sinal se a gente não plantasse não sobrevivia. (...) Apesar das dificuldades havia muita fartura, muitos peixes, muitos pássaros, muita caça e animais silvestres. (...) Foram passando os anos, alguns parentes chegando e fazendo seu rancho de sapé ou de palha de guamiova. Parentes que há muitos anos moraram aqui, depois afastaram-se e agora voltavam morar aqui e assim a vila foi crescendo um pouquinho mais. Mais tarde, como o destino traça a vida de cada um, algumas pessoas já tinham casa coberta com telha de barro (...). A única diversão era o fandango nos sábados ou um joguinho de baralho ou mesmo um jogo de malha na praia, os solteiros um namorinho nas tardes de domingo na praia sentados nas galhadas das madeiras que o mar jogava, enquanto os mais idosos reuniam-se na casa dos amigos pra papear um pouco. (...) A vida era sofrida, mas apesar de tudo muito divertida. Não existia dinheiro, mas existia a paz, o amor, a tranqüilidade, mesmo com a vida difícil que o povo levava, vinha aquela alegria rotineira, os meses de maio, junho e julho, safra da tainha.

Rubens Jorge Muniz, sobre o tempo de primeiro, em “História de Barra de Ararapira”

Diálogo no tempo de agora com Marcos Santana Muniz, de 5 anos, neto de Rubens, durante um torneio de futebol entre vilarejos da redondeza:

- *O que você vai ser quando crescer?* – foi a primeira de uma série de perguntas da etnógrafa ao menino.
 - *Eu vou casar.*
 - *Já sabe com quem?*
 - *Sei.*
 - *Quem?* – ele ficou em silêncio enquanto garotinhas ao redor sopravam nomes: Ivana, Elizandra...
 - *Elizandra, de Beta. Ela tem olho azul.*
 - *E você vai pescar?*
 - *Vou.*
 - *Vai ter um barco? Como chamará?*
 - *Já tem o barco de papai.*
 - *E como é que pesca?*
 - *É só jogar e colher.*
 - *Você vai ter filhos?*
 - *Aham, vou ter sete. Não, não, vou ter dez.*
-

CAPÍTULO 2

O SÍTIO

1. O sítio como “lugar antropológico”

1.1 *Dois ritos no sítio*

Chegara o domingo do aniversário de um ano do menino Otávio, o mais novo morador do *outro lado*. Para quem reside em Barra de Ararapira, o outro lado é a vila paulista de Pontal do Leste, separada da localidade paranaense por um pequeno trecho d'água, atravessado de barco em poucos minutos. A festa somente ocorreria à tarde, mas desde cedo começaram os preparativos. Pela manhã, logo que deixei meus aposentos, avistei Edina, acompanhada de seu caçula, em uma das grandes coroas do mar de dentro. Ela aguardava uma embarcação que viria buscá-la de Pontal do Leste, a fim de terminar o bolo de aniversário, serviço para o qual havia sido contratada. Na ânsia de logo chegar, Edina resolveu adiantar o percurso, caminhando pelos bancos de areia.

As visitas a Pontal do Leste são sempre motivo de alegria para a moça: nascida ali, ela aproveita para ficar com sua mãe, pai, irmão, cunhada, sobrinho e outros parentes. O irmão é, aliás, o único homem de um grupo numeroso de germanos. Como de praxe, ele casou-se e permaneceu em Pontal do Leste – hoje ainda ocupando um quarto na casa dos pais, mas em contagem regressiva para o estabelecimento de sua própria residência. As irmãs, ao contrário, deixaram todas o vilarejo para acompanhar os maridos.

Edina não foi muito longe: uniu-se a um rapaz da vizinha Barra de Ararapira, Adirson, filho de Rubens. O mesmo trajeto fez sua irmã Rosinilda, casada com Marcio, irmão mais novo de Adirson. Outras duas germanas delas, porém, estão mais distantes, na Juréia, junto dos maridos que foram tentar a vida nesse núcleo pescador do município paulista de Iguape. Os companheiros de ambas são também irmãos e de Barra de Ararapira, filhos de Selmiro Servulo da Cunha e Iolanda Maria Pires. Estes dois últimos, por sua vez, são bisavôs do aniversariante Otávio, neto de uma das filhas do casal, esposa de um homem de Pontal do Leste⁵⁹.

Depois de ver Edina e seu pequeno na coroa, dirigi-me para o culto, compromisso das manhãs de domingo em Barra de Ararapira. Em todas as celebrações, na parte reservada às preces da comunidade, os fiéis sempre fazem inúmeras por seus parentes

⁵⁹ Cf. Figura 7, na ordem que segue, genealogias números 8, 9, 24 e 17.

distribuídos pela região, seja pedindo uma graça, seja agradecendo uma benção. Naquele dia, rezou-se por Otávio, que completava seu primeiro ano de vida.

Era inverno e, poucos antes, a vila tinha recebido a visita mensal do padre, com um anúncio: em solidariedade às campanhas de prevenção da gripe causada pelo vírus H₁N₁, a comunidade barreana, como toda a igreja católica no Brasil, deveria evitar apertos de mãos e demais contatos pessoais no momento em que se deseja a paz. Na ausência do padre, contudo, o procedimento não foi aplicado tão facilmente. Naquele domingo, o celebrante do culto – conduzido por qualquer morador homem interessado – relembrou a recomendação; entretanto, após um instante de silêncio, os presentes começaram a se cumprimentar. Na saída, houve quem reiterasse a orientação do sacerdote, mas também quem a considerasse um absurdo, pois, afinal, ali vivem poucos e todos se conhecem. “Não tem cabimento ficar com nojo de pegar um na mão do outro”, alguém exclamou.

A polêmica não se estendeu: sem tardança, os habitantes foram para suas casas, almoçar e se preparar para a comemoração de logo mais. Fui convidada para a festa, mas como acompanhara a preocupação geral ao longo da semana com os presentes ao aniversariante, fiquei receosa em aceitar, pois não havia providenciado nada. “Você é de fora, não tem problema”, foi a resposta que recebi ao meu questionamento. Assim sendo, tomei uma carona no bote da família de Rosinilda, irmã de Edina.

Ao chegar à residência onde a festa se realizaria em Pontal do Leste, vi sobre a mesa o bolo que esta última tinha preparado, colorido e, principalmente, enorme. Explicaram-me elas que precisava ser assim, haja vista que todos os moradores, tanto de Pontal do Leste quanto de Barra de Ararapira, tinham sido convidados, além dos parentes de outros vilarejos dos arredores. Antes de cortar o bolo, tortas, salgadinhos e bebidas circularam a todo vapor. Havia uma grande vontade de deixar os presentes satisfeitos. Enquanto isso, a música rolava solta, amplificada por caixas de som – tocou um pouco de *fandango*, música típica caiçara, mas o grande sucesso foi mesmo o forró.

Após o ‘parabéns para você’, um grupo de mulheres espalhou os presentes do aniversariante numa mesa e, à medida que os desembulhavam, iam questionando: “Quem deu esse?”. Os remetentes então se manifestavam e eram saudados por vivas e palmas. Mesmo quem não compareceu à festa, tinha enviado uma lembrança, por intermédio de parentes, às vezes acompanhada de uma cartinha com votos de felicidade. E quem não

ofertou um presente – por não ter conseguido ir à cidade comprar algo, por exemplo – ofereceu dinheiro: as quantias, uma a uma, também foram anunciadas e aplaudidas, assim como a soma total obtida.

Em seguida, pais, padrinhos, avôs e bisavôs do aniversariante foram chamados ao microfone, enquanto os convidados gritavam: “Discurso, discurso!”. Um por um, os ascendentes agradeceram a presença de todos e rogaram que Deus sempre abençoasse aquela criança. Explicaram-me, depois, que os discursos não acontecem obrigatoriamente em todas as festas, mas que a exposição pública dos presentes é “sagrada”.

Selmiro Servulo da Cunha, bisavô de Otávio, esteve entre os que discursaram. Em minha última viagem a campo, ele estava bastante adoentado: reencontrei-o apenas no final dessa estada, quando retornou à Barra de Ararapira após quase um mês de tratamento hospitalar na cidade. Houve um dia no qual Selmiro passou bastante mal; foi quando conheci seus filhos residentes na Juréia, que vieram ver o pai.

Dois meses depois, de Curitiba, liguei para a vila e recebi a triste notícia de que Selmiro tinha acabado de falecer. Quem atendeu o telefone público em Barra de Ararapira foi uma moça moradora de Pontal do Leste: contou-me que sua família estava do outro lado por conta do velório. O corpo de Selmiro seria enterrado no cemitério de Ararapira, vilarejo hoje desabitado na Ilha do Superagüi, onde estão sepultados os antepassados dos moradores das localidades da redondeza⁶⁰.

Iniciado no mar, o itinerário pela territorialidade de Barra de Ararapira agora direciona-se a terra, domínios estes complementares e inseparáveis. Se, no primeiro, a barra aparece como categoria nativa fundamental, no segundo o sítio ocupa tal posição. Os dois ritos acima procuram descrever o que é o sítio: espaço do parentesco e da reciprocidade⁶¹. Dessa maneira, o território de Barra de Ararapira pode ser comparado a uma colcha de retalhos em permanente reforma: o movimento do mato que vira mar e do mar que vira mato corresponde aos pedacinhos de tecido que, ao longo do tempo, vão sendo substituídos. A linha que continuamente os costura é a memória genealógica. Nos termos

⁶⁰ O rito funerário nativo não é aqui descrito em mais detalhes porque não acompanhei nenhum diretamente.

⁶¹ A concepção de parentesco engloba aqui as relações de descendência e afinidade, a exemplo da tradição antropológica francesa.

de Áuge (1994), o sítio posiciona-se assim como um “lugar antropológico” por excelência: ao mesmo tempo relacional, histórico e, também, identitário.

1.2 *O macrosítio: uma grande família*

Os moradores de Barra de Ararapira empregam cotidianamente o termo ‘sítio’ para falar do espaço onde vivem. Etnografias realizadas entre camponeses, citadas a seguir, registram o uso dessa mesma palavra que, para além de uma designação de localidade, situa-se como categoria essencial na reflexão sobre o lugar da terra, da família e do trabalho nesses grupos. Woortmann (1990) explica que, embora existam muitos jeitos de ser camponês, há uma “qualidade” que os aproxima, a “campesinidade”: manifestada em diferentes gradações, ela configura nessas coletividades uma “ordem moral” específica quanto às relações entre homens e deles com a terra. Assim, o fato de o vocábulo ‘sítio’ ser corrente em Barra de Ararapira, apesar de ali não mais existirem roças, prova que a “campesinidade” vincula-se menos à prática agrícola em si e mais a uma forma de ser.

O autor supracitado identificou, no nordeste brasileiro, três significados para sítio: o primeiro refere-se a uma “comunidade fechada” em que o acesso a terra se dá via parentesco; o segundo, englobado pelo anterior, diz respeito a terra trabalhada por uma família extensa no interior desse espaço organizado pela genealogia; o terceiro, circunscrito no segundo, indica o “conjunto casa-quintal” habitado pela família nuclear camponesa. Tal ordenamento oferece bom conteúdo comparativo para situar o que é o sítio em Barra de Ararapira: no vilarejo, pode-se dizer que a palavra abarca a primeira e a segunda acepções apontadas por Woortmann, enquanto a terceira não se mostra aplicável.

Para os barreanos, o sítio posiciona-se, antes de tudo, como o espaço oposto à cidade. Nesse sentido contrastivo, o termo ultrapassa as fronteiras do vilarejo e denomina o conjunto dos núcleos pescadores dos arredores, paranaenses ou paulistas – o que visualizo como um macrosítio. Num mapa, o macrosítio abrangeria hoje, segundo as falas locais, especialmente o espaço entre os litorais sul de São Paulo e norte do Paraná. Mas, aos nativos, a vila em si mesma também é um sítio, assim como o são, uma a uma, as localidades vizinhas a ela semelhantes, cada qual com seus próprios troncos familiares e

regimes de trabalho – estas, enxergo como microsítios⁶². A seguir, proponho-me a discutir a articulação entre o macrosítio e seus microsítios, conexão que desenha um território simultaneamente uno e múltiplo.

O que faz então o Sítio diferente do universo urbano? Sempre que viajam até a cidade e precisam pernoitar, os nativos costumam contar com a hospitalidade de parentes que ali residem. Numa das viagens que acompanhei, para o município de Cananéia (SP), fui convidada por um grupo a pousar em uma dessas casas. Quando chegamos, nossa anfitriã cumprimentou um a um e, na minha vez, questionou: “E você, é filha de quem?”. Uma pergunta imprescindível porque o Sítio, ao contrário da cidade, é o lugar do parentesco.

Assim sendo, as relações parentais são ali um assunto constante e necessário: mostra-se algo tão introjetado que até mesmo a mim, uma estrangeira, falava-se de parentes, vivos ou mortos, como se eu os conhecesse de longa data. Porque, no Sítio, diversamente da cidade, todos se conhecem. Mas desde quando? – foi uma de minhas questões, na busca por mapear a ocupação territorial. A resposta nunca mudava: “Desde sempre”, porque pais, avôs, bisavôs já viviam no Sítio.

Logo, inexistia aí um marco de criação como no cenário urbano: trata-se de uma narrativa fundacional que não se apóia numa perspectiva cronológica moderna e que, ao mesmo tempo, detém o potencial de abarcar esta última. É uma “história-mito”, para usar um termo de Godoi (1998), história e mito considerados em pé de igualdade, num relato em que importa menos a veracidade e mais a eficiência para quem o detém. Um gênero narrativo revelador de que acontecimentos históricos não têm sentido em si mesmos; sua acepção, como nos mitos, é construída com aquilo que se mostra significativo para ação num dado arcabouço cultural.

Enquanto “lugar antropológico”, o Sítio se pensa como um “mundo fundado de uma vez por todas”: dele, já se conhece tudo; nele, é preciso sim reconhecer-se (AUGÉ, op. cit.). Reconhecer-se nessa “memória-mundo” – empregando novamente uma noção de Godoi (1999) – implica posicionar-se para além de uma história pessoal e localizar o indivíduo do presente na linha de um tempo familiar. Visualiza-se assim, numa concepção dumontiana,

⁶² Daqui em diante, uso ‘Sítio’ em maiúscula para referência ao macrosítio, enquanto os microsítios denomino em minúscula por ‘sítio’.

uma coletividade que gravita em torno de uma visão de mundo “holista”, contraposta à “individualista” da sociedade moderna.

Quem se encaixa nessa grande rede de parentesco é chamado de *nativo*, independente do microsítio a que pertença; quem não se ajusta é *de fora*. Sob esta ótica, mesmo o migrante citadino continua a ser parente porque, embora vivendo na cidade, mantém vínculos com o Sítio, manifestados não só no sobrenome – vão desde a solidariedade em hospedar familiares até a organização da residência que, apesar de urbanizada, mantém elementos como uma pequena horta, a criação de galinhas, a farinha de mandioca nas refeições ou um café fresquinho pela tarde. As casas dos emigrados funcionam, aos habitantes do Sítio, como pequenas ilhas de refúgio na exterioridade, não completamente conhecida e dominada, do mundo urbano.

“A cidade não é como o Sítio, onde a gente tem menos preocupação”; “No Sítio, todo dia é de sossego”; “No Sítio, sempre é domingo”; “Eu não gostaria de ir pra cidade porque não aceitaria ser mandada”; “Mulher da cidade no Sítio não se acostuma, por isso trazer para cá é difícil”; “Eu nasci aqui, estou acostumada. Quando vou pra cidade com mamãe, fico com vontade de vir embora logo” – são frases nativas que ouvi, de pessoas com idades diversas, reveladoras do que o Sítio contém e a cidade não: tranquilidade, solidariedade e autonomia, valores vividos pelo e em prol do grupo. Logo, além do espaço do parentesco, o Sítio é “território de reciprocidade” (WOORTMANN, op. cit.).

Conclui-se então que o macrosítio não é exatamente um espaço físico delimitado: nele, a família atua como um “território móvel” (DELEUZE; GUATTARI, 1991⁶³ apud HAESBAERT, 2007), ou seja, onde há parentesco e reciprocidade, existe lugar passível de habitação. Tal panorama não implica ausência de fronteiras, mas a sensibilidade de que estas não são imutáveis, característica que distingue o território do Sítio daquele pretendido pelo Estado Nacional – rememore-se a formação de Barra de Ararapira, resultada da busca ancestral por terras férteis e águas piscosas. Pautado por uma noção atomizada de aglomerado humano, o modelo moderno de nação procura conter, ainda que no imaginário, um dos maiores temores da sociedade civilizada: o nomadismo, que arriscaria a sedentarização necessária ao sistema de propriedade privada (RAMOS, 1998).

⁶³ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1991. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Minuit.

A exemplo do observado por Woortmann (1995), o parentesco no cenário em análise não é simples “epifenômeno” da localidade, mas um “princípio organizatório”, “uma matriz de idéias para se pensar” a coletividade. A partir dessa constatação, o olhar se volta aos microsítios que, com seus espaços e identidades singulares, conferem substância ao nível macro, haja vista que neles – e entre eles – memórias e solidariedades familiares se atualizam, se reforçam e alcançam máxima expressão.

Dessa forma, cada sítio tem sua própria dinâmica de vida, mas se encontra inevitavelmente ligado aos demais por um circuito de trocas que inclui, por exemplo, migrações, definitivas ou temporárias, para casamento ou trabalho, ainda mais comuns que as citadinas – a descrição do evento que abre este capítulo dá uma amostra disso, o que será clarificado adiante. Tal plasticidade territorial fornece subsídio para refletir sobre o manejo do lugar em permanente mutação que é Barra de Ararapira: os barreiros exploram esse atributo às últimas consequências, dado que o fazem no interior de seu próprio sítio.

1.3 Territorialidade e parentesco em um microsítio

Se, por um lado, o sítio de Barra de Ararapira evidencia características de uma coletividade “holista”, por outro comporta esferas que operam a partir de concepções de uma sociedade “individualista” (DUMONT, 1992 [1966]) – isso ficará claro no relato a seguir sobre as relações de parentesco locais. A princípio, tal constatação parece paradoxal, mas, ao remontar a história caíçara, percebe-se que resulta justamente da mescla entre as lógicas do dom e do capital. Não obstante, apesar do avanço desta segunda, a primeira tem se mantido como princípio de ordem.

A linha evolutiva humana traçada por Morgan (1976 [1897]) já foi, há muito, dispensada pela antropologia, mas os conceitos elaborados para os pólos dessa trajetória se mostram úteis à presente reflexão: vê-se no vilarejo, prioritariamente, uma “*societas*”, sistema pautado em relações parentais, mas também um “*civitas*”, sistema organizado com base na existência de um Estado. Ou seja, embora a diacronia dessa coletividade coincida em certos pontos com a estatal, mostra também um andamento autônomo.

Woortmann (1990, p. 16-17) alertou para a complexidade desse cenário, ao postular que a “campesinidade”, no desenrolar do processo histórico, apresenta graus distintos de

“articulação ambígua com a modernidade”: “A estrada principal que conduz à modernidade (individualização, secularização, racionalidade) abre variantes que reconstróem a ordem tradicional, ou a exacerbam (...). (...) Inversamente, o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação (...). A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades de futuro”.

1.3.1 Dos ancestrais

O vilarejo de Barra de Ararapira, como dito, abriga sete troncos familiares: Pires, Muniz, Cunha, Santana, Martins, Souza e Ramos. O levantamento genealógico com cada um deles indica que a memória ascendente é curta, no máximo de duas ou três gerações. À época da colonização brasileira, indígenas da família lingüística tupi-guarani habitavam o território hoje ocupado por esses caiçaras, sendo estes últimos resultado de alianças matrimoniais entre aqueles e migrantes europeus (VON BEHR, 1997). Embora essa presença anterior, genuína, seja conhecida pelos barreanos, não há qualquer referência nas árvores de parentesco aos *bugres* – forma pela qual os índios eram denominados pelos locais no tempo de primeiro.

É comum os nativos encontrarem na mata objetos cuja autoria atribuem aos índios – por conta da dinâmica costeira, descobriram até mesmo uma canoa que, desenterrada, foi utilizada por anos a fio. O próprio fenótipo de alguns deles mostra-se revelador da presença indígena na região. Há pouco tempo, inclusive, conviveram de perto com guaranis, que nos anos 90 tiveram, no interior da floresta, aldeamento próximo ao vilarejo. “Eu me lembro desses índios desde sempre, mas eles não têm parada. A vida deles é caminhar, conhecem muitos lugares. Ficam um tempo e depois se vão”, contou-me Antonio Marcelino, de 92 anos, o barreano de mais idade que, além disso, mostrou-me fotografias da aldeia indígena, tiradas na ocasião em que ele conduziu um padre missionário até lá.

Antonio faz referência ao que constitui o principal diacrítico dos guaranis: o movimento migratório secular por seu território, que compreende partes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Argumenta Pissolato (2007, p. 417-418) que “... é na mudança freqüente de lugar, na alternância de perspectivas que os Mbya [guarani] colocariam a aposta na conquista de condições renovadas de continuar existindo. (...) É o

processo da produção e da troca de saberes que faz prosperar ou não as pessoas, que define os coletivos de parentes e seus mapas transitórios”.

O combate a esse estilo de vida com a formação do Estado-Nação, por ser contrário aos objetivos de controle territorial e desenvolvimento do país, foi responsável por dizimar boa parte dos indígenas e suas formas de viver no litoral brasileiro. Tal quadro dá sustento à descrição repetida pelos moradores de Barra de Ararapira acerca dos guaranis com os quais conviveram recentemente: eram pessoas que passavam necessidades e, em virtude disso, costumavam visitar a vila para vender artesanatos e pedir comida. Os barreiros possuíam um bom relacionamento com esses indígenas: dizem que eram uma “gente mansa”, caracterização que contrasta com o significado do termo *bugre* empregado por seus antepassados – *bravio*, *arredio*, *rude*.

Godoi (1998), entre camponeses do Piauí, também verificou a ausência de uma evidente ascendência indígena nas genealogias. Segundo ela, essa narrativa de origem exclui os índios porque atua como “armadura sociológica” que respalda os direitos camponeses sobre o território. Em Barra de Ararapira, algo similar acontece⁶⁴. Importa também notar que, por trás disso, aparece uma busca fundamental que ainda irriga acalorados debates políticos, quanto ao bom funcionamento do Estado-Nação: deixar a situação de “barbárie” dos índios e alcançar a condição de “civilização” dos europeus. Esse projeto tanto abastece discussões que, numa reviravolta, os caiçaras foram incluídos em uma nova faceta dele, mas agora ao lado dos indígenas, nas recentes iniciativas governamentais para o desenvolvimento sustentável das coletividades rotuladas como “tradicionais” (RAMOS, 1998; LOBÃO, 2006b).

A etnografia em Barra de Ararapira oferece pistas para tal giro: a ascendência européia, como a indígena, não é citada pelos nativos nas genealogias. Trago uma situação vivida em campo: em uma estada, conheci o antropólogo Praveen Chaudhry, da Universidade do Estado de Nova York, que conduzia um estudo, em diversos locais do mundo – entre eles o município de Cananéia –, acerca da colonização européia. Pela

⁶⁴ Nesse sentido, Almeida (2006, p. 90, grifos do autor) registra justamente o contrário em laudo antropológico que apura irregularidades na implantação da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, no Maranhão, no que tange ao deslocamento compulsório de grupos quilombolas: “Os entrevistados não dissociam **pretos e índios**, no contexto de legitimação do domínio da terra e em oposição àqueles que são definidos como usurpando seus territórios. (...) Ao traçarem uma linha transversal de parentesco, em que descendem de um tronco comum, isto é, a ‘família dos índios’, os entrevistados representam sua posição (...)”.

proximidade, o pesquisador acabou visitando Barra de Ararapira e encontrou-me por indicação dos próprios nativos, que contaram a ele sobre meu levantamento de parentesco.

Após conversarmos rapidamente, acompanhei alguns de seus questionamentos aos barreanos. A histórica presença européia na região, como a indígena, mostrava-se conhecida pelos moradores, mas as respostas deles não indicavam vínculos genealógicos memoriais específicos. As falas davam respaldo à narrativa fundacional baseada no pressuposto, outrora indicado, de que os habitantes do sítio estão, *desde sempre*, ali. Uma história desencaixada daquela de um Estado que busca “civilizar” uma nação.

1.3.2 Do acesso a terra

“Terra pra nativo, é só chegar e pegar” – essa foi uma das respostas que recebi ao questionar sobre o acesso territorial no vilarejo, uma réplica econômica, porém, bem ilustrativa dessa dinâmica. Faz-se necessário nascer no Sítio – e, melhor ainda, no próprio sítio – para fixar uma residência em Barra de Ararapira. Ou seja, é preciso ser parte da teia do parentesco, pois a descendência, nesse caso, garante a terra. Logo, como observou Woortmann (1995), ao contrário da propriedade privada, a terra se posiciona aí não como um mero espaço físico, um meio de sustento ou uma mercadoria. Mais que um “dado material”, a terra configura um patrimônio familiar que é um “construto cultural”.

Nenhum dos barreanos possui documento cartorial de propriedade de terra. Tal certidão nunca se mostrou importante ao sistema nativo de direitos combinados, que equilibra o uso comum do território e regras de apropriação privada para casas e quintais, sob a regência da reciprocidade entre parentes, compadres e vizinhos, um ordenamento apontado por Almeida (2008) como típico de grupos tidos por “tradicionais” no país. Em Barra de Ararapira, o dono maior do território – entendido como junção de mar e terra – é Deus, que o oferece como dádiva apoderada, via filiação, por trabalho humano.

O olhar mais detido sobre o usufruto da terra, todavia, mostra estarem em jogo outros critérios para além da descendência e do trabalho, como o gênero e o matrimônio. A disposição se dá pela linha masculina: o homem é que está preso ao território, pelo labor familiar, enquanto a vinculação da mulher aparece como transitória porque ela, cedo ou tarde, pode migrar em virtude do casamento. Isso explica que, das 45 residências nativas

ocupadas, oito pertencem a homens solteiros, ao passo que nenhuma moça mora sozinha – apenas as viúvas detêm essa prerrogativa, aberta anteriormente pela união matrimonial⁶⁵.

Excetuadas as moradias nativas, há três que pertencem a turistas, ou seja, a pessoas de fora. Trata-se de um número bastante pequeno, dado que o afluxo turístico à Barra de Ararapira é pífio se comparado, por exemplo, ao Marujá, localidade vizinha na Ilha do Cardoso (SP), onde os habitantes vivem prioritariamente da renda gerada pelos visitantes. Os terrenos ou casas dos turistas foram negociados, segundo barreanos, com moradores do lugar. Esse processo, antes livre, hoje é regulado pela presença do Parque Nacional do Superagüi: quem vender sua casa na vila obriga-se a ir embora, de modo a não abrir novas áreas na mata da unidade de conservação (BRASIL, 2002b).

Afora isso, atualmente, qualquer reforma doméstica, seja completa ou parcial, deve ser informada à chefia da área protegida, de modo a obter uma autorização (id.), cuja chegada é cercada por dúvida e morosidade. Os habitantes queixam-se dessa norma que interfere em práticas as quais eles, historicamente, regularam num território em permanente mudança pelo processo erosivo. Ademais, mesmo longe da maré, as residências sempre exigiram reconstrução periódica, dado que, até pouco tempo, todas utilizavam a madeira como matéria-prima, devorada aos poucos pelos cupins.

A despeito disso, os nativos não hesitam em acionar a autoridade ambiental se percebem a invasão de seu lugar por gente de fora indesejada. Nesse caso, a normatização estrangeira acabou por trabalhar a favor da manutenção do território parental, diante do *boom* turístico cujas origens remontam aos anos 60, a partir da abertura de estradas e da urbanização da região litorânea (ADAMS, 2000a).

Um episódio relatado por Rubens parece exemplar nesse sentido. Houve um tempo em que nativos estavam negociando, em maior volume, a venda de terrenos na vila e isso, de imediato, deixou Rubens temeroso. Afinal, os Muniz representam o tronco familiar que registra o menor movimento migratório de todos os ali presentes⁶⁶. Primeiramente, ele procurou reservar à sua família, além do espaço que já ocupava, mais um, estrategicamente longe do centro erosivo: “Cheguei lá e falei ‘aqui é meu’”. Depois, denunciou ao órgão

⁶⁵ Cf. Figura 5.

⁶⁶ Cf. Figura 7.

governamental competente o que ocorria, e este interveio no sentido de cessar a comercialização.

Perguntei a Rubens por que não se mudou então para a nova área: “Era muito longe, seria complicado levar tudo para lá”. A princípio, considerei a referência de distância como geográfica. Entretanto, isso fazia pouco sentido, pois o terreno reservado por ele, eu saberia depois, fica a alguns minutos de sua moradia atual. Obviamente, a mudança seria trabalhosa e dispendiosa, caso Rubens transferisse não apenas sua casa, mas também bar e pousada. Porém, penso ainda que o “longe” refere-se ao afastamento parental, não desejável – as habitações dos Muniz são as que melhor expressam essa preferência residencial na vila.

De qualquer forma, se Rubens tivesse optado por se mudar, a isso teria direito – um privilégio não concedido livremente aos turistas. O que não significa ausência de relacionamento amistoso, pelo contrário. Durante minha permanência em Barra de Ararapira, estiveram presentes turistas com casas no lugar, visitados pelos nativos do mesmo modo como estes fazem o dia todo entre parentes e vizinhos. Todavia, tive notícias de animosidades eventuais diante do desejo de turistas em alterar a estrutura de residência.

A relação com os de fora que estão dentro da vila mostra-se, portanto, ambivalente, pois as restrições de um lado aparecem compensadas por outro. Percebi isso ao descobrir que turistas são padrinhos de crianças e jovens barreiros em sacramentos católicos. Logo, por meio das dinâmicas de compadrio, estrangeiros são convocados a fazer parte do universo parental. Desse modo, as lacunas desse círculo são fechadas, permitindo-o idealizar-se como intocado, apesar das contingências.

1.3.3 Da consangüinidade

Para o mapeamento genealógico, questionei os nativos sobre quem consideravam parentes próximos, em contraposição aos distantes: as respostas sempre giravam em torno dos integrantes da família nuclear e de ramificações não muito afastadas dela. Trata-se de arranjos que repercutem o que Schneider (1968) denominou, em análise do universo norte-americano, de “efeito árvore de natal”: a estrela representaria o casal ancestral, cujos irmãos quase sempre são ignorados; os galhos seriam os filhos e netos desse casal; e os enfeites, as esposas e os maridos dos filhos, cujos parentes raramente ganham identificação.

São genealogias que encontram seu fim em até quatro gerações ascendentes e evidenciam prioritariamente os parentes por consangüinidade, entendida como atributo genético.

O parentesco tem, nesse contexto, o intercuro sexual como símbolo central: é a prática que permite a uma pessoa receber material genético proporcional do pai e da mãe, compartilhando com eles o mesmo “sangue”, numa relação inalterável que implica, também, a partilha de uma identidade, bem como a formação de uma família baseada nos “fatos da natureza”. A consangüinidade, portanto, aparece aí como “dada” e a afinidade, cujos laços são tornados transitórios pelo divórcio ou pela morte, só se demarca a partir dela (id.). Em Barra de Ararapira, uma amostra disso aparece no extenso uso dos termos diminutivos mamãe, papai, vovó e vovô, por pessoas de toda faixa etária, para destacar vínculos hereditários tidos inequívocos e, além disso, necessariamente carinhosos.

Nesse âmbito, espera-se que o relacionamento entre os membros familiares seja pautado, diz Schneider (id.), pelo amor “duradouro, difuso e solidário”. Não deve haver indiferença: a cooperação precisa ser desinteressada e sem prazo de validade, diferentemente do que ocorre, por exemplo, numa amizade. Uma vez “dada”, a consangüinidade é, por conseguinte, mensurada pela distância afetiva, que não opera baseada exatamente em substância, mas no relacionamento com certo parente. Assim, a genealogia de uma pessoa, por si só, não define quem são seus familiares: tais desenhos, à medida que se afastam do ego, como dito, tornam-se cada vez mais obscuros.

Desse modo, explica o autor (id.), parentes são aqueles vinculados pelo sangue ou, posteriormente, pelo casamento, mas são, crucialmente, aqueles com quem se mantém relacionamento concreto. Então a disposição do sistema se mantém intacta: nele, a consangüinidade ocupa lugar “dado”, enquanto o comportamento amoroso adequado deve dela decorrer; entretanto, juntos, o mesmo sangue e a afetuosidade incondicional, possuem o mais alto valor. Em Barra de Ararapira, esse conjunto manifesta-se de forma exacerbada, haja vista possuir como cenário um território em incontrolável mutação, que confere caráter de urgência à reciprocidade parental, indispensável diante das incertezas do devir.

Na esteira de Schneider, conclui-se que, no universo em estudo aqui, o parentesco não se posiciona como uma “teoria sobre biologia”, mas a ciência biológica se presta à elaboração de uma “teoria sobre parentesco”. As relações parentais, logo, são “construtos culturais” que, em sua análise prioritariamente simbólica, o autor não se preocupa em

refletir para que servem. Na presente etnografia, pretende-se ir além, uma vez que, em concordância com Leach (1971), visualizo o parentesco não como algo em si mesmo, mas como idioma da territorialidade.

1.3.4 Da afinidade

No estudo em Pul Eliya, Leach (id.) afirma que se a descendência tem seu lugar na garantia de um território organizado sob a égide do parentesco, a afinidade também exerce, em modo próprio, seu papel nesse panorama. Os parentes por matrimônio são, sim, adornos da “árvore de natal”, como propõe Schneider (op. cit.), mas é graças à existência deles que a rede de parentesco se atualiza e mantém-se viva.

Sob um olhar raso, isso significaria o livre casamento com qualquer um não consangüíneo, ideal de escolha do sistema de parentesco ocidental, calcado na dimensão decisória do indivíduo. Mas, na prática, uma união nunca termina por ser uma decisão pessoal: modernamente, motivações político-econômicas, obscurecidas por uma idéia de “amor”, influenciam os matrimônios mais do que se aprecie admitir publicamente (id.).

Como refletir sobre isso numa localidade que não desconsidera a lógica individualista, mas a orienta com base numa outra, de caráter holista? Há necessidade, certamente, de critérios especiais. Afinal, como delimitar quem não é consangüíneo num território de parentesco? Em última instância, todos têm laços de sangue mais ou menos fortes. Se a consangüinidade é o fato “natural” nesse contexto, os ajustes competem ao domínio da afinidade e, dessa articulação, é que o sistema se operacionaliza.

Quando questionados sobre o cônjuge ideal, os barreanos destacam dois elementos: de um lado, a liberdade de escolha do sujeito e, de outro, a preferência por alguém que se conheça e viva perto. Portanto, no âmbito do sítio impera a exogamia, cujos limites se estabelecem na endogamia do Sítio. Ou seja, o casamento com um parente de distância adequada na genealogia seria o arranjo mais bem-acabado, sendo que o grau de afastamento e proximidade orienta-se pela categoria de *primo-irmão*, repetida incessantemente pelos locais para referência aos primos de primeiro grau.

Os primos-irmãos delimitam uma fronteira entre os parentes próximos – como tios e sobrinhos, em linha paterna ou materna –, com quem os matrimônios se encontram

interditos por seu caráter incestuoso, e os parentes distantes – como primos de segundo grau em diante – com os quais os casamentos são permitidos e, mesmo que não explicitamente, recomendados⁶⁷. Para além do primeiro grau, como dizem, “é parente, mas não é”. Quanto maior a distância na genealogia, mais o adjetivo *estranho* aparece empregado pelos nativos para caracterizar uma pessoa, de modo a demarcar o afastamento.

Há uma tensão constante nesse universo, em que a proximidade parental configura um valor, mas cuja sobrevivência somente se garante pela demarcação da distância que torna o casamento possível. Nesse contexto, as uniões entre primos-irmãos, embora não proibidas, são objetos de evitação e tabu. “Os antigos sempre falavam que esse tipo de casamento traz filhos com problemas”, explicaram-me vários moradores. “Costumam dizer que a vida de quem casa assim não vai ser boa. Veja o caso dos meus pais: eram primos-irmãos e minha mãe perdeu ele cedo, num naufrágio”, contou-me João. Não obstante, apesar de menos comum, esse tipo de matrimônio não deixa de ocorrer⁶⁸.

Da mesma maneira, os matrimônios podem se dar com pessoas de fora, ou seja, não parentes, mas se trata de uma minoria. Ao contrário daqueles no interior do vilarejo, de alta ocorrência, o que não deve surpreender, haja vista sua capacidade de conservação da terra enquanto espaço do parentesco. Indicam ainda fortalecer esse idioma parental as uniões entre pares de irmãos, também recorrentes⁶⁹. Das 34 famílias nucleares mapeadas, 23 foram originadas a partir de casamentos entre habitantes da própria vila; nove por intermédio da migração de mulheres de outros núcleos pescadores e, portanto, pertencentes ao Sítio; e apenas dois por meio da vinda de cônjuges da cidade⁷⁰.

Este último é o caso de Shirlei Pinto, oriunda de Iguape, município litorâneo paulista, onde conheceu, numa festa, seu marido Delmiro Luiz Muniz⁷¹. O casal está junto há 14 anos e tem dois filhos. Shirlei contou-me que custou a se acostumar com a vida no sítio, onde muita coisa era diferente da cidade. No início de sua união, ainda não havia

⁶⁷ Cf. Figuras 6 e 7.

⁶⁸ Como exemplar, cf. genealogia dos Pires na Figura 6.

⁶⁹ Cf. Figura 7, genealogias números 9 e 24; 10 e 26; 29 e 30.

⁷⁰ Cf. Figura 7.

⁷¹ Cf. Figura 7, genealogia número 2.

iluminação solar nem água encanada na vila – luz só de lampião e banho apenas no rio. Também não estava habituada ao peixe e derivados como base alimentar, quanto menos a fazer o trabalho, prioritariamente feminino, de limpeza do pescado.

Com o passar do tempo, aprendeu. Integrou-se à rede de parentesco não apenas pela afinidade, mas pelo compadrio: batizou uma criança da localidade; abençoou uma união matrimonial como madrinha junto de seu marido; e recebeu ali a crisma, apadrinhada por uma moradora. Ou seja, “pegou o sistema do lugar” – essa expressão, dita a Godoi (1999) por seus nativos, fala sobre a incorporação de forasteiros ao grupo camponês. Tanto lá, como em Barra de Arapira, o “lugar” é a parte do ambiente ocupada, usada e “preenche de significação social”, capaz de indicar quem pode estar ali e em que situações.

Shirlei, porém, afirma que, se o marido aceitasse deixar o vilarejo, iria prontamente. Mas sobre isso Delmiro me disse: “A gente foi criado aqui, meus pais moram aqui, ia ser muito chato se a gente fosse embora”. Tal afirmação necessita de detalhamento. Ele tem duas irmãs, casadas, que residem em Cananéia⁷². Ou seja, ficaria “muito chato” se Delmiro, único homem, deixasse a localidade de origem. A ela, os homens estão ligados pelo trabalho: Delmiro é o camarada de pesca de seu pai Leandro. Quem circula a priori, como dito, são as mulheres. É por isso que, no levantamento genealógico, o outro casamento com cônjuge oriundo da cidade posiciona-se como um arranjo completamente extraordinário, pois o homem foi quem migrou⁷³.

Ininterrupto, o ciclo matrimonial exige constantes ajustes: atualmente, existem sete residências na vila de homens solteiros, uma condição propícia ao casamento, ao passo que há apenas duas moças em idade matrimonial, que gira entre 15 e 25 anos. Ou seja, tudo indica que, em breve, mulheres oriundas de outros locais serão recebidas no sítio. Ali, o casamento por excelência ocorre na igreja católica dado que, conforme os princípios religiosos, configura-se pecado a coabitação sem a benção divina. Apesar disso, os concubinatos, bem como as uniões pós-separações conjugais, não são raros e os casais nessas condições têm tratamento social igual àqueles com matrimônio religioso.

⁷² Cf. Figura 7, genealogia número 15.

⁷³ Cf. Figura 7, genealogia número 34. Segundo informações nativas, Elias Soares é migrante nordestino que se estabeleceu na cidade de São Paulo, de onde depois veio a se mudar para o litoral.

Durante o trabalho de campo, verifiquei que as irregulares visitas mensais do padre – muitas vezes impedidas pelo mau tempo – constituem um empecilho à realização mais facilitada das uniões religiosas, como também ao recebimento dos demais sacramentos católicos. De todo modo, a oficialização do casamento nesses moldes mostra-se buscada por quem se encontra em condições de fazê-lo, ou seja, por homens e mulheres que não ganharam anteriormente a benção da igreja, que a concede apenas uma vez a cada pessoa.

O casamento civil, ao contrário, não é almejado e se mostra incomum: ocorre a partir de situações especiais como, por exemplo, facilitar processos de aposentadoria e pensão ao cônjuge no âmbito da colônia de pescadores⁷⁴. Todavia, mesmo cientes desses benefícios, os moradores não dão indícios de que a união legal deva se tornar uma prática. Por conta disso, explicam, as mulheres casadas conservam seus sobrenomes de solteiras⁷⁵.

O sítio revela estranhamento à burocratização da vida civil, típica da formação do Estado-Nação. Durante a pesquisa, acompanhei a odisséia de duas viúvas em busca do recebimento de pensão. Para provar que coabitavam com seus finados maridos, dada a inexistência do casamento civil, precisaram levantar uma série de indícios – como certidões de nascimento dos filhos, nem sempre preenchidas corretamente, e declarações de comerciantes urbanos sobre compras conjuntas –, bem como arrolar testemunhas e arcar com as despesas para que estas depusessem perante as autoridades na cidade. Um trabalho imenso e, do ponto de vista delas, desnecessário e até mesmo constrangedor, para evidenciar casamentos de conhecimento público no Sítio.

⁷⁴ A exemplo do demonstrado para outras situações, embora sob jurisdição do município de Guaraqueçaba, onde há uma colônia de pescadores, os habitantes de Barra de Arapira estão, em sua maioria, vinculados à igual instituição na cidade paulista de Cananéia. Vogel e Mello (2004, p. 145) apontam que as colônias, surgidas na Era Vargas, representam um esforço do poder público para incorporar a população pescadora: “A Colônia de Pesca é, pois, um artifício para fazer coincidir os limites da nação e do Estado com os limites da sociedade”.

⁷⁵ Embora o novo Código Civil brasileiro não sugira, ao contrário do antigo, a adoção do sobrenome do marido pela esposa após o casamento legal (BRASIL, 1916, 2002a), esse procedimento é reconhecido pelos nativos como uma marca desse tipo de união. Na Figura 7, com o intuito de melhor evidenciar as alianças matrimoniais entre os troncos familiares, os sobrenomes femininos apresentados são os das mulheres enquanto solteiras. Até mesmo porque o levantamento daquelas com sobrenomes dos maridos, frutos do casamento civil, não foi realizado por completo e em termos numéricos.

1.3.5 Da ordenação residencial

As residências em Barra de Ararapira estão dispostas numa espécie de linha, com fachadas voltadas para a praia⁷⁶. Algumas se encontram próximas do mar, enquanto outras mais perto do mato – uma escolha que indica levar em conta precauções diante do processo erosivo. Separam-se umas das outras por cercas vivas, constituídas pela própria vegetação local. A distância entre elas varia: aquelas situadas ao sul, na direção da barra, mostram-se aglutinadas no espaço, ao passo que as localizadas ao norte possuem boas porções florestais como intercalação. Noções geográficas de perto e longe pautam-se pelo centro social do vilarejo, onde está a maior parte de edificações de convivência coletiva: conforme se afastam dessa área, as habitações são consideradas mais longínquas.

Num cálculo aproximado, a vila toda é percorrida, a pé, em cerca de duas horas. Há duas opções para essa trajetória: fazê-la inteiramente pelo chamado *caminho*, uma viela cuja manutenção os moradores realizam para o trânsito coletivo; ou, empreendê-la parte pelo caminho, parte pela praia, nos locais onde esta última ainda não foi comida pela maré. Nesse percurso, aparecem 45 residências ocupadas por nativos; oito espaços desocupados por motivos diversos como, por exemplo, o avanço da erosão, migração, viuvez ou busca por privacidade; e três já citadas casas de propriedade de turistas.

Diante de uma união matrimonial, caso ainda não possua uma moradia, o casal pode se estabelecer naquela dos pais do marido, mas a patrilocalidade aparece como condição temporária. Com o casamento, a preferência residencial possui uma meta de neolocalidade, que se dá de duas formas: na condição de virilocalidade ou a partir da migração da nova família, sob determinação do marido, em busca de melhores rendimentos pesqueiros.

O mapeamento de moradias revelou que as relativas a cada um dos troncos familiares se aglutinam no espaço. Ou seja, parentes próximos vivem também, geograficamente, próximos. Tal configuração facilita o estabelecimento de novas residências: tudo é, primeiro, negociado em família, para só depois fazer qualquer informe oficial, exigido pela presença do parque nacional.

Há duas questões de interferência nessa disposição preferencial, capazes de motivar o afastamento. A primeira, mais visível, é a dinâmica do processo erosivo: à medida que

⁷⁶ Cf. Figuras 4 e 5, para o item como um todo.

este avança, torna-se inviável a instalação de novas moradias em determinadas áreas parentais. A segunda, menos evidente, é o acúmulo de casas num mesmo espaço, o que passa a comprometer a privacidade familiar⁷⁷. De qualquer maneira, mesmo quando tais influências determinam mudança residencial, há, visivelmente, a tentativa de permanecer perto de parentes próximos, numa articulação entre preferência e contingência.

1.3.6 Dos nascimentos

É noite, a família toda já está deitada, quando surge a primeira voz:

- Bença pai! – diz o primeiro.
- Deus te abençoe meu filho.
- Bença mãe! – continua.
- Deus te abençoe meu filho.

Prosseguem assim o segundo, o terceiro, o quarto: ninguém dorme enquanto não abençoado. Contou-me essa historietta Marcia Maria Muniz, filha de Rubens e Hilda que, após se casar, deixou Barra de Ararapira para viver em Barra do Superagui⁷⁸. Acompanhei uma visita de Marcia aos pais quando, em meio a um sem número de reminiscências de sua infância, ela relatou o episódio descrito. Uma prática constante no vilarejo, o ato de pedir a *benção* demarca uma relação respeitosa dos mais jovens para com seus parentes mais velhos. “Deus te abençoe” é a resposta econômica para outra, que também costuma ser verbalizada: “Deus te abençoe, te dê saúde, boa sorte e felicidade”.

A benção, por conseguinte, demarca faixas etárias e a passagem por elas: quem a pede se encontra numa posição, enquanto quem a concede está em outra. A certa altura da vida, há um momento intermediário, em que se solicita a benção a alguns, ao passo que se oferece a outros. Uma posição definitiva só será encontrada quando todos os ascendentes de uma pessoa falecem, o que não mais permite a ela pedir a benção e apenas conceder. Enquanto isso não ocorre, independentemente da idade, ocorre a solicitação, uma marca verbal do parentesco, mas, especialmente, da filiação.

⁷⁷ Cf. Figura 7 – caso exemplar do primeiro tipo de interferência é o número 23, enquanto do segundo está no número 24, ambas famílias jovens, com cônjuges entre 20 e 30 anos.

⁷⁸ Cf. Figura 7, genealogia número 8.

Na vila, os filhos são, em pequeno ou grande número, o resultado “natural” do casamento, assim como o meio para se constituir uma família, que é um “valor” para essa coletividade, não alcançado por um casal sem descendentes. Sob essa ótica, os filhos posicionam-se como a prova evidente não somente da reprodução sexual, mas também da reprodução social do grupo. As famílias nucleares que se criam a partir da concepção permitem, como observou Woortmann (1986), o abastecimento de “sistemas de reciprocidade, troca e solidariedade” entre parentes.

Em Barra de Ararapira, a filiação é cognática e bilateral. Verifica-se, porém, uma tendência agnática na perpetuação dos troncos familiares, constatada na transmissão dos patronímicos às crianças quando nascem⁷⁹. Embora a mãe possa incluir seu sobrenome, este nem sempre aparece e, quando inserido, não é o principal, ou seja, aquele que encerra a nomeação. O fato de os filhos nascerem, a priori, no território da parentela paterna clarifica essa estrutura de nomenclatura: os pais transmitem a seus filhos não apenas nomes e genealogias, mas o direito de ser membro da vila. Em boa medida, isso explica que, ao contrário da legalização matrimonial, o registro de nascimento seja uma preocupação.

A despeito disso, constatei que algumas pessoas levam apenas o sobrenome da mãe – caso exemplar aparece na genealogia dos Muniz, na qual a memória parental informa a consolidação patronímica a partir de uma mulher, Ana Gertrudez Muniz⁸⁰. Quando questionados sobre o emprego do sobrenome materno como principal em certos casos, os nativos argumentam terem enfrentado obstáculo do cartorário para registro com o paterno⁸¹.

A análise de nomenclatura ainda revela outras particularidades. Uma delas é a ubiquidade do sobrenome Pires. Trata-se do mais numeroso de Barra de Ararapira, de modo que há várias famílias atuais em que tanto o pai quanto a mãe portam o

⁷⁹ Cf. Figura 7.

⁸⁰ Cf. genealogia dos Muniz na Figura 6 e na Figura 7 as famílias números 1, 10, 22 e 25.

⁸¹ A dificuldade indica decorrer da pouca prática do casamento civil no lugar: no âmbito da união legal, a lei brasileira sempre entendeu os filhos como presumidos, enquanto chegou a considerar os nascidos fora dela como “ilegítimos”, não passíveis de reconhecimento. O novo Código Civil garante hoje a todos os filhos, independente de sua origem, as mesmas qualificações. Não obstante, a legislação prevê procedimento especial para o registro de nascimentos na ausência do matrimônio oficial, pelo qual há necessidade de que ambos os pais declarem-se expressamente como tais nesse ato. Não basta, por conseguinte, a simples indicação pela mãe do nome do pai (CENEVIVA, 1991; FACHIN, 2005).

patronímico⁸². Desse modo, no âmbito desse tronco familiar, mostra-se ainda mais tensa a relação entre proximidade e afastamento para fins de alianças matrimoniais. Outra peculiaridade está na recorrente presença de nomes do meio, para homens ou mulheres, geralmente de caráter religioso – caso, por exemplo, de “Santos”, que na vila, portanto, não é um sobrenome.

1.3.7 Do compadrio

Os filhos incrementam a rede de parentesco por outro viés não menos necessário: o do compadrio. Cada barreano que nasce vai ganhar, ao longo da vida, três padrinhos: um casal no batismo e um homem ou uma mulher na crisma. Dos dois sacramentos católicos, o primeiro é prioritário por conceder o *status* de filho de Deus ao recém-nascido, enquanto o segundo, conferido na fase adulta, confirma a opção pessoal em permanecer cristão.

Os padrinhos de batismo e crisma – os primeiros escolhidos pelos pais e os segundos pela própria pessoa – são, segundo os nativos, como “segundos pais”, que aconselham, rezam e protegem os afilhados na jornada terrena. Não obstante, como notado pela etnografia camponesa (WOORTMANN, 1986), a aliança de compadrio não se restringe a apadrinhado e padrinhos enquanto um parentesco espiritual. Engloba também os pais do afilhado, que se tornam compadres dos padrinhos, ou seja, parentes rituais.

Tal espécie de arranjo, explica Woortmann (1995, p. 200), reforça vínculos genealógicos próximos e distantes ou cria laços com quem é de fora, de maneira a “cimentar” a rede de parentesco: “A estrutura está como que ‘guardada’ no plano das relações sagradas”. Não se trata, portanto, de uma relação entre indivíduos, mas sim entre “personagens sociais” ancorados por uma “totalidade”. Nesse âmbito, a benção ressurgue, solicitada por afilhados a padrinhos, e se torna também diacrítica do compadrio. Pais e padrinhos, por sua vez, chamam-se constantemente por compadres e comadres.

Quando questionados sobre os critérios para escolha dos padrinhos de batismo dos filhos, os barreanos elencam os seguintes: a empatia com os pais da criança; o caráter idôneo; a devoção ao catolicismo e a proximidade geográfica para cuidado e carinho ao

⁸² Cf. genealogia dos Pires na Figura 6, bem como a Figura 7, famílias números 4, 14, 18, 21, 23, 25, 26, 29, 30 e 31.

afilhado. Características estas, embora passíveis de identificação numa pessoa de fora, mais facilmente perceptíveis naqueles com quem se convive, cenário que, a exemplo das dinâmicas de afinidade, favorece relações de compadrio no interior do Sítio.

Ao mesmo tempo, nem sempre há possibilidade de escolha, devido ao costume disseminado de pedido aos pais, durante a gravidez, para apadrinhamento do futuro bebê. Questionei os entrevistados se existia a possibilidade de negar essa solicitação e não houve exceção na resposta: negar significaria falta de mutualidade, socialmente condenada. Por isso, se alguém pede para ser padrinho de uma criança e o arranjo já está feito com outrem, geralmente o próximo filho fica prometido ao interessado que se manifestou depois.

Assim como o matrimônio, o apadrinhamento expressa, a seu modo, a tensão entre proximidade e distância parental, um jogo em que tudo se tenta para alcançar o sucesso. Nem sempre há êxito de saída, mas, havendo possibilidade, os arranjos contingenciais não tardam a surgir. Cito três casos a fim de encerrar esse tópico. Margarida de Jesus Muniz contou-me que foi batizada por um casal de japoneses, de fora, à época bastante amigos de seu pai. Só que eles nunca mais apareceram: “Tinha vontade de escrever uma carta para me comunicar”, disse-me. Nessa primeira situação, houve, portanto, insucesso.

O filho de Margarida, o jovem Fabio, adotou como seus padrinhos os barreiros Selmiro e Iolanda, uma vez que a filha deles, madrinha oficial, não mora na vila. O casal, por seu turno, deu a Fabio o reconhecimento como afilhado, oferecendo-lhe a benção sempre que solicitada. Aqui, o compadrio efetivo permanece reconhecido, mas o protocolo dessa relação é de fato realizado com substitutos estruturais. Por fim, o sobrinho-neto de Margarida, Marcos, de apenas cinco anos, tomou uma tia materna, madrinha de seu irmão mais novo, também como sua. Isso porque a oficial, apesar de prima de sua mãe, mostra-se deveras ausente. Nesse caso, há uma transferência completa de atributos que garante o êxito da relação, graças à presença constante da madrinha do irmão do garoto.

1.3.8 Dos movimentos migratórios

O constante movimento intersítios, como dito, é determinante na caracterização do Sítio como um território sempre em formação. A análise em Barra de Ararapira revelou que as migrações costumam ocorrer por dois motivos: casamento no que tange às mulheres e

trabalho no que diz respeito aos homens. Estatisticamente, 23 mulheres, originadas nas 34 famílias atuais, já migraram para casamentos⁸³. As mudanças femininas por motivo de trabalho são, por seu turno, uma minoria: houve a identificação de apenas duas moças solteiras que se mudaram, para núcleos urbanos litorâneos, à procura de emprego⁸⁴.

A busca por melhores rendimentos no trabalho – entenda-se este último como sinônimo de pesca e não outro assalariado – posiciona-se, desse modo, uma prerrogativa masculina, de caráter temporário ou definitivo. Ao conversar com os homens, constata-se que muitos deles, até mesmo mais de uma vez, transferiram-se com suas famílias para outras localidades do litoral, na expectativa de obter melhores pescarias. Essa movimentação inclui até mesmo a vizinha Pontal do Leste: há famílias das duas vilas que já moraram tanto num lado, como no outro.

Nesse contexto, a situação da família Cunha é exemplar. Embora um tronco familiar numeroso – depois dos Pires, encontra-se em igual patamar ao dos Muniz – apresenta considerável movimento migratório masculino. Dos 12 filhos vivos do finado Selmiro com Iolanda, apenas dois, um homem e uma mulher residem em Barra de Ararapira⁸⁵. Seis homens casados migraram, especialmente para vilarejos pescadores paulistas. Um deles, bastante recentemente, de modo que ainda mantém sua residência no lugar⁸⁶. O único solteiro costuma passar temporadas de pesca junto dos irmãos. Do total, restam três mulheres, que se deslocaram para casamentos.

A família Muniz, em contraste, apresenta baixo índice de migração. Nesse quadro, Rosinilda, esposa de Marcio Muniz, relatou-me um episódio ocorrido com o casal. Eles chegaram a se mudar para a Juréia, onde a pesca tem gerado resultados rentáveis. Rosinilda possui três irmãs que vivem lá, duas delas casadas com filhos de Selmiro e Iolanda, acima citados. Ela estava gostando da nova vida: “A gente tinha uma casa boa, uma embarcação, mas deu uns três meses, Marcio ficou variado para voltar, por causa do pai e da mãe”.

⁸³ Cf. Figura 7.

⁸⁴ Cf. Figura 7, genealogias números 1 e 8.

⁸⁵ Cf. Figura 7, genealogias números 17, 1 e 16, nesta ordem.

⁸⁶ Cf. Figura 7, genealogia número 19.

As migrações guardam, por conseguinte, predileções: os nativos indicam preferir mudar-se para outra vila pescadora, onde existam familiares, que para os centros urbanos, ainda que litorâneos. A cidade aparece como um espaço de residência dúbio, onde até é possível ganhar mais dinheiro, porém, sob as condições, como dizem, de *ser mandado*; de arcar com uma série de tributos governamentais dos quais se encontram desobrigados, como taxas de água e luz; e de ainda estar mais longe da família.

Numericamente, de dezessete homens migrantes identificados nas famílias atuais, 13 dirigiram-se para outros sítios, enquanto os quatro restantes à cidade, sendo que, destes últimos, dois se estabeleceram em núcleos urbanos litorâneos. Entre 25 mulheres, deslocadas pelo casamento e, em menor grau, pelo trabalho, 18 permaneceram em sítios e sete partiram para a área urbana, sendo que, destas últimas, seis ficaram no litoral.

A exemplo do observado por Woortmann (1995), os movimentos migratórios aparecem aqui como uma “solução para a reprodução social” do Sítio, uma vez que não degeneram os laços de parentesco, mas são capazes de os recriar e expandir, sob uma nova expectativa de vida, seja pelo casamento, seja pelo trabalho. Ao mesmo tempo, mostram-se importantes à manutenção do sítio em particular: em Barra de Ararapira, se todos os nativos constituíssem famílias no vilarejo, seria dificultoso espacialmente acomodar a todos, considerando os quesitos da preferência residencial – viver numa área parental, com privacidade e longe da erosão. E se terra e mar são ali um único território, é necessário levar em conta, nessa conjectura, as possibilidades de sobrecarga de pesca, haja vista a observação nativa sobre a menor disponibilidade de peixes na atualidade.

As migrações nem sempre são sentimentalmente fáceis: os moradores relatam, de modo especial, a tristeza no que diz respeito ao afastamento das mulheres pelo casamento, dado que estas, inevitavelmente, devem acompanhar seus maridos. “Muito sofrimento quando foi a hora de me despedir da minha filha nas Peças [Vila das Peças]. Sofri muito, sinto muita falta”, lembrou Elisabete da Cunha, sobre a partida de Elizete Maria. Por outro lado, a grande ocorrência de uniões no âmbito do Sítio propicia visitas contínuas entre parentes de diferentes lugares, bem perceptíveis durante o período de campo. A própria Elisabete coloca-se como bom exemplo: constantemente, ela vai à residência de outra de suas filhas, Rosângela Maria, em Ariri (SP), para onde há transporte regular⁸⁷.

⁸⁷ Cf. Figura 7, genealogia número 11.

Logo, a migração ditada pelo parentesco é parte do cotidiano nativo, ao contrário da pessoal: na esteira do que pontua Woortmann (ibid., p. 137), a “... emergência da vontade individual, em detrimento dos interesses do grupo, é percebida como perigosa e, de fato, (...) [conduziria] à dissolução do modelo de organização social do grupo”.

1.3.9 Da viuvez e herança

Quando iniciei o trabalho de campo, existiam sete viúvos em Barra de Ararapira, quatro mulheres e três homens. Ao longo da pesquisa, surgiram outras três, com filhos já adultos. Pude assim analisar movimentos familiares causados pelo falecimento paternal, com foco, por uma decorrência estatística, no universo feminino⁸⁸. Após a morte de um dos cônjuges, percebe-se uma reaglutinação da família nuclear, no sentido de ofertar assistência, doméstica e afetiva. A comida, por exemplo, pode voltar a ser partilhada, com a destinação de quinhão de pesca dos filhos ao pai ou mãe que ficou solitário.

Nas situações de viuvez na própria Barra de Ararapira, o apoio filial viabilizou-se de maneiras diferenciadas: transferência do viúvo para a residência de um filho; mudança de um filho para moradia próxima do viúvo; grandes períodos de permanência de um filho na própria casa paterna – nessas duas últimas alternativas, os descendentes vieram até mesmo de outras localidades. Houve um caso mapeado, porém, em que a viuvez se deu em local alheio ao de origem, com mulher migrada para um casamento que não gerou filhos. Diante do falecimento marital, esta retornou ao seu próprio sítio, a fim de retomar a vida em proximidade de seus parentes consangüíneos.

O cuidado com os viúvos concentra-se nas mãos de filhos que, no momento, possuam menos obrigações com suas próprias famílias, ou seja, igualmente viúvos, divorciados ou com filhos criados. Woortmann (1986) destaca que um dos objetivos da grande rede de parentesco camponesa é justamente o amparo em momentos de crise. Nesse contexto, afirma o autor, uma ampla descendência pode representar maior suporte na velhice, com possibilidade de divisão mais equitativa de responsabilidades. Tais observações, portanto, geram interrogações acerca da situação futura de duas viúvas da vila, cujos casamentos se encerraram sem filhos vivos.

⁸⁸ Cf. Figura 7, para o item como um todo.

Como consequência da filiação cognática, no falecimento dos pais, a partilha da herança – que envolve, em geral, a moradia do casal e instrumentos de pesca – não indica privilégios de gênero. O critério fundamental apontado pelos nativos é o que chamam de *necessidade*: os irmãos em melhor situação no que tange aos bens supracitados devem abrir mão deles em reciprocidade aos germanos que mais necessitam e, de fato, muitos relatam terem assim procedido.

Caso emblemático é o dos irmãos Irineu e Antonio Pires, ambos solteiros, que residem na casa que pertencia aos seus pais⁸⁹. Foi uma moradia que demorei a conhecer, porém, quando houve a oportunidade, fui muito bem recebida: “Entre, entre, que essa casa não tem mulher, mas é arrumada como se tivesse”, disseram na chegada⁹⁰. Dentre seus irmãos, Irineu e Antonio situaram-se como responsáveis pelo cuidado da falecida mãe quando esta esteve doente; o pai morreu antes, num naufrágio. A condição de solteiros, desencadeadora do dever de amparo materno, criou assim um cenário que justificou a permanência da moradia nas mãos de ambos.

Considerada a necessidade de cada um, ouvi histórias sobre arranjos diferenciados de partilha de herança, em que tanto homens, como mulheres, saíram beneficiados. Contudo, é preciso atentar que a ligação masculina com a terra pelo trabalho pode conferir certa vantagem ao homem na divisão.

1.3.10 Das ações e prescrições

A exemplo do que Leach (1971) observou na etnografia em Pul Eliya, a análise isolada de casos não se presta à compreensão das relações entre território e parentesco em Barra de Ararapira. No vilarejo, constata-se a presença de uma “estrutura social estatística”, na qual as situações individuais parecem, à primeira vista, não ter qualquer regularidade, mas revelam uma ordenação quando tomadas em massa. A fim de clarificar a noção de “estatística” com que trabalha, Leach a aproxima da taxa de suicídio do estudo de

⁸⁹ Cf. genealogia dos Pires na Figura 6 e Figura 5, residência número 18.

⁹⁰ A visita ocorreu em companhia da chefe substituta do Parque Nacional do Superagüi, Guadalupe Vivekananda, durante uma estada dela de alguns dias na vila. A posição de autoridade de Guadalupe, parece-me, coloca sua condição feminina em segundo plano no que se refere ao acesso a uma residência masculina, o que não se configurava para o meu caso.

Durkheim (2003 [1897]): esta se posiciona como um subproduto das ações de diversos indivíduos, das quais eles não são nem completamente inconscientes, nem totalmente conscientes – a proporção é mais “normal que normativa”.

A partir desse substrato, o autor estabelece duas perguntas paralelas: o que relaciona a taxa de suicídio com as motivações do suicida? O que confere persistência ao sistema social de Pul Eliya? Questão similar é feita aqui para Barra de Ararapira. Impossível determinar, no ato do nascimento, fatos básicos da vida de um barreano: se vai casar e com quem, se vai continuar na vila ou se mudar, se terá filhos ou não, quem serão seus parentes de maior ou menor relacionamento – nada disso está prescrito. O que não muda, porém, é a “estrutura de localidade” (LEACH, op. cit.): do movimento inexorável da barra não há como fugir e, portanto, a continuidade do grupo pauta-se por ele. É nesse sentido que território e parentesco estão intrinsecamente conectados.

Se todo parentesco é ficcional, haja vista configurar um construto cultural adequado às necessidades de cada coletividade, o conteúdo genealógico posiciona-se, no contexto em análise, como “linguagem” que informa sobre o pertencimento, acesso, transmissão e ordenação, primordiais para produção e reprodução do grupo num espaço marcado pela instabilidade. As relações parentais precisam ser suficientemente flexíveis para adaptação a uma “ecologia complexa” e, ao mesmo tempo, coesas no ponto certo para garantir reciprocidade (id.). O apoio mútuo via parentesco configura-se fundamental num território que ora oferece vantagens para a pesca, ora desvantagens pelo contínuo processo erosivo.

Conforme propõe Woortmann (1998, p. 169), o “... meio ambiente (...) não é (...) percebido como palco onde se desenrolam papéis sexuais, ou como pano de fundo de dramas sociais, mas como parte fundante das relações sociais”. Permanecer com a família na vila, perto da saída para o mar aberto, mas sujeito aos transtornos da erosão; migrar, em busca de novas oportunidades, mas sob a exigência de recriar, não sem risco de insucesso, laços parentais no novo local de moradia. É sob essa ótica que dinâmicas de matrimônio, residência, nascimento, compadrio, migração, viuvez e herança precisam ser visualizadas.

As preferências envolvidas em tais rotinas não são claramente planejadas para dar conta da desintegração físico-territorial e da manutenção identitária, mas impera nesse processo uma “consequência estatística” (LEACH, op. cit.), conformada pela adequação grupal às imposições ecológicas, muito embora exista também vontade individual, na

medida em que cada pessoa decide a forma mais vantajosa de manejar esse cenário inevitável em sua trajetória particular.

2. O sítio ontem e hoje

2.1 A casa como “microcosmo”

Se, num túnel do tempo, fosse possível retroceder cerca de 30 anos, ver-se-ia como o sítio de Barra de Ararapira mudou – não apenas espacialmente, mas também socialmente. Neste último âmbito, o barco a motor aparece, mais uma vez, como elemento central nas descrições nativas a seguir, que comparam o tempo de primeiro e o tempo de agora. O meio de transporte intensificou o contato com uma ideologia individualista de vida nos centros urbanos, o que impôs desafios à estrutura hierárquica da família barreana. A despeito disso, conforme descrito no item anterior, o parentesco continua a jogar um papel central: “assegurar a integridade e a reprodução do sítio” (WOORTMANN, 1995). Trata-se, como aponta essa autora, de um processo permeado por uma série de “cálculos sociais”, em que se visualiza o parentesco em pleno diálogo com a história.

A *casa de morada*, espaço da família por excelência, figura como categoria nativa chave para análise da trajetória de mudança social – ela atua como correspondente, em terra, à embarcação motorizada. Assim, o itinerário etnográfico que começou no mar de fora, de exploração masculina; ultrapassou o mar de dentro, esfera intermediária de gênero; alcança agora a casa de morada, de dominância feminina.

Na esteira da análise Cabila de Bourdieu (2002 [1969]), é possível afirmar que a casa de morada opera como uma “imagem reduzida do cosmos” nativo: um “império dentro doutro”, um “mundo ao contrário”, “um reflexo invertido”. Diz o autor que a vida interior da casa Cabila orienta-se pelo exterior, pois dela saem os homens, como chefes familiares, para o trabalho. Desse modo, em Barra de Ararapira, a mulher detém a supervisão doméstica, mas isso só ocorre a partir do casamento, quando ela migra para uma casa que é do marido e está situada, a priori, no território da parentela dele.

Trata-se, para usar um termo de Woortmann (1992), de uma “complementaridade hierárquica de gêneros” em que, num sentido dumontiano, um se sobressai mais que o outro

a depender do contexto acionado. Mas ambos estão numa relação interativa para a reprodução social do sítio, como também subordinados ao “valor” maior ordenador do cosmos nativo, que é Deus. A atuação de cada gênero se desenrola, assim, em níveis específicos e, ao mesmo tempo, imprescindíveis entre si: enquanto as atividades concentradas do homem são as que projetam a identidade pública do grupo – com foco antes na lavoura-pesca e agora na pesca –, as tarefas da mulher mostram-se fracionadas, divididas entre o auxílio externo ao marido e as obrigações do universo doméstico.

2.2 *Lavradores-pescadores do tempo de primeiro*

2.2.1 O mutirão e o fandango

Os nativos referem-se ao tempo de primeiro como uma época de árduo trabalho na terra. Após a pesca noturna de canoa a remo no mar de dentro, restavam poucas horas de sono aos casais, que logo se levantavam para retornar à faina que ocorria ao longo do dia na roça. Ao contrário do pescado, em parte comercializável, o foco da lavoura era o abastecimento doméstico. Praticamente cada família nuclear tinha sua própria plantação, de onde retirava milho, batata doce, aipim, feijão, cana, cará, banana, abóbora, melancia e especialmente a mandioca brava – chamada também de *rama*, dela se produziam derivados como a farinha que, combinada com o peixe, constitui a base de cardápio caiçara.

Uma plantação pequena alcançava cerca de 50 metros por 25, ao passo que as grandes 100 por 50. A primeira etapa do trabalho consistia em selecionar um terreno: dele, toda a mata era cortada, queimada e varrida, atividade designada pelo verbo *coivarear*. A segunda fase concentrava-se na sementeira, enquanto a terceira implicava na manutenção do plantio e na colheita. Uma vez terminada esta última, o processo recomeçava, em outro espaço, para que o solo anterior, como dizem os barreanos, voltasse a ficar forte⁹¹.

⁹¹ Adams (2000a) destaca que o rendimento médio desse gênero de agricultura, denominado de “coivara”, pode até superar aquele da agricultura moderna. Isso faz cair por terra o argumento ambientalista para a proibição desse tipo de lavoura, a saber, de que os solos tropicais, dada sua pobreza, seriam impotentes para garantir o sustento familiar (cf. Almeida, 2007, que registra esse debate). O veto explica-se melhor no fato de que essa prática implica derrubada e queima de porções florestais, contrárias ao ideal de intocabilidade previsto para as unidades de conservação. Por outro lado, importa destacar, essa modalidade de plantio tem no controle populacional seu fator de regulação: não suporta mais que 10 a 20 pessoas por km², de modo que qualquer redução de pousio ou excesso de plantio arrisca o equilíbrio (ADAMS, op. cit.).

De todas as espécies, a mandioca brava, a despeito do cultivo detalhado, era a mais rentável em quantidade e nutritiva à mesa barreana. Por deter um suco altamente tóxico, chamado de *mandiquera*, o tubérculo era plantado em local separado e só ingerido torrado, na forma de farinha. Em comparação, os nativos citam o caso do aipim: apesar de pronto para comer após rápido cozimento, este frutificava e alimentava muito menos.

A lua minguante, dizem eles, era a mais adequada para semear a mandioca brava, por favorecer seu crescimento; na fase crescente, ao contrário, a rama ganhava altura, mas pouco se desenvolvia debaixo da terra. O trabalho intensivo de plantio se estendia em torno de oito meses. Até o amadurecimento completo, cerca de um ano e meio a dois se passavam. Mas a espera compensava: uma vez madura, a planta aguardava na terra e era retirada conforme a necessidade.

Tanto homens quanto mulheres lavravam, com ferramentas próprias às suas incumbências: eles se utilizavam de foices e enxadas, ao passo que elas usavam essencialmente o facão. Por se tratar de empreendimento penoso, sua execução ultrapassava as fronteiras da família nuclear. A etapa de derrubada do mato era responsabilidade do chefe familiar; o casal realizava a queima e a limpeza do terreno; a mulher acompanhava o crescimento das plantas; e na colheita, por fim, o casal retornava. Nas tarefas mais leves do processo, as crianças eram envolvidas. Entretanto, no pesado momento da semeadura, contam os moradores, *trocava-se* serviço entre famílias.

O dono da roça, desse modo, *convidava* moradores de seu próprio sítio ou de outros para lhe ajudar e, quando convocado, oferecia igualmente seu apoio. Se a ajuda durava meio dia, chamava-se *sapo*; caso se estendesse pelo dia todo, denominava-se *mutirão*⁹². O convite para esses eventos era primordial: somente se chamada, uma família comparecia. O casal e seus filhos deixavam cedo a casa de morada e, no caminho para a roça, encontravam os demais convidados: um ia chamando o outro, em meio a um clima de muita alegria por aquela reunião. Muitas vezes, chegar à lavoura exigia uma, duas horas de trajeto, feito parte por terra e parte de canoa a remo.

O anfitrião responsabilizava-se por todas as refeições dos envolvidos no mutirão. “De manhã, a gente sentia aquele cheiro de arroz, saía aquela panelada”, lembra Eliana do Carmo Muniz, do tempo de infância. Apenas nos dias de mutirão, servia-se arroz no café,

⁹² Os relatos adiante se concentram no mutirão que, dada sua completude, se presta melhor à descrição.

que podia ser associado aos derivados da mandioca brava ou ao aipim frito, alimentos considerados fortes e, portanto, adequados ao esforço exigido pelo trabalho. Para viabilizar toda a comida dos trabalhadores – almoço e jantar, intercalados pelos apreciados cafés –, algumas das mulheres eram escaladas para cozinhar. Além disso, cuidavam das crianças que acompanhavam os pais – havia aquelas chamadas de *mães de leite* porque, quando em condições, também amamentavam os bebês.

Alcançada a roça, uma nova divisão de tarefas se impunha: os homens ficavam à frente da chamada *cavação*, ou seja, da abertura dos buracos na terra para que as mulheres enterrassem as ramas. Conforme as cavidades surgiam, os homens comunicavam em voz alta e as mulheres então se apressavam em executar sua parte. No calor, além de mais cansativo, o trabalho contava com uma companhia nada agradável: as *butucas*, mosquitos semelhantes a moscas, porém maiores e mais escuros, com uma picada dolorosa e inflamatória. Diante disso, a cor da roupa fazia toda diferença, tática usada até hoje: ao passo que o branco repele o inseto, o preto, o vermelho e o azul o atraem.

Enquanto todos lavoravam havia, porém, animais mais comedidos nos arredores, como os veados que, nativamente falando, *escogiavam* – ou seja, espiavam – possibilidades futuras de alimento. Trata-se de um *tempo de fartura*, tanto da agricultura, quanto da caça. O espaço da roça era, efetivamente, partilhado na alimentação de homens e animais como a paca, o tatu, a capivara, o cateto, a raposa, o tamanduá, o lagarto. Dada a atração exercida pelo cultivo, instalavam-se armadilhas artesanais para captura de espécies silvestres, cuja carne prestava-se à complementação protéica em datas especiais, como domingos ou no carnaval. Não obstante, muitas vezes, os animais é que mostravam sua força: na ausência humana, grupos invadiam e chegavam a consumir roças inteiras.

O mutirão encerrava-se no fim da tarde: hora de tomar banho, preparar-se para o jantar e, principalmente, ao *fandango*, a festa que, junto das refeições, conformava o pagamento do dono da roça pelo trabalho realizado⁹³. Muito mais que um conjunto de músicas e danças típicas, o fandango refletia um modo de viver e se relacionar. Herança da colonização ibérica, tal manifestação cultural, em meio ao cotidiano caiçara, adquiriu

⁹³ Como apoio para melhor compreender elementos dessa festividade caiçara, utilizei Brito e Rando (2003), Marchi et al. (2002), Martins (2006) e Pimentel et al. (2006).

características próprias quanto às maneiras de tocar e dançar, que diferem inclusive de um sítio para outro e motivam competições quanto à melhor *performance*.

Fora do ritual do plantio, um aniversário, um casamento ou simplesmente a vontade de se divertir figuravam como bons motivos para um fandango. Quem comandava a festa eram os violeiros, acompanhados pela *rabeca* (ou *rebeca*, instrumento de corda com aparência semelhante a um violino) e pelo *adufe* (ou *adufo*, espécie de pandeiro), os outros dois instrumentos básicos do fandango. Todos confeccionados pelos próprios *tocadores* com recursos naturais locais, especialmente a caxeta – madeira conhecida por não *pegar bicho*, ser leve e fácil de trabalhar. Assim, os artefatos ficavam sempre diferentes uns dos outros, dado guardarem as marcas de seus *fazedores*⁹⁴.

Os violeiros recebiam a designação de *mestres* porque, além de sua liderança instrumental, detinham a capacidade de *trovar*, ou seja, criar canções sobre elementos do dia-a-dia – a rotina de trabalho, a paisagem natural, os amores, os desentendimentos. Havia, contudo, bons trovadores e não autores. Isso porque o processo de elaboração das cantigas assemelhava-se a uma “*bricolage* mítica” (LÉVI-STRAUSS, 1976 [1962]), na qual elementos de composições anteriores eram permanentemente rearranjados nas novas. Desse modo, a autoria se dissolvia com o tempo, enquanto se exaltava a inventividade. “Tinha um tocador melhor que o outro”, recordou Sebastião Antonio Pires. Dentre as cantigas mais famosas, estavam o *Anu*, *Andorinha*, *Sinsará*, *Xará*, *Feliz*, *Tiraninha*, *Tonta*, *Marinheiro*, *Queromana*, *Chamarrita* e *Dom-dom*.

No fandango, as músicas dançadas denominam-se *marcas* se *batidas* – com tamancos de madeira, verdadeiros instrumentos de percussão – e *modas* se *bailadas* (ou *valsadas*). A festa acontecia numa casa com chão de madeira, para que o sapateado alcançasse ressonância. Genesia detalhou-me a configuração dos dançarinos: nos *batidos*, enquanto os homens sapateavam, as mulheres movimentavam-se em torno dos *portos*, como se chamavam os espaços vazios entre os cavalheiros⁹⁵. Depois, para descanso, vinha o *bailado*, valsado com o homem do último porto ocupado pela mulher. “Ensinei muitas

⁹⁴ *Fazedores*, *tocadores*, *dançadores* são termos caiçaras para os entendidos na arte do fandango.

⁹⁵ Martins (2006, p. 18-19) observa que “Ao serem indagadas sobre o porquê de não baterem tamanco como os homens, algumas mulheres dizem não ter força para o executarem, afinal, esta não seria *função* para elas”. Cenário similar verifica-se em Barra de Ararapira.

moças”, disse-me Genesia, orgulhosa. Classificou sua família como assídua aos fandangos: “Íamos todos, eu, meu marido, as crianças, que a gente acomodava num canto pra dormir, os menores numa redinha”. Seu finado esposo, João Martins, era violeiro e modista: “Um dos melhores da Barra”, afirmou.

Enquanto corria o baile, o potencial de improvisação dos violeiros era aproveitado para anunciar, musicalmente, os pratos disponíveis aos convidados. Os rapazes faziam uso dessa habilidade para presentear as moças com doces e, disso, surgiam namoros e casamentos. Mas tudo se processava, recordam-se os nativos, com muito respeito. Os homens bebiam, porém, moderadamente, já que a quantia disponível não era tanta como no tempo de agora. As mulheres solteiras ficavam sob a guarda dos pais e, como recomendação deles, deviam dançar com quem as convidasse, pois o contrário seria ofensa: “Não podíamos desfeitear os mais velhos”, rememorou Izabel. As mulheres casadas, por sua vez, bailavam com outros que não seus maridos, mas somente mediante a licença deles.

A convivência e a observação propiciavam aos mais jovens o aprendizado e, desse modo, nasciam novos fazedores, tocadores e dançadores. Martins (2006, p. 21) afirma que, no fandango, mais que tudo, há “trocadores”. Com base na noção maussiana de “dádiva”, ela postula que a festa fazia circular os elementos que lhe são inerentes – modos de confeccionar e tocar instrumentos, de versar, cantar e dançar músicas –, como também parentes entre os sítios; mão-de-obra para a roça; alianças de amizade, casamento e compadrio. O fandango posicionava-se, portanto, como um termômetro de reciprocidade: “O convite para um fandango pressupõe sua retribuição. O prestígio de um fandangueiro será derivado da prodigalidade com que será oferecido seu fandango”.

Os nativos, por seu turno, resumem o fandango do tempo de primeiro numa palavra: *divertimento*. É comum utilizarem a expressão *brincar*, em vez de tocar ou dançar um fandango. Pude ter uma amostra disso durante a entrevista com Sebastião e sua esposa, Janice Martins. Estávamos os três na sala da moradia do casal: eu sentada numa cadeira, ela noutra e ele acomodado no umbral da porta de entrada. A conversa fluía com cada um em seu lugar, quando perguntei sobre as festas do passado.

Sebastião esboçou um grande sorriso, correu para o meio do recinto e vociferou: “Olha a parede!”. Eu não entendi nada, então, ele explicou-me, encenando tudo: “Quando a música começava, os homens se avolumavam para convidar as mulheres, que estavam do

outro lado da sala, para dançar. Batiam-se todos, faziam sinais para elas, enquanto o dono da casa gritava ‘Olha a parede!’. O povo então dançava desde a boca da noite até de manhã”. De manhã, as refeições encerravam-se com o *café de despedida* aos convidados.

Um dia após a entrevista, enquanto caminhava pela vila, encontrei Sebastião. Logo que me viu, disse que havia se lembrado de mais um detalhe importante sobre os bailes *daquele tempo*: causavam tamanha movimentação que, muitas vezes, as paredes de madeira da moradia onde iria ocorrer o fandango eram retiradas, de modo a criar um salão mais amplo. “Eu mesmo cheguei a fazer isso em minha casa, a rapaziada sempre prometia que no dia seguinte ajudaria a pôr as madeiras no lugar, mas nunca apareciam. Dava um trabalho danado aquilo”, relembrou ele, rindo.

2.2.2 A casa de morada

A casa de morada do passado é descrita pelos barreanos como uma construção coberta de palha e estruturada com madeira, retirada do mato ou trazida pela própria maré como resultado do processo erosivo⁹⁶. Na cozinha, havia fogo de chão para preparar os alimentos, com a ajuda de utensílios culinários pendurados na parede por preguinhos. Esse cômodo coletivo separava-se dos restritos recintos íntimos por cortinas. Um lampião, abastecido com óleo de banha de tainha ou de fígado de cação, garantia a iluminação.

Esse ambiente e a família que o habitava estavam sob cuidado da mulher que, além disso, se dividia entre o auxílio ao homem na pesca e o serviço na roça. Ao deixar o interior da moradia, aparecia o *quintal*, com a criação de galinhas e o poço, de onde vinha a água necessária às tarefas domésticas e à higiene pessoal. Nas vezes em que o poço falhava, recorria-se ao do vizinho ou se corria para o rio mais próximo. Ao caminhar do quintal à praia, surgia o porto da casa, local de guarda dos instrumentos de pesca.

Paralelamente à residência, existiam dois espaços complementares e, na realidade, a junção de todos é que constitui a noção nativa de casa de morada no tempo de primeiro. Primeiramente, a *casa de farinha* ou *de tráfico* de cada família, onde a mandioca brava, principal produto da roça, era processada para obtenção de seus derivados. Isso se dava a

⁹⁶ Como auxílio em tal exposição, utilizei Terra do Mar (1997).

partir de equipamentos fabricados pelos moradores com matérias-primas do mato. Tanto quanto o plantio, esse serviço demandava bastante energia e tempo.

Após a colheita, toda a mandioca, descascada e lavada, passava pela *roda*, responsável por ralar o tubérculo. O instrumento, de madeira, precisava ser operado por duas pessoas: uma para empurrar a rama e outra para girar a roda. A massa resultada era acondicionada no *tipiti*, cesto feito de cipó, e seguia para uma prensa de madeira, chamada também de *burro*. A força de compressão é que fazia escorrer, num recipiente denominado *gamela*, toda a mandiquera, suco tóxico próprio da mandioca.

Para o sucesso da prensagem, era necessário iniciá-la num dia e terminá-la apenas no seguinte, com ajustes periódicos, a fim de esgotar adequadamente todo o líquido venenoso. Após isso, removida do tipiti, a massa transpunha uma peneira, feita de cipó, e caía no *cocho*, espaço de madeira do qual era retirada aos poucos para ir ao forno, abastecido com fogo de chão. A etapa final consistia em *forneare*, ou seja, mexer durante horas a massa peneirada até que ficasse torrada.

Passados dias de trabalho, surgiam a farinha e seus derivados: o *beiju*, oriundo da massa não peneirada da mandioca, endurecida diretamente no forno ou sobre folhas de bananeira; o *cuscuz*, mistura de farinha, fubá e sal, cozida numa panela de barro bem vedada; a *goma*, substância grossa que se separa da mandiquera, torrada para consumo; a *broinha*, doce feito de goma e gema de ovo⁹⁷. “Nas festas de casamento, não tinha bolo: uma porção de broinhas era servida aos convidados”, relatou-me Maria Creuza.

O outro anexo residencial, por sua vez, guardava certa distância física da casa de morada e não estava vinculado à lavoura, mas sim à pesca: tratava-se do rancho, moradia temporária estabelecida próxima da barra, com o intuito de facilitar a faina nas temporadas de tainha, feitas a remo⁹⁸. Cada família construía o seu, de modo a configurar um acampamento onde a vila aglutinava-se, geográfica e socialmente, para o trabalho, mas também para o entretenimento e, sobretudo, para o relacionamento.

⁹⁷ Tais receitas, baseadas em explicações nativas, estão aqui descritas resumidamente e possuem variações, seja nos ingredientes, seja no preparo. Muniz (2009) dedicou-se a mapear algumas delas, num estudo em que reúne fotografias, obtidas em sítios caiçaras, dos equipamentos das casas de farinha. Algumas das imagens estão reproduzidas no Anexo 6.

⁹⁸ Cf. na Figura 4 a localização aproximada dos antigos ranchos de pesca.

A exemplo do que Mauss (2003 [1906]) observou acerca das variações sazonais dos esquimós, a organização dos ranchos de pesca expressa um “apogeu de sociabilidade” no grupo em estudo, semelhante ao verificado nos mutirões e fandangos decorrentes da lavoura. Tais ocasiões, explica o autor, não “... são coletivas apenas no sentido de que uma pluralidade de indivíduos reunidos delas participam: elas são o assunto do grupo, e é o grupo que elas exprimem”.

A idéia de casa de morada compreendia, então, tudo isso: era a edificação principal onde a família passava a maior parte do ano, associada à casa de farinha, ao quintal e ao porto, contrastada com a transitoriedade dos ranchos que formavam os acampamentos de pesca nas temporadas de tainha. Depreende-se disso que o termo ‘lavradores-pescadores’ mostra-se mais que uma combinação vocabular; posiciona-se como um amálgama identitário para o tempo de primeiro.

2.2.3 A família

Adirson recordou que, no passado, quando a família sentava-se à mesa para uma refeição, as melhores porções do peixe eram reservadas ao pai e à mãe como companhia dele, enquanto o restante partilhado entre as crianças. Essa rotina diária do tempo de primeiro reflete uma ordem, em que o pai, como chefe familiar, ocupa o ápice.

Segundo Woortmann (1990), nas sociedades camponesas, a figura paterna detém esse tipo de posição porque encarna as “categorias nucleantes” de tais grupos, presentes no contexto etnográfico em questão aqui: o “território” como lugar de seu nascimento; o “trabalho” que leva a cabo nesse espaço; e a “família” que reproduz pelo trabalho. A partir disso, configura-se uma “ordem moral” – ou seja, a “campesinidade” outrora citada – cujos valores centrais encontram máxima expressão também no pai: “hierarquia” em sua posição de chefe de família; “reciprocidade” nas trocas de serviço e afetos entre chefes de família; “honra” garantida pela tradição da reciprocidade; e “liberdade” no processo de trabalho afiançada pela honra.

A liderança paterna, portanto, refere-se menos a um poder de mando e mais ao cargo de guardião de um patrimônio que envolve “mortos, vivos e os que virão a nascer” no “território do parentesco”, uma “cápsula protetora” onde o “coletivismo” é que possibilita

“ser liberto” (id.). Sob essa ótica, compreendem-se falas como a de Genésia sobre seu falecido marido: “Eu era brava com as crianças, ele mais manso. Mesmo assim, era muito respeitado”. No tempo de primeiro, a casa de morada sob tutela do pai era o lugar onde ele acompanhava, por inteiro, a dinâmica de reprodução do sítio.

Os partos aconteciam todos nesse espaço e várias são as histórias que as mulheres barreanas contam sobre tais episódios marcantes de suas vidas, numa época em que os meses de gravidez eram contados pelas fases da lua. Muitas relembram a angústia por não saberem como, de fato, seus bebês chegariam até elas, pois cresceram ouvindo que as novas crianças vinham à noite, do céu. Outras rememoram a dor de partos que se estenderam por horas a fio. Há aquelas que se recordam dos filhos que nem sequer nasceram, uma vez perdidos naturalmente por causas múltiplas. São relatos de intimidade dos quais, por respeito às minhas entrevistadas, somente dou aqui uma pequena amostra, a fim de explicitar a dimensão ritual da casa de morada.

Os falecimentos, por sua vez, também se davam nesse ambiente: desde os cuidados com o doente até o rito funerário. Como não havia sacerdote no local, os moradores é que organizavam os velórios. Contratava-se um artesão na vila para confeccionar o caixão, com madeira do mato. Uma vez acomodado o corpo, a família abria as portas de sua casa a fim de receber parentes e vizinhos, para orações que se estendiam noite adentro.

Na ocasião, costumava-se rezar um *terço cantado* em formato especial, chamado de *Terço de Corpo Presente*, seguido pelo *Cântico da Excelência*. Entoadado 15 vezes por quem estivesse na função de capelão da cerimônia, o canto rogava à Nossa Senhora intercessão ao finado: “Uma excelência / ó minha Virgem do Rosário / do ventre sagrado / abriu-se um sacrário / o sacrário aberto / saiu o senhor fora / acompanha esta alma / levai-a para a glória”. Após, seguia o sepultamento (MUNIZ, s/d, b) ⁹⁹.

⁹⁹ Embora tenha colhido algumas referências aos terços cantados durante a estada em campo, o estudo mais detido de Muniz (id.) sobre a prática ajudou-me a melhor entendê-la. O contexto da pesquisa dele é particularmente interessante porque os dois principais informantes do autor, seus pais José Hipólito Muniz e Maria Pires, nasceram em Barra de Arapira, lá se conheceram e casaram, para mais tarde estabelecer residência em Guaraqueçaba (cf. na Figura 6 a genealogia dos Muniz e na Figura 7 a família de número 3). A mudança se deu por conta de uma oportunidade de trabalho ofertada a José Hipólito, para auxiliar nos serviços da paróquia do município. Tive a chance de entrevistar este último e mais detalhes sobre sua trajetória pessoal, importantes para compreender a religiosidade na região, serão apresentados no capítulo 3.

Nessa época, a herança material era pouca: restringia-se à canoa a remo e à casa de morada. “Antes a gente nem tinha móveis, aos poucos que fomos comprando [na cidade] e trazendo de barco [a motor]”, explicou-me Elizabete.

2.3 *Pescadores do tempo de agora*

2.3.1 O abandono das roças

O *ajuntamento* consistia na troca de serviço entre apenas dois casais – uma modalidade de faina que tinha o trabalho em si como fim, ao contrário do mutirão, no qual os participantes visionavam a festa como conclusão. Parte dos atuais moradores de Barra de Ararapira chegou a praticar apenas o ajuntamento – o que sabem dos grandes mutirões e seus fandangos é somente aquilo que seus pais ou avôs lhes contaram. Muitas vezes, um casal ajudava outro em troca de dinheiro, dado não possuir mais lavoura onde o auxílio fosse retribuído. Esse é o contexto de início do abandono das roças na vila, aproximadamente 15 a 20 anos atrás.

Quando questionados sobre por que pararam de plantar, os barreiros respondem, primeiramente, que os mais velhos dedicados ao serviço foram morrendo, enquanto os mais jovens perderam o interesse na atividade para se concentrar na pesca tão somente. É o período de chegada no vilarejo das embarcações a motor, do gelo para conservação do pescado e do acesso mais facilitado aos centros urbanos, os quais permitem uma rentabilidade financeira nunca antes alcançada. Explicam os moradores que na roça, ao contrário, trabalhava-se pesadamente apenas para alimentar a família.

Além da pesca motorizada, surgem fontes de renda assalariadas no sítio, a partir da implantação de estabelecimentos públicos como a escola, o posto de saúde e a unidade dos correios. Aumenta também o número de pescadores vinculados às colônias, o que lhes propiciou aposentadorias e pensões aos cônjuges em caso de falecimento. “Quando minha mãe começou a trabalhar na escola como merendeira e a receber salário, eles [a mãe e o pai] pararam de plantar. Antes, ninguém tinha salário por aqui”, relatou-me Edina.

“[Nas roças] era muito sofrimento sem lucro. Depois, veio o meio ambiente, aí pararam de vez”, explicou o casal Sebastião Antonio e Janice. Do ponto de vista nativo,

portanto, a criação do Parque Nacional do Superagüi nos anos 80, cujo regulamento pauta-se pela intocabilidade do ambiente circunscrito em seus limites, veio a selar a interrupção das lavouras. “Um tempo, passava avião por aqui, a gente fazia fumaça para a plantação, eles viam e caíam em cima”, conta Leontina Pires, sobre a fiscalização estatal.

Daí em diante, processa-se uma espécie de “efeito dominó”, do qual esta etnografia procura captar alguns movimentos, porém, consciente de que fenômenos sociais possuem causas e conseqüências múltiplas. A ausência das roças – que alimentavam não só homens, mas os animais silvestres – esvaziou a caça. Um fato evidente aos barreanos que, relatam, irritaram-se muito quando as autoridades ambientais começaram a aparecer no local e a questioná-los sobre o desaparecimento. “A explicação é simples: o povo parou de fazer roça e a caça debandou”, falaram-me Antonio Gasparino Muniz e sua esposa Maria Luzia. Hoje, disse o casal, é muito difícil ver esses bichos no quintal – aparecem apenas raposas em busca de galinhas, os micos que ficam nas árvores, às vezes algum tatu ou esquilo.

Rubens também faz referência a isso em seu manuscrito sobre a história da vila: “Depois que foi decretado parque nacional na Ilha do Superagüi, que o povo parou de plantar roça (...), os animais sumiram. As roças eram aproveitadas pelos donos a metade, outra metade os animais e pássaros comiam. Agora, não tem roça, mas também não temos animais”. E se pergunta: “Será que depois de tudo isso tem algum meio ambientalista que quer desapropriar as ilhas habitadas há centenas de anos, plantando a mandioca, a batata, o milho, (...) que são comida dos animais e dos pássaros (...)?” (MUNIZ, s/d, a).

Afora o afastamento da caça, o abandono das roças deixa de criar o contexto propício à realização dos grandes fandangos de mutirão, que são motivo para relatos nativos nostálgicos sobre o tempo de primeiro. Sob a ótica deles, a diversão desses eventos é que compensava todo o esforço do trabalho agrícola. A partir da interrupção da lavoura, a festa ainda continuou a ser realizada nas casas dos moradores por um tempo, em ocasiões comemorativas como aniversários e casamentos ou por entretenimento nos finais de semana. Entretanto, aos poucos, como dizem os barreanos, tudo foi se acabando.

Não obstante, como prova de que os fenômenos sociais guardam diversificados fatores causais, há nesse cenário outro importante elemento: o rádio, que chegou à vila como fruto da melhora de rendimentos e da intensificação das relações com a cidade. “[O fandango] Era a diversão do sítio, ninguém conhecia rádio; eu fui conhecer só depois que

me casei”, explicou Izabel, que se uniu ao marido, o finado Leonidas Ramos, aos 17 anos. O equipamento propiciou o contato com outros estilos musicais, que passaram a ser apreciados sobretudo pelos jovens, como o sertanejo e o forró. A fita cassete – e pouco depois, o *compact disc*, o popular CD – possibilitou que as novas músicas passassem a ser executadas nos bailes que continuaram, porém neles o fandango foi perdendo espaço.

Hoje, em Barra de Ararapira, este é lembrado em pequenas rodas de cantoria, com uma ou duas violas, durante os finais de semana¹⁰⁰. Ao mesmo tempo, todavia, há um movimento de profissionalização, em que entidades e grupos de fandango são criados e passam a realizar apresentações públicas coreografadas, bem como a registrar em discos seu trabalho. Nesse panorama, há dois lados a considerar.

O primeiro se encontra bem explicitado na fala de Gramani e Corrêa (2006, p. 36): “Os fundamentos do mutirão (...) perpetuam-se nas redes de troca e solidariedade entre grupos, associações e pessoas ligadas ao fandango de toda a região, para os quais mudar pode ser também uma forma de continuar”¹⁰¹. O segundo, por seu turno, indica que as rivalidades próprias do fandango assumem novas facetas a partir do envolvimento do nexó monetário em sua realização. Isso ficou bem claro a mim durante conversas com um caçara, grande incentivador do fandango, que se disse decepcionado e desestimulado ao assistir “camaradas” de tantos anos se desentendendo por conta de cachês.

Em Barra de Ararapira, há dois violeiros que participam de apresentações públicas quando convidados por entidades ou grupos: João e Antonio dos Santos Pires. Conheci a dupla bem antes do trabalho de campo, durante a realização de uma reportagem sobre o

¹⁰⁰ Martins (2006, p. 27) faz referência a essa situação: “O que ocorre atualmente nos *sítios* é o fechamento de círculos de fandangeiros que, de tempos em tempos, reúnem-se em casas de parentes e camaradas para fazer fandango, sem baile nem batido de tamanco. O foco aqui está na sonoridade dos instrumentos (geralmente sem a presença do adufo, somente tocam viola e rabeca) e nas mensagens dos versos. É o momento em que versos são re-elaborados e através deles narrativas são atualizadas, fatos e personagens são lembrados, contados e cantados”.

¹⁰¹ No artigo, as autoras descrevem algumas iniciativas organizadas em torno do fandango, tanto no Paraná, quanto em São Paulo. Segundo elas, o primeiro grupo teria surgido nos anos 60 na cidade de Paranaguá (PR), sob direção de Romão Costa e Manequinho da Viola, com incentivo do folclorista Inami Custódio Pinto. Daí em diante, esse tipo de entidade se proliferou, formalizada juridicamente ou não. Entre as paranaenses mais famosas, pode-se citar o Grupo Folclórico Mestre Romão, a Casa do Fandango de Mestre Eugênio e a Associação de Cultura Popular Mandicuéra, em Paranaguá; o conjunto musical Família Pereira, os grupos teatrais Pirão do Mesmo e Fâmulos de Bonifrates, assim como a Associação dos Fandangeiros de Guaraqueçaba, todas neste último município. Uma boa amostra da atuação dessas organizações está no documentário Caiçara (2008), que retrata o II Encontro de Fandango e Cultura Caiçara, realizado no ano de 2008 em Guaraqueçaba e do qual participaram mais de 30 grupos do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

fandango (BAZZO, 2004a). Na época, ocorria uma situação inusitada: os reconhecidos tocadores estavam sem violas, porque as suas tinham estragado com o tempo – para se apresentar, haviam emprestado os instrumentos. Nessa ocasião, João aproveitou para expressar, numa moda, seu desejo: “Viola de cinco cordas / Cinco cordas mesmo tem / Quem me dera eu possuísse uma para mim também”.

2.3.2 A casa de morada

A família barreana hoje reside num espaço bem diferente daquele do tempo de primeiro. A moradia, coberta por telhas, pode ser de madeira, mas esta não é retirada do mato e sim adquirida em vigas na cidade, de onde são trazidas ainda as estruturas para as janelas. A casa pode ser também, por completo, de alvenaria – embora constitua um complicador para transferência diante do processo erosivo, esse tipo de construção não é alvo de cupins, impede a invasão de outros animais por possuir forro, além de figurar como símbolo de *status*, tanto maior quanto mais o visual a aproxima das habitações urbanas.

No interior, tudo é iluminado por um toque nos interruptores, graças às placas solares instaladas nos anos 90. Foi então abandonado o lampião, abastecido primeiro com óleo do pescado, depois com querosene, diesel e, por fim com liquinho, pequeno botijão de gás¹⁰². Uma boa parte dos cômodos agora possui portas. A cozinha se mantém, porém, com novidades: abriga armários para os utensílios culinários, fogão a gás e pia com água encanada, também vinda na década de 90¹⁰³. Esse mesmo sistema sanitário possibilitou

¹⁰² Cf. no Anexo 7 nota do jornal Gazeta Mercantil sobre a inauguração do sistema solar em Barra de Arapira, que contou com a presença do então governador do Estado, Jaime Lerner (ANDREAS, 1996). Rubens dedica em seu manuscrito bom espaço para essa data: “Aquele dia foi um sufoco, corre daqui, corre dali, mas estava um dia lindo, visitas chegando, muitos barcos no porto, muitas autoridades na praia, não cabia mais ninguém, todos de olhos arregalados pro céu, esperando o helicóptero chegar, muito repórter, muita televisão, jornalistas para darem cobertura ao trabalho. (...) Eu, muito emocionado por ser o primeiro chefe de Estado a pôr os pés em Barra de Arapira e a primeira vila de pescadores que o senhor governador Jaime Lerner visitava, a emoção era muito grande. (...) Até que finalmente alguém disse – olha lá vem um helicóptero – era um helicóptero trazendo a Rede Globo de Televisão. Demorou poucos minutos chegou o helicóptero trazendo o governador, descendo em praias arapianas, foi uma recepção muito bonita, com muitas autoridades do Estado (...)” (MUNIZ, s/d, a).

¹⁰³ Moradores explicaram-me que a maioria das residências é abastecida por um encanamento construído especialmente para a vila; apenas as habitações mais distantes da barra, ao norte, compartilham o sistema da localidade vizinha de Pontal do Leste. A água encanada tornou-se uma realidade a partir de um convênio das prefeituras municipais de Guaraqueçaba e Cananéia com as associações de moradores locais: as instâncias públicas ofereceram o material de construção, enquanto os nativos encararam a mão-de-obra pesada – algo

instalar banheiro com vaso, lavatório e chuveiro, cuja água pode até ser quente, graças a um aparelho industrializado conectado ao botijão de gás. De início uma construção fora da casa, como antigamente, o banheiro vai se agregando à estrutura habitacional.

A sala é também um diferencial: toma o lugar da cozinha como espaço de ingresso na residência. Nesse cômodo, há sofás para acomodar as visitas e, claro, para assistir à televisão, geralmente à noite, uma vez que a capacidade reduzida da bateria acoplada à placa solar residencial não permite excessos. O primeiro aparelho, ainda com imagens em preto e branco, chegou à vila há cerca de 20 anos, como propriedade de Rubens, que passou a receber em sua casa diversos telespectadores. Atualmente, praticamente todas as moradias têm televisão a cores, cujas imagens são captadas por antenas parabólicas.

Do interior ao exterior, permanece o quintal com a criação de galinhas, mas sem o poço ou a bomba d'água que o sucedeu, hoje desnecessários. A casa de farinha também não mais existe. Articulado à casa de morada há apenas um *rancho*, pequena construção de madeira onde ainda se faz fogo de chão. O porto, por sua vez, se amplia: ganha como anexo o *casarão de pesca*, para armazenar os petrechos da atualidade¹⁰⁴.

Com o foco total da vila no trabalho marítimo, embora continue a gerenciar a casa de morada, a mulher já não o faz dividindo-se entre o auxílio ao homem na pescaria e o serviço da roça. O tempo feminino, agora, encontra-se mais liberado. Conforme dizem os barreiros, a mulher apenas ajuda o homem em caso de necessidade e somente, como dito, no mar de dentro. Ao passo que, como já o fazia, o homem ajuda a mulher nas tarefas domésticas mais pesadas, mas estas também se reduziram – se antes havia a manutenção do poço e a operação da casa de farinha, hoje restam a limpeza do quintal e eventuais reformas residenciais.

Além da energia solar e da água encanada, o Estado deixou sua marca em outras estruturas de uso coletivo no vilarejo. Nos últimos 30 anos, chegaram também um posto de saúde, uma escola de alvenaria, um telefone público e uma unidade dos correios. Aos

que documentei também em outros vilarejos da região (BAZZO, 2005). É nesse período que ocorre a fundação da Associação Santa Ana dos Moradores de Barra de Ararapira, tendo Rubens como seu primeiro presidente e cujo nome homenageia a padroeira local. A entidade cuida da manutenção da represa e da caixa d'água, graças às contribuições dos habitantes, em sua grande parte associados. Os vinculados têm ainda como benefício a possibilidade de obter crédito bancário em nome da instituição.

¹⁰⁴ Cf. na Figura 4 esquema representativo da casa de morada de hoje.

poucos, os habitantes incrementaram esse cenário: adquiriram telefones fixos, rádios amadores e geradores. Ressalvados seu baixo número e as falhas técnicas, estes são dignos de nota porque propiciam uma comunicação que no tempo de primeiro era impensável¹⁰⁵.

“Antes, essa hora, eu estaria comendo banana verde e tomando café amargo, hoje estou assistindo”, falou-me Mauro Pires, durante uma entrevista em que a televisão permaneceu ligada. O termo corrente para o ato de ver televisão é justamente esse – *assistir* – verbo que nesse contexto não diz respeito a apenas uma ação, mas à história de uma experiência. Essa estrutura de fala se repete num outro momento: naquele de adquirir mercadorias no bar local. *Comprar* é o que costumam dizer, economicamente, ao chegar ao estabelecimento, antes de nomear os produtos que desejam.

“Em vista de antigamente, os mais velhos dizem que o pessoal do sítio hoje é rico”, comentou Celma dos Anjos Muniz, esposa de Mauro, que vive com o marido numa moradia construída onde, antes, estava uma roça do casal. A afirmação de Celma exige contextualização porque, paradoxalmente, os nativos descrevem o tempo de primeiro como uma época de fartura, semelhantemente ao que dizem sobre o tempo de agora. A contradição, todavia, é apenas aparente porque o olhar acurado evidencia situações de abundância bastante diferentes. Mostra-se possível percebê-las a partir da casa de morada, na sua condição de elemento-chave nesse cenário.

A fartura do passado diz respeito àquilo que se obtém do trabalho no território: peixe e farinha; a moradia, por sua vez, encontra-se nesse momento esvaziada de bens materiais urbanos. Compreendem-se assim os relatos sobre a abundância do passado e, ao mesmo tempo, afirmações como a dita por Genesia: “Antes, era um vestido novo só a cada temporada de tainha”; ou esta, pronunciada por Edina: “Quando era criança, se a gente comia arroz, saía contando pros outros, como uma novidade”. Ambas fazem referência a artigos de difícil obtenção naquela época. Mas então as roças se acabaram e os peixes decresceram radicalmente. A fartura do presente, por seu turno, está relacionada não ao território, mas àquilo que é agora trazido da cidade ao sítio, para o interior da casa de morada: materiais de construção, móveis, eletroeletrônicos, comidas, bebidas, roupas...

¹⁰⁵ O gerador não é um privilégio de todas as casas da vila porque, apesar de sua potência, gera notáveis despesas: segundo entrevistados, chega a R\$ 300 mensais se o equipamento for ligado diariamente entre 19 horas e meia-noite. A placa solar, por sua vez, não envolve gastos; o vigor, porém, é menor e fica comprometido em dias subsequentes de chuva ou tempo nublado.

2.3.3 A família

No começo do tempo em que já havia dinheiro, se um jovem barreano ganhasse uns trocados do pai para ir ao baile, devolvia o que sobrava ao retornar. Agora é diferente: cada um quer ter seu próprio dinheiro. Hoje, ninguém mais ajuda em troca de comida e festa: quem quer ajuda, tem que pagar. Mulher solteira pode ir sozinha ao baile e, nessas ocasiões, as bebedeiras dos homens são menos moderadas que no passado porque há mais quantidade. São mudanças narradas pelo povo do sítio e que, eles sabem, acarretaram transformações na estrutura familiar, sobretudo no relacionamento entre pais e filhos.

As relações entre homens e mulheres, claro, também mudaram. Contudo, em novos moldes, mantiveram sua característica distintiva, a “complementaridade” (WOORTMANN, 1992), obtida no âmbito do casamento que, indubitavelmente, configura uma instituição que permanece em moda em Barra de Ararapira. A diferença hoje, de acordo com os nativos, é que as uniões ocorrem menos influenciadas pelos desejos dos pais quanto aos cônjuges ideais. Entretanto, conforme evidenciou a análise de parentesco, essa escolha, mesmo atualmente, não é tão pessoal quanto parece.

Com o abandono das roças, ambos os gêneros ganharam mais tempo livre e dedicado ao lazer que inclui, especialmente, os jogos – de cartas, de futebol, de vôlei¹⁰⁶. Não obstante, embora focado apenas na pesca, o homem continua valorizado enquanto provedor da casa, a exemplo do que me disse uma entrevistada: “Homem tem que ser trabalhador, dar conta de sustentar uma casa, a mulher e os filhos”. A visão sobre a atual posição feminina, por sua vez, mostra-se ambivalente. Alguns mais idosos observam que, agora, mulher nem *borra* [suja] a mão no trabalho. Ao mesmo tempo, o fato de poupar a esposa, mantendo-a responsável somente pelas tarefas do lar, agrada a maioria dos homens.

Dessa forma, a estrutura de antes perdura: publicamente, o homem dedicado ao trabalho no exterior permanece o chefe da casa, enquanto a mulher, internamente, está à frente do gerenciamento residencial. Mas a mulher continua morando no espaço do homem e, assim, a autonomia externa dela sempre vai ser com ele negociada. Privadamente, ambos se auxiliam: homem limpa quintal se preciso, mulher vai à pesca se necessário. Há, sim,

¹⁰⁶ Para verificar tais espaços recreativos, cf. Figuras 4 e 5.

uma divisão de atividades por gênero, mas não estanque. Logo, condenável não é fazer uma tarefa prioritariamente do outro sexo; censurável, como dizem os nativos, é não *ajudar*.

Tive uma boa amostra disso ao acompanhar um jovem casal em uma viagem de bote para compras no município de Guaraqueçaba. Ainda faziam parte da tripulação duas tias e um irmão do rapaz. Enfrentamos, durante todo o caminho de ida, um grande temporal, que aumentou o percurso normal de quatro para seis horas. Diante da intempérie, imaginei que os irmãos, enquanto homens, apoiar-se-iam nas necessidades da embarcação. Porém, o braço direito do rapaz, no percurso todo, foi sua esposa. Enquanto ele ajeitava as lonas da casaria para nos proteger da chuva, quem comandava o leme era ela. No retorno, com o tempo mais calmo, aconteceu o mesmo: nos trechos tranquilos do trajeto, o rapaz aproveitou para cochilar, enquanto sua camarada assumiu os trabalhos.

Essa viagem fez-me compreender um pouco sobre as demonstrações de afeto marital. Logo no início da pesquisa, mulheres comentaram comigo que no sítio, ao contrário da cidade, os casais não tinham o costume de andar de mãos dadas, abraçar-se e, muito menos, beijar-se em público. De fato, durante todo o período de campo, tal reserva foi plenamente perceptível. Mas a discrição se desfaz na ajuda, momento por excelência para expressar companheirismo. Logo, para cada contexto, seus próprios gestos de carinho. A partir disso, verifica-se que as mulheres inspiram o cuidado dos homens em diversas ocasiões – por exemplo, ao entrar e sair das embarcações são por eles carregadas no colo para que não se molhem ou machuquem.

As relações entre pais e filhos, por outro lado, sofreram alterações drásticas em relação ao passado. Com a vinda do posto de saúde, o vilarejo passou a receber mensalmente um médico da prefeitura municipal, como também uma série de remédios, entre eles medicamentos para controle de natalidade, que as mulheres utilizam largamente e cujo uso se reflete no tamanho mais reduzido das famílias atuais¹⁰⁷. Em uma gravidez, pré-natal e parto acontecem em hospitais urbanos, o que encerrou a atuação da parteira.

¹⁰⁷ Cf. Figura 7. Acompanhei uma das visitas do médico, que compareceu mesmo diante do mau tempo daquele dia. Tal condição climática havia despertado entre os locais a desconfiança de que ele não viria, como geralmente acontece. O posto de saúde – batizado pelo Estado com o nome de um antigo morador, José Leocadio Muniz – ficou cheio de gente. O atendimento mostrou-se imediatista, mais baseado em medicamentos que em tratamentos de longo prazo. De fato, os habitantes queixam-se muito da precariedade hospitalar em Guaraqueçaba. Por conta disso, preferem utilizar o combustível emergencial cedido pela secretaria municipal de saúde para, com a voadeira da associação de moradores, consultarem-se em Cananéia ou na localidade paulista de Pariquera-açu, onde há um hospital regional. Apesar dos problemas, os nativos

Conforme crescem, as crianças são matriculadas na escola, cuja frequência constitui seu principal dever¹⁰⁸. Os filhos são socializados cedo com as atividades dos pais: os meninos envolvem-se na manutenção dos petrechos de pesca, as meninas articulam-se às atividades domésticas. Mas isso não se dá como uma obrigação – a exemplo do que ocorria nas roças –, e adquire, muitas vezes, o caráter de uma brincadeira. “A gente ia obrigado, ainda bem que acabou”, disse-me, sobre a época da lavoura, Lidiania das Neves Pires, com o que concordou seu marido, Claudinei José Pires.

Contudo, relatam os casais, está cada vez mais difícil educar as crianças. Especulei muito o porquê disso e a resposta mais comum era: “eles não têm mais medo como antes”. Ao afirmar isso querem argumentar que a autoridade paterna do passado vem se perdendo. O olhar antropológico sobre tal cenário mostra que a aproximação com meio urbano não se revela apenas no acesso a bens materiais; também se expressa nas aspirações individualistas típicas desse espaço, imiscuídas nos projetos de vida de uma juventude que não viveu o tempo de primeiro e cresceu acostumada com a cidade, universo antes pouco conhecido.

Trata-se do momento, observado por Woortmann (1990), em que o “coletivismo” do sítio, orientado pela reciprocidade, passa a ser visto como “sujeição”. “Os jovens só querem a parte boa da cidade, o conforto. Esquecem que lá as pessoas também têm responsabilidades com seus trabalhos”, afirmou Izabel. Um contexto que torna coerentes outras afirmações que ouvi daqueles com mais idade, comparativas do passado com o presente: “As pessoas hoje não são verdadeiramente trabalhadoras. A gente conta do

valorizam o acesso – bem mais difícil no passado – aos serviços de saúde, especialmente aos remédios, administrados pelo agente de saúde local assalariado. Tive pronto ingresso a esse acervo quando tratei de uma inflamação em meus pés e tornozelos, causada por picadas de butucas, indomáveis durante o verão.

¹⁰⁸ À época da pesquisa, a Escola Rural Municipal de Barra de Arapira – batizada pelo Estado com o nome de um antigo morador, Francisco Jorge Martins – comportava uma turma multisseriada de 16 alunos, de 1ª a 4ª série. A professora, Margarida, comanda as atividades há 26 anos, auxiliada por uma merendeira e uma zeladora, assalariadas como ela. Quando aceitou o convite para lecionar, Margarida tinha apenas a quarta série. De manhã, era professora e, à tarde, virava aluna, para concluir os estudos. “Atravessei muitas vezes a pé a Praia Deserta para participar dos encontros pedagógicos da secretaria de educação em Guaraqueçaba”, contou-me. “Além disso, trabalhava na roça, cuidava dos filhos, arrumava a casa e pescava à noite. Foi muito sofrido”, recordou. Antes dela, a vila teve outros professores pontuais, como também uma escola de madeira, construída nos anos 60 pelo estímulo de missões católicas. Atualmente, ao alcançar a quinta série, os alunos são encaminhados ao colégio da localidade de Ariri, distante cerca de uma hora numa embarcação lenta. Em virtude disso, o grupo do turno da manhã parte do vilarejo por volta das 5 horas e a turma da tarde em torno das 11. O piloto do barco escolar é um pescador de Pontal do Leste: funcionário da municipalidade paulista, recebe complemento salarial da prefeitura de Guaraqueçaba para apanhar também os estudantes paranaenses.

mutirão, o pessoal mais jovem não acredita”, comentou Genesia; “Antes, apesar da dificuldade, era um tempo mais liberto”, disse-me Maria Creuza.

O conflito geracional se mostra perceptível aos pais de família não em grande escala, mas nos pequenos dilemas cotidianos com seus filhos. Cito exemplos: apesar de, para mim, os nativos solicitarem a benção entre si o tempo todo, disseram-me que esse protocolo parental diminuiu muito. O investimento na variedade alimentar, por sua vez, cresceu e permitiu prescindir da partilha regrada descrita outrora; mas, ao mesmo tempo, aumentou o trabalho para fazer as crianças comerem na hora certa comida que sustente. Por fim, os remédios possibilitaram curar enfermidades mais agilmente, mas hoje coexistem com outras espécies de drogas capazes de gerar doenças, como a dependência química.

Na casa de morada, o pai não mais acompanha por completo o ciclo de reprodução do sítio. Os hospitais urbanos não só sediam o nascimento de seus filhos, como também boa parte do tratamento que antecede o falecimento de um enfermo, muito embora os velórios continuem nas moradias, mas agora sem os terços cantados. As instituições médicas são vistas pelos nativos de hoje como o espaço melhor estruturado para se salvar uma vida. Contrariamente, porém, os mais idosos não as apreciam.

Durante o trabalho de campo, infelizmente registrei o falecimento de três moradores de boa idade. Todos, após um período no hospital, retornaram às suas casas, onde morreram. Explicação dos parentes: eram pacientes que “não aceitavam ser mandados”. Caso exemplar é o do finado Anizio, vítima de câncer há certo tempo. Sua esposa, Maria Madalena, relatou que ele negou o tratamento na cidade para morrer, aos poucos, no próprio sítio. Disse que, para Anizio, hospital era sinônimo do fim da vida: “As pessoas vão pra lá pra morrer”, falava o marido.

Os procedimentos de herança, por seu turno, registraram alterações em relação ao passado, devido ao ingresso de novos bens materiais. “Antes, não havia quase nada pra dividir, só uma casinha e uma canoinha a remo. Eram muito pobres. A geração de agora é que terá realmente bens para dividir”, ponderou Adirson.

3. Sítio e memória

A noção de “estrutura performativa” de Sahlins (2003 [1985]) oferece subsídio para refletir acerca da descrição antes apresentada: a exemplo do que o autor propõe com essa idéia, percebeu-se que, em Barra de Ararapira, práticas vão sendo reavaliadas com o caminhar da história, num processo de reprodução-transformação, em que ora se comemoram os bons resultados, ora se lamentam as mazelas. Para prosseguir – numa prova de que mudança não implica ausência de estrutura, ambas necessárias à ação no mundo – os sítiantes apegam-se à memória do parentesco, que possui ali um caráter todo especial. Trata-se de um álbum nunca fechado, dada a mutabilidade do território do vilarejo.

3.1 *O sítio de ponta a ponta*

A manhã estava nublada, com tendência de chuva. Mesmo assim, o passeio combinado foi mantido: um grupo de mulheres e crianças deixou a vila por volta de oito da manhã, antes da maré encher, para uma caminhada até a Praia Deserta, ou praia grande, como costumam dizer. Acompanhei-os pelo entretenimento, mas também pela oportunidade de conferir mais de perto o andamento do processo erosivo, já que nos aproximaríamos por terra de seu ponto central: a barra. Há um ano não fazia esse percurso, pois sem o auxílio nativo é difícil e até mesmo perigoso traçá-lo.

Depois que cruzamos os rios que cortam o vilarejo, o caminho começou a complicar: o avanço do mar derrubou inúmeras árvores que fecharam totalmente o ingresso direto à praia grande. O jeito foi fazer trechos da travessia pela trilha no mato, mantida pelos moradores. A modificação constante da paisagem, seja na praia, seja na floresta, é que dava gosto de aventura ao passeio. “Passa aí?”, perguntavam todo o tempo os caminhantes de trás aos da frente, para saber se havia passagem pelas árvores tombadas.

Incessantes também eram as referências a pontos antes ocupados pela vila, hoje completamente tomados pela maré, diacríticos que um estrangeiro não é capaz de perceber por si só: “Aqui era a casa de Valmira”; “Aqui era o porto de Selmiro”; “A gente morava aqui”, comentou Shirlei, sobre a residência na qual viveu logo que se casou. Da mesma maneira, foram freqüentes os comentários sobre onde estavam no passado os marcos

naturais: “A ponta da Ilha do Cardoso era muito longe daqui”; “A barra era mais ao norte e agora está no sul”; “A praia de Pontal do Leste não existia, era tudo mangue”; “Dessa altura da praia não dava para ver a vila de Pontal do Leste antes”; “Aqui tinha um mangue onde a gente tirava marisco”; “Nessa altura existia uma lagoa aonde a gente vinha pescar”; “Antes a gente atravessava a praia toda de bicicleta”.

Contornados os obstáculos, após cerca de uma hora, alcançamos a Praia Deserta. As mulheres recolheram garrafas vazias da areia para usar no comércio da Cataia, como também outros objetos dispensados por outrem que lhes pareceram interessantes. Questionei de onde vinha tanto “lixo” – sapatos, brinquedos, utensílios de cozinha, galões, já que só quatro famílias moram ao longo da praia. Maria Creuza explicou que tudo chega pelo mar: “Quando aconteceu aquela grande enchente em Santa Catarina¹⁰⁹, teve gente que encontrou na praia conjunto de mesa e cadeiras praticamente inteirinho”. O aumento da chuva, aliás, nos obrigou a retornar, assim como a proximidade da residência da Família Dias, por onde quase ninguém arrisca passar. É o limite de Barra de Ararapira ao sul.

O limite residencial norte conheceria num outro passeio: acompanhei um grupo de nativos numa visita a Avani José Martins, antigo morador que, na ocasião, estava em Barra de Ararapira para conferir uma casa que ainda mantém ali. A moradia dele é considerada a última da localidade – adiante dela, vive Maria Elisa da Conceição, irmã do barreano Antonio Marcelino conhecida como *Maria Baixinha*, cuja habitação, pela boa distância, não é encarada como pertencente ao vilarejo¹¹⁰.

Visitar a casa de Avani configurava assim uma boa chance de conhecer parte do caminho por terra à velha povoação de Ararapira. Se hoje esse percurso está tomado pelo mato, antigamente não o era: como no passado a barra localizava-se mais ao norte, existiam ali várias casas, das quais meus acompanhantes se lembravam ao longo da caminhada, citando os nomes dos proprietários.

Após uma hora e meia de trajeto, avistamos a moradia de Avani, que ele planejava vender. O ex-morador havia deixado o vilarejo para tentar a vida em Ilha Comprida (SP) e,

¹⁰⁹ Resultado das fortes chuvas que atingiram esse Estado entre o fim do ano de 2008 e início de 2009.

¹¹⁰ Cf. genealogia dos Martins na Figura 6 e a habitação H na Figura 5. Refiro-me à moradia de Avani como limite ‘residencial’ norte porque, nessa direção, a fronteira territorial barreana está, de fato, no cemitério em Ararapira.

embora tenha relatado problemas com as autoridades ambientais paulistas para construir uma residência, disse preferir morar lá por estar mais próximo da cidade. A vinda à Barra de Ararapira lhe trouxe, entretanto, uma infeliz surpresa: em sua ausência, a casa foi objeto de arrombamento e saque, cujas marcas ele nos mostrou durante a visita. Isso não impediu, contudo, uma série de lembranças alegres na hora do café: de seus pais, que ali criaram seis filhos; das grandes roças de mandioca; da caça que surgia em meio à lavoura. Maria Creuza aproveitou para entregar um presente a uma das filhas de Avani, afilhada dela.

No retorno da visita, havia uma chuva fina. Por isso, a certa altura, o grupo optou por deixar o mato úmido e caminhar pela praia, já que a maré tinha vazado, ou seja, baixado. Eu andava ao lado de Maria Creuza e, diante dos barrancos onde se equilibravam inúmeras árvores, ela acionava a memória todo o tempo: “Aqui era a casa de vovô”; “Aqui era uma roça de papai”. Perguntei como conseguia rememorar exatamente os locais, uma vez que a paisagem estava irreconhecível: “A gente marca um ponto: na casa de meu avô, por exemplo, tinha um pé de laranjeira”. Só que mesmo esse arbusto não existe mais.

3.2 O quebra-cabeça da memória

Um dia desses, estava carpindo meu quintal, queimei uns restos e logo pensei: que cheiro de roça!
– Maria Creuza Pires

É verdade, também me lembro quando faço isso. – Leontina Pires, mãe de Maria Creuza

Antes, tinha uma praia grande aí na frente. Não dava pra enxergar as casas, ficavam muito longe. Agora estão desse jeito, na beira. – Ademilson Luiz Pires

Lembro que esse trapiche era bem comprido ainda, a gente estendia um lençol em noite de luar, deitávamos todos e papai tocava violão. Tudo mudou muito. Depois que fui embora, cada vez que vinha aqui, o bar de papai estava num lugar. – Marcia Maria Muniz, da Barra do Superagüi, em visita à vila

Nossa, essa praia era tão grande. De criança, nos barrancos lá de baixo, a gente fazia ninho pras andorinhas e ficava na maior felicidade quando aparecia algum ovinho no buraco, lembra Vera? – Márcia em questionamento à irmã, de Paranaguá, também em visita ao vilarejo

A segunda casa nós carregamos de um lugar para o outro praticamente inteira. – Santiro Matildo Pires, sobre a moradia onde sua família viveu por apenas dois anos, realocada por conta da erosão

Tá na hora de desmanchar essa casinha, separar as madeiras e telhas e construir um depósito pras canoas. Me dá um grande dó fazer isso, me lembro de meus tios. – Valmira Liberata Pires, sobre a residência que herdou de seus parentes, à beira do barranco

Qual é o preço do baile hoje compadre? – perguntam vizinhos ao ouvir o som de fandango na casa de Antonio dos Santos Pires

“É bom conversar, a gente vai se lembrando das coisas”, disse-me Santiro certa feita. Em Barra de Ararapira, está-se diante de um território construído e reconstruído pela articulação da memória e do parentesco. As recordações dos nativos conformam histórias de vida que operam como as principais fontes de informação para entender a relação deles com um espaço mutante. Apenas à primeira vista as narrativas parecem individuais, pois, em verdade, amarram-se por sucessivas gerações. Ao se pensarem como uma grande família que sempre viveu no sítio, os barreanos ativam, cotidianamente, um quebra-cabeça de reminiscências e, coletivamente, reelaboram o território do passado, visualizam aquele do presente e especulam sobre o futuro. Trata-se, segundo Godoi (1998), de um incansável “trabalho da memória”, em que “ler uma paisagem é ler o tempo”.

Sob essa luz, as dinâmicas do parentesco devem ser interpretadas. Casar de um determinado jeito, morar num dado local, apadrinhar certa criança não constituem caprichos. Da mesma maneira, o ato de recordar esses processos não figura uma extravagância. São necessidades diante da ausência de “toponímias estáveis”, conforme propõe Alencar (2007) em sua etnografia no povoado ribeirinho de São João, na Amazônia, onde a alagação sazonal ocasiona o fenômeno da “terra caída”, que obriga a permanente reconstrução da territorialidade local.

Uma “tarefa simbólica de alta complexidade”, diz a autora, haja vista a não correspondência empírica entre a espacialidade do passado e do presente. Ao atuar como ponte entre as gerações antigas e atuais, os laços parentais, por intermédio das narrativas, propiciam a elaboração de “mapas cognitivos”. As recordações dos habitantes mais velhos têm a capacidade de situar os jovens num lugar que não mais existe – uma “paisagem da memória”. Nesse processo, por um lado, fixam-se as raízes do grupo no espaço – ainda que marca dele seja a fluidez constante; de outro, prevêm-se e, dentro do possível, controlam-se as alterações vindouras (id.).

Dessa forma, como os elementos paisagísticos, as relações de parentesco constituem bons indícios das mudanças, não só territoriais, mas também sociais. Quando questionadas sobre quantas moradias já tiveram por conta da erosão ou desde quando não aconteciam

mais os fandangos de mutirão, as mulheres efetuavam o cálculo conforme o nascimento e crescimento de seus filhos, assim como baseadas em períodos de antes ou depois de seus casamentos. Os homens pautavam sua contabilidade em episódios ligados ao trabalho, como grandes ressacas ou boas safras, vividos também em meio aos parentes.

A repetição – ao mesmo tempo sempre nova, seja pela mutação espacial, seja pelo desenrolar geracional – faz eficazes essas falas: elas adquirem, conforme postula Austin (1975), o caráter de “atos performativos”, capazes de impedir a desintegração social do território. Essa reconstrução memorial prescinde de precisão científica: importam sim os sentimentos, crenças, intenções, imagens, comparações suscitadas nas conversas, garantidoras da “felicidade” daquilo que é dito.

A exemplo do que observaram Alencar e Godoi (op. cit.), as histórias barreanas – organizadas por indicadores que mesclam território e parentesco, ambos em contínuo movimento – evidenciam uma constante negociação com as memórias, lembrando ou esquecendo aquilo que é significativo para demarcação da identidade no momento presente. Processo este acionado quando se percebe em risco o território do sítio também por reveses não-naturais, como o modo de ser moderno e suas ideologias decorrentes – a individualista, assim como a ambientalista.

Nesse contexto, as celebrações religiosas, tema do capítulo seguinte, mostram-se objetos de análise excelente: primeiro, são reveladoras de Deus como maestro da territorialidade nativa; segundo, reúnem a grande rede de parentesco do Sítio, com capacidade de ativar em massa o quebra-cabeça da memória. Em tais eventos, as palavras dos parentes não só falam sobre o território: como dito, elas o fazem.

PRANCHA 10

O sítio hoje - parte 1



Foto 1 (acima) - *Casa de morada*: Residência de Elizabete da Cunha.



Foto 2 (acima, à direita) - *Criação de animais*: Quintal de Edina Santana.

Foto 3 (abaixo) - *Fogo de chão*: Quintal de Edina Santana.

Foto 4 (abaixo, à direita) - *Banho de maré*: Diversão de crianças e adolescentes nos dias de verão. Na imagem, Elizandra Pires, com o primo Alex Pires no colo, junto do tio de ambos, Ricardo Pires.



PRANCHA 11

O sítio hoje - parte 2



Foto 1 (topo) - *Porto e quintal*: Residência de Santiro e Maria Creuza Pires.



Foto 2 (à esquerda) - *Caminho*: Vela para deslocamento coletivo.

Foto 3 (abaixo, à esquerda) - *Valongo*: Lancha que realiza travessia para a cidade de Cananéia (SP).



Foto 4 (abaixo, à direita) - *Futebol*: Crianças versus mulheres.



PRANCHA 12

Parentes, compadres e vizinhos



Foto 1 (topo) - *Família pescadora*: Edivaldo Santana, com seus filhos e sua esposa Ariana Silva, que nomeia a embarcação.



Foto 2 (à esquerda) - *Dia de serviço*: No espaço da escola, Maria Creuza Pires (esquerda) e Janice Martins trabalham na produção da cataia com o grupo de mulheres da vila.

Foto 3 (abaixo, à esquerda) - *Brincando de pescador*: Alex na canoa do pai, Ademilson Pires.



Foto 4 (abaixo, à direita) - *Passeio*: Adirson Muniz conduz sua família para uma visita a parentes em Pontal do Leste (SP).



PRANCHA 13

Tempo de primeiro



Foto 1 (topo) - *Roça*: Avani Martins e sua família numa plantação de rama (Arquivo pessoal).



Foto 2 (ao lado) - *Fandango e Divino*: Instrumentos musicais das festas caiçaras – ao fundo, a caixa ou bumbo; à esquerda, a rabeca; no centro, um par de tamancos; e à direita, a viola. Exposição do Museu Municipal de Cananéia (SP).



Foto 3 - *Lampião*: Artefato de propriedade de Antonio Marcelino Pires.

PRANCHA 14

O quebra-cabeça da memória



Fotos 1 e 2 (acima e ao lado) - *Herança*: Propriedade da família de Valmira Pires, à beira do barranco.

Foto 3 (abaixo) - *Indígenas*: Crianças guarani que viviam em aldeia próxima de Barra de Ararapira (Reprodução de arquivo pessoal de Antonio Marcelino Pires).



22 e 23 de agosto [de 2008] – *Chuva fina e vento sul fraco e frio, maré de lua minguante média e mar agitado a grosso, já muitos dias, desde a Festa da Santa Ana até esse período, não deu mais pesca no alto mar.*

Santiro Matildo Pires, em “Tempo e Maré”

Estamos até agora usando a luz do astro rei sol para transformar em energia, para atender as necessidades dos barreanos. Com isso, se ausentamos um pouco da energia convencional para guardarmos um pouco de sol pra usarmos à noite. Ainda bem que temos um Deus, um Pai, que usa as pessoas, os homens pra colocar em suas mentes o entendimento, a sabedoria, o dom para que ninguém sofra, mesmo aqueles mais pobres, que moram sem possibilidade de ter os que moram nas grandes cidades, Deus não desampara. (...) Agora o importante é colaborar com a natureza pra que ela também colabore conosco. (...) Mas se a mãe natureza decidir não podemos evitar. Só Deus é o Senhor e Pai de tudo, o que ele decidir fazer será feito, mas se isso acontecer os oito quilômetros que a restinga [da Ilha do Cardoso] vai perder o Parque do Superagüi vai ganhar e engraçado, o que os homens pensam não é exatamente o que Deus pensa.

Rubens Jorge Muniz, em “História de Barra de Ararapira”, sobre o fechamento da atual barra

Continuidade, na canoa, do diálogo com Marcos Santana Muniz, de 5 anos, neto de Rubens, durante o retorno do torneio de futebol entre vilarejos da redondeza:

– *Tigre macho e tigre fêmea – disse o garoto apontando para o desenho na camiseta da etnógrafa – o maior é o macho, a menor é a fêmea.*

– *Esse bicho tem no mato – continuou – ele caça gente.*

(...)

– *Olha, o tigre tem olho de Jesus – prosseguiu.*

A etnógrafa fez uma expressão de interrogação e ele apontou para a camiseta: a imagem do Sagrado Coração de Jesus do escapulário [bentinho] dela, recebido como presente de uma nativa, estava bem na altura do olho do tigre desenhado na peça de roupa. Ao compreender a afirmação, a etnógrafa pegou a outra ponta do escapulário e perguntou:

– *E esta quem é?*

– *É a mãe de Jesus – respondeu prontamente o menino.*

CAPÍTULO 3

A RELIGIOSIDADE

1. O Divino e a territorialidade

1.1 *Uma grande trovoad*

Era fim da tarde e, do porto de Rubens, via-se que a barra estava diferente, com uma coloração amarelada e uma aparência esfumada. A calmaria do mar de dentro foi substituída por uma ressaca, ainda pequena, mas digna de nota. Cada vez mais escurecia, ventava e relampejava. Os barreiros já sabiam do que se tratava: aproximava-se uma *trovoad*, como costumam dizer, típica da época de verão. Sentado no trapiche, Rubens, em companhia de seus familiares, visualizava cada etapa de formação da tempestade. Conforme ela avançava, as pessoas iam se retirando, por segurança, para suas casas.

Eu já havia enfrentado uma grande chuva no vilarejo, durante uma madrugada. Como não foi nada confortável ficar sozinha naquele episódio, decidi dessa vez aguardar na residência de Rubens até que tudo passasse. Além disso, meus aposentos na pousada ficariam completamente sem luz: naquela noite, em virtude da *trovoad*, nem o gerador nem qualquer outro equipamento elétrico seriam ligados, de modo a não atrair raios.

Assim que a tempestade caiu, rajadas de vento estremeceram portas e janelas. De dentro da moradia, percebia-se que coisas se batiam contra a casa, mas não era possível identificar exatamente o quê. O dia claro faria a revelação: destroços da casinha de limpeza do pescado, pedaços da tampa da caixa d'água, telhas estateladas de residências vizinhas, além de galhos de árvores, espalhados por toda parte.

Durante a chuvarada, Edina, nora de Rubens, chorava, tremia muito e, eu, nervosa também, procurava acalmá-la. Ela explicou-me que possui trauma de *trovoad* por conta de acontecimentos ainda da época em que era solteira, quando vivia com sua família em Pontal do Leste (SP). Lembrou-se de uma tormenta que destelhou totalmente a casa da família, tombou embarcações defronte o vilarejo e destruiu a igreja ainda em construção. “Papai não consegue nem falar durante um temporal, reúne todo mundo num quarto da casa, fica em silêncio, esperando passar”, contou-me.

A história da família de Edina é comum a outras do lugar. O temor era maior quando a cobertura das habitações se fazia com palha, o que as tornava mais vulneráveis. Santiro relatou-me que, quando o telhado de sua moradia era de palha, houve um grande temporal. Ele e sua família resolveram abrigar-se na residência do finado Selmiro, já

coberta por telhas, mas ainda não muito resistente: “A gente tinha que segurar portas e janelas para que o vento não fizesse tudo voar pelos ares”.

Pequenos tornados e trombas d’água não são raros nessas ocasiões: por conta deles, muitas vezes, *chove* peixes no lugar, arrancados à força de seu sossego marítimo. O pescador Adirson rememorou um episódio: “Estava lá fora [mar aberto] e, de repente, quando olhei pra praia, vi aquele tornado na areia. Fui costeando, pra fugir dali, quando ele se dirigiu pra água. Aí eu toquei pra fora. Até que voltou pra praia de novo. Juro, por Deus do céu, que não é história de pescador”.

A posição da casa de Rubens permite perceber toda a violência de uma trovoada: em virtude da erosão, a residência está bastante próxima do mar. A praia e as árvores que existiam ali em frente, protetoras naturais contra o impacto, já foram carregadas pela maré. Essa falta de segurança amedronta o proprietário que, ao contrário de grande parte das pessoas que se esconde, não tem parada durante uma tormenta. Fica todo o tempo fora da moradia, procurando a tudo fiscalizar. Reza muito e joga água benta ao redor. Enquanto isso, no interior da casa, sua esposa acende velas à Nossa Senhora e também ora.

Passada a trovoada, lanternas surgiram por todos os lados, tanto em Barra de Ararapira, quanto em Pontal do Leste: o povo deixava as casas para conferir a situação, especialmente das embarcações. Contudo, a preocupação continuava: durante a tempestade, havia uma canoa barreana no mar, em retorno da cidade de Guaraqueçaba (PR). Quem pilotava era o filho de Santiro, Claudécir Luiz Pires e o acompanhavam sua mãe Maria Creuza, a avó Leontina e o casal Antonio Gasparino e Maria Luzia. Todos aguardavam a chegada deles com aflição. Tentou-se comunicação com outros vilarejos para obter notícias do barco, mas telefones e rádios se encontravam fora do ar em virtude da tempestade.

Felizmente, cerca de meia hora após o fim da trovoada, uma luz apareceu no mar de dentro: era a canoa que se aproximava, com todos sãos e salvos, para alívio geral. No dia seguinte, os tripulantes contaram os detalhes da viagem: decidiram interrompê-la na Enseada da Baleia (SP), vila próxima, quando perceberam que o leme da embarcação não respondia mais aos comandos por conta da força do vento. Lá, as mulheres se abrigaram numa casa cujo telhado se levantava com as rajadas. Os homens, por sua vez, permaneceram na chuva para segurar a canoa que, de outro modo, não resistiria. “Esse rio

[mar de interior] estava igual à barra”, resumiu Maria Luzia que, ajoelhada no barco, disse ter rogado para que Nossa Senhora os protegesse naquele momento de perigo.

1.2 *Deus, o “valor” maior*

Na analogia do território de Barra de Ararapira com uma colcha de retalhos em constante reforma, comparei os pedaços de tecido, periodicamente substituídos, ao movimento do mato que vira mar e do mar que vira mato. Além disso, equiparei a linha que costura as frações de pano à memória do parentesco, que conforma o sítio. Para completar essa tecitura, incluo a devoção religiosa como a agulha que interliga tudo isso.

Como dito, ao contrário dos vilarejos das redondezas onde o protestantismo propagou-se, em Barra de Ararapira há – e nunca existiu outra – apenas uma igreja, católica, de base popular. A presente análise propõe-se a discutir esse cenário no qual, por um lado, a centralidade de Deus no viver nativo não indica estar ligada apenas aos mandamentos do catolicismo e se mostra parte de uma visão de mundo; mas, por outro, a fidelidade a uma única religião confere substância à unidade parental do sítio, idioma fundamental de uma territorialidade sempre em construção, como visto no capítulo anterior.

Rubens não é o único a rezar numa trovoada: quando rememoram esses eventos recorrentes no vilarejo, os barreanos logo os associam à lembrança de velas que acenderam, santos a que recorreram e orações que fizeram. O temor é o motivo que, à primeira vista, reveste a prece. Mas esta encontra substrato na crença geral de que Deus, detentor de poder e sabedoria inestimáveis aos homens, se posiciona senhor do território e, desse modo, sabe o que dele deve ser feito, assim como reconhece com proteção e benção aqueles que lhe são fiéis. Sob essa ótica é possível situar diálogos como o que segue:

- Não se pode desejar que Deus ajude numa pescaria, porque daí não pega nada – explicava-me Santiro sobre o protocolo do ofício, cuja marca é o silêncio.
- Ah, isso é até pecado com o nome de Deus. Se Deus não ajudar, quem é que vai? – retrucou Maria Creuza, esposa de Santiro, ao que este defendeu:

– Mas não precisa pedir, quando se acredita, Ele ajuda mesmo assim¹¹¹.

A centralidade divina evidenciou-se no trabalho de campo a partir de questionamentos aos nativos sobre os transtornos da erosão desencadeada pela dinâmica da barra. Quando os perguntava se já tinham sentido vontade de deixar a vila em virtude disso, as respostas seguiam uma linha comum: iniciavam com as vantagens do local para acesso à pesca em mar aberto, prosseguiam destacando o quão inoportuno seria ficar longe de seus familiares e concluíam com uma referência a Deus, como quem lhes tinha permitido ali viver até hoje e, sendo assim, lhes proveria o futuro.

“É preciso levar em conta que existe um sobrenatural. Tem uma passagem da bíblia que fala: se um filho quer pão, a gente não vai dar cobra no lugar. A gente considera muito isso”, afirmou-me Rubens; “Ninguém pode entender todos os mistérios do mundo, especialmente os mistérios de Deus”, asseverou Santiro. Entre os segredos divinos, as falas nativas posicionam os fenômenos naturais: “Como é que o bicho sabe que ali tem o alimento dele? Deus dá sua inteligência para todos os animais”, disse Antonio Gasparino, interrompendo a entrevista, quando viu um sabiá nutrindo-se de minhocas no seu quintal.

O vai-e-vem da barra, conforme discutido no capítulo 1, ocupa posição destacada entre os eventos naturais manifestantes do divino. Sendo assim, a desembocadura aparece como elemento comparativo excelente aos nativos para medir a potência desses episódios. Emblemática é a analogia feita por Maria Luzia ao final da descrição inicial deste capítulo, em que compara a situação do mar de dentro àquela da barra, em virtude da violência da trovoadas. A robustez e a inevitabilidade do movimento do canal demonstram a capacidade de equiparar os nativos em pequenez: todos estão no ‘mesmo barco’, a despeito das

¹¹¹ Schiocchet (2005, p. 72), que realizou etnografia na vizinha Barra do Superagüi, apontou algo semelhante: “Havia alguma diferença fundamental entre aqueles que acreditavam em Deus e aqueles que não acreditavam Nele? Seu Ciro [um nativo] prontamente respondeu-me: *essa não é uma pergunta inteligente (...) porque todo nativo sabe que Deus existe. Só que alguns não obedecem ele (...) pode perguntar pra qualquer um aí que você vai ver* [grifos meus]. Ao longo dos dias que se seguiram a esse, eu de fato perguntei. Fiquei surpreso ao constatar que absolutamente nenhum nativo me disse que não acreditava em Deus, que Deus não existia ou qualquer coisa semelhante, muito embora vários deles tenham se colocado como religiosos não-praticantes ou simplesmente não-religiosos. O que queria dizer aquilo? Deus estava para além da religião, assim entendida muito mais enquanto uma forma de ver o mundo (...)”. A Barra do Superagüi também está vinculada a uma barra, como indica o próprio nome do vilarejo. Contudo, ali a desembocadura não determina uma mutabilidade territorial avassaladora como aquela verificada em Barra de Ararapira. Dessa maneira, embora o mar revele significância ontológica em ambas, esta parece guardar diferenças de intensidade.

diferenciações socioeconômicas geradas pelo contato com a cidade via barco a motor. É sob essa luz que visualizo a necessidade da reciprocidade parental, bem como a permanência de uma indivisibilidade religiosa que amalgama o sítio.

O destaque para a forte ligação entre eventos da natureza e atuação divina é recorrente em etnografias realizadas em localidades pescadoras (cf. Setti, 1985; Silva, 1989; Maldonado, 1993; Vogel, Mello, 2004; Schiocchet, 2005). Na esteira de Silva (1989), que se inspira em Dumont (1992 [1966]), reitero que Deus aparece, em Barra de Ararapira, como “valor” absoluto para a ordenação do mundo. A compreensão nativa é que Deus criou tudo que existe, por algum motivo e no lugar certo. Quando algo maléfico aos olhos humanos ocorre – seja a erosão, a tempestade, a doença ou a morte – é encarado como um desígnio divino, inatingível ao entendimento terreno. Por outro lado, se algo benéfico acontece, também é creditado a Deus e aos santos a ele vinculados; ou seja, os domínios do sagrado e do profano revelam-se aí interativos e complementares.

É com base nisso que apreendo a ausência de lamúria dos barreiros nas réplicas que davam às questões sobre os grandes inconvenientes do processo erosivo – nas respostas, aparecia lamento pelas perdas materiais, mas nunca blasfêmia. Nesse sentido, a natureza sintetiza a noção de Deus – ela é, ao mesmo tempo, sua criatura, sua dádiva aos homens e instrumento para expressão de seus planos e vontades. Assim, a coletividade humana aparece – evocando a terminologia dumontiana – englobada pela natureza e ambas o estão pelo divino, uma vez constrangidas à onipotência dele (id.).

Importa assim esclarecer que, em tal situação etnográfica, o termo ‘natureza’ e seus derivados não se relacionam à idéia de recursos naturais enquanto matérias-primas tão somente, como as destinadas aos empreendimentos do capital ou protegidas em unidades de conservação – noção cujo pano de fundo é a já criticada dicotomia natureza/cultura. A palavra refere-se aqui a uma ontologia nativa em que esse divisor não tem lugar.

Schiocchet (2005, p. 170) problematiza que, embora se trate do mesmo vocábulo, a acepção dele para caçaras e ambientalistas é radicalmente distinta: enquanto aos primeiros o significado ancora-se em “dispositivos morais”, os segundos o apóiam apenas em “dispositivos territoriais”, refletidos nas leis. Dessa maneira, sob a ótica estatal, mar e terra também são diferentes, mas não do mesmo modo que aos pescadores: “... para a mitologia nativa [seria melhor dizer ‘ontologia’], ao mar estão atreladas idéias como a do

desconhecido que merece respeito, a infinitude e a incertitude; enquanto que para a mitologia ambientalista, à Natureza estão atreladas idéias como as de auto-regulação, fragilidade, finitude e, no limiar, a intocabilidade”.

Por conseguinte, apesar das inúmeras mudanças do tempo de primeiro para o tempo de agora, a Providência, manifestada na dinâmica da barra, tem permanecido como “valor” maior na localidade em estudo. Ameaça diversa a tal ordem se configura quando o território nativo – e, por extensão, a barra enquanto sinônimo de vida – é arriscado pela expropriação, mediante iniciativas capitalistas ou conservacionistas. As modificações entre passado e presente não se restringiram aos domínios da barra e do sítio, mas alcançaram a esfera religiosa conforme se abordará a seguir.

2. A devoção religiosa ontem e hoje

2.1 Um rito para ação da memória

Quando a *sundara*, espécie de coruja, canta em cima de uma casa caiçara não é bom sinal: o som, similar ao do ato de rasgar o tecido que confecciona a mortalha, avisa que a morte está próxima para alguém daquela família. Explicou-me isso Santi, que é reconhecido artesão da vizinhança: sabe construir barcos – de verdade e em miniatura – e, graças a esse conhecimento, chegou a fabricar caixões no tempo de primeiro¹¹². “Um tipo de encomenda que ninguém gosta e eu espero não mais fazer”, disse-me. Segundo ele, os pedidos se acabaram quando os caixões passaram a ser adquiridos já prontos na cidade.

O que não mudou foi o lugar para onde os caixões são levados: após as orações familiares pelos finados nas residências, continuam a ser enterrados no cemitério da velha Ararapira, o vilarejo hoje desabitado. Ali, são sepultados os barreanos e os demais falecidos dos arredores, paranaenses e paulistas. Porém, se no passado muitos se envolviam na manutenção do cemitério, hoje os habitantes de Barra de Ararapira se dedicam

¹¹² Um levantamento sobre os recursos naturais na vida caiçara também faz referência à *sundara*, animal que, segundo o documento, é popularmente conhecido como “rasga mortalha”: “Quando a *Sundara* (...) canta em cima de uma casa é motivo de preocupação (...). Tem que se procurar imediatamente uma benzedeira e benzer toda a família e a casa com defumação de ervas, além de andar com cuidado” (CULTIMAR, s/d, p. 10).

solitariamente ao asseio do local, pouco antes do chamado *Dia das Almas* (02 de novembro) quando o visitam em massa, junto de alguns moradores de Pontal do Leste.

A data de minha última ida a campo foi planejada para acompanhar a romaria ao cemitério. Logo que cheguei, tive notícia que, há alguns dias, doze moradores tinham se dirigido ao cemitério para carpi-lo – uma turma pequena, dizem os nativos, comparada àquelas de antigamente. Ao longo do dia reservado à homenagem aos mortos no calendário cristão, embarcações barreanas se dirigiram à Ararapira. Tratei então de encontrar uma para tomar carona: juntei-me ao grupo que faria a viagem no bote de Santiro, que deixou a vila por volta de meio-dia, carregado de mais mulheres que homens e muitas crianças.

Tempo de verão, o sol estava a pino naquele horário, de modo que os passageiros muniram-se de bonés, guarda-chuvas e panos brancos por sobre as cabeças para se proteger. O trajeto contou com apenas uma escala, em Pontal do Leste, para apanhar parentes. Em cerca de uma hora, foi possível avistar Ararapira, em frente à qual já havia outras embarcações estacionadas. A fachada era só o que eu conhecia da antiga vila até então. Visualizá-la é, para mim, sempre surpreendente: a igreja local – que tem São José como padroeiro – está cada vez mais à beira do barranco. São rastros do movimento incessante da barra, apesar de sua boa distância de Ararapira.

A despeito da inexistência de habitantes, a Igreja de São José é aberta à visitação e recebe cuidado dos ex-moradores do povoado que, associados, continuam a promover anualmente a festa do padroeiro, em 19 de março. Em torno dessa data, o antigo vilarejo se enche de gente para, passados os festejos, ficar vazio novamente. Portanto, no Dia das Almas, em volta da igreja, vêem-se somente construções lacradas pelos proprietários. Outras estão em ruínas, moradias para um sem número de animais.

O acesso ao cemitério se dá por uma trilha vencida em poucos minutos. Dele, eu pretendia elaborar um croqui, para mapear eventuais vínculos de parentesco na distribuição das sepulturas. Porém, somente as mais recentes se encontram identificadas pelo nome dos falecidos; são poucas também aquelas edificadas com tijolos. Trata-se, em sua maioria, de covas sobrepostas, demarcadas apenas por cruzeiros de madeira, nas quais o tempo já tratou de apagar a referência à pessoa ali enterrada ou simplesmente sem indicação nominal¹¹³.

¹¹³ Em pesquisa historiográfica sobre Ararapira, Muniz (2008) contabilizou cerca de 60 túmulos visíveis – de alvenaria ou não –, numa extensão de 20 metros de largura por 60 de comprimento. Em algumas covas, notei a presença de duas ou três cruzeiros de madeira. Explicaram-me ser um procedimento cautelar, haja vista que os

Maria Creuza, esposa de Santiro, explicou-me que, quando alguém morre, procura-se um espaço livre para o túmulo e, ao se cavar, quase sempre a ossada de um finado anterior aparece. Aberto o buraco, tudo é então enterrado: os ossos encontrados e o novo corpo.

Maria Creuza havia passado recentemente por essa experiência, dado o falecimento de seu pai, Fausto Valeriano Pires, pouco tempo antes do Dia das Almas. Ela, sempre gentil aos meus questionamentos, esclarecia o funcionamento do cemitério enquanto acendia velas com a mãe em torno da sepultura paterna. As lágrimas avermelhavam os olhos não só de Maria, mas de muitos outros, que se dispersaram pelos túmulos de seus parentes, onde oravam e deixaram flores. “Aqui estão todos os nossos antepassados”, disse-me Valmira.

Mas como encontrá-los nesse espaço em que uma sepultura se sobrepõe a outra, num processo que apaga vestígios visuais de identificação? A movimentação dos barreanos pelo cemitério configura um trabalho memorial: é a ativação dele que garante localizar os falecidos queridos. “Quem está aqui?”, “Quem é esse?” – são perguntas constantes das crianças, cujas respostas dos adultos transmitem esse saber espacial.

Depois das homenagens aos finados, os presentes são convocados por um dos moradores – o qual atualmente responde pela diretoria da igreja – a rezar um terço por todas as almas. Após a oração, passada cerca de uma hora de nossa chegada, o grupo se reúne para o retorno. Ao tomar a trilha de saída do cemitério, falou-me a barreana Genésia: “Isso aqui nem parece o mesmo lugar. Lembro quando eu era moça, o Dia das Almas ficava repleto de gente de vários lugares. Hoje, é mais o pessoal da Barra que vem”.

Completada a volta, Rubens perguntou-me logo na chegada se eu havia gostado da viagem e comentou sobre os tempos áureos de Ararapira: “Hoje o povo anda descuidado do cemitério. Só o pessoal daqui foi limpar este ano e ainda poucas pessoas. (...) Aquilo lá era grande, tinha delegacia, cartório, lojas”. Tanto que certidões, de óbito e de nascimento, hoje retiradas em Guaraqueçaba, eram antes obtidas em Ararapira. O último evento daquela data de finados foi um culto realizado na igreja de Barra de Ararapira, comandado por Rubens. No momento reservado às preces, ele pediu a Deus que, todos os anos, enviasse voluntários para manter bem cuidado o espaço do cemitério.

barreanos não moram na localidade do cemitério: à medida que as cruzes dão sinais de apodrecimento, outras mais novas vão sendo deixadas, a fim de que os túmulos não fiquem sem o sinal.

A descrição do Dia das Almas desvela algo recorrente nas recordações nativas: no passado, havia um envolvimento maior do Sítio, enquanto conjunto de vilas caiçaras, nos costumes religiosos. Tais relatos mostram-se orientados pelas divisões religiosas do presente, a partir da adesão ao protestantismo em detrimento do catolicismo, num momento contemporâneo à chegada das embarcações motorizadas e da intensificação das relações com o universo urbano. As falas também recebem influência da posição peculiar de Barra de Ararapira nesse panorama: dentre as localidades caiçaras da região, a vila e sua vizinha Pontal do Leste são as únicas que permanecem católicas e onde nenhuma vertente evangélica chegou sequer a se instalar. É o que se pretende clarificar no tópico seguinte, com as narrativas temporais informadas pelos barreanos.

2.2 O catolicismo do tempo de primeiro

Em Barra de Ararapira, no tempo de primeiro, não havia templo religioso, mas a despeito disso, todos *desde sempre* eram devotados ao catolicismo, crença então soberana na região. Para ir à missa, os barreanos caminhavam duas horas pelo mato até a povoação de Ararapira, a fim de chegar à Igreja de São José, a mais próxima. A opção para quem queria poupar as pernas era a canoa a remo. Uma vez na pequena *cidade*, como dizem, os nativos, além de rezar, vendiam seu pescado e desfrutavam do comércio local.

Em território barreano, a devoção religiosa alimentava-se pela circulação de uma imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, acomodada em uma capelinha que passava pelas moradias, onde se rezava o terço em família. Existia também um pequeno festejo para Santo Antonio, o mais cultuado entre as famílias do lugar, que incluía terço cantado, estouro de fogos e baile de fandango. Essa rotina privada era interrompida pela chegada anual da romaria em homenagem ao Divino Espírito Santo de Deus¹¹⁴.

A peregrinação tinha como ponto de partida a cidade de Cananéia (SP), de onde zarpava a embarcação que levava a bandeira vermelha com o desenho de uma pomba branca de asas abertas, símbolo do Espírito Santo. A viagem iniciava-se após a Páscoa e durava para mais de um mês, haja vista que o grupo passava de sítio em sítio dos arredores

¹¹⁴ Como apoio para melhor compreender elementos dessa festividade caiçara, utilizei Muniz (s/d, c).

e, em cada um deles, de casa em casa. Nos dias em que os romeiros permaneciam na vila, ninguém trabalhava: todos ficavam nas moradias os aguardando, com a mesa posta.

A bandeira chegava pendurada num mastro, em cujo topo havia um buquê de fitas coloridas, onde eram afixados agradecimentos e promessas do povo. As orações nas residências ficavam sob comando dos chamados *foliões*: o violeiro, mestre da romaria; o rabequista; o tocador de caixa (bumbo) e o *tipe*, carregador da bandeira.

De habitação em habitação, o mestre transformava preces em música, tudo na arte do improvisado. “Para cada casa que a romaria parava, havia um verso diferente, motivado por uma imagem de santo que tinha lá ou também um por pedido de oração daquela família”, recordou Sebastião Antonio. “O verso tinha que ser da idéia da pessoa [o violeiro, no caso]: terminava um já tinha que estar outro na idéia, não podia falhar”, explicou-me Antonio dos Santos. Por fim, todos ceavam e o mestre arrecadava a contribuição da moradia para a *Festa do Divino* na cidade, depois de encerrada a peregrinação.

A exemplo do que aponta Setti (1985), o mestre da romaria, ao transformar em canto a oração, confere à reza caráter “mágico”, num sentido maussiano, de particular interlocução entre o profano e o sagrado. O cunho “ambíguo” dessa figura, “meio humana, meio divina” por sua excepcional criatividade musical, oferece subsídio para interpretar a exaltação dos barreiros aos mestres de antigamente, sempre lembrados com palavras de admiração e respeito. Esses violeiros eram os mesmos que lideravam os fandangos daquele tempo, eventos similares às celebrações do *Divino* em aspectos para além dos instrumentistas competentes, como o envolvimento coletivo e a fartura de comida¹¹⁵.

A homenagem ao Espírito Santo, por conseguinte, aparece como parte do circuito de trocas do cotidiano no tempo de primeiro, abordado no capítulo anterior. Ao mesmo tempo, o festejo respaldado pela igreja convivia fortemente com crenças religiosas populares: “Tinha benzimento para parar o fogo, para espinho sair da garganta, para livrar

¹¹⁵ Gramani e Corrêa (2006, p. 31-32) explicam que a despeito de o “... fandango não estar diretamente associado à prática religiosa, a grande maioria dos fandanguieiros é católica e, desta forma, costumam [sic] seguir esse calendário religioso. Durante o período da quaresma, os tocadores guardavam seus instrumentos [segundo os nativos, removiam até mesmo as cordas das violas] e os fandangos geralmente não eram realizados. Muitos fandanguieiros participavam de manifestações de caráter religioso, como os terços cantados, as reiadas ou folias de reis e as bandeiras [festas do Divino]. (...) Durante os períodos de romaria, os fandangos eram, em geral, feitos à noite, quando os grupos pousavam na casa dos fiéis”.

os cachorros das pestes. E tudo funcionava. Hoje, os mais jovens não se interessam em aprender essas coisas”, afirmou Antonio Gasparino.

A construção de uma igreja em Barra de Ararapira se deu a partir de missões católicas na região, comandadas pelo Padre Mário di Maria durante os anos 60¹¹⁶. Oriundo de uma congregação italiana, o sacerdote veio ao Brasil, acompanhado de uma equipe de religiosos, para criar e dirigir a paróquia do município de Guaraqueçaba, até então inexistente. Em Barra de Ararapira, o primeiro templo construído inauguraria uma série de quatro, cuja obra a ação dos cupins e, especialmente, do processo erosivo forçaria.

José Hipólito Muniz, barreano hoje residente em Guaraqueçaba, resgata esses acontecimentos em anotações compiladas por Muniz (s/d, d, p. 77-79): relata a alegria do povo, que recebeu o padre com foguetes e abriu suas casas, tanto em Barra de Ararapira quanto em Pontal do Leste, para as primeiras missas. A descrição de José revela um envolvimento do sacerdote com as demandas religiosas nativas, que me fez melhor compreender a afetuosidade presente nas referências dos barreanos de mais idade a ele:

... quando ele [Padre Mario] falou de construir uma igreja, o povo aplaudiu a idéia, mas como? Sendo todos pobres? Disse ele: ‘Vamos fazer de madeira. Eu dou as telhas e os pregos e o povo faz a madeira do mato’. (...) foi construída a primeira capela de 5x7m², tendo na 1ª festa, dado como padroeira da comunidade – Santa Ana – sendo sugestão do próprio padre, para facilitar sua visita, ainda que o povo quisesse São Pedro, já que há muito tempo vinha sendo venerado noutro lado [Pontal do Leste], com terço e muitos fogos no seu dia e até tinham ganho de um visitante uma imagem do santo, que por falta da capelinha, estava na capela de São Sebastião, na Enseada da Baleia, estado de São Paulo. Mais [sic] o povo tanto de um lado como de outro fazia uma só comunidade e aplaudiram Santa Ana. Mais ou menos por volta de 1966, houve em 26 de julho, a primeira festa em honra da nova padroeira Santa Ana e a comunidade crescendo em participação do culto dominical (...). O cupim começou a estragar a construção, sentiu-se então a necessidade de construir uma outra igreja maior e desta vez, uma vez que o povo não tinha condição, o padre comprou e levou as tábuas e as telhas que faltaram. Mais uma vez, o povo se reuniu para tirar as madeiras no mato e desmanchar a velha igreja, construindo a nova, uma igreja de madeira de lei (...). E tudo ia muito bem, mas logo a barra que divide os dois estados começou a mudar e estas mudanças gastaram a areia, por volta de 4 ou 5 anos, a igreja ficando próxima de cair. Surge aí a idéia de construir outra capela, em alvenaria. (...) E tudo tava [sic] pronto, faltando só as pedras para o alicerce (...), foram na ilha do Marujá, no Morro de Caixaura Grande e trouxeram aquele barco com pedras, sabendo depois que a polícia florestal proibia quem fosse apanhar pedras, não indo mais, pois já tinha o suficiente (...) deixando a igreja pronta no ano de 1979. Logo mais tarde teve ela que ser novamente demolida, por consequência do mar que a invadia. E uma outra igreja começou a ser construída, já com portas e vitrôs, também foi comprado piso e lajota. Enfim em 1998, já com luz – por energia solar (...). (...) Hoje resta saudade [de Padre Mario], que tendo cumprido sua missão (...) voltou para o céu.

¹¹⁶ Como apoio para melhor compreender tal atuação missionária, utilizei Muniz (s/d, d).

2.3 *As divisões religiosas do tempo de agora*

A partir da porta, duas fileiras de bancos: ao lado daquela à esquerda, uma imagem de Bom Jesus de Iguape e, daquela à direita, um ícone de Santo Antonio. À frente, um altar: à esquerda dele, a figura de Nossa Senhora Aparecida e o retrato do Papa João Paulo II; à direita, um quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e uma estátua de Nossa Senhora da Rosa Mística; no centro, uma mesa e, logo atrás, um crucifixo, acompanhado das imagens de Santa Ana e São Pedro. Ao redor das paredes, quadrinhos retratam a via-crúcis. É esta a visão de quem ingressa na atual igreja de Barra de Ararapira.

Aos domingos, os fiéis completam o cenário ao comparecer ao culto semanal celebrado às 10 horas da manhã. Mulheres se acomodam nos assentos à esquerda, enquanto os homens se sentam à direita; as crianças se distribuem de ambos os lados. O membro da assembléia que se dispõe a conduzir o rito – sempre um homem – se posiciona logo atrás da mesa. Ele é auxiliado por dois ou três leitores, de quaisquer sexos, que permanecem nos bancos. Ainda no altar, à esquerda, instalam-se os violeiros para execução dos cânticos.

Os moradores organizam entre si os cultos dominicais porque, embora a convivência com o padre seja maior que no tempo de primeiro, hoje ele vem ao vilarejo apenas uma vez ao mês – isso quando o clima permite o deslocamento marítimo. A visita, que acontece a qualquer dia da semana, tem a seguinte programação: ao chegar pela tarde, o sacerdote vai até as pessoas doentes para orações e, à noite, celebra uma missa, para partir na próxima manhã, após contar com a hospitalidade do povo para pouso e alimentação.

A estrutura do culto é similar a de uma missa, exceto por um elemento: somente esta última guarda espaço para a eucaristia, sacramento central que só um padre confere. Logo, na ausência do sacerdote, os fiéis realizam uma oração de comunhão espiritual¹¹⁷. A partir dessa especialidade da missa, compreende-se por que, em ocasião dela, a igreja na vila se enche mais e a equipe musical se amplia. As cerimônias relativas aos demais

¹¹⁷ De autoria de Santo Afonso Maria de Ligório, a oração é a seguinte: “Creio, ó meu Jesus, que estais presente no Santíssimo Sacramento. Amo-vos sobre todas as coisas e desejo-vos possuir em minha alma. Mas como agora não posso receber-vos sacramentalmente, vinde espiritualmente ao meu coração. E, como se já vos tivesse recebido, uno-me inteiramente a vós; não consentais que de vós me aparte”.

sacramentos – batismo, crisma e matrimônio, que também devem ser concedidos pelo sacerdote – precisam, portanto, ser negociadas aproveitando as vindas mensais dele¹¹⁸.

Fora tais eventos extraordinários, a rotina religiosa inclui, além do culto, a realização de uma novena à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nos fins de tarde de quarta-feira, com preces especialmente pelos parentes doentes e pelo reinado da paz no lugar. Uma capelinha, hoje com a imagem de Nossa Senhora das Graças, ainda circula pelas moradias. O festejo a Santo Antonio, porém, não mais acontece.

São Pedro, por sua vez, embora não tenha sido definido padroeiro como desejado, permanece querido por ter sido pescador como os barreiros e recebe homenagem anual em 29 de junho. Trata-se de uma celebração restrita aos habitantes, independente do calendário da paróquia do município. No seu dia, a imagem do santo é instalada numa canoa em miniatura, rodeada de flores, para uma procissão marítima, seguida de um culto.

A construção de um templo, por fim, criou um novo espaço para o cerimonial dos funerais. Em vez de realizar os velórios nas casas, algumas famílias preferem atualmente a igreja. A existência dela também permite a oração coletiva do terço no sétimo dia e um ano de morte dos falecidos. As casas de morada, não obstante, continuam a ser espaços de devoção, ornamentadas com um sem número de imagens religiosas. No tempo de agora, entretanto, o templo é o lugar por excelência para o exercício da espiritualidade.

Atualmente, a igreja organiza-se a partir de uma estrutura semelhante àquela da associação de moradores: possui um presidente, um tesoureiro e um secretário para manter tudo que se refere ao templo organizado. Contam para isso com a ajuda de outros fiéis – por exemplo, um grupo de mulheres que, semanalmente, se reveza na limpeza da igreja. Mas a gerência geral é do padre, cuja autoridade assemelha-se àquela do prefeito municipal: tanto o primeiro quanto o segundo são acionados em questões de direitos e deveres coletivos.

A presença da igreja, por conseguinte, determinou novas práticas de culto no tempo de agora enquanto, ao mesmo tempo, assistiu-se à interrupção de ritos do tempo de primeiro. Nesse sentido, a romaria em homenagem ao Divino Espírito Santo mostra-se

¹¹⁸ Uma informação digna de nota: conforme a doutrina católica, a preparação para participar da eucaristia deve começar na infância, com a frequência das crianças à catequese. No período do trabalho de campo, Barra de Arapira estava sem catequista: a anterior havia se casado e mudado da vila, que aguardava uma nova voluntária, dado se tratar de uma atividade associada às mulheres. Em duas das missas a que assisti, o padre convocou o povo a se organizar a fim de encaminhar a formação religiosa das inúmeras crianças do local.

emblemática: “A coisa foi se acabando porque muitos dos mestres foram morrendo, outros bebiam muito e o padre começou os proibir de participar”, relatou-me Sebastião Antonio. “Rabequista é mais fácil encontrar por aí, agora violeiro não. O violeiro tem a missão mais difícil, que é tocar e cantar”, explicou-me Antonio dos Santos. Os relatos nativos indicam, por um lado, um veto oficial da igreja, por julgar exagerado o envolvimento dos peregrinos nas atividades profanas em detrimento do espírito religioso do evento¹¹⁹. Por outro lado, apontam uma falta de mestres, vinculada ao abandono das roças e dos grandes fandangos.

Por um bom tempo, dessa maneira, as romarias ficaram sem acontecer. Em Cananéia, ressurgiram em torno de cinco anos atrás, contudo, não mais chegam à Barra de Ararapira, sob justificativa de que, pela distância, as comitivas não retornariam em tempo para a festa de encerramento no município. Apesar disso, a vila passou a receber há cerca de três anos peregrinações vindas de mais longe, do litoral sul do Paraná, associadas a movimentos organizados de resgate do fandango¹²⁰. Não obstante, para os nativos, as coisas não são como antes: “Na última festa, as músicas cantadas pelo violeiro em cada casa eram as mesmas, não variavam como no passado”, pontuou Antonio dos Santos. “Os mestres hoje não têm a mesma criatividade que os antigos para trovar. Está difícil achar um mestre de romaria bom, quase todos já morreram”, afirmou Antonio Gasparino.

Mostra-se ainda fundamental incluir mais um item de influência na configuração desse cenário: concomitantemente à institucionalização da igreja católica nas localidades pescadoras, a religião protestante, especialmente em sua variável pentecostal, se proliferou na região. Embora os barreanos, como dito, não tenham se tornado evangélicos, sentiram os efeitos de propagação da nova crença. Os nativos relatam que diversos moradores dos arredores, muitos seus parentes, abandonaram o fandango porque se converteram. Setti (1985, p. 263-264) explica que as “... novas seitas pregam a dedicação ao trabalho, ao lar e à igreja (...)”, vetando a participação em festas e outros divertimentos.

¹¹⁹ Setti (1985, p. 253) registra cenário semelhante em sua etnografia: aponta que as palavras “folião” e “folia” – esta última utilizada para também denominar as peregrinações – aludem à pândega, à farra, ao entretenimento. Diz ela: “Talvez seja difícil para a moral cristã aceitar a idéia de divertir-se e louvar, simultaneamente, o Divino Espírito Santo, o que, para o músico caçara é perfeitamente possível”.

¹²⁰ Cf. nota 101 do capítulo 2. O documentário Divino (2008) registra uma das romarias paranaenses recentes e dedica especial espaço à passagem da peregrinação por Barra de Ararapira.

Nesse contexto, a pertença religiosa passa também a ser um critério relevante nas dinâmicas amorosas: na vila, o enlace de duas pessoas de práticas religiosas diferentes é visto com desconfiança quanto às possibilidades de sucesso. Contou-me uma barreana sobre o fim do namoro do filho: “A distância atrapalhava muito e depois a moça virou evangélica. Ele é muito de igreja, daí acho que não combinou né”. Uma adolescente, com ciúme da amizade entre seu pretendente e uma garota, disse-me que ouviu do rapaz: “Ele falou que não tem nada a ver, ainda mais agora que ela virou evangélica”.

Assim, o ingresso do culto protestante constitui uma barreira à fluidez do circuito de trocas próprio do Sítio. “A roça, o fandango e o Divino tinham um traço comum: o espírito de harmonia. Assim, claro, quando acaba uma coisa, morre a outra”, disse-me em entrevista José Hipólito, o barreano residente em Guaraqueçaba, onde trabalha como assistente paroquial desde os anos 80. Desse modo, a dispersão de um estilo de vida protestante se junta ao “efeito dominó” que outrora fiz referência, uma metáfora por meio da qual pretendi demonstrar que eventos demarcadores da passagem do passado ao presente na memória nativa guardam relações, ainda que não estanques quanto a causas e efeitos.

Em seu manuscrito, Rubens Jorge Muniz (s/d, a) demonstra preocupação ao se referir à variedade religiosa: “Duas coisas me preocupam muito aqui: turismo e divisões religiosas em comunidades pequenas que começam a proliferar igrejas. As coisas começam a dificultar o trabalho comunitário, tenho experiência de outras comunidades que acabam se dividindo e não fazendo nada”. Ou seja, o nativo menciona a palavra “divisão”, perigosa por se contrapor ao espírito de unidade do sítio enquanto uma grande família.

A etnografia de Rothen (2003, p. 78) em Barra do Superagüi também registra dilemas dessa espécie. A autora aponta a existência de “4 denominações religiosas na vila (católicas e protestantes)” numa população estimada em 1 mil pessoas. Segundo ela, “... muitos conflitos são permeados ou condicionados pelas diferenças religiosas, mesmo dentro de uma mesma igreja (ou seja, nas diferentes interpretações e modos de vivenciar sua crença)”¹²¹.

¹²¹ Para deixar claro que a diversidade religiosa não está necessariamente ligada ao número de habitantes das vilas, faço uma comparação. Em ocasião alheia ao trabalho de campo para essa pesquisa, conheci o vilarejo de Medeiros, situado em área continental do município de Guaraqueçaba, mas estuariana, de modo que se trata também de um núcleo pescador. Ao visualizar Medeiros do mar, é possível verificar a extensão da vila por inteiro, dado seu reduzido tamanho. Seu contingente populacional, portanto, é menor que aquele de Barra

Apesar do choque com um novo modo de culto e também de vida, os barreanos buscam resguardar sua sociabilidade própria. Boa maneira de captar isso é a participação deles em homenagens a santos padroeiros de vilas na região. Estabelecidos pelas missões católicas, esses festejos mostram abastecer, no presente, dinâmicas favorecedoras da coesão familiar do Sítio, como se verá adiante.

3. A fé católica como herança familiar

3.1 O circuito das festividades religiosas

Julho de 2008, início da pesquisa de campo. Cheiro forte de fumaça, vozes misturadas, risos acalorados – meus sentidos captavam odores e sons, mas, privada da visão, não entendi o que estava acontecendo. Saí do prédio da escola onde fazia uma entrevista e persegui os estímulos, que me conduziram ao salão da igreja. Então conclui: iniciavam-se os preparativos para a Festa de Santa Ana, padroeira da Barra de Ararapira. Comemoração religiosa mais importante do lugar, acontece todos os anos na semana do 26 de julho, dia da santa no calendário cristão. A história católica conta que, após muito orar, Ana recebeu uma benção: em idade avançada, concebeu Maria, mãe de Jesus Cristo.

No salão da igreja, naquela quinta-feira, de um lado, mulheres de todas as idades cuidavam da limpeza dos frangos que seriam leiloados entre os participantes do festejo; de outro, estavam os homens, também de diferentes faixas etárias, tratando de fazer na areia pequenas fogueiras, que acomodariam as panelas onde as aves seriam cozidas. Em meio a tudo, crianças brincavam e cachorros rondavam atraídos pela comida.

O mutirão agregava representantes de várias das famílias que vivem em Barra de Ararapira. A movimentação havia começado no início da noite e somente cessou quando o relógio passava da uma da madrugada – horário em que os frangos foram retirados das panelas e, auxiliados por folhas de bananeira, os moradores dispensaram a água fervente. No próximo dia, as aves seriam fritas e ficariam prontas para o leilão. Essa movimentação se juntava a uma série de acontecimentos de escala menor dos últimos dias: a limpeza do

de Ararapira. Entretanto, existem em Medeiros quatro templos religiosos, cujas construções imponentes são logo identificadas ao se avistar o lugar.

caminho para a procissão, a montagem das barraquinhas para venda de bebidas, a chegada de brindes da cidade para o bingo, o entra e sai na casa de Edina, a manicure local.

A Festa de Santa Ana se estenderia pelo final de semana, com uma programação intensa. No período, Barra de Ararapira recebe convidados vindos de diversas vilas de pescadores, do Paraná e de São Paulo. Ao longo de cada dia, os participantes se dividem entre atividades sagradas e profanas¹²². Dentre as primeiras, situam-se as missas celebradas pelo padre e a procissão em homenagem à Santa Ana – esta última percorre em terra um trecho da vila, ao som de orações e cantos, para terminar na igreja onde, uma a uma, cada pessoa toca a imagem da santa, faz suas preces e deixa oferenda em dinheiro. No segundo grupo, reina o entretenimento: bingos, torneios de vôlei e campeonatos de futebol envolvem adultos e crianças. Os times se organizam por cada sítio e a competição é saudavelmente acirrada, com torcidas animadas nas partidas.

Ao cair o sol e chegar a noite, o salão da igreja abriga, no primeiro dia, o leilão de frangos e em todos, os esperados bailes. Na trilha sonora, dominam o forró e o sertanejo. O espaço se enche de gente preocupada em se divertir: os homens se avolumam próximos do bar; enquanto isso, mulher pode dançar com mulher, mas assim que dois pretendentes se aproximam e batem palmas, estas se separam para bailar em casais. A despeito de um desentendimento ou outro entre os rapazes, o clima era, sobretudo, de alegria pela reunião dos parentes e, além disso, propício aos solteiros para as paqueras.

Ao reunir essa grande rede parental, a comemoração religiosa propicia a ativação massiva do quebra-cabeça da memória que articula o espaço mutante do vilarejo. Conforme a festa transcorria, eu conhecia aquele espaço em movimento a partir das constantes observações entre moradores e visitantes. A celebração constitui, assim, um acontecimento por excelência para vitalizar relações de parentesco, estimular as recordações e reforçar os laços com o território. Foram comuns observações como a do jovem Emerson, que mora na vizinha Ilha das Peças e é neto do barreano Antonio dos Santos: “O bar de Seu Rubens não era ali?”, questionou ao indicar um ponto agora no mar de dentro. Em meio à festividade,

¹²² Uma informação digna de notação: por 2008 ter sido ano eleitoral, foi notável a presença na festa de candidatos políticos, os quais aproveitaram, tanto a parte sagrada quanto a profana, para promover suas campanhas e entregar “presentes”, como jogos de camisas para os times de futebol e vôlei da vila.

também ouvi comentários de que o salão da igreja situava-se onde hoje está o campo de vôlei dos homens – local atualmente muito próximo da maré para uma construção¹²³.

Dessa maneira, a Festa da Padroeira indica possuir a primazia de, em tempo recorde, condensar e, assim, potencializar o discurso memorial nativo presente nos acontecimentos da vida diária acerca das modificações territoriais. Como todo rito, a celebração reúne elementos cotidianos, mas rearranjados de forma especial. Nesse sentido, argumenta Tambiah (1985), atos rituais funcionam como “vestimentas para ações sociais”, em relação direta com a ontologia da coletividade que as executa.

Em etnografia com pescadores da Lagoa de Maricá (RJ), Vogel e Mello (2004, p. 347) aproximam as festas anuais da padroeira local, Nossa Senhora do Amparo, dos episódios de aberturas de novas barras, também típicos no vilarejo fluminense. Apoiados em Geertz (1989), dizem os autores que ambos os acontecimentos oferecem “virtudes interpretativas”: são uma “leitura nativa do sistema nativo de relações”. Na descrição deles, observam-se similaridades com Barra de Arapira: “Todos os anos, na mesma data, há missas, procissões, quermesses. Muitos filhos da terra voltam para participar das comemorações e rever familiares e amigos. O foco dessa celebração é o centro da Vila, em torno da Igreja Matriz. Em contraste com ela, a outra grande festa é móvel (...) sob o nome de *abertura da barra*, (...) o consórcio do mar e da lagoa”.

Novembro de 2009, final da pesquisa de campo. Domingo, 15, Dia de Nossa Senhora do Rocio, padroeira do município de Paranaguá (PR). Em Barra de Arapira, o culto prosseguiu normalmente pela manhã, exceto por um detalhe: ao final, boa parte dos presentes reuniu-se quase à porta da igreja para entoar o hino de Nossa Senhora do Rocio.

Depois, uma grande turma se dirigiu à escola, onde a existência de placas solares mais potentes permite ligar a televisão a qualquer hora. O objetivo era assistir à missa, transmitida pelo canal televisivo do governo paranaense, como parte da festa realizada em Paranaguá para homenagem à padroeira. Na TV, todos procuravam por seus parentes em meio à multidão. A busca, em especial, era pela única família barreana que se dispôs a enfrentar a viagem, de duração não menor que quatro horas, para comparecer ao evento.

¹²³ As mulheres têm seu próprio campo de vôlei, instalado em outro lugar – cf. Figura 5.

Novembro de 2009, últimos dias da pesquisa de campo. Festa da padroeira de Pontal do Leste, Nossa Senhora das Graças, de 27 a 29. Os moradores de Barra de Ararapira vão para o outro lado, deixando a vila praticamente vazia. Na localidade vizinha, a festividade é bastante parecida com aquela em homenagem à Santa Ana: recebe convidados de várias localidades e reúne um sem número de parentes, que se dividem entre as obrigações religiosas e, é claro, o compromisso com o divertimento.

Há, porém, um diferencial: em Pontal do Leste, a procissão em louvor à Nossa Senhora das Graças é marítima. Para acompanhá-la, acomodei-me na embarcação que levaria a imagem da santa, a maior do vilarejo paulista, que possui poucos barcos, dada sua população ser ainda menor que a de Barra de Ararapira. Nesse bote, também vai o padre, que puxa orações e cantos, com a ajuda das mulheres. Sentei-me na popa, de modo a fotografar. Atrás da embarcação principal, vinham várias outras, em sua maior parte de barreiros. No momento ritual, as duas vilas parecem mais uma única.

Santa Ana, Nossa Senhora do Rocio e Nossa Senhora das Graças integram uma série de entidades religiosas celebradas por meio de festas nos vilarejos pescadores paranaenses e paulistas, a partir da institucionalização eclesiástica. Nesse processo, surgiram novos espaços de convivência, ingressaram novos atores, nasceram novos ritos. Ao mesmo tempo, porém, redes de sociabilidade caíam, antes vistas nas roças, nos fandangos e nas peregrinações do Divino, indicam tomar forma no circuito de festividades ordenado pela oficialização da igreja católica¹²⁴. Assim, os “trocadores” continuam em ação (MARTINS, 2006).

3.2 A persistência do catolicismo

Além da homenagem à sua própria padroeira, os moradores de Barra de Ararapira comparecem com maior assiduidade a três outras celebrações do gênero: à já citada Festa de Nossa Senhora das Graças, em Pontal do Leste; à Festa de São Sebastião, na Enseada da

¹²⁴ Martins (2006, p. 52) compila esse calendário católico para os núcleos pescadores paranaenses: “... Ararapira (São José, 19 de março); Laranjeiras (Santa Rita de Cássia, 22 de maio); Guapicum (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 22 de abril); Vila Fátima (Nossa Senhora de Fátima, 12 e 13 de maio); Colônia de Superagüi (Nossa Senhora do Rosário, 14 de junho); Canudal (São Luiz Gonzaga, 21 de junho); Tibicanga (São João Batista, 24 de junho); Barra do Ararapira (Santa Ana, 25 e 26 de julho) Bertoga (Imaculada Conceição, 8 de dezembro) e Barbados (Nossa Senhora Aparecida, 09 de dezembro)”.

Baleia, vilarejo que, como o anterior, está localizado na Ilha do Cardoso (SP); e à também outrora comentada Festa de São José, que anualmente movimenta a desabitada Ararapira.

Trata-se de um roteiro que abrange os núcleos pescadores mais próximos do lugar. A participação nos ritos de localidades mais afastadas não deixa de ocorrer, mas se dá com menor número de representantes. Algumas festas são até mesmo coincidentes. Por exemplo: São Sebastião, lembrado em 20 de janeiro, é padroeiro tanto em Enseada da Baleia quanto na Vila das Peças, situada em ilha de mesmo nome, em território paranaense. A maioria dos barreanos frequenta a festividade no primeiro local, entretanto, há quem prefira encarar a distância e se dirigir ao segundo. O mesmo acontece entre Pontal do Leste e Barra do Superagüi, com a ressalva de que, nesta última, o padroeiro é Santo André.

Dentre as festas da vizinhança a que os habitantes de Barra de Ararapira dedicam grande audiência, há uma que guarda determinada peculiaridade: a Festa de São José, em Ararapira. O evento ocorre no mês de março, em plena quaresma, período reservado à penitência. Em virtude disso, ao prestigiar a festividade, muitos barreanos dizem evitar os bailes, que constituem a programação profana reservada para a noite. “A gente sempre vai à festa, mas para passar o dia. Não ficamos no baile porque é tempo de quaresma, não presta dançar. Hoje ninguém mais respeita; aqui na Barra que ainda o pessoal respeita, ninguém dança na quaresma”, disse-me Maria Creuza, num comentário repetido por outros moradores. “O pessoal daqui vai, mas só de dia, porque é quaresma. De noite, eu não fico de jeito nenhum. Deus nos livre dançar na quaresma”, afirmou a jovem Sabrina dos Anjos Pires.

A reverência à época quaresmal evidencia algo que me intriga desde que conheci o vilarejo em estudo: a persistência do catolicismo como única religião. Como dito, tal cenário é digno de nota não apenas pela existência, nas vilas dos arredores, de diversas crenças evangélicas, mas também pela presença periódica de protestantes na própria Barra de Ararapira. Desde 2002, os barreanos recebem visitas da Missão Evangélica aos Pescadores (MEAP), uma organização cristã que reúne várias vertentes do protestantismo e trabalha na região há 25 anos. A atuação se dá especialmente por meio da oferta de atendimento médico-odontológico, além de doações de alimentos e roupas, bem como por iniciativas de evangelização, que incluem a distribuição de bíblias e discipulado.

Daniel Schimenes, parceiro em projetos de mobilização de equipes voluntárias da MEAP – liderança de um grupo com o qual cruzei em campo – procurou explicar-me que, para a instituição, evangelização não é sinônimo de conversão. Com ele, estavam cerca de 10 voluntários, que povoaram a pousada em um final de semana. “A gente acredita que não precisamos mais pagar nada aqui nesta terra, pois Jesus já pagou e caro. Esse trabalho com os pescadores não fazemos por penitência, fazemos por amor”, disse-me Schimenes.

A relação dos barreanos com os protestantes guarda duas faces. De um lado, valorizam com apreço o trabalho assistencial dos evangélicos que, por conta disso, são muito respeitados¹²⁵. Todavia, por outro lado, a atuação deles já causou tensões por investidas classificadas como de conversão pelos nativos – hoje, segundo estes últimos, mais discretas depois de reações locais. As reclamações centraram-se na figura de Rubens, dada sua posição de líder, e ele, por sua vez, advertiu os protestantes: disse-lhes que seu trabalho social era bem-vindo, com a condição de que não tocassem na questão religiosa.

Caso exemplar viveu Antonio dos Santos, viúvo de Doraci Pires. Quando sua esposa estava acamada, prestes a falecer, contou-me ele que evangélicos apareceram em sua residência para orar pela mulher. O grupo disse a Antonio que Doraci, mediante um pedido deles, havia aceitado mudar de religião. No momento, Antonio não deu ouvidos, pois a mulher estava muito mal. Os protestantes, todavia, retornaram para batizá-la, ao que Antonio repreendeu: “Se quiserem vir até minha casa para rezar, podem chegar. Agora, se vieram com essa intenção de querer mudar a religião, é melhor que não apareçam”.

Antonio também relatou as perseguições sofridas por sua filha Geanete Pires, que vive no vilarejo do Varadouro, onde trabalha como professora. Lá, não há igreja católica. “Ela quer vir embora pra cá [para Barra de Ararapira] por causa disso”, afirmou. Outros nativos com quem conversei compadeciam-se por Geanete que, inclusive, havia atuado como catequista na vila antes de deixá-la, por conta de seu matrimônio. “Os alunos mesmo condenam, uma menina disse que ela já está no inferno por ser católica”, contou-me Hilda.

A persistência dos barreanos no catolicismo não significa ausência de avaliação sobre os protestantes, os quais denominam como *crentes*: houve quem me relatasse já ter pensado sobre a possibilidade de mudança religiosa, atraído pela doutrina evangélica de afastamento dos bailes, das bebedeiras e das conseqüentes brigas, como caminho para uma

¹²⁵ Haja vista as dificuldades que os pescadores enfrentam na área de saúde – cf. nota 107 do capítulo 2.

vida familiar mais serena. A maior parte dos nativos, todavia, declara não ter vontade de se converter e as justificativas têm um conteúdo recorrente: “Se mudar, não tem mais sentido, a gente foi batizado”; “Minha mãe me batizou na católica e por isso não tem motivo pra gente mudar”; “Nunca pensei em mudar, meus pais, meus tios, todos já eram católicos”.

Vê-se aí, mais uma vez, a mescla da religiosidade e do parentesco como princípios organizatórios centrais. Não tinha bem me dado conta dessa articulação até conversar com José Hipólito Muniz. A primeira referência a ele em minhas anotações de campo se deu na descrição de uma missa ocorrida em Barra de Arapira, celebração de despedida do Padre José Carlos Chacorowski. O sacerdote deixava a paróquia de Guaraqueçaba após quatro anos de atuação e aproveitava o evento para apresentar seu substituto.

Coincidentemente, Padre Carlos já havia trabalhado no município antes, há cerca de 20 anos, quando ainda estavam em curso as missões que conduziram religiosos aos vilarejos que formam Guaraqueçaba. O sacerdote, portanto, já conhecia de longa data José Hipólito, para quem fez um agradecimento especial em seu discurso: “Seu Muniz, que é filho desta terra, foi mais que um piloteiro que nos ajudou a enfrentar os mares. É um verdadeiro missionário, que primeiro levou a palavra [de Deus] a muitas comunidades onde antes não havia padre, celebrando cultos como ministro da eucaristia”.

Parte da trajetória de vida de José, de 65 anos, se mistura com o avanço dos evangélicos em território guaraqueçabano. Nascido em Barra de Arapira, casou-se em 1970 com Maria Aparecida Pires, também nativa, com quem teve sete filhos¹²⁶. Nove anos depois da união, deixou a vila com a família por convite do Padre Mário di Maria: o sacerdote disse a José que o considerava a pessoa adequada para um trabalho missionário nas localidades que conformam o município, onde o protestantismo se disseminava.

A primeira parada de José foi em Barra do Superagüi, por dois meses. Depois, dirigiu-se a uma vila continental chamada Tromomo e lá permaneceu em torno de cinco meses. O ofício dele consistia em visitas pastorais às famílias, realização de terços nas residências e promoção de cultos. Após esse período, partiu para a sede do município de Guaraqueçaba, a fim de fixar residência, por ser mais fácil na cidade propiciar a continuidade dos estudos de seus filhos. Além disso, ali havia a possibilidade de trabalhar

¹²⁶ Cf. Figura 6, genealogia dos Muniz e Figura 7, família número 3.

diretamente na paróquia municipal e, ao mesmo tempo, prosseguir com a atuação missionária nos vilarejos por meio de visitas periódicas.

Para ganhar a vida, José continuou pescando, sua profissão de origem, pela qual hoje é aposentado. Para o trabalho pastoral, recebia uma ajuda de custo de uma congregação de freiras que atuava na região. Após a morte do Padre Mário, a igreja de Guaraqueçaba ficou seis meses sem pároco e ele assumiu todas as atividades: realizava cultos na cidade e nas vilas, como também cuidava das tarefas administrativas.

Atualmente, continua vinculado à paróquia, mas seu trabalho já não tem mais o objetivo de conter o avanço dos evangélicos, já bastante bem estabelecidos. Ele atua como barqueiro da igreja, cuja tarefa é conduzir o padre até os vilarejos para cumprir o programa mensal de visitas e missas. Paralelamente, em menor escala, Muniz dá continuidade à atividade missionária: como ministro da eucaristia, leva a comunhão aos doentes nas residências, assim como promove terços e reuniões religiosas nas famílias.

Para José, a presença protestante, hoje concretizada, encontrou em Guaraqueçaba um terreno fértil para se desenvolver, porque os católicos do município, de uma forma geral, o são por “tradição” e não por “convicção”. “Sou católico porque meus pais sempre foram, eles costumam dizer”, afirmou-me o entrevistado – uma frase que muito ouvi em Barra de Ararapira. Dessa maneira, segundo ele, a máxima protestante – aceita Jesus, batiza-te e já está salvo, sem a penitência terrena cara ao catolicismo – encontrou fácil eco na região. Entretanto, relata José, as estratégias de aproximação refinaram-se com o passar do tempo: atualmente, a entrada dos evangélicos inicia com doações de roupas, alimentos, remédios, entre outros itens, para só depois abarcar questões religiosas.

Ao mesmo tempo, argumenta o entrevistado, a falta de fervor católico aos guaraqueçabanos se deve à ausência da própria igreja. Até a chegada do Padre Mário di Maria na década de 60, o município viveu 70 anos sem um pároco – recebia, apenas uma vez por ano, a visita do sacerdote de Paranaguá¹²⁷. Mesmo depois de resolvida essa questão, o cenário permanece, de um ponto de vista oficial, desfavorável: hoje, o padre é apenas um para atender, além da sede do município, 25 vilarejos insulares e outros 25

¹²⁷ Semelhantemente, Setti (1985, p. 262-263) aponta em sua etnografia que, ao cultivar o envolvimento com o cristianismo sem conseguir, entretanto, satisfazê-lo presencialmente, a igreja católica preparou o espaço para o crescimento do protestantismo: “... o surgimento de tais surtos [pentecostais] vem atender – como o fazem as práticas umbandísticas e as correntes no catolicismo popular – à necessidade básica de um determinado tipo de clientela que se dedica a essas práticas e que a elas recorre como solução de males”.

continentais. O acesso até essas localidades é dificultoso, seja pelas marés adversas, seja pelas vias terrestres reduzidas e em mau estado. A comunicação também se mostra complicada: há lugares que não têm sequer um telefone. “A gente fica na torcida de que apareça alguém na cidade, pra poder mandar um recado”, relatou José.

Enquanto isso, os protestantes ingressam com força: constroem templos, promovem festas, contratam funcionários nas vilas para levar adiante o trabalho dos dirigentes. “É uma pedagogia que tem seu valor: as pessoas que não participam sentem-se excluídas e, ao mesmo tempo, tocadas a se converter”, afirmou o entrevistado. Não obstante, completou: “De outro ponto de vista, pode-se dizer que o povo guaraqueçabano é firme em sua religiosidade, porque permaneceu cristão e não virou pro espiritismo ou pro candomblé”.

Sobre Barra de Ararapira, José postula que o “sangue religioso puro do povo” fez a tradição católica prevalecer diante do protestantismo: “Em nenhuma das famílias da vila, ao longo de gerações, surgiram evangélicos. Assim, eles [os barreanos] se perguntam: se meu avô não foi, por que eu devo ser?”. Essa herança religiosa legada pelos laços de parentesco tem conferido argumento à liderança local – centrada na figura de Rubens, primo-irmão de José Hipólito – para frear as tentativas de ingresso de outras religiões.

3.3 *O lugar de Maria*

Além da ancestralidade católica e da encampação disso pelas lideranças, José coloca uma terceira razão para a não conversão dos barreanos ao protestantismo: a grande devoção deles aos santos, de uma forma geral, e à Maria, de maneira particular. Essa constatação é também minha a partir do trabalho de campo: a presença da mãe de Jesus Cristo é ubíqua em Barra de Ararapira – ela está em todas as casas em estátuas ou retratos, muitas vezes em altares ornamentados; aparece estampada em peças de vestuário; constitui, segundo os nativos, a entidade religiosa mais chamada por eles em caso de perigos no mar; é sempre lembrada nos cultos dominicais com orações especiais; tem na vila uma novena em sua homenagem toda quarta-feira; uma capelinha circula com sua imagem pelas casas e terços em sua devoção são acompanhados pelo rádio.

A institucionalização eclesiástica na vila, a partir da construção da primeira igreja, indica ter fortalecido o culto já existente à Nossa Senhora, pois Santa Ana, padroeira

indicada pela autoridade sacerdotal, é mãe da virgem. “O povo queria São Pedro, celebrado em junho, por ele ter sido pescador. Mas, nesse mês, o Padre Mário tinha festas em outras vilas para atender, de modo que sugeriu Santa Ana em julho, quando estaria livre para comparecer. Foi coisa de Deus para que tudo corresse certo”, concluiu José Hipólito. “Os evangélicos não aceitam Maria como mãe de Deus, não aceitam que ela possa ser uma mulher normal e, ao mesmo tempo, estar no céu, não aceitam que Deus pode fazer isso. Para eles, Maria está morta como qualquer ser humano”, disse-me ele em contraste.

Almeida (2003) explica que, a despeito do lugar especial que o catolicismo confere à mãe de Jesus – como a principal medianeira, em meio a todos os santos, entre os homens e Deus –, há poucas palavras sobre sua vida nos evangelhos bíblicos e, portanto, “fraca base dogmática” para sua veneração. É apoiado nesse fato que o protestantismo – cuja doutrina se orienta por aquilo que está escrito na Bíblia *stricto sensu* – reserva a ela uma posição marginal, de mulher comum que recebeu uma “graça especial” e deve ser recordada apenas como “exemplo de conduta”. Segundo a autora, por conseguinte, o status atribuído à Maria tem constituído causa fundamental da cisão entre católicos e evangélicos.

Sobre o assédio de novas religiões, barreiros destacaram que, baseados no argumento acima, evangélicos já haviam tentado convencê-los a rever a devoção à mãe de Jesus. Um dos nativos lembrou sua reação diante de uma dessas abordagens: “Aquela mulher [protestante] me deixou de cabeça virada. Na hora, não soube o que responder. Depois, olhei a imagem de Nossa Senhora e fiquei me perguntando se aquilo que eu estava fazendo tinha valia”. As tentativas protestantes nesse sentido foram, entretanto, infrutíferas: desencadearam revolta – o entrevistado acima foi um dos que veementemente reclamou – e contribuíram para engrossar a advertência do líder Rubens, outrora citada, para que os crentes não levantassem debates religiosos no vilarejo.

Mesma rejeição houve na vizinha Pontal do Leste, vila também estritamente católica: “Antes, os crentes sempre visitavam o Pontal, do mesmo modo como a Barra. Mas quando viram que lá não renderia nada mesmo, pararam. Hoje só aparecem de vez em quando e ficam bem menos tempo que aqui”, contou Edina, cuja família vive no outro lado. “Com certeza, as duas [vilas] se ajudam muito religiosamente”, afirmou-me José Hipólito, diante da colocação de que a unidade religiosa também aponta ser impossível refletir sobre a territorialidade barreana sem associá-la ao vilarejo paulista.

Dessa forma, a figura de Maria robustece a união dada pelo parentesco entre os habitantes das duas localidades. Ademais, considerada mãe da humanidade, a virgem indica dar continuidade na esfera sobrenatural ao idioma genealógico tão caro a esses caiçaras. Ligação parental de mesmo gênero se dá com os santos: segundo a explicação nativa, estes podem, como pessoas, ser escolhidos para apadrinhar crianças no sacramento do batismo.

Assim, os barreanos demonstram operar um sistema de trocas que abrange não apenas a rede de parentes terrena, mas também as entidades da esfera sagrada das quais são devotos. Setti (1985, p. 249) observa cenário similar em sua etnografia:

Qualquer prece, seja individual ou coletiva, falada ou sussurrada, suplicante ou ameaçadora, cantada ou dançada, supõe uma reciprocidade, uma troca de favores entre o fiel e a divindade à qual se dirige a prece. Não é possível se pensar na gratuidade da oração; ela existe como forma de requerer algo (...), como forma de agradecimento e paga à graça obtida. Esse sentido de oferta e pagamento confere à oração o caráter de serviço prestado; é um “toma lá, dá cá” entre o devoto e a divindade. O fiel investe através da oração; esta funciona ou como garantia da salvação de sua alma, ou como forma de obter algum obséquio de valor mais imediato.

A doutrina protestante, por seu turno, rompe esse circuito de trocas, ao negar a comunhão dos santos e nela a posição especial de Maria – perde-se assim a “familiaridade” entre os indivíduos e suas entidades sagradas. Os evangélicos valorizam um novo tipo de relação, a “fraternidade entre irmãos unidos pela mesma fé” (id.). Desse modo, fica em segundo plano o parentesco de sangue que, *desde sempre*, confere unidade aos pequenos sítios e, por extensão, ao grande Sítio.

Agostinho (1986), em um resumo da obra do casal Turner (1978) ¹²⁸, esclarece que a genitora de Jesus configura um “símbolo multivocal”, cuja significação se dá a partir da tensão entre um “pólo ideológico ou normativo” e um “pólo orético, sensorial, emotivo ou volitivo”: o primeiro interessa à “estrutura” pôr expressar valores universais da igreja como o temor a Deus e o amor ao próximo, enquanto o segundo alimenta a “communitas”, ou seja, as afetividades locais onde Maria é entidade de devoção. Assim, Maria posiciona-se como o símbolo cristão de mais difícil controle da “estrutura”: a virgem personifica, também, a face “não-legalista” da igreja, ou seja, sua “anti-estrutura”.

Prova de tal fluidez, expõe o autor, são as aparições de Nossa Senhora que se mostram sincrônicas a tempos de mudanças sociais e de reações populares – emblemáticas

¹²⁸ TURNER, V.; TURNER, E. 1978. *Image and pilgrimage in Christian culture*. New York: Columbia Un. Press.

nesse sentido as manifestações posteriores a 1830, especialmente na Europa, concomitantes ao avanço da revolução industrial, do desenvolvimento científico, dos conflitos entre o campo e a cidade, dos embates de classe, da ocorrência das grandes guerras e também da expansão do protestantismo pelo mundo.

Segundo Agostinho (ibid., p. 25, 30-31), “... quando um conflito cultural se torna crítico e insuportável, a visão surge como solução ‘terapêutica’ que certos indivíduos encontram para superar a crise, mediando entre os sistemas em oposição (...). (...) O que o campesinato e a classe média [de onde se originam os videntes] assim expressam parece ser a rejeição das consequências do livre mercado e de uma ciência inatingível, que ameaçam a velha visão do mundo”.

Nesse mesmo sentido, Almeida (2003) argumenta que a crença mariana representa “resistência em alguma medida à sociedade de mercado” e uma “transcendência à modernidade”. Embora em Barra de Ararapira não se sucedam aparições da mãe de Jesus, a história da devoção a ela mostra expressar esse impasse entre duas ordens, uma holista e outra individualista, cujas articulações têm permeado as reflexões apresentadas nesta etnografia.

Recapitulando, os dados etnográficos indicam, portanto, que o modo de ser protestante coloca em xeque a fluência do ciclo de trocas parentais característico da localidade em estudo, que inclui hoje, por exemplo, a realização de festividades, a efetuação de matrimônios e a ocorrência do compadrio. A busca por manter vivaz tal circuito de sociabilidade se expressa, em Barra de Ararapira, na ancestralidade estritamente católica, no fervoroso culto mariano que dela faz parte e na defesa com pulso forte de ambos pela liderança local – os três fatores que, em conjunto, indicam garantir a unidade religiosa do vilarejo na atualidade.

PRANCHA 15

Dia das Almas



Foto 1 - *Romaria*: Bote de Santiro Pires lotado para ida ao cemitério em Ararapira.

Foto 2 - *Chegada a Ararapira*: A erosão avança com força sobre o território da antiga vila.



Foto 3 - *Quebra-cabeça da memória*: Barreiros distribuem-se pelo cemitério em busca das sepulturas de seus parentes.

PRANCHA 16

Festa de Santa Ana



Foto 1 (acima, à esquerda) - *Procissão*: Barreiros e seus parentes carregam a imagem da santa padroeira, enquanto o povo acompanha rezando e cantando.



Foto 2 (acima, à direita) - *Missa*: Igreja cheia para prestigiar a celebração comandada pelo padre.



Fotos 3 e 4 (acima) - *Diversão*: Futebol e bingo envolvem adultos e crianças.

PRANCHA 17

A religiosidade no Sítio



Foto 1 (acima, à esquerda) - *Igreja de Barra de Ararapira*: Crianças escolhem a fachada do templo como fundo para um retrato da turma da escola.



Foto 2 (acima, à direita) - *Devoção*: Altar particular de Leontina Pires.



Fotos 3 e 4: (à esquerda) - *Procissão marítima*: Homenagem à Nossa Senhora das Graças, padroeira de Pontal do Leste (SP).

Foto 5 (acima, à direita) - *Altar*: Igreja de São José em Ararapira.

Assim era a vida desta humilde vila que começou do nada, com tantas outras vilas. Mas Barra de Ararapira tem uma história diferente das outras pelo esforço, pela luta que teve seu povo sofrido. Primeiro em ter que mudar periodicamente suas casas por causa do avanço do mar na praia. Segundo por ter a coragem de enfrentar a luta e vencer na vida. Terceiro em enfrentar uma companhia desmatadora. Com a ajuda de Deus e das autoridades vencemos (...).

(...)

o mundo moderno chegou e o mundo jovem, mesmo aqui no fim do mundo, já se adaptou nos costumes de hoje. Assim como os costumes, os rituais, as danças e tantas outras coisas que o mundo moderno esqueceu. Por exemplo, o terço cantado com dois capelães no altar. O fandango ainda faz, mas a maioria trocou a viola, a rabeca e o surdo por aparelho de som. Mas de outro lado a evolução é muito bom, traz coisas novas. (...) Acontece que com a evolução do mundo moderno o caçara humilde copia o modernismo, como gírias, pornografia e outras coisas ruins que maus turistas trazem. Temos que dar valor sim aos bons turistas que dão emprego, curam doenças e colaboram com a sociedade comunitária. Só que quando não tem jeito temos que se adaptar ao mundo moderno que tem seu lado bom e seu lado ruim. Portanto, as pessoas mais egoístas, ou seja, mais modernas, acabam saindo do mato, ou seja, deixam o lugar onde nasceram e vão pra cidade, como já aconteceu com algumas vilas que hoje só restam no meio do mato restos de casas, campo de futebol.

Rubens Jorge Muniz, em “História de Barra de Ararapira”

CAPÍTULO 4

NOVAS “RACIONALIDADES”

1. “O mundo moderno chegou”

A fala que abre este capítulo explicita o que se pretende abordar com a idéia de distintas “racionalidades” em confronto, apresentada por Jacinto (1998) em sua etnografia sobre a percepção de sertanejos acerca do englobamento de seu território pelo Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em Minas Gerais. Não obstante, adverte a autora, mostra-se improdutivo refletir de maneira isolada quanto ao impacto da criação de uma unidade de conservação sobre a ordem nativa. Tanto lá como aqui, faz-se necessário situar tal fato como parte do movimento do capital na sociedade moderna urbano-industrial.

Nesse mais amplo panorama, antes das autoridades ambientais, há personagens veteranos: comerciantes, latifundiários, grileiros, especuladores imobiliários, turistas, agentes estatais de “modernização”. O ponto comum entre eles é que, conforme interesses próprios, todos disputam espaços, seja para rotas mercadológicas, empreendimentos capitalistas e propriedades privadas, seja para conservação da natureza (id.). Nesse âmbito, surge o que Lobão (2005) define como “choque cognitivo”, momento no qual lógicas de espaço/tempo diferenciadas, uma nativa e outra do capital, entram em embate.

Embora Barra de Ararapira revele historicamente um contato com o universo urbano, a questão é que essa interface nunca foi tão intensa e desafiadora como na atualidade. Contudo, deve-se destacar algo que Rubens deixa claro na epígrafe: na proliferação de atores e propostas orientadas por racionalidades “outras” que não a sua, os barreiros ocupam posição agente. Preocupam-se em angariar elementos que lhes sejam interessantes, porém, não para mudar sua identidade, mas, sobretudo, fazê-la durar, mais e melhor. Nesse sentido, a postura inversa também é verdadeira, pois repelem, em menor ou maior prazo, o que se evidencia ameaçador. Tais situações encontram concretude no ritmo acelerado de aquisição de mercadorias da cidade graças aos barcos a motor, assim como nos episódios em que o território local se viu em risco, ambos casos discutidos a seguir.

2. As mercadorias em meio à lógica nativa

Toda terça-feira, às sete da manhã, aporta em Barra de Ararapira a lancha da empresa paulista que realiza a travessia por mar de interior, de quase quatro horas, até o município de Cananéia (SP). Uma vez na cidade, a adolescente Sabrina – uma das

integrantes do grupo que acompanhei numa dessas viagens – liga um aparelho *multi player*, conhecido como MP e capaz de articular celular, rádio, TV, gravador e máquina fotográfica. Com o equipamento, ela tira inúmeras fotos que ficam cativas, na esperança de que a chegada do computador ao vilarejo possa liberá-las no futuro.

Em território urbano, os nativos têm paradas rotineiras. Uma delas é a feira de Cananéia, onde costumam adquirir roupas, calçados e acessórios, em maioria para si, mas também para revender no Sítio. Ponto costumeiro também é o supermercado, no qual se obtém maior variedade alimentar que no bar da vila. No dia seguinte, pouco antes de a lancha zarpar para a volta, chegam os veículos desse tipo de estabelecimento, que descarregam os alimentos adquiridos em volume. Ao longo do trajeto, as mulheres mostram animadamente umas para as outras as novidades da feira. Iogurtes e frios são consumidos na própria viagem, para que não pereçam pela falta de refrigeração. A geladeira é um sonho de consumo aos barreanos, porém, existe quem tema um lado menos agradável caso se concretize um dia: “A despesa vai dobrar”, disse-me o pai de família Marcio.

Se o nativo não vai às compras, elas vão até ele. A cada três meses, chega à Barra de Ararapira uma loja flutuante: numa voadeira, um comerciante vende roupas, calçados, artigos de cama, mesa e banho. Quem se interessar, pode ficar com uma remessa para revenda e, uma vez negociada toda a mercadoria, recebe brindes. Ademais, catálogos de produtos circulam pelo vilarejo, por meio dos quais os moradores comprem, à distância, utilidades domésticas, acessórios pessoais e produtos cosméticos. Ao folheá-los, visualizei não só audiência feminina: homens encomendavam perfumes, loções, desodorantes. Adirson está entre esses consumidores e, nesse sentido, afirmou-me categoricamente que o tempo de hoje é muito melhor: “Antes, era difícil comprar até uma camiseta nova”. Seu tio, Sebastião Antonio, referenda: “A gente vivia remendando as poucas roupas que tinha”.

O consumo local pode também ser apreendido pelo que é descartado. Tradicionalmente, os resíduos orgânicos destinam-se à alimentação de animais domésticos, enquanto os inorgânicos são enterrados ou queimados. Nos últimos anos, todavia, a variedade e quantidade de dejetos cresceram consideravelmente: são embalagens variadas, pilhas descarregadas, lâmpadas queimadas, entre outros. Dessa maneira, lidar com o lixo

tem sido uma tarefa trabalhosa no cotidiano atual, haja vista que nos vilarejos insulares da região não há coleta regular como na cidade¹²⁹.

A seguir, serão apresentados eventos cuja proposta é refletir sobre o incremento da circulação de mercadorias no cenário barreano. Essa análise orienta-se pela abordagem de Douglas e Isherwood (2006), para quem o consumo de bens não advém da necessidade de subsistência, nem do desejo irracional, mas resulta do processo de classificar, a partir de sinais visíveis, o mundo cujos significados são, de saída, instáveis. Haja vista seu caráter não abstrato, os objetos têm o potencial de fixar sentidos e trabalhar a favor da “construção de um universo inteligível” necessário ao viver humano. Sob essa ótica, os autores enquadram o consumo como um “ritual”, no qual o foco está no “fluxo de trocas” sociais que propicia, a partir dos bens como “materiais mediadores”.

Uma vez que os ritos não são estáticos, o consumo mostra-se um “processo ativo de redefinição de categorias sociais” e, nesse âmbito, os artefatos atuam como “marcadores” de transformações temporais do ciclo de vida de uma coletividade. Funcionam, desse modo, como edificadores de memória (id.). Em Barra de Ararapira, os bens em expressivo trânsito atualmente configuram indicadores da passagem demarcada pelos nativos entre o tempo de primeiro e o tempo de agora. Ao consumir, os barreanos não simplesmente adquirem objetos por sua utilidade ou beleza: eles pensam e conferem significação a uma temporalidade nova. As mercadorias, portanto, não são alocadas num vazio, mas sim sobre um campo semântico particular – diferente, portanto, do espaço urbano.

Isso faz cair por terra um argumento utilizado pelo movimento ambientalista para justificar a desapropriação de coletividades que acabaram dentro de unidades de conservação de proteção integral: o de que, por aderirem aos artefatos industrializados, não seriam mais “tradicionais” e poderiam assim deixar seus locais de origem sem maiores complicações (LOBÃO, 2006b). Apesar do saudosismo, meus entrevistados foram unânimes: preferem o tempo de agora. A explicação encontra origem na embarcação motorizada, que permite não se sacrificar tanto no trabalho quanto no passado, como também possibilita o acesso aos objetos urbanos. “Antes, em época de tainha, ninguém dormia, era aquela concorrência. Hoje já não é mais assim”, comentou Adirson. Segundo os

¹²⁹ A comparação entre vilas tornou-se possível mediante apoio de trabalho anterior – cf. Bazzo (2004b).

barreanos, o panorama atual torna melhor para viver aquele que é seu lugar, o qual a maioria considera agradável, seguro e de onde, portanto, não pretende partir.

Não obstante, muitos já se deram conta daquilo que bem colocam Douglas e Isherwood (op. cit.): os bens podem funcionar como “pontes” entre pessoas, no sentido de garantir a reciprocidade, ou como “cercas”, dada sua capacidade de produzir poder e exclusão. Esta última, uma ameaça expressa na fala de Antonio Marcelino, ao comparar as festas caiçaras do passado e do presente: “Antes, em Iguape, em [Barra do] Superagüi, a gente dormia em qualquer canto; agora se faz isso é roubado, pode até ser morto. A guerra do mundo hoje é o dinheiro”.

Ao mesmo tempo em que propicia o consumo, a moeda aqui representa a aquisição individualista que, como propõem os autores supracitados, torna o acesso aos bens um ritual menos democrático e gerador de solidariedade, valor este fundamental ao grupo em questão. Arriscar essa moralidade não é algo anômalo, mas parte da alteração das rotinas de consumo, processo complexo no qual os novos elementos precisam ser significativamente ordenados pela experiência. Nessa trajetória, os consumidores, como se verá adiante, abrem e fecham portas aos bens, conforme a relação cultural que com eles estabelecem.

2.1 *A barra, o barco a motor e o parentesco*

“Gente, vocês moram muito longe!”; “Parece que aqui não mora ninguém, mas quando a gente chega perto, vê que mora” – comentaram representantes da Capitania dos Portos do Paraná, vindos de Paranaguá, ao chegar à Barra de Ararapira. O objetivo da visita era inscrever os interessados na emissão da carteira de pescador, tanto homens quanto mulheres, e não apenas aqueles da vila, mas de localidades dos arredores. Trata-se de um documento não imprescindível ao ofício, mas que rende um conjunto de benefícios.

É essencial àqueles que desejam trabalhar em pesqueiros industriais, o que, segundo os barreanos, não é o caso deles. Ademais, facilita sobremaneira o encaminhamento da aposentadoria e do seguro-defeso, junto das comprovações de vinculação do pescador ao órgão ambiental e à colônia, e isso sim interessa aos moradores do vilarejo. Contudo, o processo de retirada é caro e trabalhoso: exige ir até a cidade para freqüentar um curso, mediante o pagamento de taxas, que se juntam às despesas de hospedagem e alimentação.

Desse modo, a presença da Capitania dos Portos em Barra de Ararapira configurava-se extraordinária, graças à intercessão dos habitantes ao vereador local para viabilizar essa vinda sem tributos, em troca de pouso e comida aos instrutores. É também excepcional pelo fato, já comentado, de que os órgãos e serviços públicos paranaenses são deveras ausentes na região, sendo suas lacunas ocupadas pela estrutura paulista¹³⁰.

Após as inscrições dos interessados, teve início a prova prática: exercícios de aquecimento antecederam o teste de natação, realizado próximo da praia e, portanto, num espaço não profundo. Se para a autoridade pública todo pescador que se preze deve saber nadar, no universo caíçara isso não é requisito para executar – e bem – o ofício. Havia entre os inscritos quem sabia pouco ou não sabia, tanto nadar quanto boiar, e precisou de auxílio do instrutor para se movimentar na água, como também para superar o medo.

Naquele dia, o vilarejo todo parou para assistir ao teste – o recreio da escola que começou no meio da manhã acabou se estendendo até o fim dela. E, no final, todos os participantes acabaram aprovados. Apesar das dificuldades de alguns, os nativos disseram-me acreditar que, o fato de ter ido até tão longe, sensibilizou a equipe da Capitania a não ser rigorosa, de modo a evitar repetir as provas lá. “Em Santos [SP], eles te jogam no mar para nadar do lado dos navios”, comparou o pescador Celio.

A parte teórica começou na semana seguinte, quando outros dois instrutores chegaram para ministrar aulas aos pescadores, sediadas no salão da igreja. Vi os participantes as acompanharem atentos, tomando notas. No término dos quatro dias de curso, eles fariam uma prova de conhecimentos. Para isso, precisavam saber categorizações que, embora relacionadas ao cotidiano, de nada pareciam servir à empiria de sua atividade. Por exemplo: descobriram que, para a Marinha Brasileira, fazem parte do Grupo 3, destinado aos pescadores. Assim, tudo no ofício – embarcações, cordas, petrechos, etc. – seguia uma classificação que nem sempre correspondia ao dia-a-dia.

“Compareçam, e na hora, porque aquilo que os pais e avós de vocês ensinaram não é tudo que vocês precisam saber sobre pesca”, afirmou o instrutor do teste de natação sobre a importância das aulas. De fato, o curso procurava incentivar procedimentos de segurança

¹³⁰ Contaram-me os nativos que, na época do citado defeso, o Instituto de Pesca de São Paulo leva informações tanto aos núcleos paulistas sobre o bagre, quanto aos paranaenses sobre o camarão, uma vez que a proibição de captura de ambas as espécies ocorre no mesmo período. De fato, pude verificar que, próximo do bar do vilarejo, há um mural da entidade no qual estão divulgados esses dados.

que foram se tornando exigência à medida que os pescadores ampliaram sua territorialidade oceânica, ultrapassando a barra com as embarcações motorizadas e acessando o mar de fora. Na época das canoas a remo, não se pensava em coletes salva-vidas no caso de tempo ruim; em dar um limite à lotação dos barcos de tamanho diminuto; em se proteger do eixo do motor para evitar que partes do corpo acabassem decepadas.

Mas há algo que a afirmação do instrutor não considerou: o parentesco continua a ser elemento organizador central das atividades pesqueiras em Barra de Ararapira. Aqui valem as observações de Descola (2002, p. 97): é mais fácil admitir um novo equipamento técnico que criar uma nova “relação técnica”. Segundo ele, os fatores contingentes influem sobremaneira na “interação dialética” entre objetos e relações, mas esta não é um produto completamente arbitrário: “Para ser retida, uma técnica deve, logo, ser compatível com o conjunto do sistema técnico no qual ela venha a se inserir”.

Atualmente, dos dezesseis grupos pesqueiros barreanos, oito atuam exclusivamente com canoa a remo e outros oito trabalham em embarcação motorizada. Desse total, apenas dois não são compostos por parentes próximos, como pais e filhos, irmãos ou primos. Isso implica que, na maioria deles, a partilha do pescado, embora revertida em dinheiro, ocorra nos mesmos moldes do passado: o volume é dividido em quinhões iguais para cada tripulante, retiradas as partes do combustível, assim como de manutenção das redes e do barco. Identifiquei apenas um grupo em que o proprietário da embarcação argumentou reter comissão quando o trabalho registrava melhores rendimentos e, não curiosamente, o grupo por ele comandado é um daqueles não formado por parentes próximos.

Algo diferente se dá, por exemplo, em Barra do Superagüi: na localidade vizinha, a pesca focada na busca pelo valorizado camarão possui um caráter que encontra aproximações com a lógica industrial. Dessa maneira, a organização dos grupos pesqueiros não se pauta pelo parentesco: há donos de barcos e estes possuem funcionários, com quem não necessariamente têm laços genealógicos (ROTHEN, 2003). Assim sendo, a divisão dos lucros se processa da seguinte forma: retirada a porção do combustível, 50% do montante fica para o proprietário e 50% é partilhado entre os trabalhadores, incluído o dono da embarcação se ele fizer parte do grupo¹³¹.

¹³¹ Informação obtida com Humberto Z. Malheiros, do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), em exposição oral de seu trabalho de mestrado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da APA de Guaraqueçaba,

O petrecho preponderante em Barra do Superagüi é a “rede de arrasto de portas”, influência catarinense vinda nos anos 70, eficaz para a obtenção do camarão, porém, desvantajosa por implicar a captura de expressiva fauna alheia aos objetivos comerciais. Associada a essa rede, há cerca de 10 anos é largamente utilizada no lugar a “trainete” que, ao auxiliar na identificação dos cardumes, veio potencializar a pesca (MALHEIROS, 2008). Em Barra de Ararapira, por outro lado, o destaque é a “rede de emalhe” que, segundo esse autor, configura uma “pesca passiva”, na qual se instala o apetrecho no hábitat da espécie desejada e, sem interferência, se retira quando esta é capturada. Os barreanos executam seu ofício sob orientação prioritária daquilo que Sautchuk (2007), apoiado em conceitos peirceanos, define como “triade semiótica” que envolve o homem, o índice de presença do peixe e o próprio animal.

Constata-se, assim, a dificuldade de se trabalhar com uma categoria genérica de pescadores, como a que envolve a retirada da carteira emitida pela Marinha do Brasil. A analogia evidencia marcantes diferenças entre os trabalhadores de Barra de Ararapira e de Barra do Superagüi e, certamente, a atuação dos pescadores das duas localidades é muito diversa daquela dos pesqueiros industriais. “Um barco grande [industrial] pesca num dia o que nós levamos um mês pra conseguir”, afirmou Adirson. “Um amigo me contou que uma rede industrial alcança 27 milhas, enquanto a do pequeno [pescador] tem em torno de 400 metros”, comparou Sebastião Antonio. “Arrasta peixe de uma baía inteira”, completou sobre o primeiro petrecho, isso sem contar toda a tecnologia para identificar os cardumes.

Os pescadores barreanos, por conseguinte, sentem na pele aquilo que as leis ambientais desconsideram: as normas se fazem necessárias não pela atuação dos pequenos, mas sim pelos excessos dos grandes. Adirson que o diga: certa vez, estava pescando camarão no período restritivo e, diante de uma fiscalização, teve seus instrumentos apreendidos e passou a noite na prisão¹³². Quem me contou o acontecido foi sua esposa Edina e, nos olhos dela, saltava indignação. Rubens, pai de Adirson, intercedeu às autoridades e soltou o filho, mas não recuperou os petrechos e ainda restou uma multa.

conjunta com a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Superagüi, realizadas em 2009, no município antes citado. Nesse sentido, cf. Malheiros (2008).

¹³² O procedimento pautou-se no artigo 34 da Lei 9.605 de 1998, sobre crimes ambientais, que prevê detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas, para pesca em período interditado por órgão competente.

Edina explicou que a captura do camarão – antes já pequena na vila, vista como pouco compensadora diante da concorrência em Barra do Superagüi –, tornou-se ainda menor após o episódio.

Ademais, é ponto pacífico entre os pescadores da região a incorreção do período de defeso. Schiocchet (2005, p. 139) também observa essa inadequação e a problematiza em sua etnografia: numa entrevista, uma autoridade ambiental explicou-lhe que a interdição teve origem nos anos 80, para conter um desmedido esforço de pesca industrial do camarão rosa para exportação. Desde então, essa espécie pauta a delimitação do defeso das variedades do animal. Tal postura desencadeia conflitos porque o ciclo reprodutivo do rosa não coincide, por exemplo, com aquele do sete barbas, tipo foco da produção do pequeno pescador. Conclui o autor (id.): “Esta era a origem do defeso: uma proibição nacional e emergencial para proteger a balança comercial brasileira (...). Hoje, o discurso da conservação da biodiversidade (...) era [sic] outro totalmente diferente, mas erigido sob os escombros de uma interdição que lhe serviu como uma luva”.

Recentemente, o poder público reconheceu excessiva a prisão em flagrante dos pequenos trabalhadores do mar. Em 2009, a pedido do próprio Batalhão de Polícia Ambiental, o Ministério Público Federal em Paranaguá (PR) propôs uma recomendação desaconselhando o procedimento: os fiscais se restringiriam a elaborar relatórios das situações, para posteriores averiguações e eventuais punições (BRASIL, 2009a). No mesmo ano, a proposta foi acatada por todos os órgãos competentes (BRASIL, 2009b) ¹³³. Tal panorama – conforme observa Barretto Filho (2001) acerca dos conflitos fundiários na criação do Parque Nacional do Jaú, na Amazônia – mostra o Estado não como uma “instância monolítica e trans-histórica”, mas como uma “estrutura de gestão cambiante”, com diferenciações ideológicas internas e suscetível às pressões sociais. Justamente nesse confronto é que a instância pública se constrói.

¹³³ Diz a recomendação: “... as normas penais incriminadoras tocante [sic] à atividade pesqueira, malgrado o princípio da legalidade estrita, não diferenciam em sede de tipicidade, a pesca artesanal da industrial (...) a prisão em flagrante delito em casos de evidente pesca artesanal pode acarretar uma paradoxal desproporcionalidade entre a prática supostamente delitiva e a resposta penal infligida ao infrator [sic], haja vista que muitas vezes o pescador artesanal não têm os recursos necessários para suprir o pagamento de fiança (...)” (BRASIL, 2009a). Cf. na íntegra o acatamento da proposta no Anexo 8.

2.2 O sítio, o turismo e a Cataia

Ter um bar em Barra de Ararapira era um sonho de Rubens: daí a satisfação dele ao inaugurar um estabelecimento desse nos anos 70. Outros haviam tentado, mas sem continuidade. A palavra *bar* é aqui utilizada por ser um termo nativo, cujo significado refere-se a uma mercearia e não a um balcão onde o foco estrito está na venda de bebidas alcoólicas. Hoje, todas às terças, aporta na vila a embarcação de Elias, de Cananéia, com as mercadorias do bar: alimentos, botijões de gás, cartões telefônicos, produtos de limpeza e de higiene. Apesar de se destinarem à revenda, é rotina os moradores reunirem-se para o descarregamento dos artefatos que logo lhes serão úteis. Elias também comercializa diretamente combustível, gelo, frutas, verduras, linguiças, frangos, entre outros itens.

Os atravessadores encarecem os produtos, o que não impede, muitas vezes, seu esgotamento antes do novo abastecimento semanal. Há outro mercado flutuante que passa pelo vilarejo geralmente aos sábados – este último realiza apenas vendas diretas. Na minha primeira compra nesse estabelecimento, tomei nota dos gastos: quatro tomates, duas laranjas, dois pacotinhos de suco em pó e uma canequinha de balas totalizaram R\$ 7.

Rubens relata que sua trajetória como mercador começou quando seu filho Adirson estava para nascer. Naquela época, Barra de Ararapira se encontrava sem parteira. Rubens soube da existência de uma boa profissional na Ilha das Peças e decidiu viajar para lá com a esposa grávida. Enfrentaram um longo percurso de carona num barco motorizado que comprava peixe nessa localidade. Alcançado o destino, lá ficaram por cerca de cinco meses até a chegada do bebê. Enquanto isso, num cenário em que o comércio pesqueiro se mostrava mais intensificado, Rubens trabalhou e conseguiu juntar um dinheiro.

Ao retornar, continuou poupando e, a certa altura, aliou às economias em torno de 80 quilos de tainha seca para investir na aquisição de algumas mercadorias no bar mais próximo, a cerca de 20 quilômetros, na vila de Enseada da Baleia (SP). A primeira experiência de venda foi realizada numa das festas em homenagem à padroeira local, Santa Ana. Rubens recuperou com folga o investimento feito nos produtos e tocou adiante seu empreendimento, ainda único, como também a pousada que veio depois – chamada de Izamar, em homenagem ao seu caçula Isaac.

Rubens conta que o acesso facilitado aos produtos citadinos despertou nele a idéia de misturar com cachaça a cataia, planta típica de Barra de Ararapira utilizada em tratamentos de saúde. Daí surgiu uma bebida que se tornou muito apreciada na região, batizada por ele de “uísque caiçara”. Embora a Cataia como pinga tenha se popularizado, Rubens defende sua autoria, respaldada, como pude verificar, por outros barreanos. Afora esse, outros alcoólicos, antes de difícil alcance, ganharam popularidade com a instalação do bar. O proprietário acompanhou isso de perto: os homens bebiam nas imediações da residência dele e ali ficavam até altas horas jogando cartas, falando alto e, não raro, brigando.

Até que o proprietário tomou uma decisão: parou de vender cachaça, vinho e conhaque, como também cigarros. Atualmente, comercializa apenas cerveja e permite aglomerações em horários restritos, mais comuns aos domingos. Tal postura, diz ele, lhe gerou desafetos, porém, argumenta não ter se arrependido: “Prefiro lucrar menos e ter sossego”. Outros, por seu turno, gostaram: “Agora melhorou. Ainda bem que tudo se acaba”, comentou comigo Maria Creuza, com o bordão barreano. Para a pousada, Rubens também tem sua regra: se antipatiza com o visitante, não recebe. Certa vez, assisti-o debandar uma luxuosa lancha de turistas porque os tripulantes estavam, claramente, bêbados.

Disse-me ele que houve gente no Marujá – a mais famosa localidade turística da Ilha do Cardoso – que fez muito *lobby* para que a empresa responsável hoje pela travessia marítima até o município de Cananéia não viesse a atender Barra de Ararapira, algo concretizado nos anos 90. Motivo: receio de perder visitantes. Rubens considera a preocupação tola: afirma que o tipo de turista do Marujá não lhe interessa. O sustento dos moradores do Marujá não advém mais da pesca e sim do turismo. “Tem que lucrar bem no verão para passar o inverno”, explicou-me Celio, irmão da nora de Rubens.

A esposa de Celio veio do Marujá: a mãe dela tem uma pousada onde o casal trabalha na temporada turística para ganhar um extra. Não obstante, nem todo mundo aprecia o movimento gerado pelos visitantes. Em uma das idas a campo, fiz uma escala nessa localidade, onde fui recebida por Paula Santana, irmã de Celio casada com o proprietário de um bar no vilarejo. Durante nossa conversa, ela reclamou: “Os turistas invadem os quintais, ficam gritando de madrugada, usam droga em qualquer canto. A gente

reclama pras pousadas, mas as próprias pessoas daqui têm desentendimentos. Quando o dinheiro começa a circular, já viu”.

Diante desse quadro, Rubens afirma prezar sua liberdade e não é o único: Mauro, seu genro, chegou a alugar quartos para jovens em sua casa, mas hoje diz que o faria apenas para casais de mais idade. O uso de drogas é a razão: “Uma vez, encontrei no meu porto um pessoal fazendo isso. Então, ameacei: ‘Aqui temos nossas casas, nossos filhos, aqui não. Se não pararem, vou chamar a polícia’”. Em seu manuscrito, Rubens observa: “Que bom que todo turismo fosse (...) educado, sem drogas, sem pornografia, (...) mas como estou vendo em outras comunidades a coisa está preta. Entra muito dinheiro, mas entra no meio muita coisa ruim. Por enquanto temos um turismo muito fraco, mas educado” (MUNIZ, s/d, a).

Foi pensando em aproveitar esse moderado movimento de visitantes que surgiu, há dois anos, o Grupo de Mulheres Produtoras de Cataia de Barra de Ararapira. Na época da pesquisa, 15 membros se dedicavam à comercialização das folhas da planta curtidas em cachaça industrializada. Tudo com o aval do criador da bebida: segundo Edina, presidente do grupo, seu sogro Rubens foi um dos apoiadores da organização feminina. A idéia nasceu a partir de uma proposta do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) para a criação de uma associação de mulheres na vila. Nesse processo, a Cataia foi vislumbrada como um primeiro produto a ser comercializado. Até outubro de 2008 – antes do período eleitoral – o Emater apoiou o grupo com materiais de trabalho: litros de pinga, garrafas, rolhas, rótulos. Todavia, com o término da eleição, o suporte cessou e as mulheres passaram a tocar sozinhas a iniciativa.

Embora não formalizado numa associação, o grupo funciona da igual maneira. O conhecimento acumulado numa tentativa anterior de reunião feminina – apoiada por uma vereadora local, para a produção de água sanitária –, bem como pela própria associação de moradores da vila, permite às mulheres uma organização invejável. Seus encontros têm registro em atas, as prestações de contas são coletivas e todas contribuem com uma mensalidade. O trabalho se dá comunitariamente: é exigência para a admissão participar de todas as etapas produtivas, desde extrair a cataia do mato até colar os rótulos nas garrafas que, além de vendidas aos visitantes, são enviadas a dois comércios em Guaraqueçaba.

A atuação das mulheres com a bebida, contudo, não ocorre sem polêmicas. Externamente à vila, o trabalho delas entra em choque com o ideal de intocabilidade

projetado para unidades de conservação de proteção integral. A representatividade da organização feminina, não obstante, tem até agora convencido dirigentes do Parque Nacional do Superagüi, por mim consultados, de que o extrativismo que as nativas realizam possui baixo impacto ambiental e proporciona a elas algum retorno econômico. No entanto, o trabalho etnográfico, de grande convivência com as mulheres, mostrou que o sucesso financeiro não parece ser o objetivo primordial. Obviamente, elas querem ganhar algum dinheiro, mas o que têm lucrado até agora, dizem, é pouco – o máximo que chegaram a partilhar entre si foi R\$ 60. Por que então continuam? Uma afirmação da presidente fez-me refletir sobre uma possível resposta: “O trabalho não é pesado, não toma tempo. Ficamos meses sem ir pro mato e quando vamos é em grupo. É até um divertimento”.

Parece-me que a reunião feminina dá continuidade a um circuito de trocas típico do sítio, que envolve trabalho e afeto. Como todo aglomerado humano, as mulheres possuem dissensos, evidenciados à medida que com elas se convive, mas a despeito disso, articulam-se de maneira notável, porque continuam no sítio, um lugar em que é imperativo conviver e se relacionar. Esse contexto de sociabilidade, entretanto, se dá um tempo diferente, de novas racionalidades. A dificuldade dessa mescla foi percebida quando moradores do próprio vilarejo passaram a consumir a bebida fabricada pelas mulheres. O grupo foi alvo de crítica por comercializar, ainda que em baixo volume, a Cataia no interior do sítio, já envolto pelos malefícios da dependência.

As integrantes ficaram divididas: algumas eram a favor da venda irrestrita, outras apenas aos turistas. “Tem mulher que não se incomoda, mas eu só vendo pra gente de fora, não consigo”, afirmou uma delas. A decisão final procurou equilibrar as posições: não mais aceitar fiado. Isso acabou afastando a freguesia nativa, que procurou adquirir bebida a preços melhores¹³⁴. As mulheres contam que, embora abaladas pela discussão, não pensaram seriamente em desistir do grupo. Disseram-me que somente uma coisa as faria tomar essa decisão: a oposição de seus maridos que, pelo visto, nunca ocorreu. Mas o acontecido fez surgir nelas a vontade de diversificar sua atuação, a fim de retirar o foco da Cataia. O comércio da bebida, desde então, enfrenta altos e baixos: no começo do grupo,

¹³⁴ O litro de Cataia, em venda direta, alcança R\$ 10; no repasse do produto a mercadores intermediários, as mulheres costumam efetuar abatimento, a fim de negociar maiores quantidades. Enquanto isso, outros tipos de cachaça, trazidos da cidade e revendidos por alguns habitantes em suas casas, custam menos da metade disso. No bar da vila, a cerveja, única bebida disponível, tem valor de R\$ 2,50 a garrafa.

relatam, foi intenso; durante minha pesquisa, se encontrava em baixa; após, soube por telefone de uma melhora, com o aumento de encomendas para a cidade.

“Com parente não se neguceia” – a frase dita por um nativo a Woortmann (1990) mostra-se adequada para análise do episódio acima. Assim como entre os camponeses etnografados pelo autor, em Barra de Ararapira percebe-se uma tentativa de banir do interior do sítio o “negócio” com produtos capazes suspender valores primordiais refletidos pelas “categorias nucleantes” do grupo: hierarquia, reciprocidade, honra e liberdade, nos âmbitos do território, da família, do trabalho e da religiosidade. É sob essa ótica que a seguinte fala local ganha sentido: “Aqui somos uma família. Você ficaria com a consciência tranqüila sabendo que o filho do outro está prejudicado? Tem pessoas que são viciadas e não conseguem se controlar. Isso não está de acordo com os mandamentos de Deus. O dinheiro não pode falar mais alto”.

Ao mesmo tempo, como alerta Woortmann (id.), faz-se necessário relativizar o significado do “negócio” num contexto como esse, pois a venda de mercadorias condenadas dentro do sítio ocorre sem melindres em esferas externas a ele, como aos turistas e na cidade. Desse ponto de vista, por conseguinte, o comércio figura um meio de incrementar na atualidade a valorizada autonomia que se reflete na honra familiar.

2.3 A religiosidade e a história de Ararapira

Uma cidadezinha – é assim que os nativos se lembram de Ararapira, localidade vizinha na Ilha do Superagüi. Em entrevista ao historiador guaraqueçabano José Carlos Muniz (2008, p. 16), Santiro recordou os tempos áureos desse povoado, aonde ele e os demais barreiros iam comprar, rezar e se divertir: “nós sentia até vergonha de ir em Ararapira. Nós era mais simples e lá existia mais elegância, luxo, tudo era mais rico, bonito e nós andava descalço. Nós tinha vergonha de ir lá”.

Como dito, lugar de intenso comércio no passado, Ararapira hoje não possui mais nenhum habitante e abriga apenas o cemitério da região. Muniz (id.) aponta que uma série de motivos desencadeou o abandono da vila: disputas territoriais entre paulistas e paranaenses, com vitória destes últimos e um conseqüente declínio das operações comerciais; avanço da pesca industrial; tentativas de grilagem; restrições ao uso da terra

pela legislação ambiental e a intensa dinâmica costeira, que também ali erodia a terra e determinava a realocação de construções.

Embora a mobilidade pelos sítios constitua um fato, o caráter massivo da migração de Ararapira posiciona-se extraordinário. A excepcionalidade recebe dos barreiros uma única explicação: “O que aconteceu lá foi castigo, minha mãe sempre dizia”, relatou Dilenia Pires, uma fala repetida a mim por vários nativos. Para eles, a decadência configurou uma punição divina pelo desrespeito do povo de Ararapira aos mandamentos de reclusão durante a quaresma, período em que lá acontecia a Festa de São José, celebrado em 19 de março. Principal evento religioso do vilarejo, a comemoração é lembrada por bailes, cantorias e bebedeiras, comportamento visto com restrições em Barra de Ararapira.

Certa vez, relatou-me Rubens: “Você sabe, aqui pra esses lados, nós somos todos católicos, e o pessoal da velha Ararapira começou de muita heresia, passaram a não respeitar a quaresma e a fazer muitas festas. Até que um dia uma das casas da vila pegou fogo, do nada. Depois, outra desmoronou em um local onde surgiu um rio. Ninguém morreu, mas o povo foi se assustando e indo embora”. “Por último, roubaram a imagem de São José da igreja, quando todo mundo já tinha partido”, relatou-me Leontina.

A história de Ararapira foi evocada numa reunião com autoridades públicas, da qual Rubens participou no município de Paranaguá (PR), após a inclusão de seu vilarejo natal nos limites do Parque Nacional do Superagüi. Ao questionamento dele sobre o porquê do englobamento da vila, os representantes estaduais responderam que se tratava de uma precaução: caso ocorresse ali o mesmo que se deu na Ararapira, da qual todos os moradores foram embora, não seria preciso alterar posteriormente os limites da área protegida.

Diante da explicação, Rubens os interpelou revoltado: “Vocês conhecem a história de Sodoma e Gomorra? Somente Deus pode destruir um lugar e quem não leva em conta o poder de Deus não é inteligente”. Nessa narrativa bíblica do velho testamento, Deus extermina os moradores das duas cidades hebraicas com uma chuva de enxofre e fogo, por eles terem se entregado à prática de atos julgados imorais.

3. O território nativo em xeque

Se o sítio foi caracterizado como um “lugar antropológico”, o Parque Nacional do Superagüi será aqui aproximado, também na esteira de Áuge (1994), da noção de “não-lugar”, por seu caráter “não-identitário” e “não-relacional” e, desse ponto de vista, “a-histórico”. É um espaço destinado a certo fim e ao qual os indivíduos se articulam por uma relação “contratual”. Sob um olhar europeu de descentralização estatal, o autor argumenta que, na “supermodernidade”, “lugares antropológicos” e “não-lugares” “se somam sem se destruírem”. Como ele, tenho plena crença na agência nativa, mas igualmente acredito, como aponta Lobão (2005, p. 12), que em casos de sobreposição a “... assimetria de poder provoca algum tipo de violência, seja ela física, espacial, cognitiva, ou simbólica”.

Ao evocar uma reflexão dumontiana, Reis (1998) lembra que, enquanto os estados liberais entendem a nação como uma “coleção de indivíduos”, o poder público brasileiro a compreende como um “indivíduo coletivo”, visão afinada com sua atuação historicamente autoritária. Barretto Filho (2001) postula que as unidades de conservação no país adequadamente se enquadram nessa perspectiva: configuram “uma realização no plano coletivo da concepção moderna de indivíduo”, com a pretensão de integrar os ecossistemas como “partes” do “corpo” nacional. Constitui-se, com tal ideologia, um estoque fundiário excelente ao desenvolvimento político-econômico e, ao mesmo tempo, um embate com territorialidades particulares que não é tão somente de contrariedade.

Lobão (2006a) caracteriza a atual política ambiental brasileira, pautada pelo clima de capitalismo global sob orientação da ideologia do desenvolvimento sustentável, como uma “cosmologia do neocolonialismo”, com a qual se intenta achatar espacialmente coletividades minoritárias, construir suas identidades “de fora para dentro” e colocá-las “fora de sua história”. Em etnografia no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, D’antona (1997, p. 18) observa algo que aqui é pressuposto: “A degradação faz parte do progresso assim como preservar a natureza em unidades isoladas – como propõe o modelo de Parques Nacionais, que não se opõe à degradação (...) externa às suas fronteiras”.

3.1 *As disputas por terras em Guaraqueçaba*

A sesmaria pioneira do litoral do Paraná, entre as barras de Ararapira e do Superagüi, foi cedida em 1614 a Diogo de Unhate, sob o nome de Paranaguá. Foi nessa área fronteira com São Paulo que, em torno de 1767, estabeleceu-se Ararapira, a vila hoje desabitada da Ilha do Superagüi. O forte mercado ali desenvolvido desencadeou uma disputa territorial entre as duas unidades da nascente federação. Para encerrar o conflito, o governo decidiu, em 1922, que Ararapira pertenceria ao Paraná (VON BEHR, 1997; MUNIZ, 2008).

Diante disso, a Companhia de Navegação Fluvial Sul Paulista, responsável por movimentar o comércio, deixou de atracar em Ararapira e passou a fazê-lo do outro lado da divisa, para onde parte da população se mudou e fundou a localidade de Ariri. Ararapira e arredores integraram-se a Guaraqueçaba, cujo prefeito da época chegou a transformar o povoado em distrito judiciário e a cogitar a construção de uma estrada dali até o município. Nada disso, porém, impediu a decadência de mercado (MUNIZ, id.)

Fundada em 1880, Guaraqueçaba igualmente evidencia trajetória economicamente custosa: após “anos dourados” com a comercialização fluvial de banana, arroz, peixe e madeira, ingressaria numa crise na qual se encontra, do ponto de vista oficial, imersa até hoje. A abertura do Canal do Varadouro nos anos 50 pode ser considerada “o último marco do apogeu de Guaraqueçaba”. O empreendimento faz voltar à cena em 1959 a companhia de navegação paulista, que inicia uma linha para cargas e passageiros. Registros indicam que 1,2 milhão de quilos de mercadorias e 12 mil pessoas circularam pela rota em 1977. Mas isso não gerou grande aumento das receitas municipais (VON BEHR, op. cit.).

Assim, a “alegada inviabilidade econômica”, aliada à premente necessidade de dragagem do canal, justificaram a interrupção da linha em 1986. Contudo, a “importância estratégica” da obra permanecia, uma vez que sua motivação não foi puramente comercial. O espírito havia sido o de “segurança nacional”, iniciado na Ditadura Vargas e cujo ápice seria alcançado na Ditadura Militar. Mais do que uma alternativa viária, o Canal do Varadouro posicionou-se como um instrumento espacial de defesa militar da nação (id.).

A finalização de eixos rodoviários e ferroviários a partir da capital Curitiba para o litoral do Estado, bem como a intensificação comercial via portos dos municípios de

Antonina e Paranaguá, abriram o declínio econômico de Guaraqueçaba. Era também o momento em que a fronteira paranaense se dirigia ao interior do Estado, com clima mais adequado à agricultura extensiva, ao contrário de Guaraqueçaba, marcada pelo relevo assimétrico, umidade e o solo de baixo rendimento para plantações de escala industrial. O município então registra um êxodo populacional, principalmente entre 1936 e 1950 (id.).

A cartada derradeira foi o projeto de uma estrada de ligação entre Antonina e Guaraqueçaba. Começada em 1951, a obra tinha o objetivo de integrar-se à BR-101, a “super-rodovia costeira”. Esta, porém, não se concretizou no Paraná, haja vista que o empreendimento operou como mote aos primeiros levantes ambientalistas na região. Em 1970, após 21 anos do pontapé inicial, o governo inaugurou os quase 80 quilômetros do trecho estadual – somente 10 asfaltados e o restante em chão batido. A renda per capita de Guaraqueçaba permanecera baixa: cerca de um terço da paranaense (id.).

Entretanto, os acessos por terra ou mar, ainda que precários, incentivaram entre as décadas de 60 e 80 o avanço de grupos do capital, muitos de maneira não lícita: especuladores imobiliários, empreendedores turísticos, agropecuaristas, pescadores industriais, exploradores de madeira e palmito. Nisso, muitos guaraqueçabanos se desfizeram, tiveram invadidas ou arriscadas suas terras sem título de propriedade (id.).

Em Barra de Ararapira, ainda que distante geograficamente da sede, esse processo se fez sentir. Para incrementar a renda familiar, houve moradores que atuaram como caseiros de residências turísticas especialmente em território paulista. Houve também quem trabalhou para empresas na extração de palmito, caxeta e outras espécies. “Meu cunhado, o finado Silvio [Pires], que sempre inventava modas [de fandango], fez certa vez uma sobre a samambaia, que a gente vendia uma época”, contou Sebastião Antonio. Mas houve gente que percebeu logo o que representavam tais atividades. Conta Rubens em seu manuscrito:

Nossa região sempre foi e é uma região rica em madeira como caxeta, madeira nobre, mas uma época chegou até aqui uma firma para explorar a caxeta, isso mais ou menos em mil novecentos e cinquenta e três. Meu pai quis impedir, mas não adiantou, cortaram centenas de metros de caxeta, as autoridades não davam a menor importância ao povo pequeno (...). Eu na época tinha sete anos, já sentia meu sangue ferver na veia por ver tanto desrespeito pela humanidade. Tanta mata cortada, mas não podia fazer nada. (MUNIZ, s/d, a).

Um salto no tempo demonstra que o avanço do capital, refletido na degradação ambiental, não cessou. Durante o trabalho de campo, os barreiros estavam recebendo, como dizem, o dinheiro do *peixe morto*. São indenizações relativas ao acidente com um

navio da Petrobras no Porto de Paranaguá em 2001, que provocou um vazamento de nafta e contaminou o território de trabalho dos pescadores (CAOP/MP/PR, 2009). Quase dez anos depois, veio então uma compensação, em quantias que variam, segundo me informaram, entre R\$ 12 e 19 mil. “Pescador não via antes uma quantidade de dinheiro assim na sua vida. Tem que aproveitar, mas usando a cabeça”, comentou Rubens comigo.

No tempo em que permaneci no vilarejo, quando o vereador local ou o encarregado da colônia anunciavam algum contemplado, a notícia corria – o felizardo e sua família ficavam numa grande alegria e logo se aprontavam para ir a Paranaguá receber. Soube que houve quem emprestou a conta bancária de parentes dos centros urbanos para guardar o dinheiro, pois outros já tinham arriscado retornar para casa com o montante e foram vítimas de golpistas na cidade. Os planos dos pescadores e pescadoras para o dinheiro eram muitos: ajudar parentes, melhorar a casa, comprar nova embarcação, viajar... Mas nenhum dos projetos de que tomei conhecimento incluía deixar sua terra natal.

3.2 A invasão da Companhia Agropastoril

Em 1954, lotes nas ilhas das Peças e do Superagüi foram registrados em nome da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná, frutos de uma negociação de venda com a prefeitura de Guaraqueçaba. A empresa instalou-se primeiramente no vilarejo de Bertioiga e depois se espalhou por outras localidades da vizinhança. Segundo Muniz (2008), a companhia edificou uma sede na Praia Deserta, que o povo passou a chamar de “casa branca”. Com o intuito de angariar credibilidade, os representantes da Agropastoril fizeram promessas de empregos e benfeitorias.

Uma primeira intervenção ocorreu na pintura de uma capela construída na Colônia do Superagüi pelas missões do Padre Mário di Maria. A imagem da fachada terminou adotada como símbolo pela empresa, de modo que passou a ser chamada pelos moradores de “Capela”. Foi um tempo de preparo de terreno para consecução dos objetivos da companhia nos anos 80: adquirir mais terras a custo irrisório, implantar criações de búfalos, amedrontar e expulsar com os animais os nativos que ainda restassem, de maneira a aproveitar a bela paisagem local para um empreendimento imobiliário (id.).

Os animais foram alocados em áreas desmatadas de algumas vilas das ilhas das Peças e do Superagüi, onde invadiram e destruíram lavouras. Porém, quando a Agropastoril se aproximou de Barra de Ararapira, uma das últimas fronteiras ao norte, não teve o mesmo sucesso. Os moradores já tinham notícia de sua atuação e se articularam para proteger o vilarejo. “Essa comunidade foi a única que deu corpo e alma para defender seu território”, relatou Rubens, que liderou os barreanos no confronto.

Contou-me ele que, pouco a pouco, os funcionários da Agropastoril foram chegando e derrubando a floresta para estabelecer as pastagens. Até aquele momento, as autoridades faziam vistas grossas. “Estavam desmatando muito”, rememorou Sebastião Antonio. “Era uma grande fumaça, que tapava tudo. Um crime contra a ilha”, relembrou Antonio dos Santos. Rubens se dirigiu à área de desmate e, informado pelos operários de que a derrubada avançaria, os advertiu: “Quem invadir a vila, morre. Amanhã, estaremos todos no mato. Se enviarem os chefes de vocês, eles serão os primeiros”.

O líder reuniu um grupo de homens para abrir uma picada e demarcar o espaço barreano. Trabalharam por dias e delimitaram uma trilha com cerca de 10 quilômetros. Ao mesmo tempo, Rubens negociava com a companhia – chegou a enviar uma carta ao capataz sobre a posição nativa –, e com as autoridades para alguma providência¹³⁵. O clima ficou tenso: a certa altura, os operários se negaram a trabalhar, por temor de represálias.

Antonio dos Santos participou da abertura da picada que, segundo ele, se estendeu até a Praia Deserta. Um trabalho que envolveu ao menos 25 pessoas e contou com o auxílio dos moradores de Pontal do Leste. Os grileiros, entretanto, cercaram a trilha com arame farpado. “Mas a gente foi lá e cortou”, relatou-me. O historiador José Carlos Muniz (2008, p. 42, 72-73) também reúne detalhes dessa história a partir de depoimento do barreano José Hipólito:

Rubens Muniz e os moradores enfrentaram os capatazes da Capela que muitas vezes apareceram armados com foices, machados e até motor-seras [sic] (...) o senhor Rubens Muniz loteou 1.000 metros ao norte, de fundo, com 1.500 metros ao sul, com comprimento de 12 km, sendo esta a área da comunidade (...). O presidente da Associação da Barra de Ararapira começou a denunciar a “Capela” para os órgãos públicos, foi quando a “boca esquentou”, havendo até ameaças de morte

¹³⁵ Os responsáveis eram o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), depois substituídos pelo Ibama. No plano estadual, a questão recaía sobre o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), transformado após em Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

(...). Como a coisa estava feia, o senhor José Hipólito Muniz, que trabalhava como missionário leigo, (...), resolveu através do padre Lourenço Biernaski CM, formular uma denúncia à Pastoral da Terra, em Curitiba, inclusive com publicação na Revista Sem Fronteiras, na época publicação dos Padres Vicentinos. Houve muitas conversas entre o chefe da firma e o senhor Rubens Muniz (...), mas sem resultado, pois tal comunidade não abria mão de seus direitos (...). A Polícia Federal resolveu dar um basta na firma Capela, que graças a Deus se retirou, deixando o provo prejudicado, mas em paz.

A saída da Agropastoril se deu em 1985, após cinco anos de sua chegada às proximidades de Barra de Ararapira. Ali, a despeito do desmate, os búfalos não chegaram a ser instalados. Mas os animais deram o ar da graça: com a retirada da empresa, os bichos foram soltos em outras localidades e embrenharam-se pela floresta. Os barreanos se recordam dos malefícios: “Tanto sacrifício era perdido”, afirmou Antonio dos Santos sobre a destruição que provocaram nas roças. Além disso, o mau cheiro deles espantou a caça: “Os animais foram (...) sumindo pro continente. Muitas vezes viajando pelo canal do Varadouro encontramos animais passando de um lado para outro”, observa Rubens em seu manuscrito (MUNIZ, s/d, a).

A prefeitura então autorizou os moradores a sacrificar os búfalos, uma vez que os policiais não davam conta de extingui-los, dada sua quantidade. “Mataram muito búfalo por aqui. Nos primeiros dias, o pessoal teve receio, mas depois chegaram a matar uns cinco num dia só”, contou-me Sebastião Antonio. “Chegamos a matar 21 búfalos, aqui, na Vila Fátima, no Varadouro”, relatou Antonio dos Santos. Antonio Gasparino, porém, disse que, uma vez envolvido numa caçada, não conseguiu prosseguir: “Eram trinta, quarenta homens com foices em volta do animal. O bicho gritava de medo, acuado. Desisti, de dó”.

A luta dos barreanos contra a Agropastoril incrementou o coro dos ambientalistas que desejam proteger a região. Desse modo, em 1985 houve o tombamento da Ilha do Superagüi (CPC/SEEC, 1985) e, quatro anos depois, a criação do Parque Nacional do Superagüi (BRASIL, 1989). “Logo depois que depus no processo que o Estado moveu contra a companhia e ganhou, a Ilha do Superagüi foi tombada e o parque criado. Não foi feito nenhum estudo prévio, nada nos foi informado”, explicou-me Rubens.

3.3 *A chegada das unidades de conservação*

Von Behr (1997) afirma que as décadas de 80 e 90 reúnem os “anos verdes” de Guaraqueçaba. O Parque Nacional do Superagüi, implantado pelo Decreto Federal nº

97.688/1989, não constitui, portanto, uma iniciativa isolada: sucessivamente, houve a criação de seis unidades de conservação, cobrindo em torno de 350 mil hectares. Em 1990, entrou em vigor o Decreto Federal nº 99.547, que vedava por completo o corte e a exploração da vegetação nativa da Floresta Atlântica. Os guaraqueçabanos repudiaram essa legislação por intermédio da circulação de abaixo-assinados e em ato público.

Foi a primeira tentativa de regulamentar a novidade do artigo 225 da Constituição de 1988: “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente”. Elaborado a portas fechadas, sem a participação sequer das autoridades estaduais, o decreto nº 99.547 evidenciou desse modo “questionável constitucionalidade”, haja vista que a própria Carta Maior permitia o uso controlado do bioma (ISA et al., 2001).

Três anos depois, essa legislação foi revogada e substituída pelo Decreto de nº 750, que autorizava a exploração florestal mediante limites dados pelo Estado. Segundo Castro (2008, p. 24), nesse momento histórico recente inicia-se a “naturalização” do “conceito de Mata Atlântica” por meio da “... neutralização de sua historicidade através de sua incorporação ‘técnica’ ao discurso do Estado sobre a ‘natureza’(...)”. Nesse processo, ao lado do poder público, iriam juntar-se uma “maciça atuação das organizações não-governamentais”, assim como a “consolidação de uma agenda ambiental global”.

3.3.1 Do local ao nacional

Barretto Filho (2004) defende que as medidas conservacionistas no Brasil sejam entendidas como resultantes de uma “coincidência de ordem mais profunda”. Por um lado, atendiam solicitações do setor científico e de organizações da sociedade civil; mas, por outro, e principalmente, objetivaram funcionar como ferramentas do Estado na proposta de “modernização capitalista do país”, a qual pressupunha, desde a independência, a delimitação centralizada da unidade nacional. Nessa proposta, o foco está no valor instrumental da natureza como meio para o alcance do progresso, se explorada de maneira sistemática e não descontrolada como outrora ocorrera na colônia.

Na década de 30, surgiram as primeiras unidades de conservação em remanescentes de Floresta Atlântica das regiões sudeste e sul, as primeiras degradadas pela empreitada colonial, mais avançadas em urbanização e industrialização. Nesse período, há a promulgação do Código Florestal (Decreto Federal nº 23.793/1934), onde pela primeira vez a “figura da unidade de conservação” aparece em lei (SOUZA; SOUZA, 2009). As áreas protegidas posteriores acompanharam o movimento da sociedade nacional, encabeçado pelo Estado, para o interior do país. Ocorre um “boom” de parques no centro-oeste entre o fim dos anos 50 e início dos 60. O fenômeno se repete na virada de 1970 para 80, quando o “deslocamento programado do ecúmeno nacional” se volta à Amazônia. Esse processo consagrou uma confusão que ecoa até hoje no Brasil: tomar “direito de soberania” como sinônimo de “dominialidade pública dos recursos naturais” (BARRETTO FILHO, op. cit.).

Na ditadura militar, 12 milhões de hectares foram transformados em unidades de conservação, seis vezes mais do protegido em qualquer conjuntura precedente. Contraditoriamente, isso ocorre numa época de incentivo das autoridades à expansão das fronteiras internas e por uma desastrosa degradação ambiental (BARRETTO FILHO, 1999). A princípio, os militares opuseram-se ao debate da primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1972, em Estocolmo. Argumentavam, como as demais nações terceiro mundistas, que a miséria era a “principal poluição”. A postura gerou uma imagem negativa, revertida com a inclusão da proposta externa nas políticas de integração nacional (LEIS; VIOLA, 1996).

3.3.2 Do nacional ao global

Nos anos 80, populariza-se o “desenvolvimento sustentável”, consagrado pelo documento *Our Common Future* publicado pela ONU. Tal noção manteria o progresso enquanto baliza dos estados nacionais, sem falar numa dominação do tipo colonial, fora de moda com o deslanchar da globalização. Uma língua franca nos entendimentos entre países, nos quais estão em jogo gordos financiamentos de agências multilaterais, o “desenvolvimento sustentável” passa a permitir discussões transnacionais interessantes à sobrevivência do sistema capitalista – como a manutenção dos recursos naturais – sem tocar nas desigualdades sociais. Essa ideologia “... longe de contestar o crescimento

econômico o coloca como uma solução ao mesmo tempo que acena a bandeira de um melhor ‘futuro comum’ caso este caminho seja trilhado” (RIBEIRO, 1992, p. 19).

Uma longa trajetória havia sido percorrida pelos estados nacionais até a proposta global de “desenvolvimento sustentável”. As preocupações ambientais tinham começado de maneira esparsa na Europa, em meados do século 19, especialmente na Inglaterra, berço da revolução industrial. Dilemas locais de depressão econômica, aumento da poluição, esgotamento de caça e florestas desencadearam uma reação tardia ao desenvolvimento desmedido. Tais impasses expressavam-se no cenário de miserabilidade dos centros urbanos e funcionaram como pontapé inicial para a delimitação, ainda aleatória, de refúgios naturais como compensação (MCCORMICK (1992 [1989]).

A investida colonial européia ampliou a consciência ambiental: a nascente ciência respaldava o desbravamento dos territórios conquistados, mas essa meta revelava a rápida degradação de ambientes tropicais. Ato reflexo, em 1872, os Estados Unidos inauguram o Parque Nacional de Yellowstone, enaltecendor da identidade do Estado independente que se expandia para o oeste. Um modelo de reserva pautado pela intocabilidade, que se propagaria pelo mundo¹³⁶. Logo, as origens do ambientalismo são diversas: “edênicas, românticas, estéticas, morais, científicas e fisiocráticas” (PARESCHI, 1997).

A internacionalização do movimento ocorre após as duas grandes guerras, com a criação da ONU, a partir da premissa de que o acesso equilibrado das nações aos recursos naturais poderia operar como estratégia de paz. Nesse panorama, acontece em 1962 a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, nos Estados Unidos, pioneira na defesa da conservação aliada ao desenvolvimento. Verifica-se então um “processo amplo e cumulativo de mudança social e política”, em que a devastação ambiental passa a ser vista como um perigo similar a um conflito bélico (MCCORMICK, op. cit.).

Guerra Fria, corrida armamentista, ameaça nuclear, desastres ambientais, propagação de doenças, aumento das desigualdades socioeconômicas mundiais. Esse quadro – que aproxima o ambientalismo dos movimentos civis – retira o foco da proteção

¹³⁶ West et al. (2006, p. 258) explica que “... the creation of Yellowstone (...) was instigated by eastern elites but keeping it free of hostile indigenes required the services of the U.S. Army (...). Maintaining Yellowstone as the quintessential American wilderness experience has entailed the systematic erasure of this history. (...) More insidiously, Yellowstone became a model for the creation of virtual landscapes, in the form of theme parks, malls, international hotels, and other spaces designed to present consumers with generic experiences of sanitized histories and landscapes”.

da vida selvagem e o transfere para a sobrevivência do planeta. A percepção do “caráter inter-relacionado do meio ambiente” impulsiona pesquisas científicas. O perfil inicialmente visionário do ambientalismo se reverte então em acordos internacionais, políticas públicas nacionais e na formalização de organizações não-governamentais engajadas (id.).

Não obstante, instaura-se um descompasso entre quantidade e qualidade de iniciativas, vivido até hoje. Pouco do que prevêem os documentos globais é cumprido pelo temor de arriscar soberania e desenvolvimento nacionais; órgãos especializados alcançam pouca representação política nos países; legislações estatais não abarcam a complexidade do cenário ambiental mundial. Logo, a preocupação não tem sido tanto cumprir à risca as leis e sim “jogar o jogo” garantidor de moralidade no plano mundial (id.).

3.3.3 De volta ao nacional

O Brasil não foge desse padrão: em pleno regime militar, o país ganha um novo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/1965), que classifica os parques nacionais como “áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza”, e também uma Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981), que prevê as unidades de conservação como instrumento, mas estas ainda não possuem, exceto pelos parques nacionais, definições estabelecidas (SOUSA; SOUZA, 2009). No período intermediário, o governo edita o Regulamento de Parques Nacionais (Decreto nº 84.017/1979), que importa o modelo norte-americano: “Só serão admitidas residências nos Parques Nacionais, [sic] se destinadas aos que exerçam funções inerentes ao seu manejo” (BRASIL, 1979). Não há no documento nenhuma referência a ocupações anteriores.

A ineficiência de gestão – marcada pela ausência de recursos humanos, de fiscalização e de regularização fundiária – configurou um sem número de “ficções jurídicas” que Cesar et al. (2003) denominam de “pseudoparques”. O Parque Nacional do Superagüi é parte desse conjunto. Em 1992, quando começou a ser discutido, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000) tinha a proposta de solucionar esse deficiente cenário. A norma vem categorizar as áreas naturais protegidas e é a primeira a mencionar a existência de pessoas nelas, denominadas como “populações tradicionais residentes”. Na época, esse título, obtido após acalorados debates

entre conservacionistas e socioambientalistas, foi encarado como um avanço em relação às leis anteriores, uma vez que estas tomavam como vazios demográficos as unidades delimitadas pelo poder público (sobre a discussão, cf. Pareschi, 1997; Jacinto, 1998).

Apesar de nascida na democracia, tal legislação guarda resquício autoritário: nas palavras da jurista Maria Luiza Grabner, o SNUC se situa em “total descompasso com a letra e o espírito da Constituição Federal de 1988”, porque “... cria os parques e reservas e prevê, como nos Estados Unidos, a transferência compulsória dos moradores dessas áreas, causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural” (BRASIL, 2003, p. 5). Conforme aponta Pareschi (op. cit., p. 73), o Estado trabalha assim com uma “... natureza num estado primeiro, primitivo e selvagem, sem nenhum contato com o homem (...). Supõe, portanto, uma territorialidade imaginada”.

“Fizemos um strip-tease ecológico e detectamos um problema muito grave. Dá vontade de pular sem parapente”, afirmou em 2008 o então Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, numa coletiva à imprensa em que comentava um levantamento do ICMBio, acerca da situação das unidades de conservação brasileiras (SCINOCCA, 2008). Segundo o relatório, o país reunia em 1989 – ano de criação do Parque Nacional do Superagüi – 140 áreas naturais protegidas, que ocupavam 30 milhões de hectares; em 2008, esses números eram de 299 unidades e 77 milhões de ha, o que corresponde a 8,2% do território nacional. Deste total, em 2008, 82 espaços não possuíam gestor; 173 não tinham fiscais lotados; e 226 não contavam com plano de manejo, caso este do Parque Nacional do Superagüi¹³⁷. O levantamento ainda revelou que os parques nacionais, em número de 63, cobriam naquele ano 24,4 milhões de hectares, a maior área dentre todas as categorias (ICMBIO, 2008).

Como solução, o chefe da pasta ambiental apontou, na época, que se encontrava em estudo um “modelo de adoção”, instrumento que manteria as unidades de conservação sob gestão pública, mas com dinheiro da iniciativa privada. “O setor produtivo vai adotar os parques. E não é ajudar um pouquinho: é adotar forever (para sempre)”, afirmou ele (O GLOBO, 2008). O acompanhamento do noticiário ambiental nos últimos três anos expõe

¹³⁷ O plano de manejo “... é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais (...)” (BRASIL, 2000a). Ainda conforme essa legislação, tal planejamento deve ser confeccionado no prazo de cinco anos a partir da data de criação da área. As estatísticas apresentadas pelo levantamento excluem as reservas particulares do patrimônio natural, também um tipo de espaço protegido previsto pelo SNUC, mas cuja propriedade, criação e manutenção pertencem à iniciativa privada.

iniciativas do governo para concretizar essa proposta, a começar pelos parques nacionais (ISA, 2008-2010). É a fronteira do capital se expandindo mais uma vez.

3.4 *Uma vila dentro de um parque: a história oficial*

“... depois da ilha defendida contra todos os invasores e grileiros (...) decretaram Parque Nacional do Superagüi, (...) colocando leis, umas certas, outras não, e colocando guarda florestal e postos florestais que com o tempo foram sendo desativados porque quase nada faziam para proteger a fauna e a flora, porque os palmiteiros clandestinos continuam cortando todo o palmito da ilha ...”. Com este trecho, Rubens demarca, em seu manuscrito sobre a história barreana (MUNIZ, s/d, a), o estabelecimento da unidade de conservação, parte de outro enredo, descrito nos itens anteriores. Duas narrativas diferentes que então se cruzam, cada qual com seus próprios personagens.

Dentre eles está Guadalupe Vivekananda, do ICMBio, primeira chefe do Parque Nacional do Superagüi, que ocupou o cargo até 2003 e, após um afastamento, retornou à gestão da área em 2009, como gestora substituta. O decreto de criação da unidade não incluía em seus limites nenhuma vila caiçara. Sete delas acabaram englobadas somente oito anos depois, com a Lei Federal nº 9.513 (BRASIL, 1997), que ampliou o parque. Segundo informou Guadalupe em entrevista pessoal, isso ocorreu por dois motivos principais: o avanço da especulação imobiliária e a descoberta em 1990 do *Leontopithecus caissara*, o mico-leão-da-cara-preta, endêmico da região.

Rubens lembra bem do tempo em que os pesquisadores percorriam a floresta atrás do animal. Chegaram sem avisar e, uma vez nas proximidades de Barra de Arapira, a princípio não informaram ninguém sobre seus propósitos. O povo achou estranha a movimentação no mato, o que conduziu Rubens a averiguar. Somente aí o objetivo das expedições foi revelado e, sob promessas de que a descoberta resultaria em prosperidade ao vilarejo, os barreanos se envolveram na busca pelo primeiro exemplar. Assim que o espécime foi abatido, os pesquisadores o levaram para estudos e nunca mais apareceram.

O achado incentivou inserir no parque, além do trecho norte da Ilha do Superagüi onde está Barra de Arapira, a porção continental onde se situava a vila de Rio dos Patos, as ilhas de Pinheiro e Pinheirinho por inteiro e toda a Praia Deserta. Da Ilha das Peças, que

também já fazia parte da unidade, nenhuma localidade do entorno foi, entretanto, incluída, haja vista a área não estar, segundo pesquisas, dentre aquelas utilizadas pelo mico¹³⁸. Detalhou-me Guadalupe:

Talvez já houvesse essa intenção de especulação com a criação do parque, mas camuflada. Porque, quando se cria um parque nacional, a área se valoriza, pode ser visitada, ter recreação. E a Praia Deserta não poderia ter ficado fora. (...) Mas como o parque acabou sendo ampliado, isso morreu. (...) Nem na criação, nem na ampliação foi realizado algum tipo de consulta às populações locais, porque naquela época, como não existia o SNUC, as unidades de conservação eram criadas mais de cima pra baixo. Depois, com o SNUC em 2000, é que começou a haver mais essa dinâmica de gestão participativa. (...) Infelizmente, a gente não acompanhou a escolha de que comunidades ficariam dentro ou fora do parque. Muitas vezes, as coisas eram feitas sem a participação das pessoas que trabalhavam no local. Conversando com um dos técnicos que atuou no processo, ele me disse que a idéia era deixar essas comunidades pequenas dentro para o caso de acontecer o que ocorreu em Arapirã, de onde as pessoas foram embora. Desse modo, essas áreas ficariam garantidas para o parque nacional. Mas eu não participei da escolha dos critérios. Isso aconteceu numa época em que não havia diálogo entre a parte desenvolvimentista e a parte conservacionista. Então, se você não criasse as unidades de conservação na raça, você também não conseguiria (...). A única forma de proteger a área de empreendimentos capitalistas era impondo e depois se pensava nos problemas.

O depoimento do ambientalista João Paulo Capobianco (ca1997), que atuou no *lobby* político para ampliação do parque nacional, é revelador desses bastidores:

Quando o extinto IBDF (...) criou, em 1989, o Parque Nacional do Superagui (...) parecia haver somente motivos para comemorar. O problema é que ficou fora do Decreto de criação do parque toda uma extensão [sic] de praias, sobre as quais havia grande interesse da parte de companhias imobiliárias. Na ocasião, tive a oportunidade de participar de um encontro em Curitiba onde o então diretor de Parques e Reservas do IBDF, Luciano Pizzatto, fez um belo discurso enaltecendo o feito. Quando chegou minha vez de falar, mostrei um mapa do Parque com as áreas excluídas e concluí dizendo que, ao invés [sic] de Parque do Superagui, deveria se chamar Parque da Especulação Imobiliária. Naturalmente revoltado com a observação, Pizzatto informou que a área demarcada foi o que conseguiu negociar, mas fez a promessa categórica de que ampliaria os limites do Parque para toda a ilha de Superagui e que eu teria que reconhecer o mérito.

E cumpriu: como deputado federal, Pizzatto foi autor do projeto de lei nº 71 de 1995, que objetivava ampliar o parque. Em 1996, sob relatoria do parlamentar Roberto Requião, o Senado Federal emitiu o parecer nº 276, favorável à proposta:

O substitutivo que apresentamos além de incluir toda a faixa da praia que havia ficado fora dos limites do Parque Nacional quando de sua criação, amplia a representatividade ecológica da unidade, pela incorporação de uma área de floresta de planície, a mais ameaçada formação da Mata Atlântica, e de toda a porção norte da ilha do Superagui, **a menos habitada**. É essa a principal área de ocorrência de uma das mais novas espécies primatas identificadas no País, o mico-leão-de-cara-preta (...), uma espécie rara que só ocorre naquela região. (...) **Foram já excluídas as áreas das principais comunidades existentes** e uma faixa no seu entorno que lhes permita continuar desenvolvendo suas

¹³⁸ Cf. Figura 3.

atividades de subsistência. (...) **O projeto foi concebido também de forma a não fomentar conflitos de uso da área no futuro.** (BRASIL, 1996, p. 2, grifos meus) ¹³⁹.

A primeira chefe da unidade lembra-se do dilema gerado pelo englobamento de Barra de Ararapira, agravado após a promulgação do SNUC, que de fato prescreve a desapropriação de coletividades existentes no interior de parques:

Fui bem sincera com eles. Primeira coisa que eu fiz foi ir até lá e comunicar essa situação. Era uma situação que a gente também não sabia lidar. E, realmente, com base nos anos em que eu já estava trabalhando, observei que essa comunidade não iria sair de lá e que a gente não poderia fazer alguma coisa como prevê o SNUC, um reassentamento em outro lugar. Porque até um reassentamento a gente tinha uma situação que impediria, que é a legislação do Patrimônio da União – em áreas da União [caso das ilhas] desde 1997 não pode haver mais ocupação. Então, para essa questão do reassentamento, seria necessário procurar uma área parecida com a deles, que permitisse continuar suas práticas de pesca e tudo o mais. (...). A outra situação seria a indenização. Mas eles não têm documento da área. São posseiros, embora sejam considerados posseiros de boa fé e legítimos. Então, seria algo muito frio da nossa parte se fizéssemos isso, porque as casas deles não têm um valor com o qual pudessem comprar uma nova em outra comunidade. (...) O próprio SNUC ainda tem a possibilidade de um termo de compromisso, por meio do qual a unidade e a população local combinariam o que poderia ser feito na área sem que prejudicasse a conservação da biodiversidade. Mas isso também não foi feito, porque na época ainda era algo muito inovador. (...) Então, a nossa postura foi essa, a gente não chegou a implantar nenhuma dessas ferramentas que poderiam levar à saída deles da área (...). (...) Fiz algumas entrevistas e verifiquei que existiam pessoas que nasceram ali e ficaram ali, sem nunca ter saído pra morar ou visitar outros lugares. (...) É por isso que a gente não mexeu em nada, ficou uma situação em suspenso.

Assim o cenário permaneceu até 2006 quando foi oficializado – durante a gestão de uma nova chefe da área, Selma Cristina Ribeiro – o conselho consultivo do parque, pela portaria nº 45 do Ibama (BRASIL, 2006a). A existência desse órgão é uma exigência do SNUC: “Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil (...) [e] das populações tradicionais residentes...” (BRASIL, 2000a) ¹⁴⁰.

No mesmo ano, houve a primeira reunião do conselho, quando veio à baila a questão do Termo de Compromisso – mecanismo resultado da regulamentação do SNUC, cujo objetivo é normatizar as condições de permanência de “populações residentes” no interior de unidades de proteção integral enquanto não ocorrem a desapropriação e o reassentamento (BRASIL, 2002b). Nessa ocasião, Barra do Ararapira foi a eleita, dentre as localidades em tal situação, para a realização de um levantamento de dados que subsidiaria

¹³⁹ Cf. Anexo 9, onde está reproduzido na íntegra o parecer.

¹⁴⁰ As reuniões do conselho consultivo do parque nacional em questão têm ocorrido duas vezes ao ano.

a elaboração desse documento. A escolha justificava-se, segundo consta em ata, pelo fato de a vila posicionar-se como “... a principal comunidade local inserida nos limites do parque e devido a sua história de envolvimento pró-criação do Parque” (IBAMA, 2006a, p. 3).

Questionei Rubens, enquanto principal liderança barreana, sobre a veracidade de tal argumento. Ele explicou-me que a afirmação baseava-se na defesa nativa da fauna e da flora quando da invasão da Companhia Agropastoril, mas que, a despeito disso, nunca houve apoio aberto ao parque, porque os moradores não souberam da iniciativa antes que se concretizasse. “Foi como criar um filho com todo carinho e depois ele se voltasse contra você”, afirmou. Assim, diante da proposta do Termo de Compromisso, Rubens mais uma vez ocupou a dianteira na defesa territorial e comunicou às autoridades que ninguém na vila assinaria documento algum. Quando da realização da terceira reunião do conselho, ainda em 2006, chegou-se, então, à seguinte conclusão:

A princípio sugeriu-se abandonar o Termo de Compromisso, pois o mesmo requer definir a data de saída da comunidade. Sebastião [Sebastião Antonio Pires, representante da vila no conselho] conversou com a comunidade sobre o Termo de Compromisso. Uma opção para manter a comunidade na ilha seria a mudança dos limites do Parque, cuja alteração só pode ser feita por Lei Federal. Para isso é necessário ter muito embasamento técnico, conversar com o Ibama em Brasília e depois ter articulação política para aprová-la no Congresso. [O representante] perguntou se concentrar a vila facilitaria o processo. (...). Selma [chefe da unidade] justificou que para o Ibama realocar é necessário encontrar outro lugar em que a população possa realizar as mesmas atividades que realizava no local de origem. Não se sabe se existem áreas disponíveis semelhantes (...). (IBAMA, 2006b, p. 5).

Pouco antes de Selma deixar o cargo, conversamos sobre a realização desta etnografia. Ela relatou-me ainda estar recebendo pressão de superiores para a efetivação do Termo de Compromisso em Barra de Arapira. Ciente da oposição dos moradores, Selma se disse sem coragem de fazê-lo: “Não sei o que dizer a eles”.

Em 2008, o parque recebeu um novo chefe, Marcelo Bresolin, que se esforçou por viabilizar recurso advindo de compensações ambientais empresariais para a efetivação do plano de manejo, atrasado quinze anos em relação ao que prevê a legislação¹⁴¹. O sucesso desse trabalho foi oficialmente divulgado em reunião do conselho consultivo que tive

¹⁴¹ O financiamento desta ferramenta não é garantido pelo poder público quando da criação da unidade, como também não o é o montante referente à regularização fundiária e à implantação efetiva da área. Sem o documento, um parque nacional, que tem a visitação entre suas finalidades, fica fechado. Tal recurso, portanto, precisa ser captado junto a instâncias governamentais ou até mesmo com agências internacionais.

oportunidade de acompanhar durante a estada em campo em 2009. O responsável informou que a elaboração do plano envolveria os habitantes locais e que deveria ser comemorado como uma ferramenta que melhor organizaria a área protegida.

No ano anterior a esse anúncio, em conversa para tratar da presente pesquisa, Marcelo declarou-me a intenção de, com o plano de manejo, apontar um encaminhamento ao impasse vivido por Barra de Ararapira. Algo também evidenciado em reunião do conselho a Fabio que, à época, iniciava sua atuação como representante do vilarejo: “Foi dito que Barra de Ararapira receberia tratamento especial”, contou-me. Fabio acredita que o Termo de Compromisso não será mais retomado: “A gente lembra a história da Agropastoril e todo mundo se cala. Eu mesmo falei numa dessas reuniões que se não fosse meus parentes defenderem a terra não tinha Ibama, não tinha parque, não tinha nada”. Acerca desse episódio, Guadalupe, hoje braço direito de Marcelo, declarou:

Foi uma luta deles [dos barreiros] (...). (...) E eles foram valentes, porque conseguiram manter o território. Então, por isso não devem ser menosprezados nas discussões, porque também têm uma força, um amor pela área que foi capaz de segurar essa especulação que estava vindo com a Companhia Agropastoril Litorânea. (...) A gente percebe que não dá pra trabalhar com populações tradicionais apenas para cumprir um protocolo (...). Nós temos consciência de que, sem os moradores locais, o trabalho de fiscalização seria impossível na área. Hoje, são eles que nos avisam sobre a chegada de estranhos, coisa que de outro modo nem ficaríamos sabendo.

Na entrevista que com ela tive em 2009 – quando os recursos ao plano de manejo já se encontravam garantidos – questionei-a sobre as possibilidades de retirada de Barra de Ararapira dos limites da unidade, como também acerca do futuro das demais vilas situadas no interior do parque, ao que me explicou:

A gente ainda não discuti, mas retirada não pensamos para nenhuma delas, porque acho que foge um pouco da nossa governabilidade. Quer dizer, a gente até teria governabilidade pra isso, mas talvez trouxesse mais problemas sociais do que elas continuarem ali. Todas essas comunidades se dedicam à pesca, então elas não têm uma relação efetiva com a floresta. (...) A agricultura seria a atividade que mais prejudicaria os objetivos da unidade (...). (...) É mais fácil manter o parque com populações que recategorizar a unidade. (...)

[Porém] Extração dentro do parque a gente não vai poder autorizar. E fora do parque também está bem complicado, por conta da lei do bioma da Mata Atlântica. Então o que eu sempre conversei com eles foi isso, eles estão dentro de um parque nacional e pouco podem fazer quanto a isso. E se eles estivessem vivendo na mesma região fora do parque nacional, também pouco iam poder fazer. (...)

[Quanto à Barra de Ararapira] Não acho que seja difícil resolver esse problema, deixando-a fora do parque. Não acho impossível, porque eles realmente não migraram, são fixos lá. Isso teria que ocorrer por lei, porque como a ampliação foi feita por lei, tem que ser usada a mesma ferramenta e o plano de manejo não tem essa prerrogativa de mudar limite de unidade de conservação, ele pode sugerir. Mas independe do plano de manejo, se a comunidade quiser se mobilizar e escrever alguma

coisa solicitando isso oficialmente, pode demandar ao ICMBio. Se a chefia do parque recebesse hoje uma solicitação desse tipo, nós encaminháramos porque, como eu te falei, dá pra conviver e é uma comunidade que não vai sair dali, então a gente não pode fazer com que eles fiquem o resto da vida dentro de uma unidade de conservação. Então é possível fazer um estudo para isso, mas tem que haver a solicitação. O primeiro passo tem que ser deles. (...) No caso de a vila ficar fora dos limites do parque, a gente vai ter que estudar, porque não podemos simplesmente retirar e deixar numa área sujeita à erosão, de modo que adentrem cada vez mais a unidade.

Gostaria de concluir esse item com duas considerações. Primeiramente, sobre a força que detém o episódio do conflito com a Companhia Agropastoril do qual os barreiros saíram vitoriosos. Tal acontecimento tem desencadeado posturas governamentais alinhadas com o que Niezen (2003, p. 179) chama de “políticas da vergonha” em sua análise sobre o reconhecimento de direitos indígenas na arena do ambientalismo. O autor define o fenômeno como “... the effort to influence a decision or policy through dissemination of information to an audience that is a source of political power, information that exposes the inappropriateness, harm, or illegality of a course of action (...)”.

A segunda observação se encontra vinculada à primeira: no relato da história oficial do parque pode-se captar aquilo que Ramos (2008, p. 104-105) designa como “face subjetiva do Estado” em sua reflexão sobre as políticas indigenistas brasileiras. A autora quer indicar com essa noção que “quem diz e faz em nome do Estado” são pessoas que possuem rostos, *ethos*, ideologias e pautas políticas: “São elas que produzem normas, leis e práticas que afetam indivíduos e coletividades. (...) Deixar de considerar reações pessoais, decisões intempestivas ou omissões, sejam voluntárias ou não, é dar à história uma impessoalidade e uma racionalidade que não existem”.

Sob essa ótica, verifica-se que, ao longo da trajetória do parque, os representantes estatais à frente de sua direção – todos, naturalmente, ambientalistas – desenvolveram sensibilidades e reações diferenciadas diante daquilo que, de saída, posiciona-se como empecilho à conservação integral: a presença humana. De maneira geral, esse quadro tem gerado posturas administrativas que mantêm mais o espírito da legislação que sua letra, dado que esta entra em choque direto com o complexo mundo real. A despeito disso, o movimento próprio dos cargos públicos pode fazer surgir um gestor obstinado em inverter esse estado de coisas. Esse é o risco de Barra de Ararapira permanecer no interior da unidade. A revisão de limites, por outro lado, seria uma garantia territorial nesse sentido.

Tais subjetividades não passam despercebidas pelos nativos, que emitem juízos de valor não apenas quanto às políticas estatais, mas sobre os indivíduos que, como

autoridades, incorporam sua execução. Esse contexto sustenta a afirmação que me fez um morador, afinada com a de vários outros: “Guadalupe foi a única que não prejudicou o pessoal daqui”, falou-me, completando que na chefia do parque ela demonstrou maior abertura a conversações e coerência de ações que outros gestores. Assim, os barreanos têm opiniões diferentes acerca dos administradores da unidade, embora concordem que tais figuras se aproximam num ponto: a ausência.

Em Barra do Superagüi está o escritório do parque, onde esses funcionários ficam com maior frequência. O atual chefe da área, que assumiu tal função em 2008, havia visitado Barra de Ararapira, segundo os nativos, por duas vezes – isso até o término de minha estada em campo, no final de 2009. Nas quatro viagens de trabalho ao vilarejo, cruzei apenas uma vez com um representante da unidade – Guadalupe, quando esta recém havia assumido a posição de chefe substituta. Acompanhei o antes, o durante e o depois da visita dela. O antes, especialmente, é dominado pelo receio de inspeções fiscalizadoras, isso a despeito de seu relacionamento amigável com os moradores.

“Assim como o pessoal do Ibama demora a aparecer, quando vai embora, demora a voltar”, disseram-me vários. Atribuem isso às peculiaridades logísticas de acesso ao vilarejo, mas também à reação encabeçada pelos moradores a partir da invasão da Companhia Agropastoril. “O Ibama tem respeito pelo pessoal daqui, porque sabem que se não fosse Barra de Ararapira ter defendido o território, não haveria nem ilha tombada, nem parque”, afirmou Rubens. “Se tentarem tirar a gente daqui, faço o mesmo que fiz com a Agropastoril”; “nunca isso aqui vai acabar por pressão deles”, declarou-me outras vezes.

3.5 Um parque dentro da vila: a percepção nativa

“Estávamos eu, Rose e Gisele no mangue e, de repente, chegou um barco com fiscais. Disseram que era proibido estar ali. Tentamos fugir pela água, mas acabaram nos prendendo”. Assim Edina me resumiu um sonho que lhe tinha feito despertar agoniada. A causa atribuída à convocação de seu marido Adirson para comparecer, naquela semana, à delegacia de Guaraqueçaba. O temor vinha do episódio de reclusão dele, mas, ao final, soube-se que a intimação referia-se à nova queixa dos Dias, vizinhos da Praia Deserta.

Rosinilda – irmã de Edina e personagem do sonho cujo apelido é Rose –, numa visita à mãe das moças em Pontal do Leste, avistou seu filho mais velho liderar um grupo de meninos que atormentavam um passarinho. Logo avisou o marido Marcio e este repreendeu os garotos, enquanto Rose bradava com os filhos menores: “Marcos, Murilo, o Ibama vai prender vocês, Guadalupe está vindo aí!”.

Com esse dois relatos, que misturam temeridade e senso de humor, quero iniciar uma reflexão acerca da percepção dos barreanos quanto à política ambiental. Tal análise envolveu um desafio: se os nativos argumentam que a marca da administração do parque é a ausência, como ainda assim o poder público se faz presente – em sonho, na hora de mostrar autoridade às crianças e em outros momentos do cotidiano?

A saída escolhida foi destrinchar essa impressão, a exemplo do faz Malinowski (1988) no estudo sobre a fé dos trobriandeses nos espíritos dos mortos, ao se dar conta que, embora essa crença estivesse presente em todos os indivíduos que consultou, ela se manifestava de maneiras diversificadas na vivência social. Tal quadro complexo conduziu o etnógrafo a dividir as opiniões de seus nativos em três conjuntos: as das “grandes massas”, inclusos aí homens, mulheres e crianças; as dos “especialistas”, detentores do saber ortodoxo; e as dos informantes adultos “inteligentes”, capazes de interpretações mais especulativas que as verificadas nas camadas populares. Malinowski procurou observar tais posicionamentos na prática, quando do cumprimento de costumes e da execução de rituais.

Inspirada em tal metodologia, organizei grupos para a análise das considerações dos barreanos acerca do parque. O primeiro reúne observações que também designarei por massivas, emitidas pela maioria consultada. São opiniões reveladoras de um dia-a-dia alheio à existência da unidade: “o parque não faz diferença”; “nunca ninguém apareceu na minha casa”; “o parque nem ajudou nem piorou”. Essa apatia, contudo, é quebrada, de tempos em tempos, pelo temor de ser punido por uma fiscalização ambiental.

O receio surge menos pela presença de autoridades no vilarejo e mais pela comunicativa rede de parentesco existente na região. As notícias sobre punições recorrentes em locais geograficamente mais próximos do universo urbano – como Barra do Superagüi e Vila das peças – são transmitidas com agilidade aos barreanos por parentes e compadres dessas localidades, pelo rádio, por telefone, no trabalho, em visitas familiares ou nas

festividades. Por isso, paira um alerta: “é difícil alguém do Ibama aparecer, mas quando aparece, é preciso tomar cuidado”.

Descrevo um episódio ilustrativo de tal articulação genealógica. Na primeira viagem de pesquisa, durante uma escala em Barra do Superagüi, soube em conversa com o atual chefe do parque que o governo estadual estava com a intenção de construir uma nova escola naquela localidade. Por se tratar de uma obra em entorno de unidade de conservação, havia necessidade de autorização do ICMBio. A proposta do órgão era aproveitar o terreno do campo de futebol do vilarejo, de modo a não derrubar uma nova área de mata. A idéia, por seu turno, gerou revolta entre os locais, pois eliminava um de seus principais espaços de lazer. Uma vez em Barra de Ararapira, durante a Festa da Padroeira, percebi que esse assunto estava na boca do povo: contaram-me que igual situação tinha ocorrido na Vila das Peças. No retorno da viagem, fiz escala nesta última localidade, onde encontrei o amigo Ivair de Siqueira, que confirmou o dito popular: “Esse campo aqui tem mais de cem anos, é um ponto de encontro diário. Essa obra não tem cabimento”, falou-me.

O segundo grupo de opiniões – que, na linha malinowskiana, reúne os “especialistas” – diz respeito aqui às lideranças. São os nativos que possuem relação mais estreita com o poder público e os que melhor avaliam as subjetividades estatais, de modo a acionar com eficácia a idéia de “política da vergonha” (NIEZEN, 2003). Nesse sentido, Rubens, aliado a seus familiares, aparece como figura emblemática, com visão bem estabelecida sobre a unidade: “Esse parque é apenas de fachada. Num parque, não pode ter casa, não pode ter facão, não pode ter ser humano. Num lugar como esse, cheio de gente, não era de se criar um parque, mas sim uma área de proteção [uma das categorias do SNUC que permite residência]. Simplesmente ignoraram a presença das pessoas daqui”. Contou-me ele que sugeriu à administração uma recategorização da unidade, assim como a contratação de moradores como guardas florestais, idéias estas não acatadas.

A posição de Rubens, sem dúvida, influencia outros habitantes. Comentário interessante fez-me Shirlei, que veio de Iguape (SP) para se casar com um barreano: “Esse monte de crianças vão se criar e casar aqui. Eu não gosto daqui, mas quem é do lugar, quando a gente fala isso, já se ofende, porque não tem interesse em sair. Rubens que brinca pra ficarmos grávidas e termos muitos filhos, que desse jeito a vila não acaba nunca”. Vê-se aí o idioma do parentesco trabalhando em prol do território.

Posição de liderança tem também o nativo José Hipólito, embora hoje resida em Guaraqueçaba. A conversa com ele esclareceu-me a relação caiçara bifacetada com as roças, que repercute naquela com o parque. Os jovens barreanos afirmam: “Hoje é possível ter dinheiro e conforto trabalhando menos. Mesmo que não existisse o parque, ninguém ia querer saber de plantar”. Por outro lado, dizem os mais velhos: “Se a lavoura fosse permitida, voltaria a plantar, nem que fosse uma rocinha. Sinto falta”. Ao questionar José Hipólito acerca dessa, apenas aparente, contradição, ele respondeu: “Proibir o povo de desfrutar da terra é uma forma cruel de tratar as pessoas, é uma expulsão com chicote”.

A palavra “desfrutar” parece-me aqui fundamental. Apesar do declínio das roças ter ocorrido por motivações para além do parque, a proibição do extrativismo ressentido o caiçara porque, para ele, o território é uma dádiva divina concedida para uma vida aprazível, não um recurso natural prestes a ser degradado. “O nativo acaba clandestino, roubando o que é dele próprio”, afirmou José. “A bíblia já nos fala de todo o choro e sofrimento do povo hebreu durante o exílio. Com esse alerta, em pleno século 21, isso não deveria mais existir. É uma nova escravidão”, completou. Vê-se agora o idioma da religiosidade operando em favor do território.

Por fim, no grupo de lideranças incluo os moradores que representam o vilarejo no conselho do parque: Sebastião Antonio, o primeiro a ocupar tal posição e Fabio, que o sucedeu. Por um lado, ambos argumentam que os encontros têm trazido, de forma pontual, discussões interessantes aos nativos – citaram, por exemplo, a questão do combate ao desmatamento e esclarecimentos acerca da legislação ambiental. Por outro, acreditam que, de maneira geral, os debates são prejudicados pela atmosfera de burocracia que se sobrepõe a ações concretas: “Não é um monte de gente, é um monte de sigla”.

A visão que tenho acerca do conselho segue a de Barnes (2004, p. 463), na análise de tal esfera no Parque Nacional da Serra do Divisor, na Amazônia: tais instâncias “... se por um lado, abrem espaço para grupos sociais locais, por outro persiste um resíduo de autoritarismo político, como visto na representação da presidência, vice-presidência e secretaria do Conselho, que continuam nas mãos dos atores hegemônicos, principalmente o Estado”. O mesmo pode ser dito quanto ao caráter consultivo e não deliberativo do órgão.

O terceiro e último grupo de opiniões pertence a barreanos que não são líderes – embora possam receber deles influência – mas cujos pontos de vista mais questionadores

superam as posições massivas mistas de apatia e temor. Nesse sentido, surgiram comentários de que o parque nacional impede obras que fariam chegar à vila benefícios da modernidade como uma rede elétrica de luz. Importa ressaltar que esse empreendimento não teria apenas a lei ambiental como impeditivo, mas também a própria mutação do território barreano – muitos nativos também me pareceram cientes dessa dificuldade. Houve quem ainda considerou que, se não houvesse parque, os problemas seriam outros, causados por invasores como a Agropastoril, interessados em explorar a região. Por fim, teve quem questionou o real benefício do plano de manejo, por crer que esse instrumento pode acirrar a fiscalização.

Esses três conjuntos de opiniões – da massa, dos líderes e dos questionadores – é que conformam a percepção geral de ausência: esta não diz respeito apenas à estrita presença de porta-vozes da unidade, que impede negociações face a face e abre espaço a um permanente receio fiscalizador; mas também fala sobre a própria falta de efetividade da proposta da área protegida, afinada com a noção de “pseudoparque” (CESAR et al., 2003). Diante disso, argumento que a ausência estatal é justamente o meio pelo qual sua presença se faz sentir: como a intervenção, é um mecanismo pelo qual também se exerce poderio.

Esse apartamento deixa em suspenso o “*double bind*” (RAMOS, 1998, p. 289) configurado quando da ampliação do parque e reforçado, alguns anos depois, na tentativa de efetivar o termo de compromisso: nativos que arriscaram suas vidas na defesa de um território, foram peça-chave na descoberta de uma nova espécie e deram assim apoio indireto à causa ambientalista, têm seu espaço englobado por uma unidade de conservação, baseada numa norma que considera a ocupação deles ilegal. A autora apóia-se no conceito batesoniano para afirmar que “The double bind that pulls the country between a humane ideology and a quest for modernity is reflected in the schizophrenic treatment the nation dispenses to its ethnic minorities...”. No caso desta etnografia, estendo o conceito às minorias nacionais, como os caiçaras.

Trata-se de uma estratégia de controle tão ou mais vigorosa que um conflito aberto – neste último, os dissidentes ainda são suficientemente considerados para ser combatidos, algo que ocorreu na investida da Companhia Agropastoril. Esse episódio posiciona-se diacrítico da memória local por sua capacidade de evidenciar a incoerência do “*double bind*”. A partir dele, os barreanos têm buscado o reconhecimento de sua existência perante

o Estado: uma vez brasileiros, não dispensam a articulação nacional, mas a querem na medida em que possam manter sua própria territorialidade. Certa vez, questionei a Rubens diretamente: se houvesse uma chance de sair de dentro do parque, acredita que o povo iria querer? A resposta foi um sonoro sim.

CONCLUSÃO

O estudo da territorialidade em Barra de Ararapira procurou traçar a “cosmografia” desse vilarejo que, segundo Little (2002), demarca-se por cinco itens que resgatarei a seguir. Um deles é o regime de propriedade que, na localidade em questão, mostra-se deveras diferente daquele da sociedade urbano-industrial, na qual o investimento monetário concede a um espaço a característica de privado. Na vila, mar e terra surgem como territórios complementares e interdependentes, cujo diacrítico está na incessante dinâmica da barra, desencadeadora de um processo erosivo natural. Tal espacialidade peculiar resultou num direito territorial próprio, que tem por idiomas o parentesco e a religiosidade.

A história de ocupação retida na memória coletiva revela uma área não adquirida por compra, mas concedida como dádiva por Deus, com ordenamento orientado por um conteúdo genealógico. Ao se pensarem como uma grande família que, desde sempre, vive no sítio, os barreiros alimentam vínculos afetivos com o território, também um item do citado conceito. Desse modo, não cabe falar aqui apenas num tipo de apropriação comum do espaço, mas num sistema que combina porções de utilização coletiva e porções de utilização privada – o privado entendido não enquanto individual, mas sim como pertencente à esfera da família nuclear.

Por conseguinte, o uso social conferido ao espaço aparece pautado por essas três categorias: a barra, o sítio e a religiosidade. Delas, partem os elementos primordiais para produção e reprodução do grupo, tanto fisiológica quanto moral: obra divina, a barra delimita um cenário de pesca abundante; não obstante, a potência e imprevisibilidade de seu movimento tornam a reciprocidade parental imprescindível. Diante da instabilidade, o auxílio mútuo afiança a liberdade e honra familiares, como também a harmonia com a Providência nessa hierarquia ontológica.

A solidariedade entre parentes também é garantia de construção de memória, haja vista que os laços genealógicos estabelecem uma ponte entre passado, presente e futuro nesse espaço em permanente mutação. É desse modo que se conformam os mecanismos de defesa do espaço nativo, o último ponto constituinte da “cosmografia”. Verificou-se que a narrativa fundacional barreana foi também evocada em situações de ameaça territorial

alheias à conjuntura natural, como a invasão da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná e a criação do Parque Nacional do Superagüi.

Ainda que esses dois empreendimentos expressem objetivos diferentes – o primeiro a exploração e o segundo a conservação ambiental – ambos guiam-se pelo que Little (id.), baseado em Quijano (1988)¹⁴², denomina de “razão instrumental”, instituidora de hegemonia a partir de títulos de propriedade privada ou de leis e decretos demarcadores de terras tornadas públicas. Dado desconsiderar a “cosmografia” nativa, essa “razão instrumental”, logo, conflita com a “razão histórica” que determina a ocupação do vilarejo.

Nesse contexto, situo a unidade de conservação de proteção integral como um “artefato socionatural e histórico”, a exemplo do que propõe Barretto Filho (2001). A partir desse conceito, o autor demonstra o quão falaciosa é a idéia, tão presente no meio ambientalista, de que áreas naturais legalmente protegidas são estritamente “resultado de um processo administrativo tecnocientífico”. Ao tomar esses espaços oficiais como dados, ocultando sua “dimensão de construto” e os suspendendo da história, tal concepção tem respaldado resistências em rever os limites geográficos ou as categorias das unidades¹⁴³.

Além disso, essa postura dá substância à defesa das áreas de proteção integral como mais nobres que as de uso sustentável, haja vista a idealização de que abrigariam porções naturais “originais”, numa condição homóloga a “fatos científicos”. Uma vez, contudo, a proposição de natureza intocada ser também um sofisma – dado que o ambiente sempre foi utilizado pelos homens, mas nunca na escala desmedida da modernidade –, as unidades de conservação constituem, na realidade, “... mais um estrato de interferência humana em dada área (...) ainda que para cercar esta intervenção mesma” (ibid., p. 39). A delimitação desses espaços decorre, portanto, de iniciativas “deliberadas, conscientes e intencionais”, que materializam pesquisas, projetos, *lobbies*, tanto de grupos de governo quanto de setores da sociedade. Configuram assim mecanismos de poder abarcados pelo Estado, na medida

¹⁴² QUIJANO, A. 1988. *Modernidad, identidad y utopia en América Latina*. Lima: Sociedade e Política Ediciones.

¹⁴³ Nesse sentido, os precedentes legais são recentes, escassos e controversos. Em 2009, ocorreu a anulação pela justiça do Estado de São Paulo do processo que havia transformado, graças à pressão civil, a Estação Ecológica da Juréia-Itatins em um mosaico de unidades de conservação, no qual a presença humana poderia então existir. Em 2010, a justiça federal reconheceu a caducidade do decreto de criação do Parque Nacional de Ilha Grande, por ação perpetrada pelos pescadores que habitam a área, na fronteira entre os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, decisão ainda sujeita à apelação por parte do Ibama e da União como réus (ISA, 2008-2010).

em que trabalham pelo “ordenamento territorial e disciplinarização de populações”, similares nesse sentido às terras indígenas.

Ao mesmo tempo, entretanto, a partir da criação de uma unidade de conservação, “uma série de múltiplas conversões a transformam material e simbolicamente”, sem possibilidade de controle direto dos atores que a conceberam. Essa sucessão vai da disponibilidade de estrutura humano-financeira para real implantação da área protegida aos conflitos surgidos pela sobreposição dela a territórios secularmente apropriados por outros grupos sociais. Sob essa ótica, Barretto Filho (id.) afirma que, afora “artefatos sacionaturais históricos”, as unidades de conservação são também “construtos instáveis”. Tal volatilidade configura excelente janela para visualizar a não correspondência entre a “razão instrumental” de um Estado capitalista autoritário e a “razão histórica” de coletividades particulares (LITTLE, op. cit.), interface que operou como ponto de partida analítico do estudo em Barra de Ararapira.

O percurso etnográfico revelou um “modelo cultural de natureza” próprio no vilarejo, por meio do qual, conforme argumenta Escobar (2005), uma coletividade particular organiza seu território e o maneja diante de contingências históricas. No vilarejo pescador, as três categorias fundamentais da territorialidade – a barra, o sítio e a religiosidade – conformam uma visão de mundo prioritariamente holista, base nativa para interpretar e se comportar diante do que denominei racionalidades “outras” – a lógica individualista cuja cidade é o espaço por excelência, como também a ideologia ambientalista concretizada nas áreas naturais legalmente protegidas.

Pareschi (1997) posiciona o discurso conservacionista como uma “variante” do individualismo moderno, com o diferencial de possuir um componente holista. Por um lado, o ambientalismo prega a proteção do planeta para garantia do futuro da humanidade, numa tentativa de “... reespiritualização e ressacralização do mundo e das relações humanas, já tão degradadas, corrompidas e dessacralizadas” (ibid., p. 40). Deus ou o sagrado reaparecem assim, num cenário secularizado, sob os títulos de “mãe Terra” ou “mãe natureza”. Por outro lado, essa ideologia não descarta que o ambiente deve ser utilizado racionalmente em favor do progresso, proposição que sustenta a noção de “desenvolvimento sustentável”. Dessa maneira, ao se manter em última instância fiel ao compromisso moderno, acaba por se tornar uma nova “utopia”. Paradoxalmente, é na sua

“dupla raiz nos mundos espiritual e material” que reside a “força do ambientalismo”, cuja mensagem alcançou ecumenismo na contemporaneidade.

É nesse pano de fundo que o Parque Nacional do Superagüi procura circunscrever sob coordenadas fixas o território mutante de Barra de Ararapira: uma iniciativa orientada pelo valor soberano para a ideologia conservacionista, a natureza edênica, uma língua franca na atualidade, seja como subsídio a religiosidades alternativas, seja em acordos econômicos nos quais ambiente protegido vira reserva de capital. Trata-se de uma sucessão de contra-sensos que o ambientalismo propõe-se articular com aporte do conhecimento científico, cuja meta permanece fazer imperar a concepção moderna, individualista e produtivista, que separa natureza e cultura, teoria e prática, fato e valor (id.).

Essa etnografia procurou demonstrar que, na territorialidade barreana, esses fatores não aparecem dicotomizados, mas amalgamados pelas categorias da barra, do sítio e da religiosidade. Tal cenário de choque valorativo torna factível a rejeição dos nativos à intentada conservacionista, ao verem conflitado seu território fluido porém vivido a terra fabricada e fixada do parque nacional. Na vila, o meio ambiente constitui muito mais que um conjunto de recursos de subsistência. A natureza identifica-se de fato com a Providência: é um presente divino dado aos homens para uma vida plena. Os humanos, porém, só possuem o usufruto da oferta, sob o controle de Deus e por meio da qual Ele manifesta seu poderio. A barra posiciona-se como o elemento natural que evidencia com toda força esse conteúdo metafísico. Logo, a barra é garantia de prosperidade do trabalho e da família, mas simultaneamente convivência íntima com o incerto.

Tal contexto paradoxal explora ao máximo a plasticidade inerente ao grande Sítio, espaço que abarca os vilarejos pescadores caiçaras e, ao contrário da cidade, tem como distintivos o parentesco e a reciprocidade. Esse macrosítio não se restringe a um território geográfico estrito; encontra-se em permanente fabricação pelas dinâmicas parentais, que incluem os matrimônios e as migrações. Nesse contexto, onde há família existe lugar habitável. O sítio de Barra de Ararapira, por sua vez, não vive somente em constante construção genealógica, mas está fisicamente em constituição pela movimentação da barra. Diante desse quadro, no vilarejo, a presença dos parentes torna-se necessária feito ar e água. Graças a ela, existe mutualidade na abundância, mas especialmente na adversidade e

mais: há reminiscência para interligar diferentes espacialidades com o passar das temporalidades, conformando uma história de vinculação secular ao sítio.

A religiosidade confere arremate a esse arranjo: em Barra de Ararapira, Deus não é apenas uma figura dada, independente da adesão a uma crença específica; o Divino ali está necessariamente relacionado à fé católica. A unidade religiosa do vilarejo, que desperta atenção analítica diante da dispersão do protestantismo pela região, reforça a imprescindível coesão familiar. Nos sítios vizinhos em que o culto evangélico se proliferou, ao contrário, os barreanos visualizam a quebra da cadeia de reciprocidade parental indispensável a sua sociabilidade, pelo veto protestante, por exemplo, às festas. A etnografia demonstrou diversos elos dessa rede de trocas, tanto no passado, quanto no presente: ilustrativo do primeiro são os fandangos de mutirão e do segundo os festejos em homenagem às entidades religiosas padroeiras das vilas pescadoras, estabelecidos com a institucionalização eclesial.

Assim, a barra, o sítio e a religiosidade dão subsídio à interpretação nativa acerca da existência do Parque Nacional do Superagüi. A unidade de conservação é um elemento anômalo ali porque se propõe a uma fixidez que contrasta com a fluidez da barra; passa às mãos do Estado o território do sítio onde, desde sempre, os barreanos vivem junto de seus parentes e com eles socializam; restringe o uso de um ambiente que é aos nativos um dom de Deus e cuja administração, em última instância, a Ele pertence.

A título de contraste com a situação da área protegida, mostra-se plausível refletir sobre o lugar da embarcação motorizada, responsável por uma mudança radical no modo de vida dos barreanos, demarcando a eles a passagem do tempo de primeiro para o tempo de agora. Se de um lado, ao intensificar o contato com a cidade, o barco a motor gerou conflitos entre a visão de mundo individualista/mercadológica própria do meio urbano e a maneira de ser holista intrínseca ao sítio, por outro, articulou-se às categorias de territorialidade nativas: aprofundou a experiência pescadora com a barra e otimizou as visitas entre os parentes, o que se verifica com clareza nas grandes reuniões para as festividades religiosas. Vê-se aí o ingresso de uma novidade técnica alterar a ordenação nativa, mas concomitantemente ser englobada por ela. Com o parque, não se verifica tal possibilidade.

Sahlins (1999) considera uma quimera o argumento de que, em meio ao ímpeto globalizador – do qual as políticas ambientais fazem parte –, as culturas locais estariam, surpreendentemente, ressurgindo e se reinventando. Na realidade, afirma o autor, diante do avanço de um sistema que se diz mundial, essas coletividades estão agindo como sempre o fizeram: aumentam os níveis de segmentação da hierarquia intrínseca às suas cosmologias peculiares, a fim de abarcar o novo em moldes próprios. Há, dessa forma, um núcleo duro a partir do qual culturas particulares enxergam não a si mesmas como periféricas, mas sim o próprio sistema mundial. Porém, não existe, para análise da mudança, um marco zero de autenticidade identitária. A etnografia barreana revela isso: é o ponto de vista local que constrói uma visão de mundo universal e não o contrário.

Um adendo

Para finalizar, gostaria de problematizar, com base no estudo apresentado, a defesa de Little (2002) pela noção de “povos tradicionais” como ferramenta analítica para as ciências sociais. O autor acredita que o conceito é capaz de expressar elementos comuns à “cosmografia” de coletividades particulares – dentre eles, “regimes de propriedade comum”, o “sentido de pertencimento a um lugar”, a “procura de autonomia cultural” – no âmbito das diversas territorialidades presentes no Brasil. Ademais, essa idéia operaria, segundo ele, como mecanismo a favor das “lutas territoriais atuais” verificadas no país.

Esse debate parece-me prudente diante do alcance de concretude jurídica de tal noção há três anos, na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (BRASIL, 2007a). Ao mesmo tempo, no universo pesquisado, o adjetivo “tradicional” tem sido cada vez mais utilizado pelas lideranças das vilas que estão dentro ou ao redor do Parque Nacional do Superagüi para defender a presença humana na área, como também proteger o modo de vida caiçara¹⁴⁴.

A PNPCT surge num momento em que a preocupação ambiental mundial se encontra consolidada na ideologia do “desenvolvimento sustentável” e é a partir desta

¹⁴⁴ Essa constatação se deu a partir de meu acompanhamento sistemático desses encontros, por meio da análise de atas, conversas com participantes ou presencialmente. Como fruto de tal discussão, recentemente surgiu no conselho a proposta, ainda não concretizada, de se criar uma câmara técnica para estudo da questão dos “povos e comunidades tradicionais” (ICMBIO, 2009).

última que irá definir os “povos e comunidades tradicionais”. Portanto, o reconhecimento da variedade cultural se dá dentro de um marco que se mostra interessante ao poder público; não são as coletividades alvos da política que determinam, a priori, esse direcionamento. O aquecimento dos conflitos, indubitavelmente, funciona como termômetro para efetivação de tal iniciativa estatal, mas esta não se configura de forma a colocar em jogo a estratégia de conservação aliada ao controle espacial¹⁴⁵.

Hoje, a maioria das ações governamentais baseadas na PNPCT refere-se à inserção dos grupos “tradicionais” em políticas anteriores de inclusão social, em prejuízo de iniciativas de garantia de territórios. Importa ressaltar que a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – que alavancou a existência da PNPCT – não é um organismo executivo; pode propor medidas, mas no caso dos conflitos em unidades de conservação, o ICMBio dá a última palavra. As diretrizes da política, por sua vez, expressam a meta de tornar os territórios dos grupos “tradicionais” sustentavelmente produtivos (MDS, 2007, 2009). A produção viria assim justificar a manutenção desses espaços nas mãos de coletividades que, como observa West (2006), viram “*commodities*” em si mesmas, na medida em que sua suposta harmônica relação com a natureza serviria a nichos mercadológicos atuais, como a agroecologia e o ecoturismo.

Nenhuma coletividade é, intrinsecamente, “tradicional”, mas pode vir a ser, a partir do que Carneiro da Cunha e Almeida (1999) denominam por “pacto”, no qual um dado grupo compromete-se a agir conforme o que o Estado espera de uma “comunidade tradicional”, especialmente no que diz respeito à associação desse rótulo a práticas

¹⁴⁵ É partir desse quadro que se deve compreender a genealogia que dá origem à PNPCT. Não interessou ao governo brasileiro admitir sistemas de uso territorial comum no auge das lutas dos agricultores familiares nos anos 80: a proposta de inclusão no Laudo Fundiário, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de uma categoria chamada “ocupação especial”, para denominar áreas de apropriação coletiva, malogrou junto do I Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2007b). A existência desses espaços volta à baila nos anos 90, com as polêmicas discussões do SNUC, entretanto, houve veto nessa norma do artigo definidor do que seriam grupos “tradicionais”. Nesse ínterim, movimentos mundiais de defesa de direitos territoriais de *indigenous peoples* recrudescem e conduzem o país a acatar acordos internacionais, como a Convenção da Diversidade Biológica em 1998 e a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em 2004 (VIANNA, 2008). Sendo impossível desconsiderar esse panorama, a nova Lei da Mata Atlântica já leva em conta a presença de coletividades “tradicionais” no bioma (BRASIL, 2006c). Estava assim preparado o terreno para a PNPCT, que conceitua “povos e comunidades tradicionais” como “... grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007a). Essa classificação não difere muito daquela vetada quando da promulgação do SNUC; sua novidade é a possibilidade de auto-atribuição da identidade “tradicional”.

ambientalmente sustentáveis. Essa transformação tem sido uma alternativa para defender a ocupação de territórios particulares em casos de tentativa de expropriação, seja pelo poder público, seja pelo empresariado. Desse modo, explicam os autores, trata-se de uma “tautologia” dizer que determinada coletividade “tradicional” gera baixo impacto ambiental, já que a característica é parte integrante da definição estatal. Acredito que os representantes dos vilarejos pescadores, na esfera do conselho do Parque Nacional do Superagüi, não estão sendo suficientemente esclarecidos sobre os termos de tal “pacto” – o bônus e ônus que ele implica à especificidade de seus territórios.

A PNPCT continua a se pautar pela famigerada contenda que me propus, com apoio da discussão de Latour (2004 [1999]), a superar, por seu caráter político-ideológico antropológicamente pouco produtivo, vinculado ao criticado divisor natureza/cultura. Diante da evidência dos conflitos, a política pública afina-se com o socioambientalismo, em detrimento do conservacionismo que permeou os debates geradores do SNUC. Um viés, nas palavras de Albert (1995), “ideologicamente simpático, embora culturalmente equivocado”. Conforme adverte a análise do autor (*ibid.*, p. 15), tanto uma quanto outra corrente, a exemplo dos empreendimentos do capital, trabalham com “... uma Natureza-objeto, reificada enquanto instância separada da sociedade e a ela subjugada”.

O estudo em Barra de Ararapira revelou outra relação com o ambiente, orientada por princípios que vão muito além de um conteúdo material e alcançam o plano cosmológico – ótica que indica ser mais frutífera para pensar a forte ligação de coletividades com seus territórios peculiares. A exemplo do que observa Albert (*id.*) para o caso indígena, ao adentrar a arena política, contudo, grupos como esse vêm-se obrigados a encarar a concepção moderna de “natureza”, haja vista que, em tal jurisdição, não existe hoje outro discurso eficaz. Por meio dele, culturas particulares têm procurado “traduzir sua própria alteridade”.

É possível que esses grupos apropriem-se de maneira bem-sucedida da noção estatal de “povos e comunidades tradicionais”. Os lugares cada vez mais ocupados por *indigenous peoples* e outras minorias nacionais na esfera política, no cenário acadêmico, nas plataformas da mídia, no país e no exterior, colocam-se como retrato disso. Contudo, lançar mão dessa classificação indiscriminadamente abre espaço para o que Ramos (2004) denomina de “efeitos bumerangue”, haja vista a existência de uma relação de poder

fundamentada, na qual os grupos minoritários ocupam a posição mais fraca¹⁴⁶. Com esse alerta, visualizo salutar o pensar antropológico dessas territorialidades particulares não baseado em rótulos, mas sim em seus próprios termos, o que se intentou fazer nesta etnografia em Barra de Ararapira.

¹⁴⁶ Na exemplificação desse fenômeno, a autora evoca o caso do líder indígena Paiakan nos anos 90, cuja trajetória na imprensa brasileira foi de bem-sucedido representante do protagonismo étnico a “monstro” estuprador de uma garota branca.

FIGURA 1 - MAPA DA ÁREA DE ESTUDO

(MÜLLER, 2007)

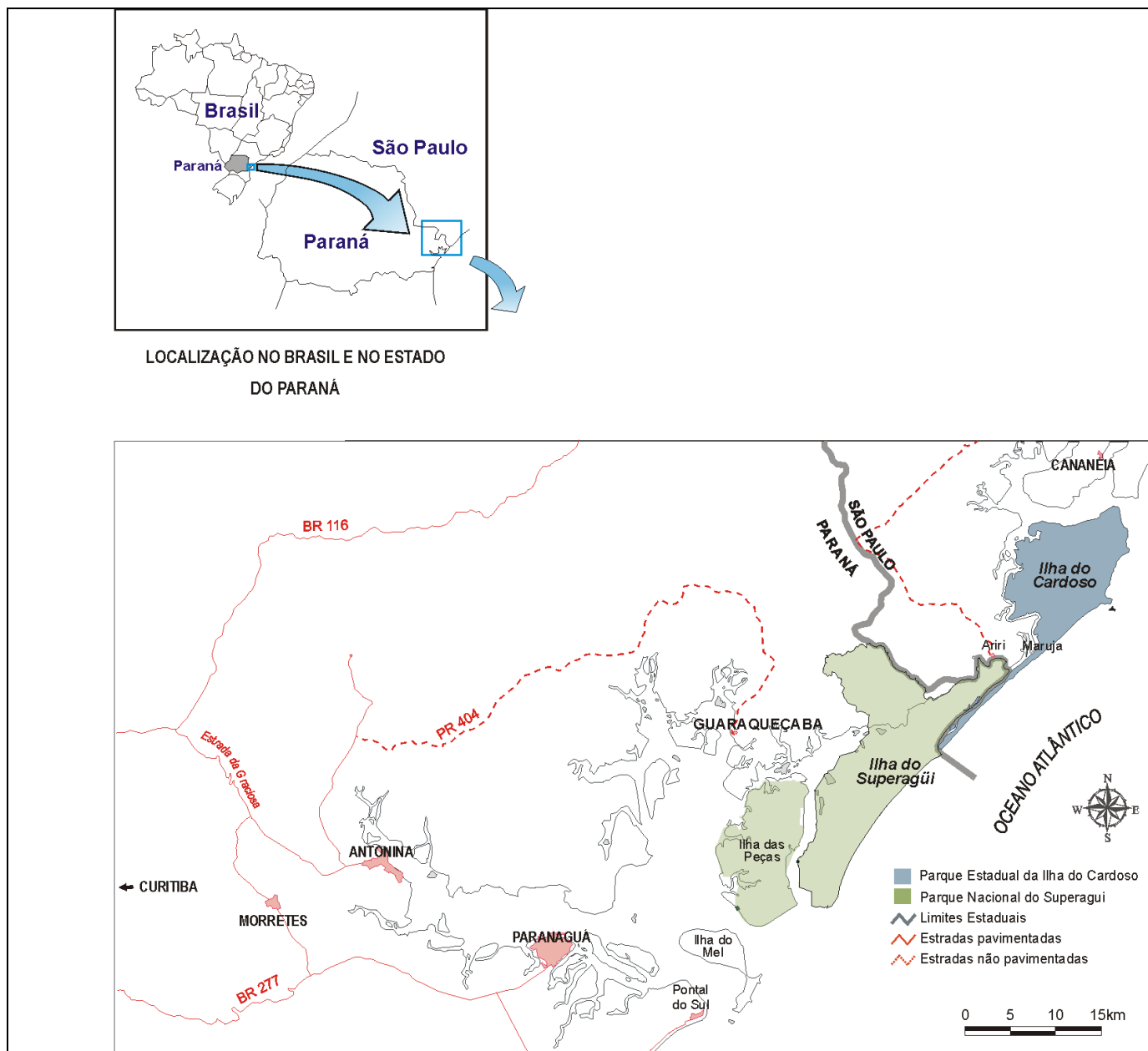


FIGURA 2 - MAPA DO LITORAL DO PARANÁ*



*Este mapa não possui escala precisa; é apenas ilustrativo dos itinerários citados no texto da etnografia.

FIGURA 3 - MAPA DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI

(RÖSLER [ex CZAJKOWSKI], 2006)

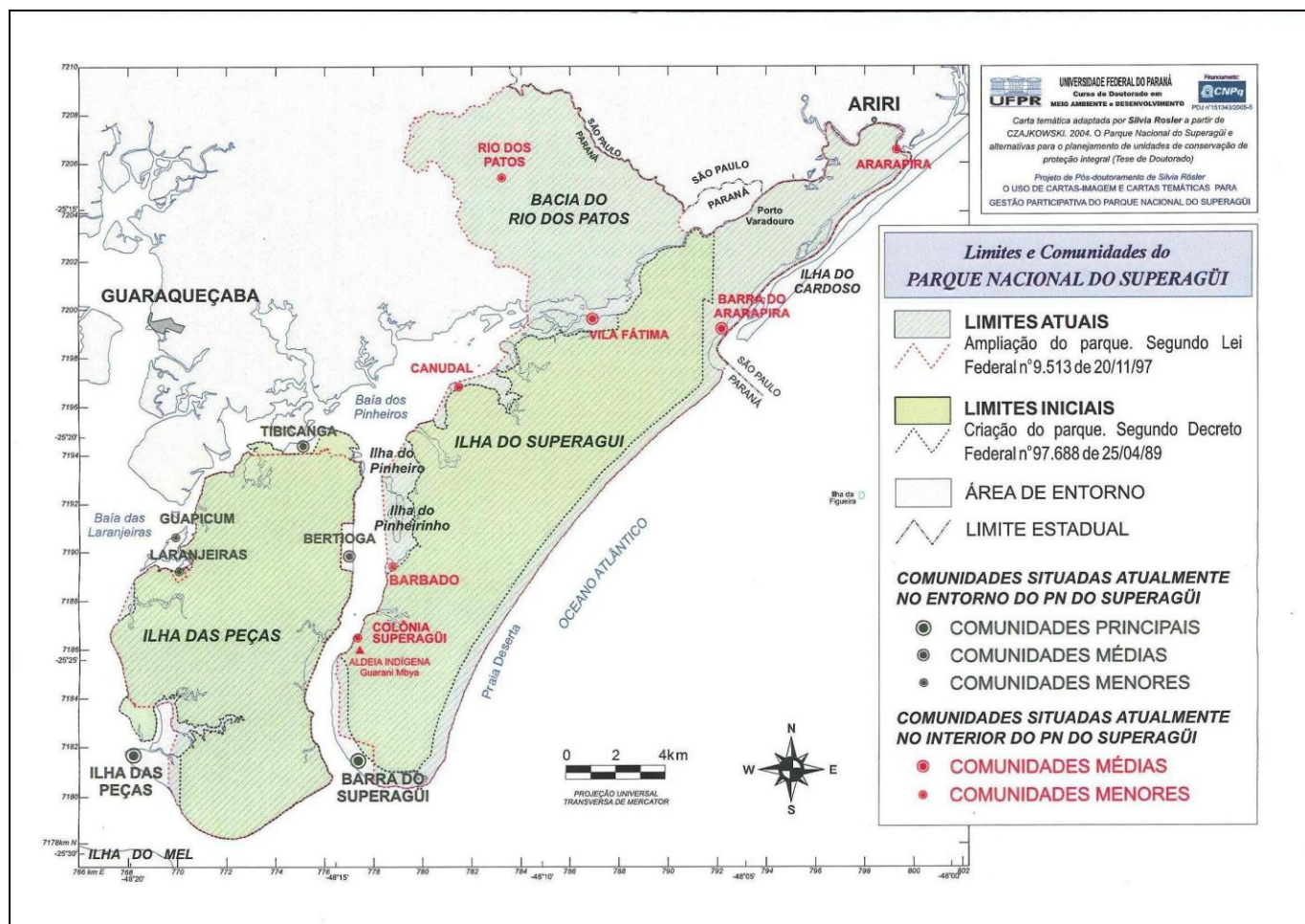
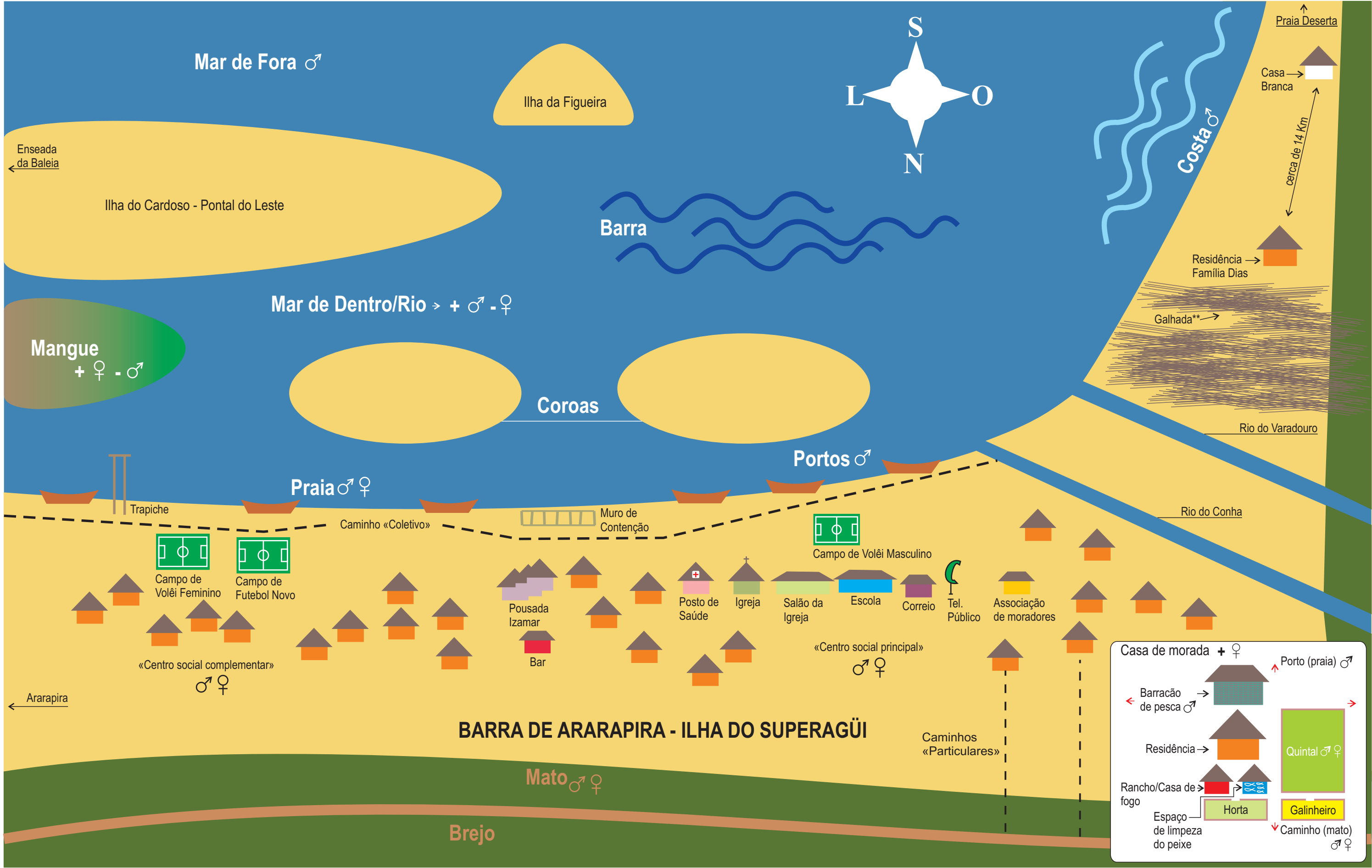


FIGURA 4 - CROQUI DE BARRA DE ARARAPIRA*

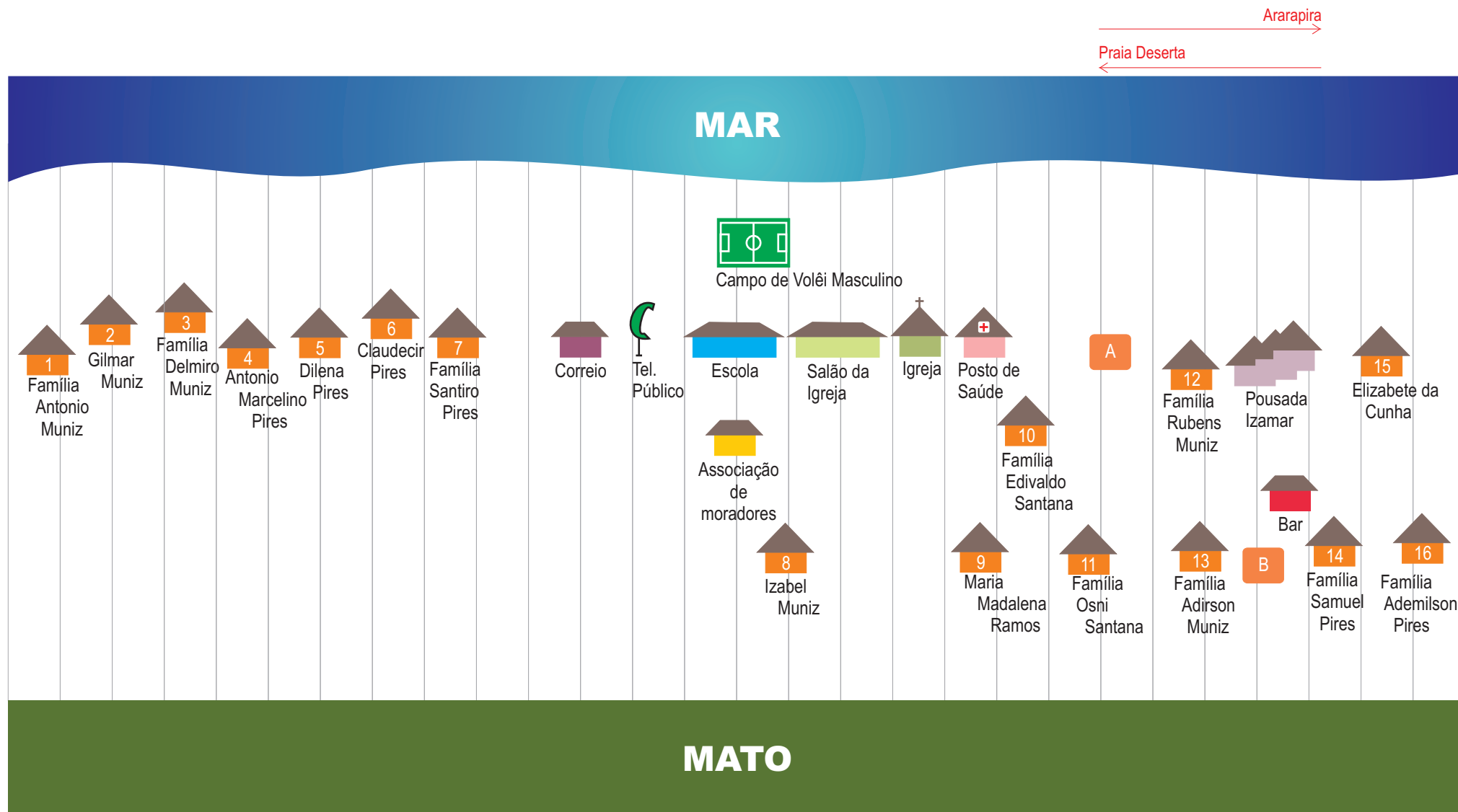


Observações:

1- Colaboraram especialmente na concepção deste desenho os nativos Santiro Matildo e Maria Creuza Pires. 2- Os símbolos ♂ ♀ e +/- referem-se ao acesso e à intensidade de uso das especialidades nativas por cada gênero. 3- Foi empregada, em sua maioria, terminologia nativa para nomear os espaços da figura. Os termos não-nativos estão entre aspas.

* Este croqui não possui escala precisa; é apenas ilustrativo dos espaços citados no texto da etnografia. ** Aproximadamente os locais dos antigos ranchos de pesca.

FIGURA 5 - CROQUI DE RESIDÊNCIAS E OUTRAS EDIFICAÇÕES*



Observações:

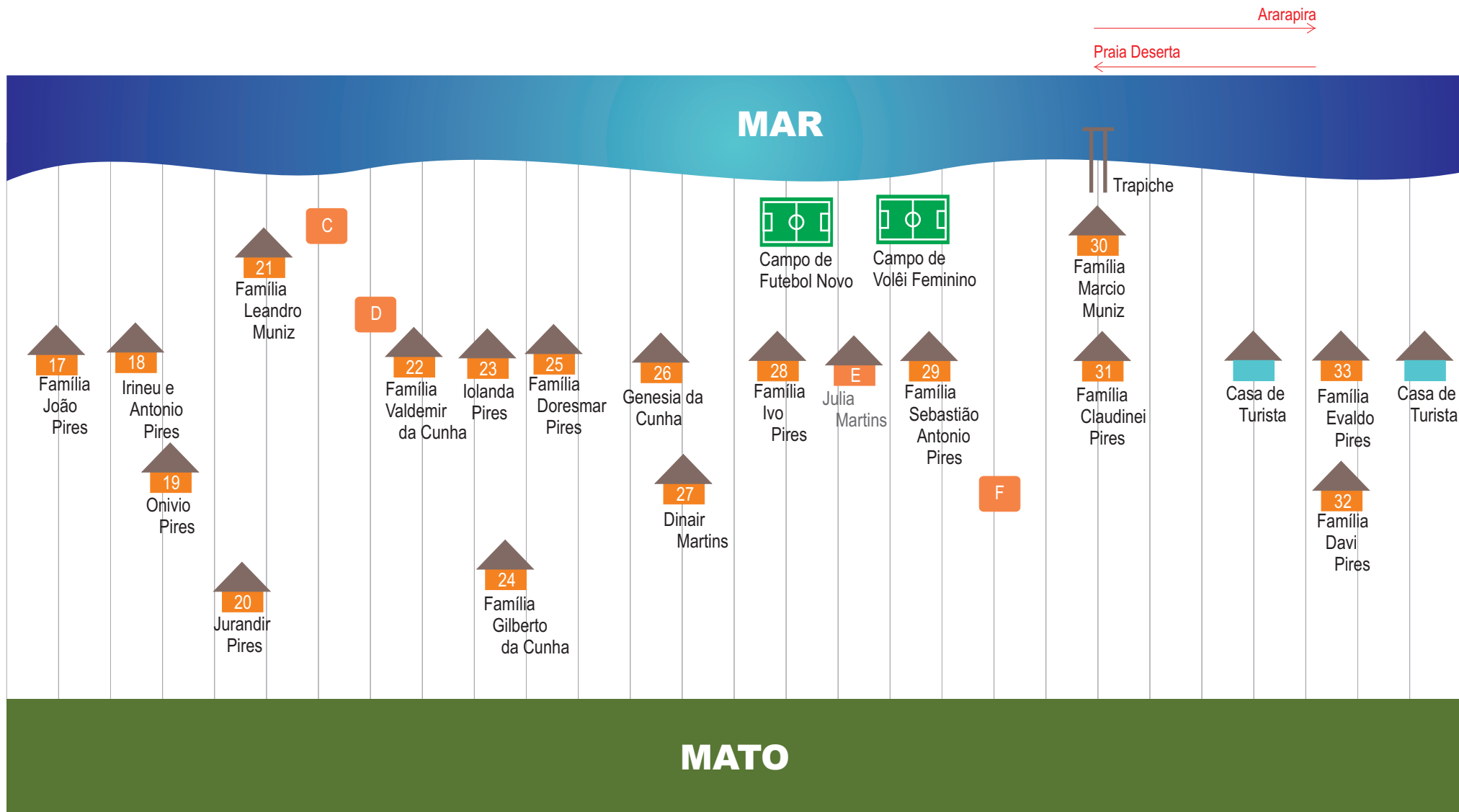
1. Esta figura se completa com as de números 4, 6 e 7, respectivamente, Croqui de Barra de Ararapira, Genealogias das Famílias Ancestrais e Genealogia das Famílias Atuais.
2. Colaboraram especialmente na elaboração desta figura Dilena e Flavio Pires.
3. As residências que não receberam o termo "Família" pertencem a homens solteiros ou homens/mulheres viúvos. A exceção fica por conta da residência 27, em que a mulher migrou desacompanhada do marido para auxílio à mãe viúva da residência 26.

* Este croqui não possui escala precisa; é apenas ilustrativo dos espaços citados no texto da etnografia

Legenda:

- 1 → 45 Residências ocupadas
- A → H Espaços desocupados

Continua na próxima página →



Continua na próxima página →

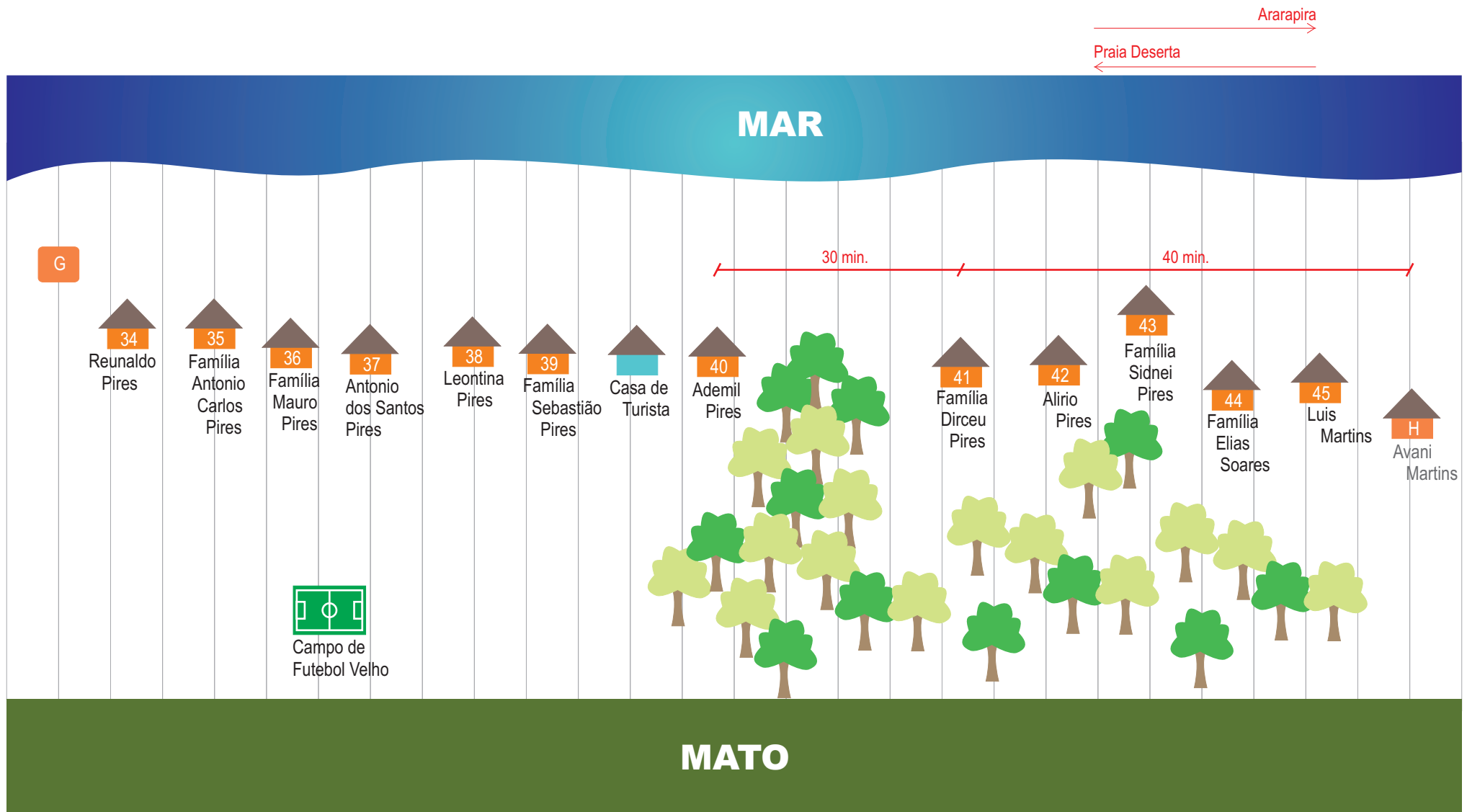
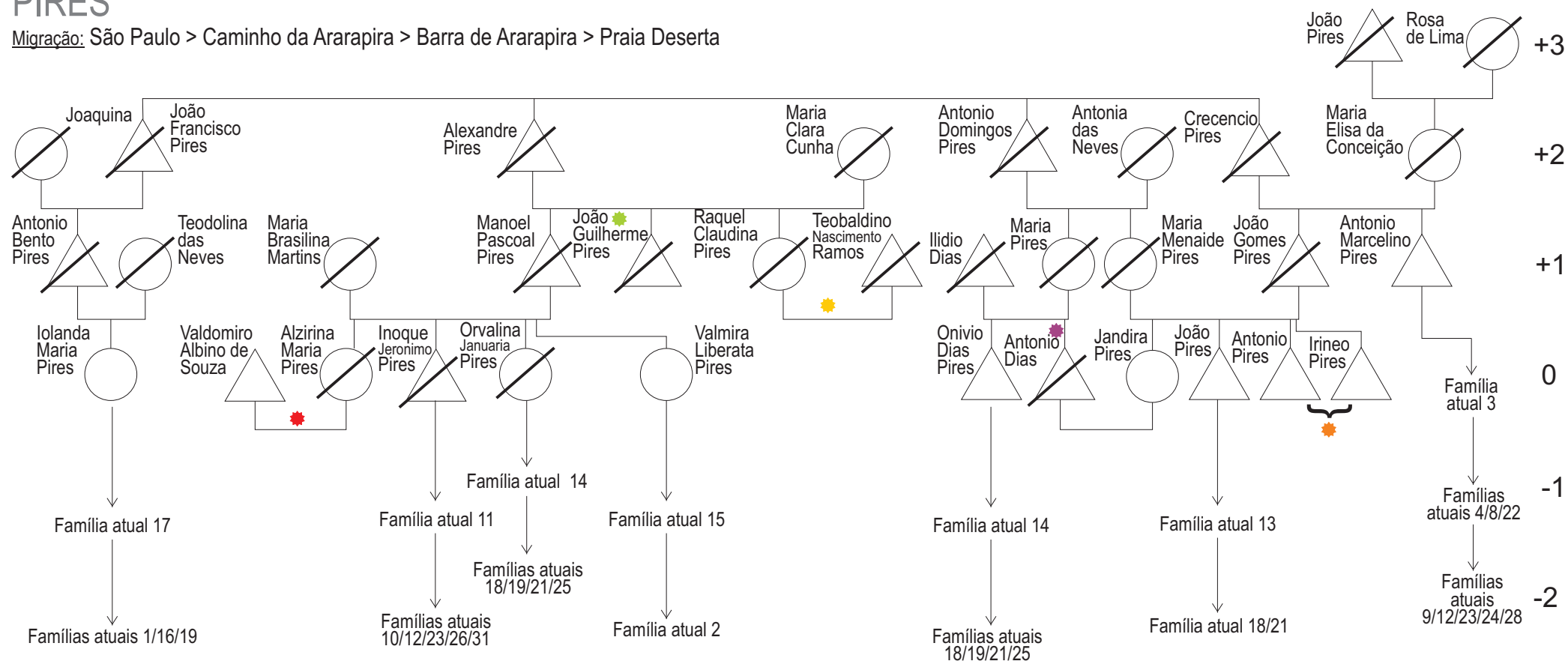


FIGURA 6 - GENEALOGIAS FAMÍLIAS ANCESTRAIS*

Família PIRES

Migração: São Paulo > Caminho da Ararapira > Barra de Ararapira > Praia Deserta



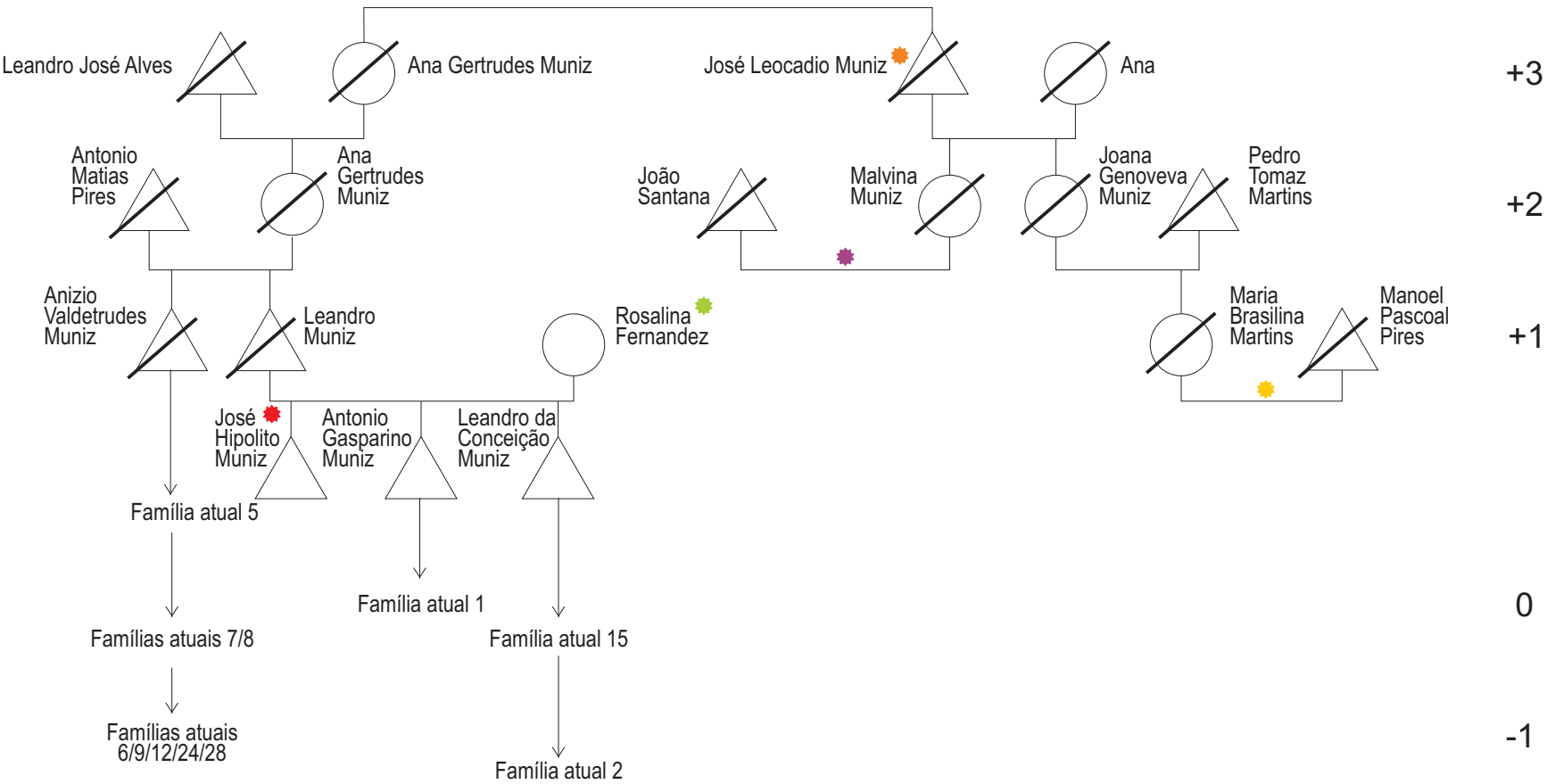
- ★ Cf. genealogia dos Souza
- ★ Residia em Pontal do Leste (SP). Cf. genealogia dos Santana
- ★ Cf. genealogia dos Ramos
- ★ Família reside na Praia Deserta
- ★ Cf. figura 5, residência 18

Continua na próxima página →

* Esta figura complementa-se com as de número 5 - Croqui de Residências e outras Edificações e 7 - Genealogias das Famílias Atuais.

Família
MUNIZ

Migração: Caminho da Ararapira > Barra de Ararapira

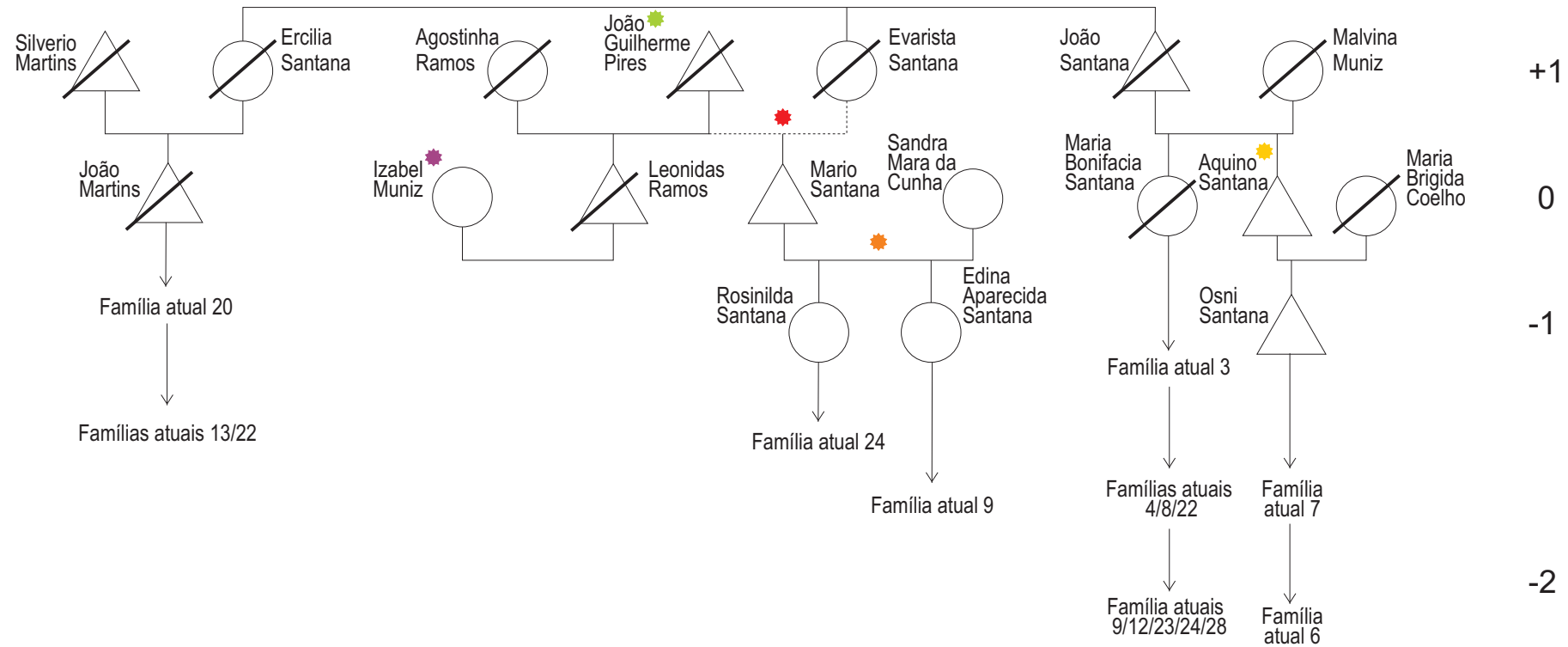


- ★ Reside em Guaraqueçaba (PR)
- ★ Reside em Paranaguá (PR)
- ★ Cf. genealogia dos Santana
- ★ Nomeia o posto de saúde de Barra de Ararapira
- ★ Cf. genealogia dos Pires

Continua na próxima página →

Família
SANTANA

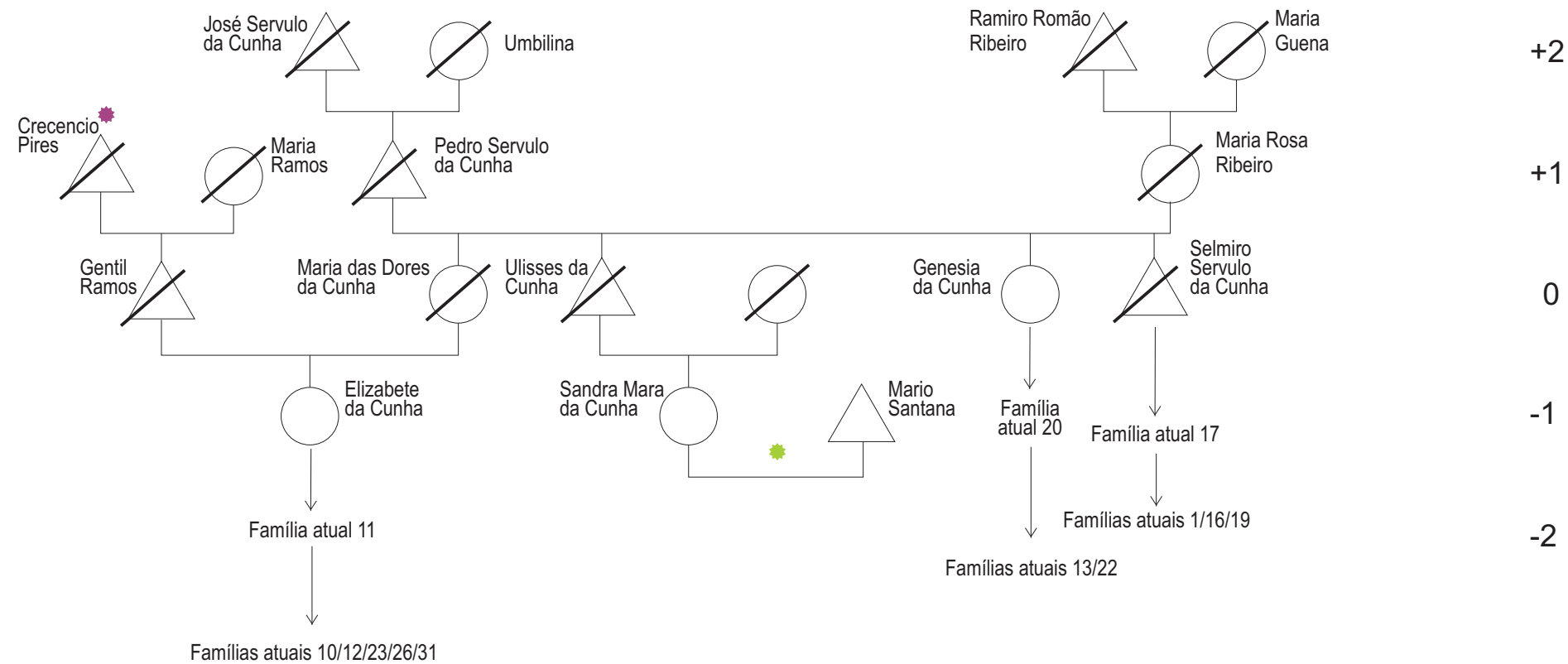
Migração: Caminho da Ararapira > Barra de Ararapira > São Paulo



- ★ Cf. figura 7, família 5
- ★ Família residia em Pontal do Leste (SP)
- ★ Relacionamento extraconjugal
- ★ Casal reside em Pontal do Leste (SP)
- ★ Reside em Barra do Superagüi (PR)

Família CUNHA

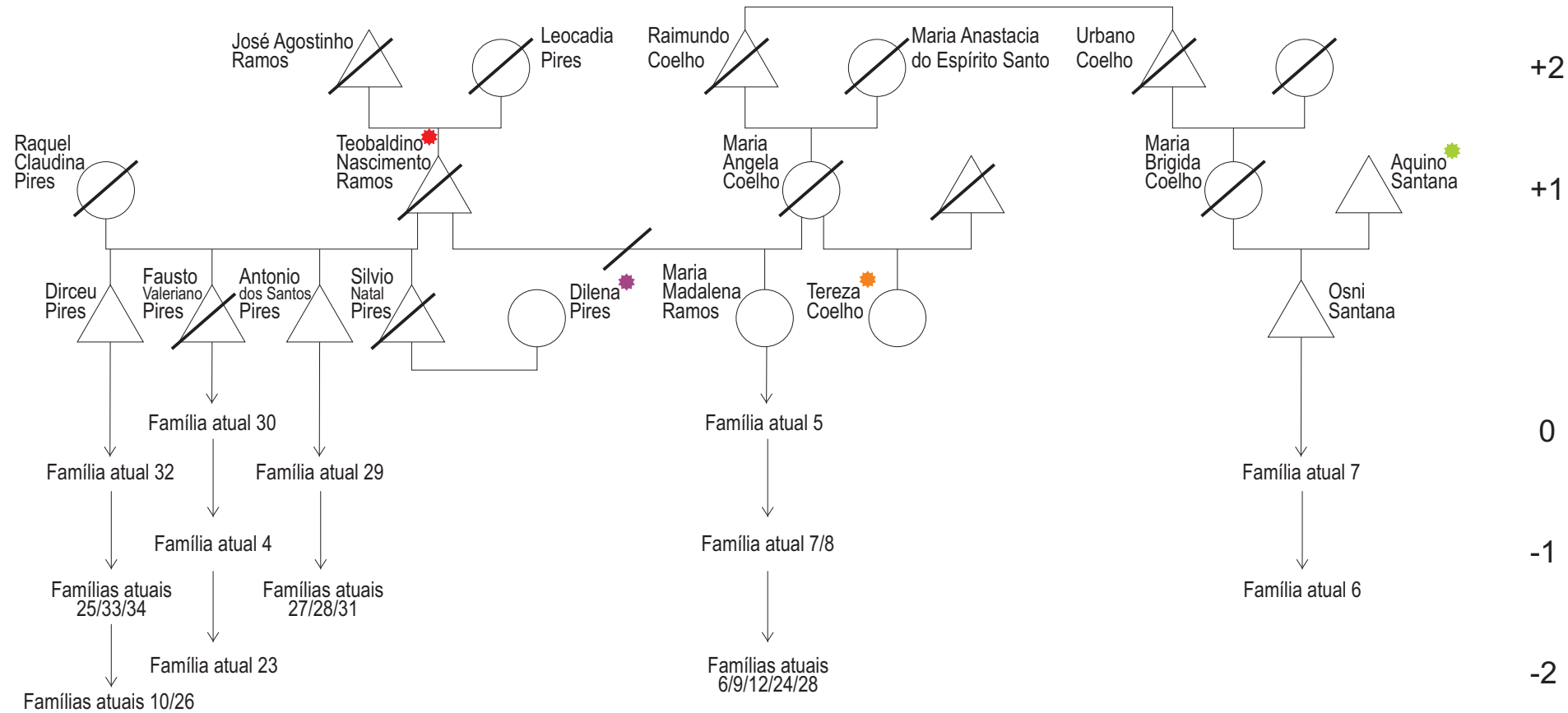
Migração: Caminho da Ararapira > Barra de Ararapira



★ Cf. genealogia dos Pires - trata-se de um casamento pós-viuvez
★ Casal reside em Pontal do Leste (SP). Cf. genealogia dos Santana

Família RAMOS

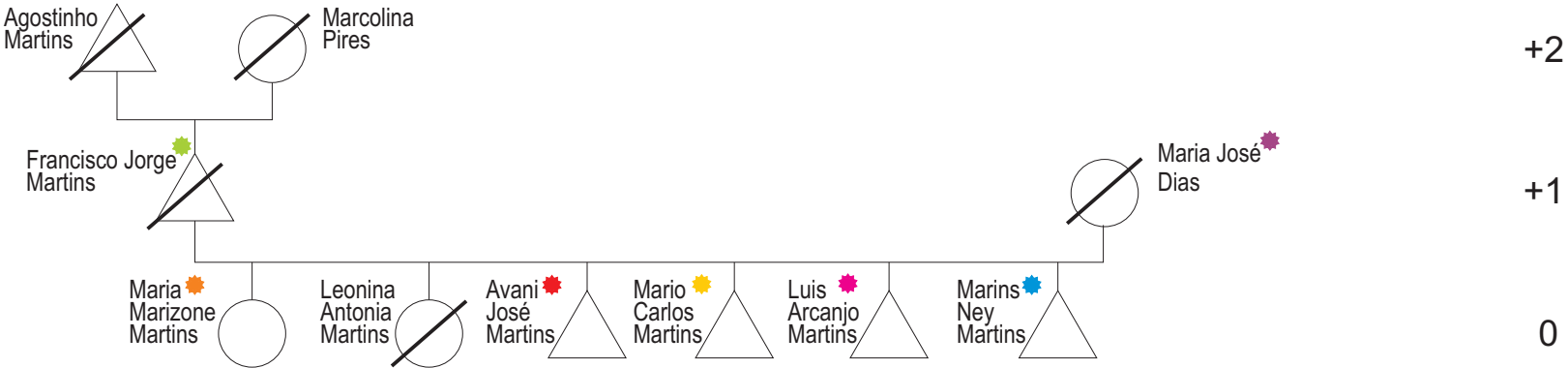
Migração: São Paulo > Caminho da Ararapira > Barra de Ararapira



- ★ Primeiro casamento com Maria Angela Coelho e segundo casamento com Raquel Claudina Pires
- ★ Cf. figura 7, família 3
- ★ Reside em Cananéia (SP)
- ★ Reside em Barra do Superaüi (PR)

Família MARTINS

Migração: Caminho da Ararapira > Barra de Ararapira



- Nomeia a escola municipal rural de Barra de Ararapira
- Oriunda da Vila de Araçáuba(SP)
- Reside em Cananéia(SP)
- Reside em Ilha Comprida(SP). Cf. figura 5, espaço H
- Reside em Cananéia(SP)
- Cf. figura 5, residência 45
- Reside em Paranaguá(PR)

Família
SOUZA

Migração: Ararapira > Barra de Ararapira

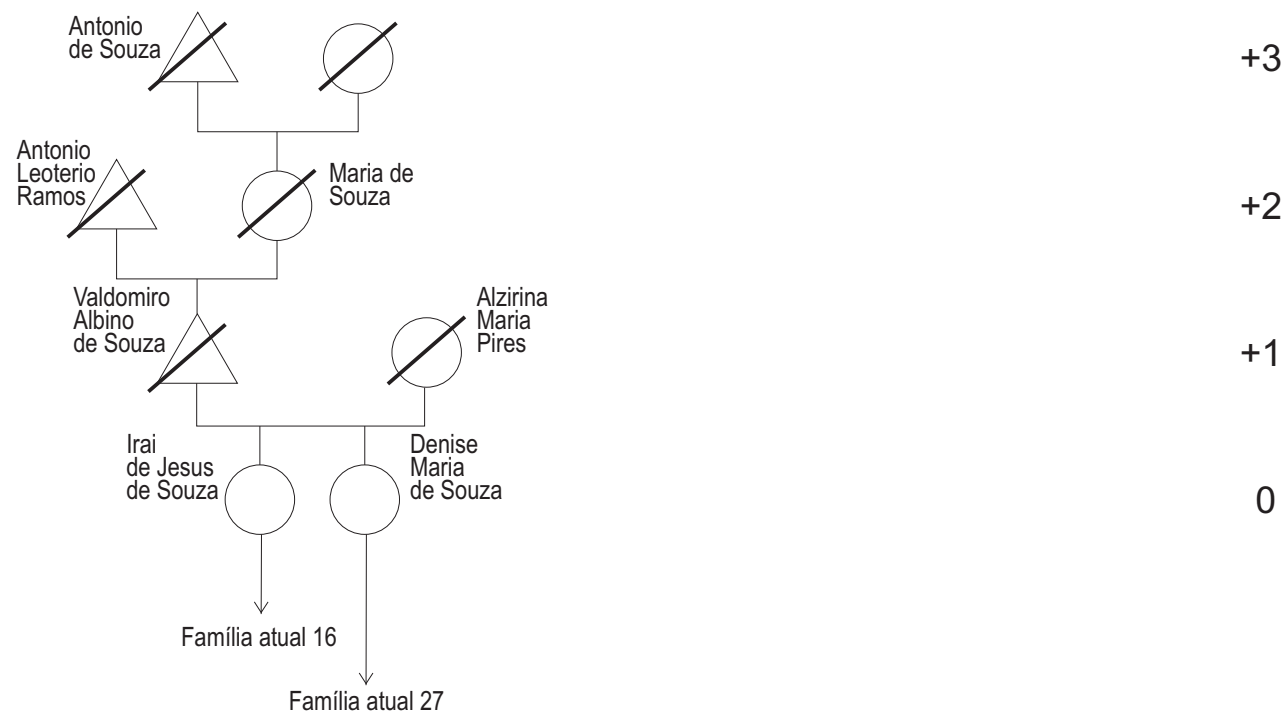


FIGURA 7 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ATUAIS

Observações:

1. Esta figura complementa-se com as número 5 - Croqui de Residências e outras Edificações e 6 - Genealogias das Famílias Ancestrais;
2. As genealogias são desenvolvidas apenas para as famílias que residem em Barra de Ararapira;
3. Foram considerados como famílias os núcleos de pais e filhos/enteados;
4. A ordem de apresentação das famílias segue, aproximadamente, aquela verificada entre as residências, a partir da barra (do sul para o norte do território da vila);
5. A ordem de apresentação dos filhos é a de nascimento;
6. Os dados preliminares para elaboração desta figura foram levantados em parceria com a pesquisadora Maristela Marangon (MADE/UFPR).

Legenda:

- Casamento em Barra de Ararapira
- Mulheres imigrantes para casamento
- Mulheres emigrantes para casamento
- Mulheres emigrantes para trabalho/estudo em localidades litorâneas
- Homens casados emigrantes para trabalho com pesca em outras vilas
- Homens emigrantes para cidade
- Homens imigrantes para casamento
- Solteiros
- Solteiros com residência própria
- Crianças
- Crianças em idade escolar
- Adolescentes em idade escolar
- Viúvos

FIGURA 7 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ATUAIS

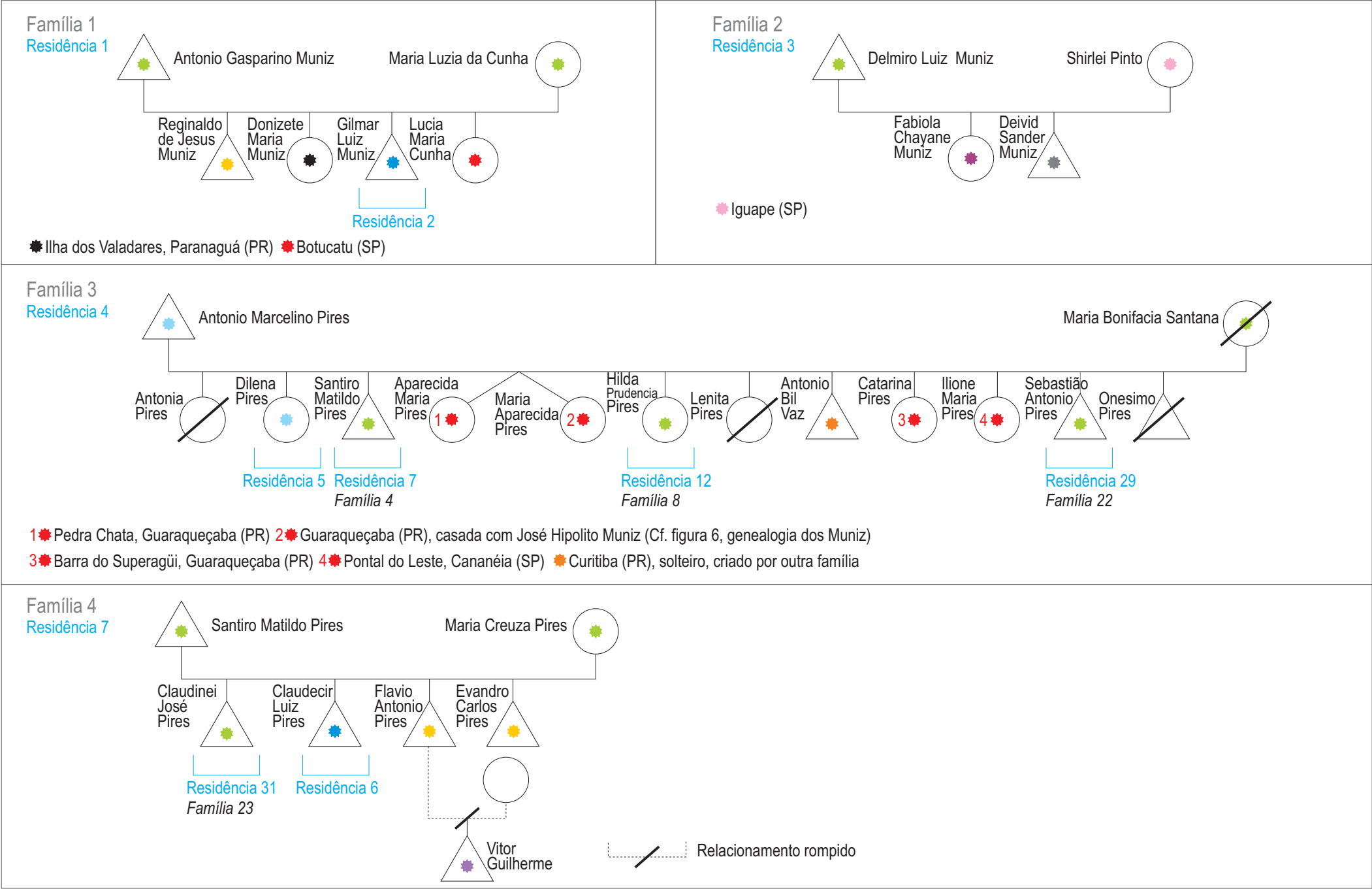
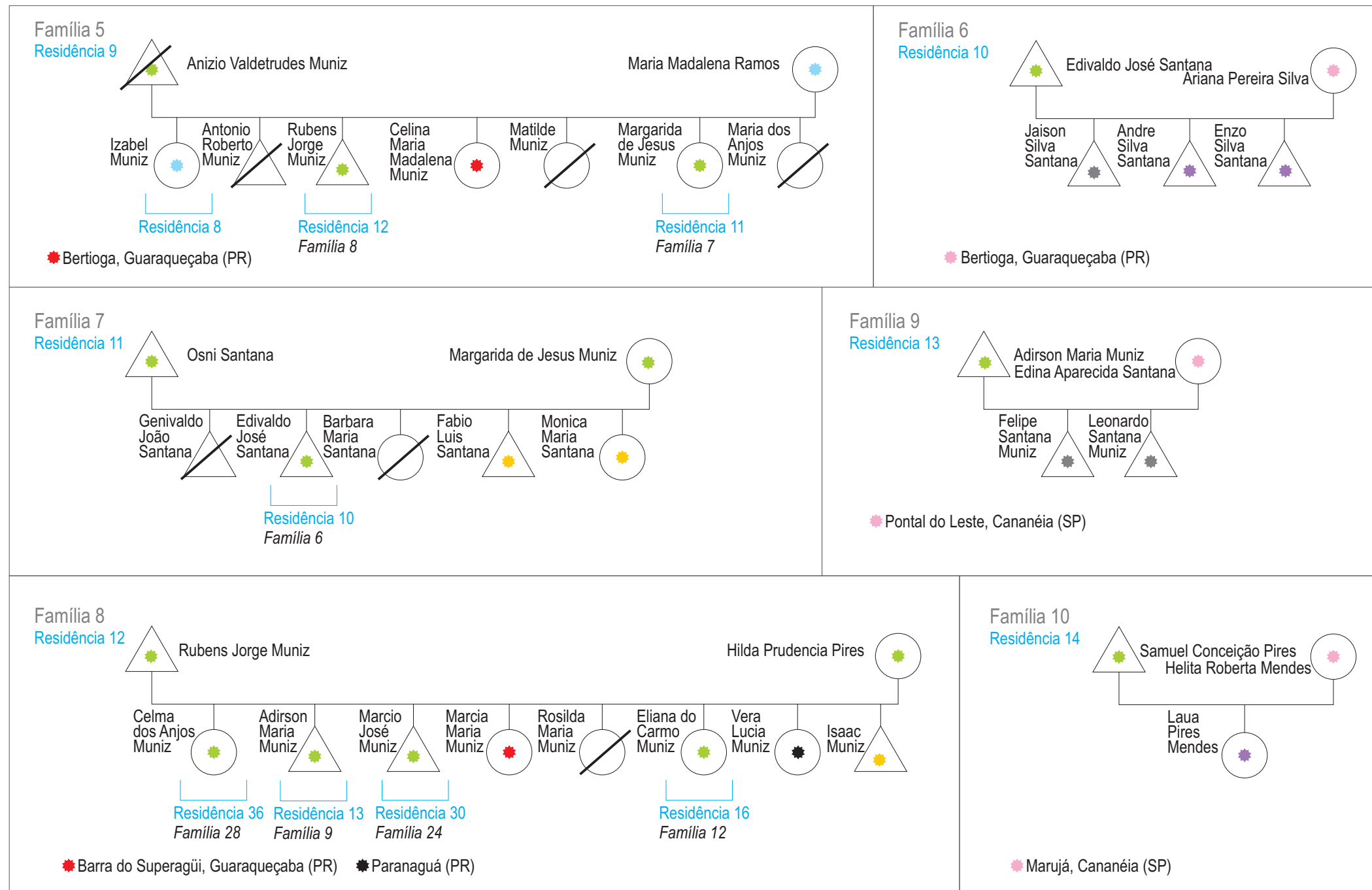
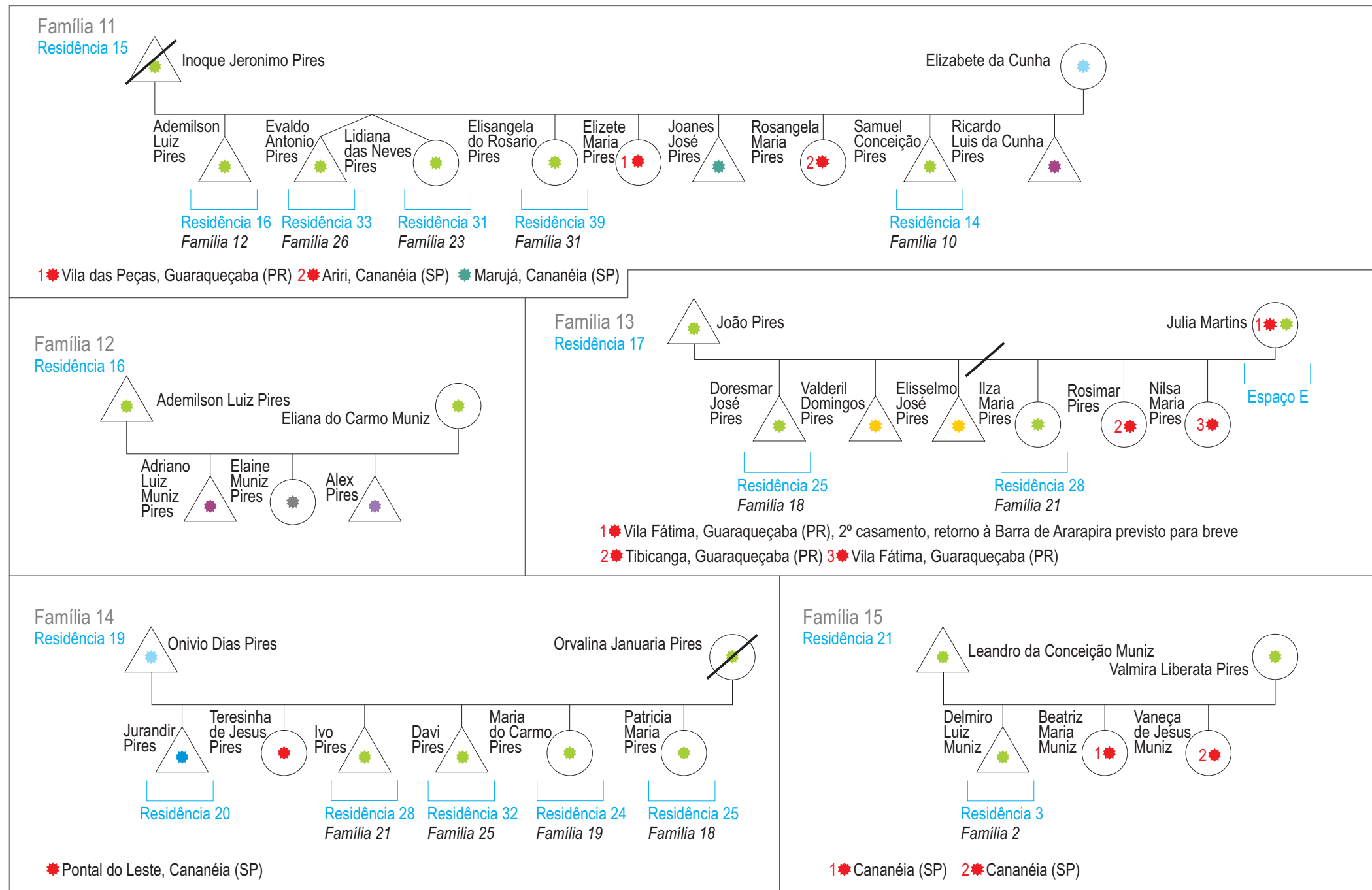


FIGURA 7 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ATUAIS



Continua na próxima página →

FIGURA 7 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ATUAIS



Continua na próxima página →

FIGURA 7 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ATUAIS

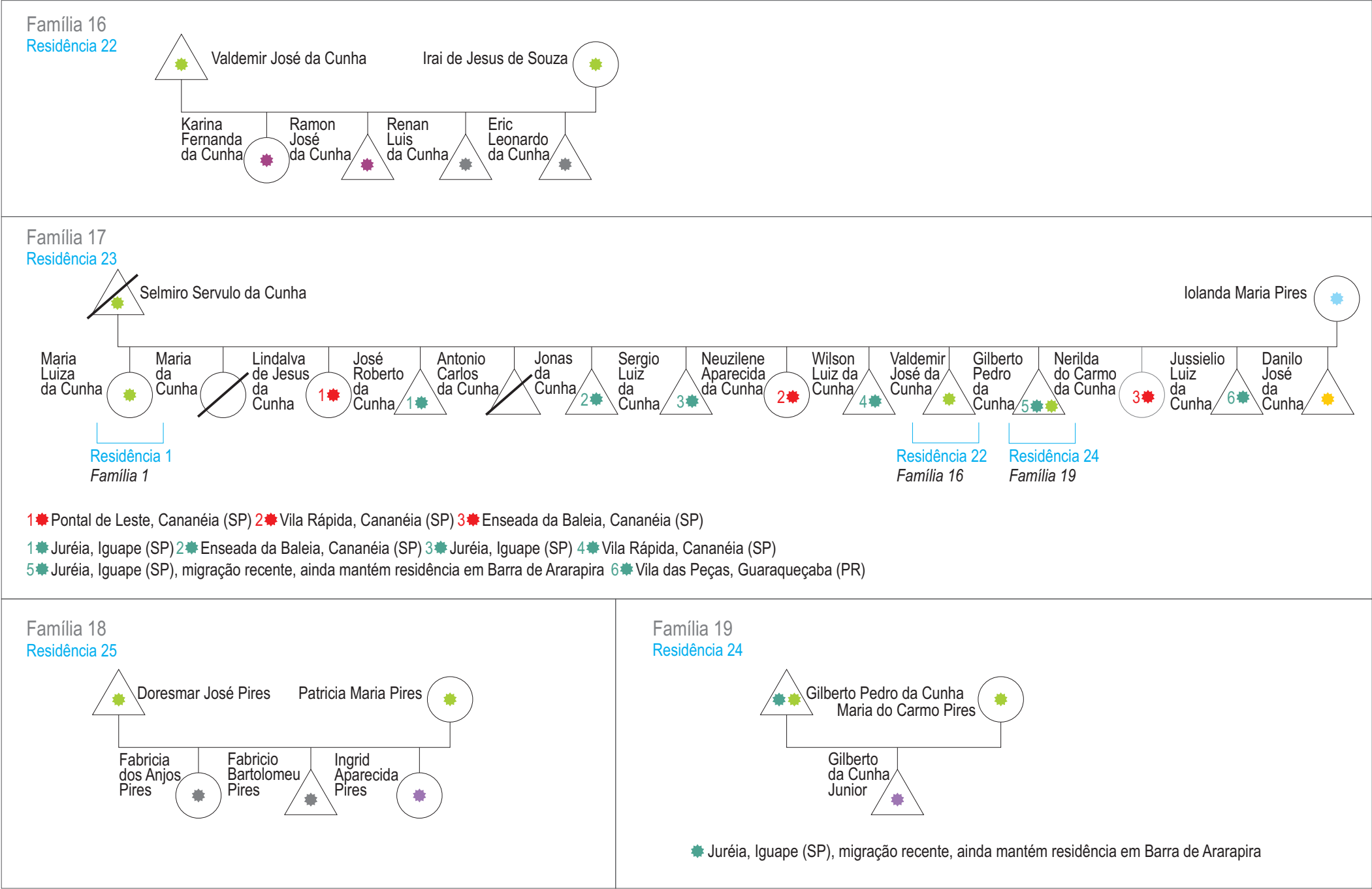


FIGURA 7 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ATUAIS

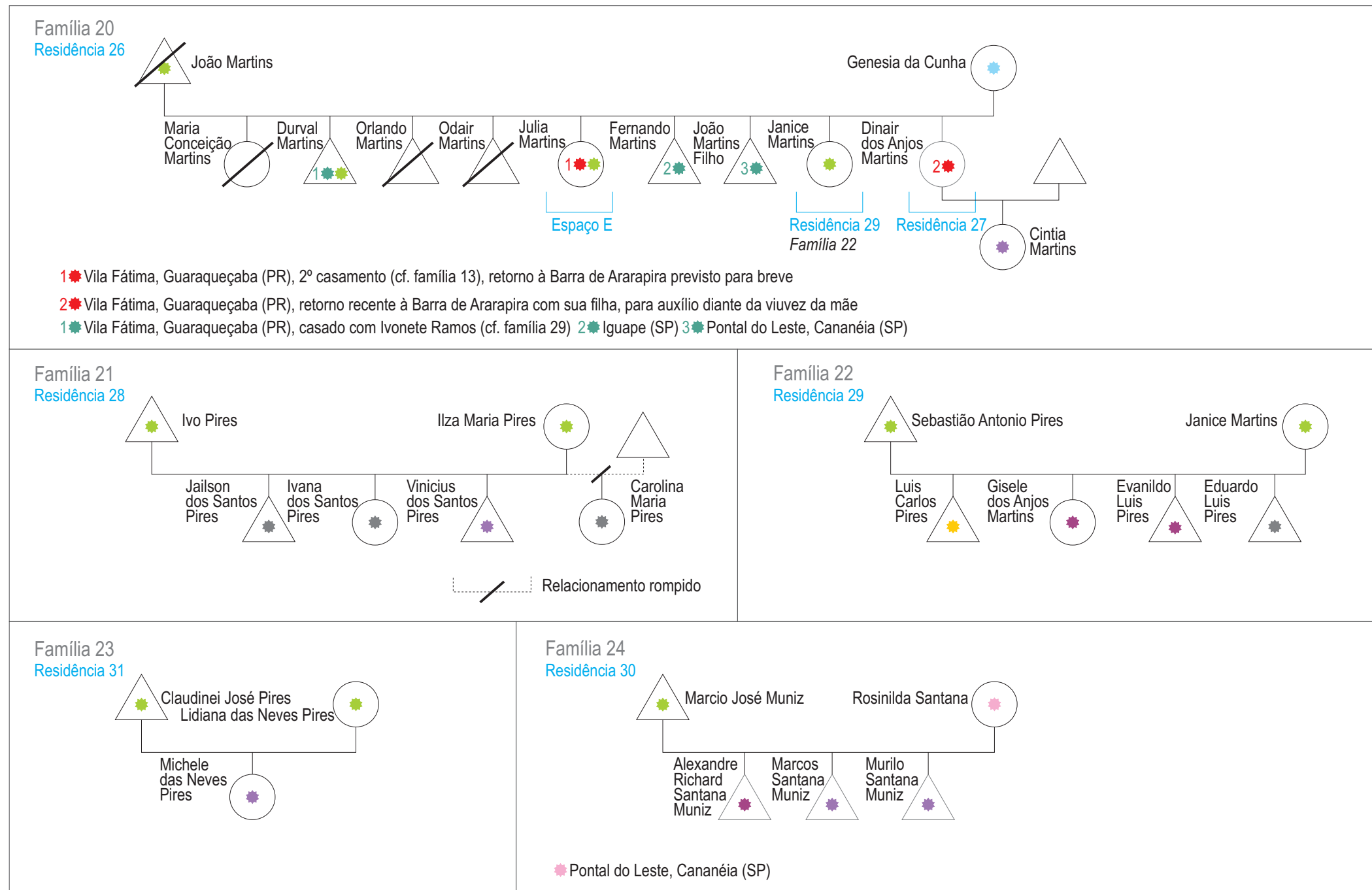


FIGURA 7 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ATUAIS

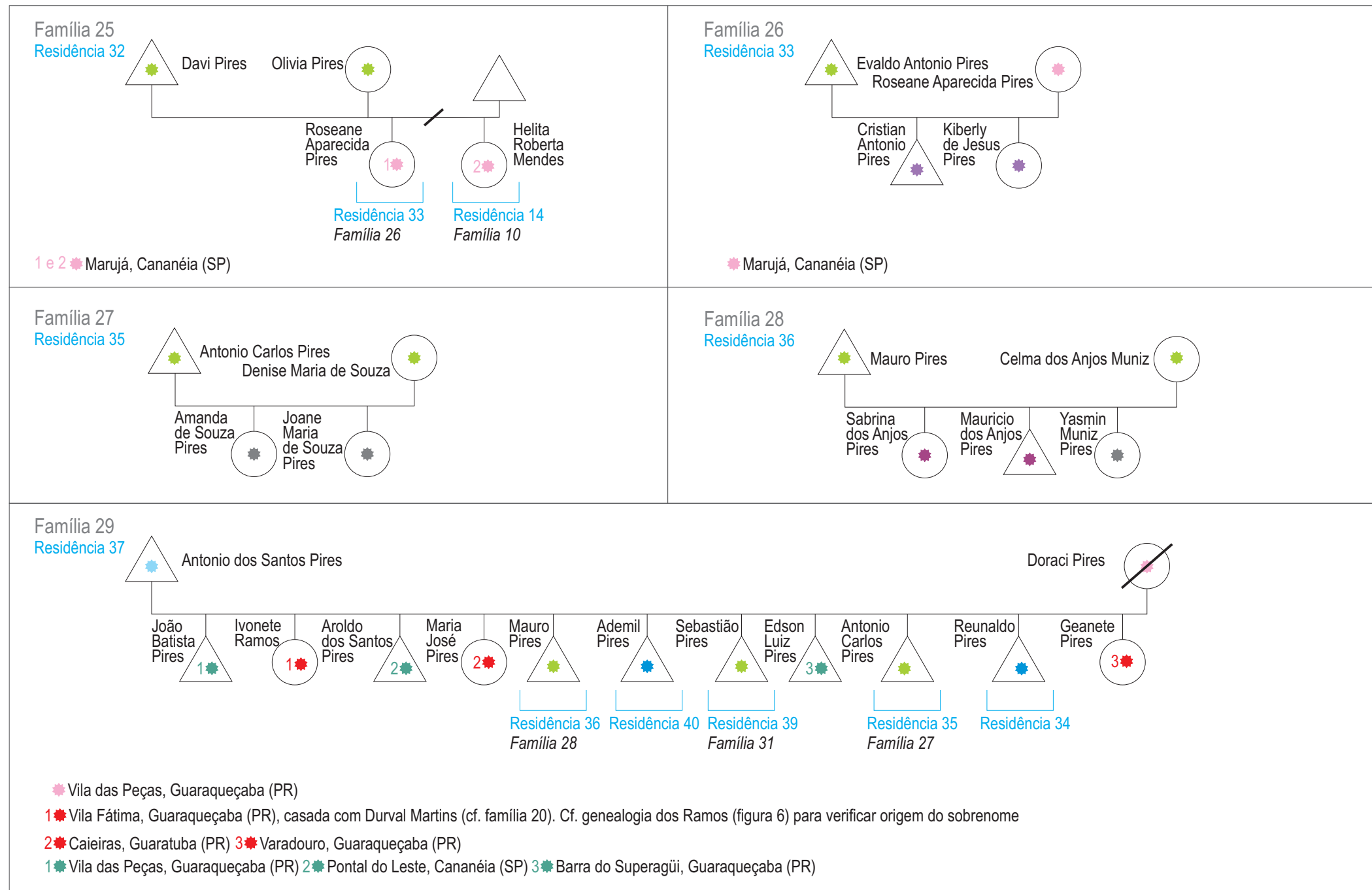


FIGURA 7 - GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS ATUAIS

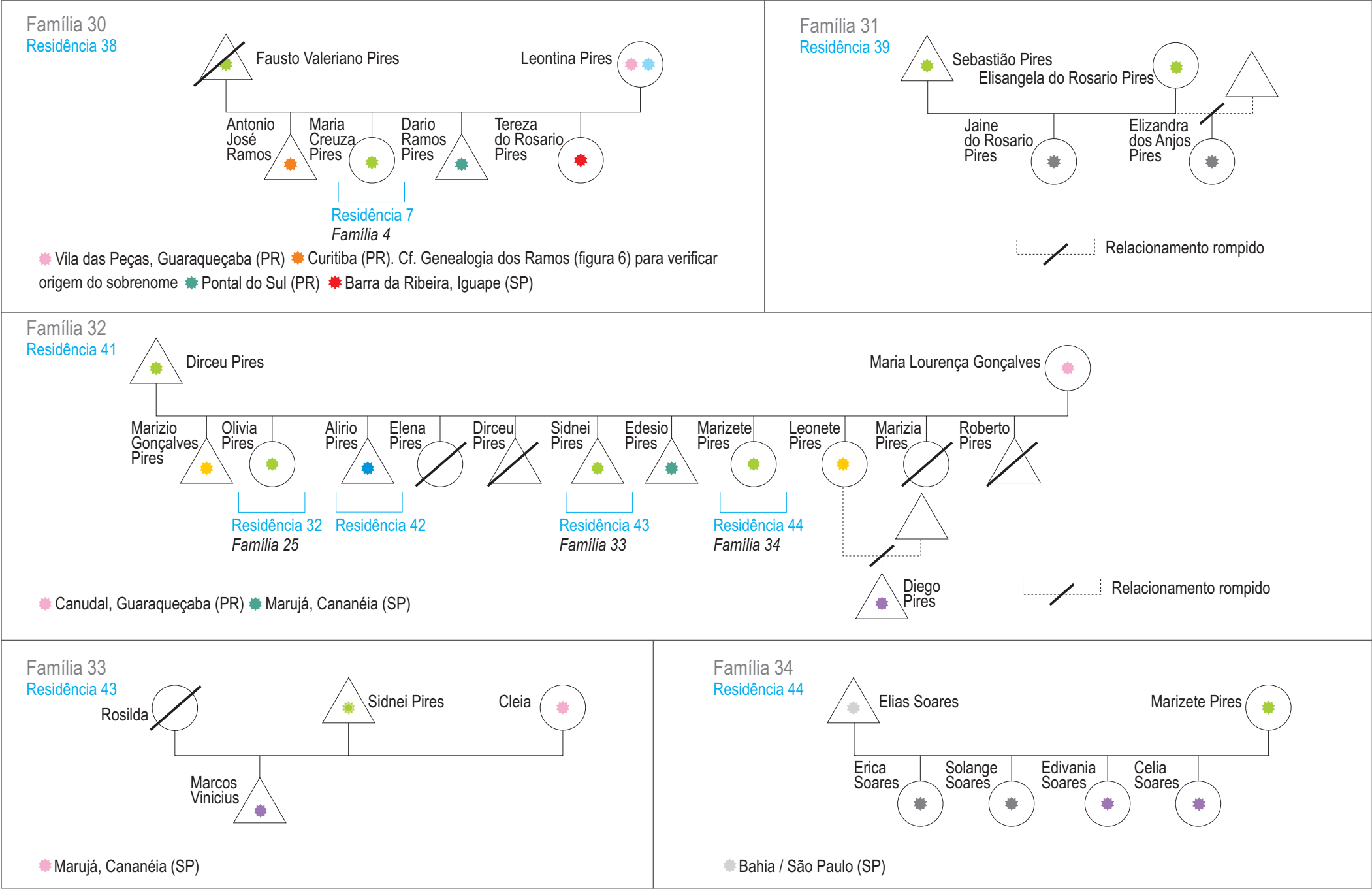
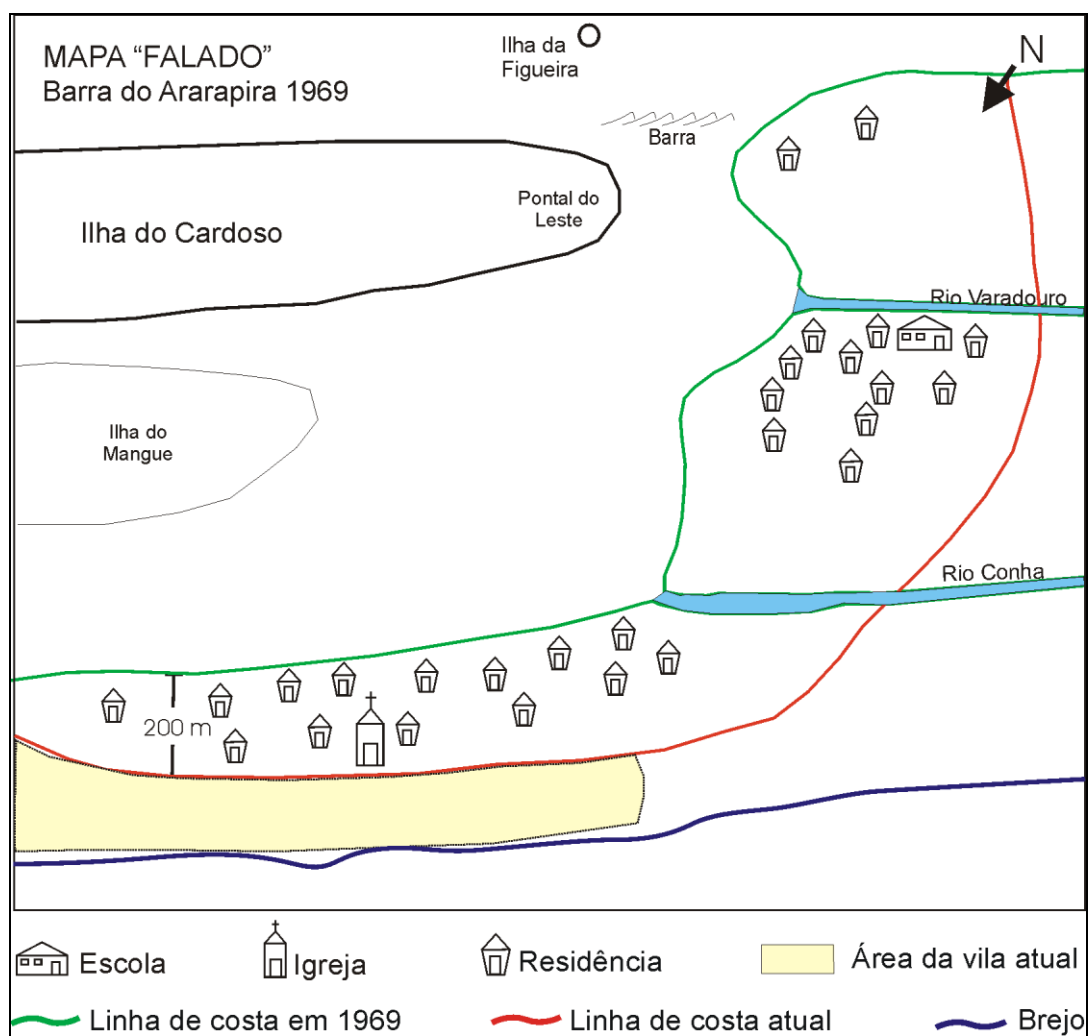


FIGURA 8 - MAPA FALADO: BARRA DE ARARAPIRA, 1969

(MÜLLER, 2007¹⁴⁷)



¹⁴⁷ Adaptado de Rösler [ex Czajkowski] (2006).

FIGURA 9 - SITUAÇÃO DA EROSÃO E DA ACRESÇÃO EM 1980, 1996 E 2007
(MÜLLER, 2007)

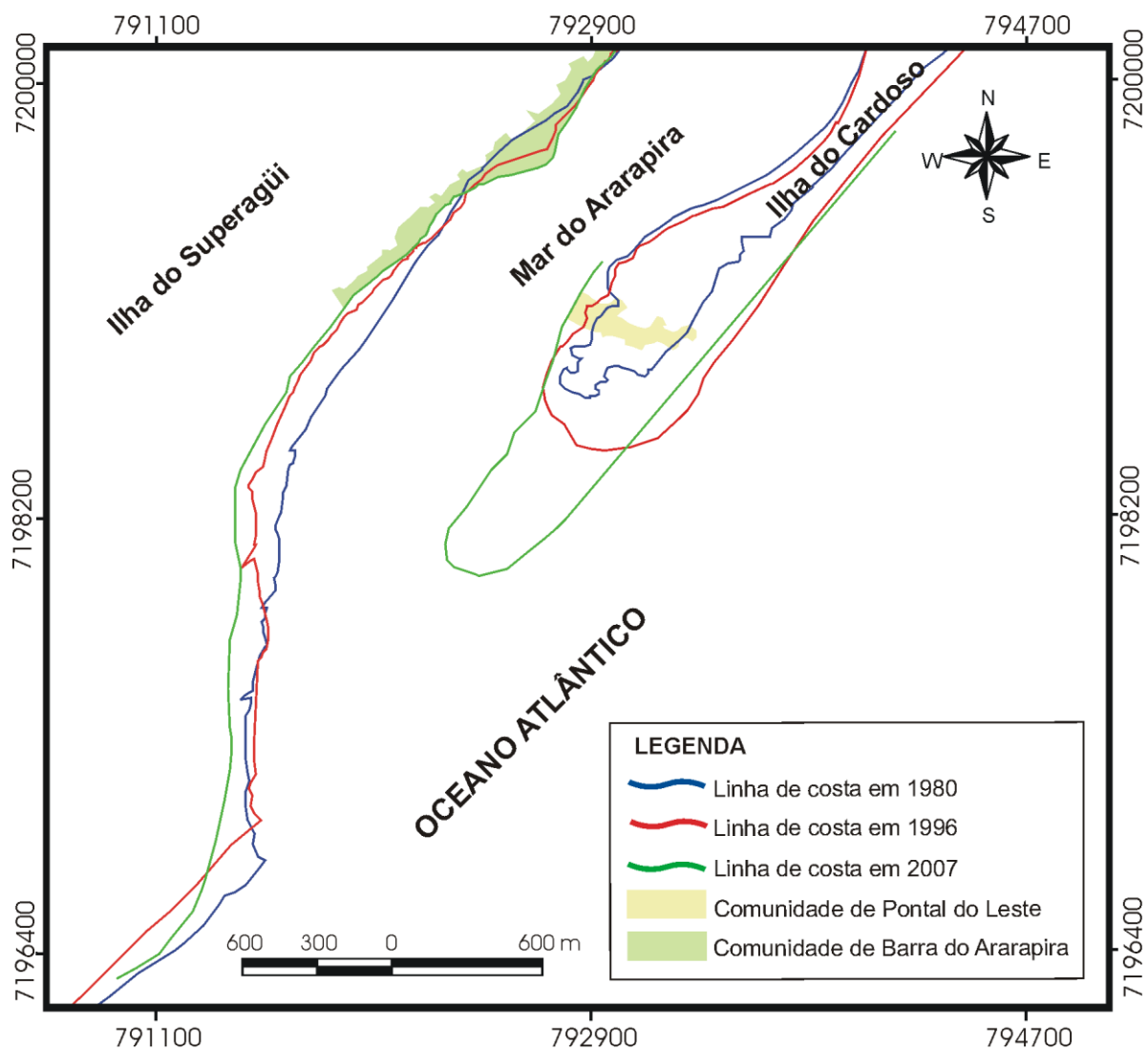
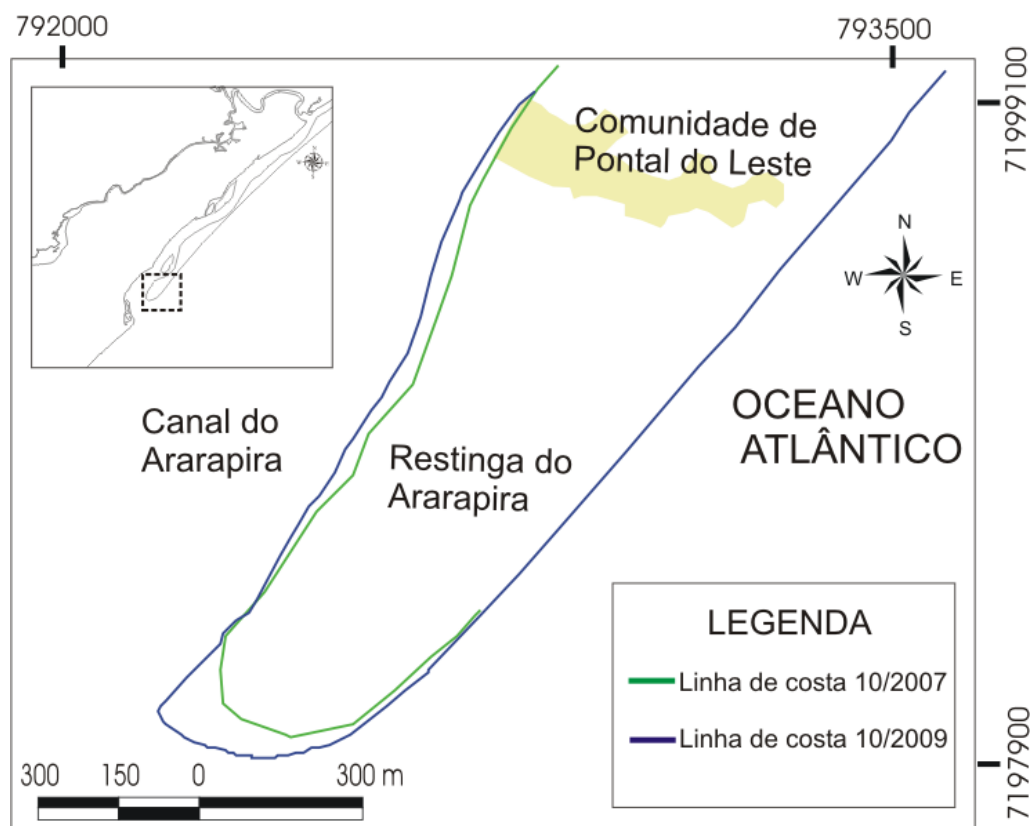
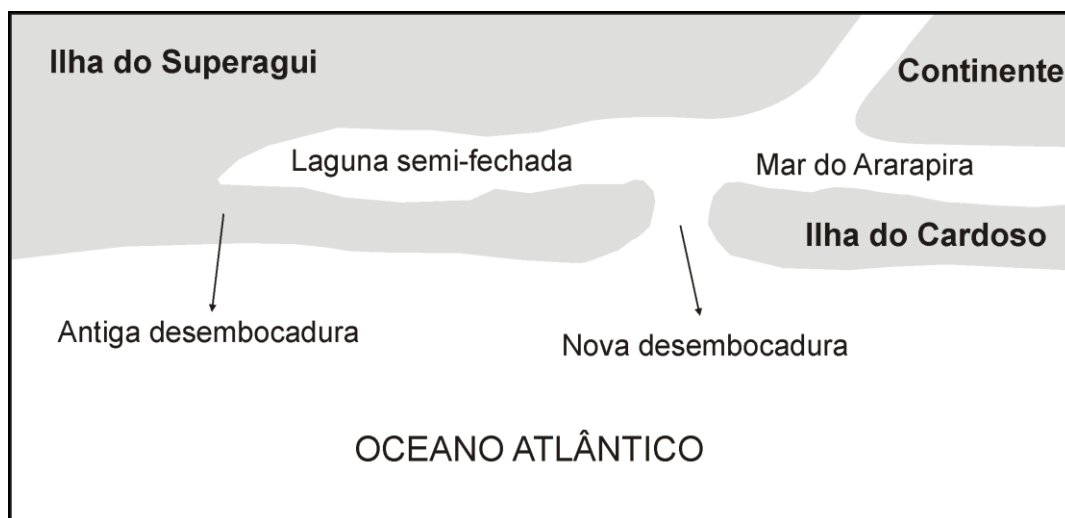


FIGURA 10 - ACRESÇÃO EM PONTAL DO LESTE, ILHA DO CARDOSO (SP) ¹⁴⁸



¹⁴⁸ Mapa cedido por comunicação pessoal com o oceanógrafo Marcelo Eduardo José Müller, do Programa de Pós-Graduação em Geologia, Laboratório de Estudos Costeiros, da UFPR.

FIGURA 11 - SIMULAÇÃO DE ABERTURA DA NOVA BARRA
(MÜLLER, 2007)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. 2000a. *Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume, FAPESP.

_____. 2000b. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-182.

AGOSTINHO, P. 1986. *Imagem e peregrinação na cultura cristã: um esboço introdutório*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.

ALBERT, B. 1995. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. *Série Antropologia*, Brasília, n. 174.

ALENCAR, E. F. 1991. *Pescadeiras, companheiras e perigosas: a pesca feminina na Ilha dos Lençóis*. Brasília. 188 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

_____. 2007. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, vol. XVI, n. 2, p. 95-110, jul./dez.

ALMEIDA, A. W. B. de. 2006. O domínio original: as terras de índio como terras de preto. In: *Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara*. Vol. 1. Brasília: Edições Ibama. p. 87-101.

_____. 2008. *Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2 ed. Manaus: PPGSCA-UFAM.

ALMEIDA, F. L. de. 2007. *Sem terra na Mata Atlântica: a etnografia de um conflito socioambiental*. Curitiba. 143 f. Monografia de Graduação do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná.

ALMEIDA, T. M. C. de. 2003. *Vozes da mãe do silêncio: a aparição da Virgem Maria em Piedade dos Gerais (MG)*. São Paulo: Attar.

ALVAR, J.; ALVAR, J. 1979. *Guaraqueçaba, mar e mato*. Curitiba: UFPR.

ANDREAS, A. 1996. Energia solar no Paraná. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 07 ago.

ANGULO, R. J. 2004. Aspectos físicos das dinâmicas de ambientes costeiros, seus usos e conflitos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 10, p. 175-185, jul./dez.

ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de; MÜLLER, M. E. 2009. Previsão e conseqüências da abertura de uma nova barra no Mar do Ararapira, Paraná-São Paulo, Brasil. *Quaternary and Environmental Geosciences*, Curitiba, vol. 1, n. 2, p. 67-75.

ÁUGE, M. 1994. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 7 ed. Campinas: Papirus.

AUSTIN, J. L. 1975. *How to do things with words*. Harvard: University Press.

BARNES, E. V. 2004. O conselho consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor: espaço público e espaços territoriais protegidos. In: RICARDO, F. (org.). *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA. p. 457-463.

BARRETTO FILHO, H. T. 1999. Notas para a história de um artefato sócio-cultural: o Parque Nacional do Jaú. *Terra das Águas - Revista de Estudos Amazônicos*, Brasília, ano I, n. 1, p. 53-76.

_____. 2001. *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. São Paulo. 560 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

_____. 2004. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (org.). *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA. p. 53-63.

BAZZO, J. 2004a. *Saudades do fandango*. Disponível em: <www.textovivo.com.br>. Acesso em: Ago. 2004.

_____. 2004b. O lixo em debate. *Jornal Maré de Lua*, Curitiba, ano I, n. 2, p. 6, maio.

_____. 2005. Moradores recordam a conquista da água. *Jornal Maré de Lua*, Curitiba, ano II, n. 4, p. 4-5, jun.

BECKER, B. 1990. *Amazônia*. Série Princípios. São Paulo: Ática.

BOURDIEU, P. 2002 [1969]. A casa ou o mundo ao contrário. In: *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiras: Celta Editora. p. 37-55.

BRASIL. 1916. Lei n. 3.071, de 01 jan. Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 jan. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L3071.htm>. Acesso em: Mar. 2010.

_____. 1979. Decreto n. 84.017, de 21 set. Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 set. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm>. Acesso em: Jul. 2009.

_____. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: Jul. 2009.

_____. 1989. Decreto n. 97.688, de 25 abr. Cria o Parque Nacional do Superagüi. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 abr. Disponível em: <www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1989/decreto-97688-25-abril-1989-448079-publicacao-1-pe.html>. Acesso em: Jun. 2010.

_____. 1996. Senado Federal. Parecer n. 276. *Diário do Senado Federal*, 29 maio. Documento impresso.

_____. 1997. Lei n. 9.513, de 20 nov. Amplia os limites do Parque Nacional do Superagüi. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 nov. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19513.htm>. Acesso em: Jun. 2010.

_____. 2000a. Lei n. 9.985, de 18 jul. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 jul. Disponível em: <www.ibama.gov.br/parna_itatiaia/download.php?id_download=158>. Acesso em: Maio 2008.

_____. 2000b. *Mensagem n. 967, de 18 de jul.* Vetos do SNUC. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/Mensagem_Veto/2000/Mv0967-00.htm>. Acesso em: Jul. 2009.

_____. 2002a. Lei n. 10.406, de 10 jan. Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 jan. Disponível em: <www.jucepa.pa.gov.br/downloads/docs/pdf/Novo_codigo_civil.pdf>. Acesso em: Jul. 2009.

_____. 2002b. Decreto n. 4.340, de 22 ago. Regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 ago. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: Maio 2008.

_____. 2003. *Recomendação PRM/SJC n. 01/03 - Meio Ambiente e Minorias/SOTC*. Recomendação do Ministério Público Federal ao Instituto Florestal relativa às áreas de proteção ambiental do litoral paulista. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/article/static/324>>. Acesso em: Jul. 2009.

_____. 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução normativa n. 29, de 06 dez. *Diário Oficial da União*, Brasília, 07 dez. Disponível em: <www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/wp-content/files/in_mma_29_2004.pdf>. Acesso em: Jul. 2008.

_____. 2005. Ministério do Meio Ambiente. Instrução normativa n.15, de 16 jun. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jun. Disponível em: <www.ibama.gov.br/rec_pesqueiros/legislacao.php?id_arq=123>. Acesso em: Jul. 2008.

_____. 2006a. Ibama. Portaria n. 45, 22 jun. Cria o conselho consultivo do Parque Nacional do Superagüi. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 jun. Disponível em: <http://ibama2.ibama.gov.br/cnia2/renima/cnia_antigo/lema/lema_texto/IBAMA/PT0047-220606.PDF>. Acesso em: Jun. 2010.

_____. 2006b. Decreto de 13 jul. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 jul. Disponível em: <http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/povos-e-comunidades-tradicionais/14_07_2006.pdf>. Acesso em: Jul. 2009.

_____. 2006c. Lei n. 11.428, de 22 dez. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 dez. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11428.htm>. Acesso em: Jul. 2008.

_____. 2007a. Decreto n. 6.040, de 07 fev. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 08 fev. Disponível em: <www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacao-institucional-e-parcerias/povos-e-comunidades-tradicionais1/decreto_6040_2007_pnpct.pdf/view>. Acesso em: Abr. 2008.

_____. 2007b. Câmara dos Deputados. Brasília, 11 set. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Número: 1474/07. *Debater do PDL n. 44, de 2007, e o Decreto Legislativo n. 4.887, de 2003, que tratam dos remanescentes das comunidades dos quilombos*. Disponível em: <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/comissoes/cdhm/notastaq/nt11092007.pdf>>. Acesso em: Jul. 2009.

_____. 2008. *Instrução normativa do Ibama n. 189, de 23 set.* Disponível em: <www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/wp-content/files/in_ibama_189_08.pdf>. Acesso em: Jun. 2010.

_____. 2009a. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Paranaguá. *Recomendação n. 03/2009*. Recomenda não prender em flagrante pescadores artesanais do litoral do Paraná. Documento em PDF. Não paginado.

_____. 2009b. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Paranaguá. *Procedimento administrativo n. 1.25.007.000085/2009-88*. Promoção de arquivamento da Recomendação n. 03/2009. Documento em PDF. Não paginado.

BRITO, M. de L. da S.; RANDO, J. A. G. 2003. *Fandango de mutirão*. Curitiba: Mileart.

CAIÇARA. 2008. Direção de Geraldo Pioli. Curitiba: Pioli Produções e Associação dos Fandangueiros do Município de Guaraqueçaba. Filme cinematográfico (54 min), color.

CAOP/MP/PR. 2009. Tribunal de Justiça do Paraná. *Esfera cível*. Disponível em: <www.meioambiente.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=186>. Acesso em: Jun. 2010.

CAPOBIANCO, J. P. ca1997. Parque Nacional do Superagüi tem limites ampliados. *Parabólicas*, ed. 36. Disponível em: <www.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao36/reportag/pg4a.html>. Acesso em: Jun. 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, M. 2009. Meio sem ambiente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. Caderno Mais! Entrevista. Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: Out. 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. 1999. *Populações tradicionais e conservação*. Disponível em: <www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/doc.htm> Acesso em: Maio. 2008.

CASTRO, L. 2008. A construção da Mata Atlântica. In: *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia: desigualdade na diversidade*. Porto Seguro. Brasília: ABA. Disponível em: <<http://201.48.149.88/abant/>>. Acesso em: Jun. 2008.

CENEVIVA, W. 1991. *Lei dos registros públicos comentada*. 7 ed. São Paulo: Saraiva.

CERTEAU, M. de. 2007 [1980]. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 13 ed. Petrópolis: Vozes.

CESAR, A. L. et al. 2003. Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação. In: LITTLE, P. (org.). *Políticas ambientais no Brasil*. São Paulo, Brasília: Peirópolis, IIEB. p. 133-165.

CPC/SEEC. 1985. *Ilha do Superagüi*. Disponível em: <www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=54>. Acesso em: Jul. 2009.

CRAPANZANO, V. 2005. A cena: lançando sombra sobre o real. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, p. 357-383.

CULTIMAR. s/d. *Recursos naturais na vida caiçara*. Material do Projeto Cultimar, encabeçado pelo Grupo Integrado de Aqüicultura e Estudos Ambientais da UFPR, patrocinado pela Petrobras e pelo Instituto HSBC Solidariedade.

CUNHA, L. H. O. 2003. Saberes patrimoniais pesqueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 7, p. 69-76, jan./jun.

CUNHA, L. H. O.; ROUGEULLE, M.D. et al. 2004 [1989]. *Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos*. O caso de Guaraqueçaba (Paraná). Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n. 3. São Paulo: Nupaub.

D'ANTONA, A. de O. 1997. *O verão, o inverno e o inverso*: sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Campinas. 248 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas.

DA MATTA, R. 1978. O ofício de etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'. In: NUNES, E. O. (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 23-48.

DANIEL, E. V. 1996. Violent measures, measured violence. In: *Charred lullabies*: chapters in an anthropography of violence. Princeton: University Press. p. 73-103.

DESCOLA, P. 2002. Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 93-112, dez.

DIEGUES, A. C. de S. 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática.

_____. 2000 [1994]. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec.

_____. (org.). 2000. *Etnoconservação*: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec.

_____. (org.). 2004. *Enciclopédia Caiçara*. Vol. 1 O olhar do pesquisador. São Paulo: Nupaub/CEC, Hucitec.

_____. (org.). 2006. *Enciclopédia Caiçara*. Vol. 5 Festas, lendas e mitos caiçaras. São Paulo: Nupaub/CEC, Hucitec.

DIEGUES, A. C. S.; NOGARA, P. J. 1999. *O nosso lugar virou parque*. São Paulo: Nupaub, USP.

DIVINO. 2008. Direção de Lia Marchi e Maurício Osaki. Curitiba: Olaria Projetos de Arte e Educação. 1 DVD (28 min), color.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. 2006. *O mundo dos bens*: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

DUMONT, L. 1992 [1966]. *Homo hierarchicus*. São Paulo: Edusp.

DUNKER, P. (org.). 2007. *O caiçara se revela no município de Cananéia*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica.

DURKHEIM, E. 2003 [1897]. *O suicídio*. São Paulo: Editora Martin Claret.

ESCOBAR, A. 2005. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. p.133-168.

FABIAN, J. 1983. *Time and the Other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.

FACHIN, L. E. 2005. *Comentários ao novo Código Civil*. Vol. XVIII: do direito de família, do direito pessoal, das relações de parentesco. Rio de Janeiro: Forense.

FAVRETTO, V. 2009. Ilha dividida. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 mar. Vida e cidadania, p. 4.

FOLADORI, G.; TAKS, J. 2004. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*, Rio de Janeiro, vol.10, n. 2, p. 323-348.

FOX, R. 1986. Parentesco, família, filiação. In: *Parentesco e casamento: uma perspectiva antropológica*. Lisboa: Vega. p. 29-61.

FUCHS, F. C. 2010. Cataia curtida, o uísque caíçara. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 31 jan. Caderno Verão. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/verao/conteudo.phtml?id=968950>. Acesso em: Fev. 2010.

GAZETA DO POVO. 2006. *Superagüi, ilha marcada pela tragédia*. Curitiba, 22 abr. Expedição Coração Paraná. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/superagui/message/149>>. Acesso em: Out. 2009.

GEERTZ, C. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora.

GODOI, E. P. 1998. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMAYER, A. M. de; GODOI, E. P. (org.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras. p. 97-131.

_____. 1999. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp.

GRAMANI, D.; CORRÊA, J. 2006. Naquele tempo, no tempo de hoje: um panorama do fandango no litoral norte do Paraná e sul de São Paulo. In: PIMENTEL, A.; GRAMANI, D.; CORRÊA, J. (org.). *Museu vivo do fandango*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé. p. 21-36.

HAESBAERT, R. 2007. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

IBAMA. 2006a. *Ata 02 reunião março 06-1.doc*. Ata da reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parna do Superagüi. Guaraqueçaba, mar. 14.699 caracteres. Microsoft Word.

_____. 2006b. *ATA 22.08.2006.doc*. Ata da reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parna do Superagüi. Guaraqueçaba, ago. 18.348 caracteres. Microsoft Word.

ICMBIO. 2008. *Relatório sobre unidades de conservação*. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/07082008_apresentacao_icmbio.pdf>. Acesso em: Jul. 2008.

_____. 2009. *Ata 3 e 4 abril 2009.doc*. Ata da reunião ordinária conjunta dos conselhos consultivos da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba - Conapa e do Parque Nacional do Superagüi - Conparna. Guaraqueçaba, abril. 29.797 caracteres. Microsoft Word. Não paginada.

IPARDES. 2001. *Zoneamento da APA de Guaraqueçaba*. Curitiba: Ipardes.

ISA. 2008-2010. *Manchetes socioambientais*. Disponível em: <www.isa.org.br>. Acesso em: Jun. 2010.

ISA et al. 2001. *Dossiê Mata Atlântica 2001*. Disponível em: <www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/54.pdf>. Acesso em: Ago. 2008.

JACINTO, A. B. M. 1998. *Afluentes de memória: itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Campinas. 179 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas.

LATOURET, B. 2004 [1999]. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC.

LEACH, E. R. 1971. *Pul Eliya, a village in Ceylon: a study of land tenure and kinship*. Cambridge: University Press.

_____. 1974. Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo. In: *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva. p. 191-209.

LEIS, H. R.; VIOLA, E. 1996. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: LEIS, H. R. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo, Blumenau: Gaia, Fundação Universidade de Blumenau. p. 89-112.

LÉVI-STRAUSS, C. s/d [1955]. A estrutura dos mitos. In: *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 237-265.

_____. 1976 [1962]. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papirus.

_____. 1993 [1960]. O campo da antropologia. In: *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 11-40.

LITTLE, P. E. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, n. 322.

_____. 2006. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun.

LOBÃO, R. J. da S. 2005. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: o uso das categorias tempo e espaço no processo de produção de verdades e administração de conflitos socioambientais*. In: I Congreso Latinoamericano de Antropología, Rosario. Texto de comunicação oral.

_____. 2006a. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. Brasília. 313 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

_____. 2006b. *Reservas extrativistas: de política pública à política do ressentimento?* In: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia - Saberes e práticas antropológicas: desafios para o século XXI, Goiânia. Texto de comunicação oral.

KASSEBOEHMER, A. L. 2007. *Restrições e impactos da legislação ambiental aplicada no município de Guaraqueçaba - Paraná*. Curitiba. 144 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná.

MALDONADO, S. C. 1986. *Pescadores do mar*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática.

_____. 1993. *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2 ed. São Paulo: AnnaBlume.

MALHEIROS, H. Z. 2008. *Avaliação da pesca de arrasto do camarão-sete-barbas (Xiphopenaeus kroyeri) em comunidades do entorno do Parque Nacional do Superagüi - Paraná*. Curitiba. 123f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Costeiros e Oceânicos, Universidade Federal do Paraná.

MALINOWSKI, B. 1988. Baloma: os espíritos dos mortos nas Ilhas Trobriand. In: *Magia, ciência e religião*. Lisboa: Edições 70. p. 155-272.

MARCHI, L.; SAENGER, J.; CORRÊA, R. (org.). 2002. *Tocadores*. Curitiba: Palloti.

MARTINS, P. 2006. *Um divertimento trabalhado: prestígios e rivalidades no fazer fandango da Ilha dos Valadares*. Curitiba. 134 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná.

MAUSS, M. 1993 [1967]. *Manual de etnografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

_____. 2003 [1906]. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify. p. 423-505.

MCCORMICK, J. 1992 [1989]. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

MDS. 2007. *Resolução nº 001 2007 Da publicidade às diretrizes.doc*. Diretrizes para implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Comunidades Tradicionais. Aguardando publicação no Diário Oficial da União. Brasília, ago. 40.093 caracteres. Microsoft Word. Não paginado.

_____. 2008. *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais*: antecedentes. Disponível em: <www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacao-institucional-e-parcerias/povos-e-comunidades-tradicionais-1/antecedentes-da-pnpct.pdf/view>. Acesso em: Abr.

_____. 2009. *Balanço Preliminar_31_03 versão final.doc*. Balanço Preliminar das Ações para Povos e Comunidades Tradicionais - 2008. Brasília, mar. 23.487 caracteres. Microsoft Word.

MORGAN, L. 1976 [1897]. *A sociedade primitiva*. Vol. 1. 2 ed. Lisboa: Presença.

MÜELLER M. et al. s/d. *Análise das variações da linha de costa nas margens do Mar do Ararapira*. Relatório de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geologia, Laboratório de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Paraná. 10.680 caracteres. Microsoft Word. Não paginado.

MÜLLER, M. E. J. 2007. *Análise das variações da linha de costa nas margens do Mar do Ararapira como subsídio ao planejamento do uso e ocupação*. Curitiba. 59 f. Monografia de Graduação do Curso de Oceanografia, Universidade Federal do Paraná.

MUNIZ, R. J. s/d, a. *História de Barra de Ararapira*. Manuscrito nativo. Não paginado.

MUNIZ, J. C. s/d, b. *Terço cantado*: uma manifestação de fé da cultura caiçara. Levantamento histórico. Guaraqueçaba. 24.495 caracteres. Microsoft Word. Não paginado.

_____. s/d, c. *Uma romaria do Espírito Santo*. Documento em pdf. Não publicado.

_____. s/d, d. *Bom Jesus dos Perdões*: Guaraqueçaba. Documento em pdf. Não publicado.

_____. 2008. *Vila de Ararapira - desenvolvimento e abandono*: um estudo a partir da memória oral de ex-moradores. Paranaguá. 82 f. Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura em História, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

_____. 2009. *Da mandioca à farinha*: pirão, biju e cuscuz. Disponível em: <<http://informativo-nossopixirum.blogspot.com/2009/09/da-mandioca-farinha-pirao-biju-e-cuzcuz.html>>. Acesso em: Nov. 2009.

MUSSOLINI, G.1980. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. In: *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 219-239.

NIEZEN, R. 2003. *The origins of indigenism*: human rights and politics of identity. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.

O GLOBO. 2008. *Novo presidente do Instituto Chico Mendes promete mais servidores em áreas protegidas*. Rio de Janeiro, 31 jul. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/07/31/novo_presidente_do_instituto_chico_mendes_promete_mais_servidores_em_areas_protegidas-547503045.asp>. Acesso em: Jul. 2008.

O SÁBIO E O BARQUEIRO. 2007. *Memoria Media*. Portugal: Sapo Vídeos. Sofia, dos Contabandistas, conta um caso entre a cultura prática e a erudita. Aprox. 3 min. Disponível em: <<http://videos.sapo.pt/9dHzMBvJIYSJz9sGSOL5>>. Acesso em: Abr. 2010.

PARESCHI, A. C. 1997. *Realismo e utopia: o trabalho de formigas em um mundo de cigarras*. Brasília. 195 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

PEIRANO, M. 1975. *Proibições alimentares numa comunidade de pescadores: Icará, Ceará*. Brasília. 165 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

PEIRCE, C. S. 1955. The principles of phenomenology. In: BUCHLER, J. (org.). *Philosophical writings of Peirce*. New York: Dover Publications. p. 74-97.

_____. 1993 [1934]. Classificação dos signos. In: *Semiótica e filosofia: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce*. 9 ed. São Paulo: Editora Cultrix. p. 93-114.

PIMENTEL, A.; GRAMANI, D.; CORRÊA, J. (org.). 2006. *Museu vivo do fandango*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé.

PIRES, S. M. s/d. *Tempo e maré*. Manuscrito nativo. Não paginado.

PISSOLATO, E. 2007. *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora UNESP, ISA, NuTI.

RAMOS, A. R. 1998. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press.

_____. 2004. *Pulp fictions del indigenismo*. In: GRIMSON, A. et al. (org.). *La antropologia brasileña contemporánea: contribuciones para un diálogo latinoamericano*. Buenos Aires: Prometeo Libros, ABA. p. 357-390.

_____. 2008. Uma crítica da (des)razão indigenista. *Anuário Antropológico/06*, Rio de Janeiro, p. 69-115.

REIS, E. P. 1998. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. In: *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa. p. 67-90.

RIBEIRO, G. L. 1992. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Série Antropologia*, Brasília, n. 123.

RÖSLER (ex-CZAJKOWSKI), S. 2006. *O uso de cartas-imagem e cartas temáticas para gestão participativa do Parque Nacional do Superagüi*. CNPq n. 151343/2005-5: Pós-Doutorado Júnior - PDJ; Programa Especial de Ciências Ambientais; Programa Interdisciplinar de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR. Ago. 51 p. Relatório técnico final.

ROTHEN, L. de P. 2003. *A vida na Barra: etnografia de uma comunidade de pescadores do litoral norte do Paraná*. Curitiba. 133 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná.

SAHLINS, M. 1999. Two or three things that I know about culture. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 5, n. 3, p. 399-421, set.

_____. 2003 [1985]. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar.

SÃO PAULO. 1998. Secretaria do Meio Ambiente. *Lei n. 10.019, de 03 jul.* Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://homologa.ambiente.sp.gov.br/ger_costeiro/lei_n10019.htm>. Acesso em: Abr. 2010.

SAUTCHUK, C. E. 2007. Topar, arpoar: a relação com o pirarucu. In: *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Brasília. 402 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília. p. 105-123.

SCHERER, E. 1988. *Michaud, o pintor de Superagüi*. Curitiba: Imprensa Oficial.

SCHIOCCHET, L. A. 2005. *O que o homem proíbe na terra, Deus traz pelo mar: conhecimento, conflito e mito na vila da Barra do Superagüi*. Brasília, 184 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

SCHNEIDER, D. M. 1968. *American kinship: a cultural account*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs.

SCINOCCA, A. P. 2008. 'Dá vontade de pular sem parapente', diz Minc sobre reservas. *Agência Estado*, São Paulo, 08 jul. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/geral,davontade-de-pular-sem-parapente-diz-minic-sobre-reservas,202461,0.htm>. Acesso em: Jul. 2008.

SETTI, K. 1985. Música e religião. In: *Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caçara paulista e de sua produção musical*. São Paulo: Ática. p. 231-272.

SHUA, A. M. (org.). 2005. O sábio e o barqueiro. In: *O livro da sabedoria judaica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. p. 157.

SILVA, G. O. da. 1989. *Tudo que tem na terra tem no mar*: a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Funarte, Instituto Nacional do Folclore.

SOUSA, S. A. M.; SOUZA, M. J. N. de. 2009. Política ambiental e conservação da natureza no Brasil: do código florestal ao SNUC. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba. FBPN: Curitiba. CD-ROM.

TAMBIAH, S. 1985 [1973]. Form and meaning of magical acts. In: *Culture, thought and social action*. Harvard: University Press. p. 60-86.

_____. 1985. A performative approach to ritual. In: *Culture, thought and social action*. Harvard: University Press. p. 123-166.

TERRA DO MAR. 1997. Direção de Eduardo Caron e Mirella Martinelli. San Francisco, CA: Bad Company Film Prod. 1 DVD (81 min), color.

TURNER, V. 1974. Social dramas and ritual metaphors. In: *Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca, London: Cornell University Press. p. 23-59.

VELHO, O. G. 1976. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL.

VIANNA, L. P. 2008. *De invisíveis a protagonistas*: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, Fapesp.

VIVEIROS DE CASTRO, E. 2002. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 1, p. 113-148.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. da S. 2004. *Gente das areias*: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá, RJ - 1975 a 1995. Niterói: EdUFF.

VON BEHR, M. 1997. *Guarakessaba, Paraná, Brasil*: passado, presente e futuro. São Paulo: Empresa das Artes.

WEBER, M. 1982 [1904]. A “objetividade” do conhecimento das ciências sociais. In: COHN, G. (org.). *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática. p. 79-127.

WEST, P. et al. 2006. Parks and peoples: the social impact of protected areas. *Annual Review of Anthropology*, vol. 35, p. 251-277, jun.

WOORTMANN, E. F. 1992. Da Complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 7, n. 18, p. 41-61, fev.

_____. 1995. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo, Brasília: Hucitec, Edunb.

_____. 1998. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In: NIEMAYER, A. M. de; GODOI, E. P. (org.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras. p. 167-200.

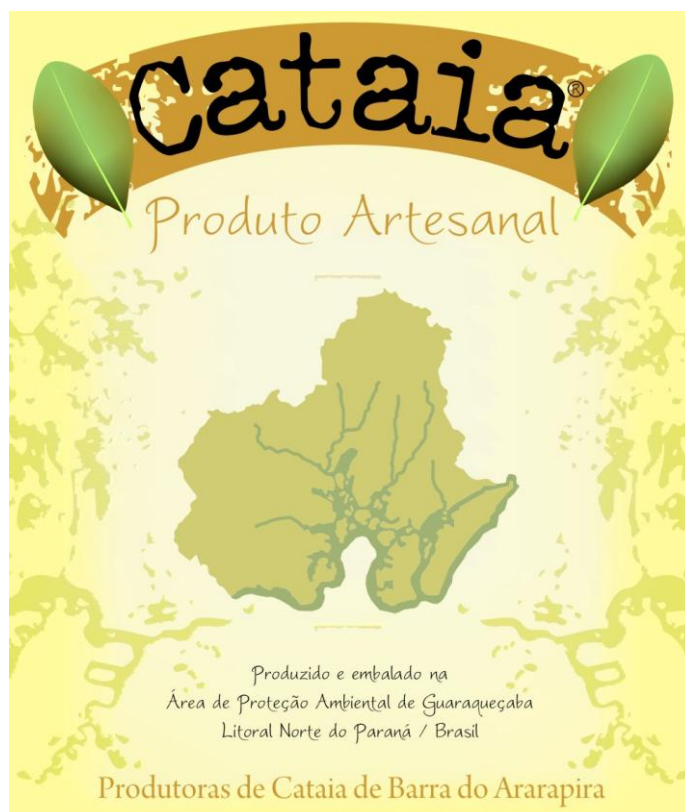
WOORTMANN, K. 1986. Um único filho não é filho. *Humanidades*, Brasília, ano III, p. 51-59, ago./out.

_____. 1990. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* 87, Brasília, p. 11-73.

ANEXOS

ANEXO 1 - RÓTULO DA CATAIA

(Produção Gráfica e de Texto: Lilith e Maristela Marangon - NIPASE/UFPR)



ANEXO 2 - “SUPERAGÜI, ILHA MARCADA PELA TRAGÉDIA”

(GAZETA DO POVO, 2006)

Superagüi, ilha marcada pela tragédia

Em meio à tranqüilidade do Parque Nacional, um assassinato transforma a vida na Barra do Arapira, num mar de ressaca e vingança

Gazeta do Povo, 22/04/2006, Expedição Coração Paraná

Feriado de Páscoa na Ilha de Superagüi. O sol forte que brilhara o dia todo num céu de poucas nuvens, começava a se despedir, lembrando o verão que já passou. Era tarde de sexta-feira quando o astro poente caiu atrás da Ilhas das Peças, formando um dos mais belos cartões-postais do litoral paranaense. A previsão do tempo alertava: uma forte frente fria estava por vir. Mas na vila de Superagüi, nem sinal de qualquer agitação por parte da comunidade caíçara. A tranqüilidade continuava inalterada, poucos turistas, crianças brincando na areia, voluntários de ONGs com suas pranchetas de pesquisas, mulheres nativas limpando camarão, ventos e mar calmo. Ninguém poderia imaginar que aquela paisagem se transformaria num cenário absurdo e surreal de matadores entocados, cachaça medicinal, mar de ressaca, ventos intensos e assassinato!

Superagüi é uma ilha artificial, criada com a abertura do Canal do Varadouro, na década de 40, para que houvesse uma ligação pela baía até a região de Cananéia - SP. Em 1989, ela foi declarada Parque Nacional, onde apenas a Vila de Superagüi ficou fora dos limites do parque. A ilha faz parte do complexo estuário Lagamar entre Iguape e Paranaguá, uma das regiões mais importantes do país em termos de biodiversidade. Inclui restingas, mangues, canais de rios, elevações isoladas, praias desertas, além de diversas trilhas ecológicas e exuberante Mata Atlântica. Abriga algumas espécies de animais raros ou em extinção, como o papagaio chauá, o mico leão de cara preta e o jacaré de papo amarelo. Riqueza encontrada também na sua fascinante história, marcada pela presença do aventureiro alemão Hans Staden, que naufragou na ilha em 1549; e a vinda do pintor suíço Willian Michaud por volta de 1850, onde morou desde os vinte anos, casando-se com uma nativa e espalhando nove filhos e uma filha pelas ilhas adjacentes.

Passados 17 anos desde sua importante criação, o Parque Nacional de Superagüi ainda não possui um plano de manejo, prejudicando principalmente as comunidades que vivem dentro desta área e sofrem com as restrições impostas pelo Ibama. A Barra do Arapira é a maior delas, localizada no extremo norte da ilha, divisa do Paraná com o estado de São Paulo. O local de características únicas, fica no encontro das águas avermelhadas do canal com o agitado mar que banha a Praia Deserta, formando uma belíssima mistura de cores e contrastes. Seu Rubens Muniz, 59 anos, líder da comunidade, nasceu no vilarejo e sempre lutou para preservar o

local, ajudando também na implantação do Parque Nacional. "Atualmente, o Ibama mais atrapalha do que ajuda. Conseguimos que a Brasil Telecom instalasse linhas de telefone fixo para a população, mas nada saiu do papel porque faltou autorização do instituto". Selma Cristina Ribeiro, chefe do Ibama no Parque Nacional de Superagüi, explica que está tentando formalizar um termo de compromisso com a comunidade, definindo a aplicação de um plano diretor. "O problema é a parte jurídica do Ibama e o Ministério Público, que nos acusa em legislar por conta própria".

Enquanto o impasse não é solucionado, Barra de Ararapira continua isolada, sem energia elétrica, onde 70 famílias vivem basicamente da pesca. Mesmo com todas as dificuldades, Seu Rubens construiu uma pousada e um bar para atender os poucos turistas que aparecem por lá. "A maioria são paulistas que vem da Ilha do Cardoso, atrás das folhas de cataia", conta ele. A planta, que na linguagem Tupi quer dizer "folha que queima", é mais conhecida pelos nativos do litoral como uma bebida preparada à base da própria erva. "É o uísque caiçara", explica Seu Rubens. Apesar de ser uma planta comum no litoral norte do Paraná e no Vale da Ribeira, apenas as folhas nativas de Ararapira são boas para serem curtidas na cachaça, gerando uma cor forte e gosto marcante. "Meus pais já usavam a cataia para fazer chá, curar resfriados, azia. Em 1985, achei ela cheirosa e resolvi colocar na pinga. Os amigos experimentaram, gostaram e a invenção acabou se espalhando". Além de aroma único, parecido com uma canela amarga, a cataia reduz a acidez da cachaça, tornando a bebida mais suave a partir do segundo gole. "Ela fica boa mesmo é com cachaça barata", garante o dono do bar.

Para chegar até a longínqua Barra do Ararapira é necessário ter no mínimo, espírito de aventura. A melhor opção é circundar a Ilha de Superagüi por dentro da baía, percorrendo o Canal do Varadouro. Pelo mar aberto, a viagem é mais curta, mas nem sempre segura por causa dos traiçoeiros bancos de areia. A mais econômica e desafiadora é, sem dúvida, percorrer os 38 quilômetros da Praia Deserta a pé ou de bicicleta. Por causa dos pesados equipamentos, a Expedição optou alugar uma charrete na Vila de Superagüi, viagem que durou mais de 4 horas de sábado até Barra do Ararapira, desvendando situações até então inimagináveis. No caminho solitário pela Praia Deserta, um dos poucos sinais de civilização é a antiga casa de Seu Ilídio, falecido no ano passado, que agora virou área de camping tocada pelo seu filho Carlinhos. Segundo os moradores de Ararapira, Ilídio faleceu por complicações depois de levar dois tiros do "vizinho" Antônio Dias, temido e conhecido por todos como "o matador" da ilha.

Antônio Dias mora quase no final da Praia Deserta, numa fazenda com grandes casuarinas plantadas, que podem ser vistas de longe. Vive isolado com a mulher, filhos e netos. João Pires, pescador de Ararapira e cunhado de Antônio Dias, conta que quando sua irmã deixou de ter idade para gerar filhos, o "matador" obrigou a própria filha a ter relações sexuais com ele. "O homem já possui quatro filhos-netos com ela", conta João. Por não ter medo de nada, Antônio Dias costuma jurar seus desafetos de morte. Quem pesca na frente de sua casa geralmente é recepcionado com tiros de espingarda. Até a Selma, chefe do Ibama

no parque, foi ameaçada quando disse que gostaria de cortar as árvores exóticas da fazenda. Já turistas e pessoas que não conhece, Seu Dias costuma ser hospitaleiro e de bom papo. Os jurados da Barra do Ararapira que precisam ir a Superagüi, atravessam a praia apenas à noite ou armados até os dentes. Durante o dia, é comum encontrar as crianças na praia, que se comportam como "pequenos espiões", avisando o pai-avô se algum jurado aparecer em frente de casa. Uma família condenada pelo sangue.

Tenebroso domingo

Barra do Ararapira amanheceu escura, chuvosa e gelada. A frente fria chegara causando tédio e apatia naquele domingo de Páscoa. Pelo rádio-amador, vem à tona uma notícia ainda mais obscura: Jackson Martins das Neves, 18 anos, havia sido assassinado na vila de Superagüi. O principal suspeito era Jair, filho de Antonio Dias, que dera uma facada certeira no coração do rapaz. Na noite de sábado, logo depois da missa, Jackson e mais dois amigos saíram de Ararapira de bicicleta com destino a Superagüi, para curtir a agitação da noite local. Mesmo com seu pai implorando para não ir, Jackson resolveu ir ao encontro de seu destino. Era sabido que seu meio-irmão morava na vila e tinha dado uma surra num dos filhos de Antonio Dias no último carnaval. O suficiente para qualquer um da família ser jurado de morte.

Nunca tinha acontecido tal tragédia na Barra do Ararapira. O sofrimento dos familiares do rapaz assassinado contrastava com a indignação e fúria do resto da comunidade. "Se a polícia dessa vez não fizer nada, vamos ter que tomar uma providência", conta João Pires, que custava a acreditar no ocorrido. Naquele momento de dor, era iminente a chance de estourar uma guerra pela Praia Deserta, na tentativa da comunidade fazer justiça com as próprias mãos. A natureza também mostrava seu descontentamento, almejando ventos intensos que deixaram o mar revoltado e irreconhecível. À tarde, quando a maré subiu, ondas invadiram o vilarejo levando consigo pedaços de terra e condenando o bar do Seu Rubens, construído há pouco tempo. Parecia um castigo para toda Ararapira, que vivia sua Paixão de Cristo aterrorizada por uma ilha jurada de sangue e impunidade.

ANEXO 3 - “CATAIA CURTIDA, O UÍSQUE CAIÇARA”

(FUCHS, 2010)

Fotos: Antonio Costa/Gazeta do Povo



Mulheres da associação são responsáveis por extrair as folhas de cataia na Barra do Ararapira, a 40 Km da Vila do Superagui

Cataia curtida, o uísque caiçara

Planta encontrada na Barra do Ararapira, no Parque Nacional de Superagui, deixa a cachaça com um gosto especial e conquista apreciadores

31/01/2010 | 00:12 | Franco Caldas Fuchs, especial para a Gazeta do Povo

Um arbusto encontrado no Parque Nacional do Superagui, em Guaraqueçaba, é a base de uma bebida conhecida como o uísque caiçara. A cataia, cujo nome em tupi-guarani significa “folha que queima”, é o ingrediente capaz de transformar a pinga em um líquido da cor do uísque, tão precioso quanto um bom scotch.

Mesmo sem ser vendida em larga escala, pela dificuldade de obtenção – a planta é encontrada em uma faixa de terreno alagado e de difícil acesso na Barra do Ararapira, a 40 quilômetros de Superagui –, a bebida ganha novos admiradores a cada dia. Quem vai a Guaraqueçaba ou à Vila de Superagui e prova a bebida não se esquece mais. Foi assim com o médico veterinário Reinaldo Zaleski, 28 anos, de Curitiba. “Conheci a cataia em 2001, na primeira vez que visitei Superagui. Experimentei ao som de um bom fandango”, recorda.



Rubens Muniz diz ser o primeiro a pôr cataia e cachaça na mesma garrafa

Arbusto também é usado como remédio

São muitas as propriedades curativas atribuídas à cataia, planta conhecida cientificamente como *Pimenta pseudocaryophyllus*.

A planta é utilizada tanto para cicatrizar ferimentos, como para tratar problemas estomacais, como azia, diarreia e dor de estômago. Há também quem diga que ela é um santo remédio para combater a impotência sexual. Sem falar do uso culinário. “Tem muita gente que gosta de temperar alimentos, doces ou salgados, com a cataia. Ela pode entrar no feijão, por exemplo, substituindo a folha de louro”, conta Shirlei Pinto, integrante da Associação das Mulheres da Barra do Ararapira.

No intuito de investigar as características da planta, o professor de Bioquímica da Universidade Federal do Paraná no Litoral (UFPR-Litoral) Rodrigo Vassoler Serrato iniciou um projeto de pesquisa sobre a cataia no fim do ano passado. “A intenção é avaliar as propriedades medicinais da planta. O que já se sabe é que ela é rica em um composto como o eugenol, substância antiséptica e anestésica muito utilizada na fabricação de pastas de dente”, afirma Serrato.

Desde então, Zaleski sempre tem uma garrafa em casa, preparada por ele mesmo com as folhas que traz a cada visita ao Superagui. “O sabor e o frescor são únicos. Por isso é bom bebê-la pura, sem gelo. Só que é preciso saber tomar, senão você cai. O segredo é tomar de bicadinha”, aconselha. A bebida tem teor alcoólico variando entre 20% e 40%, dependendo do preparo.

Outro apreciador da cataia é o engenheiro agrônomo Carlos Campos, que trabalha em Guaqueçaba há 5 anos. Desde que aprendeu a receita na Barra do Ararapira, Campos passou a fazer experimentações, curtindo a cataia na tradicional cachaça de Morretes, na vodca, no steinhager, no conhaque e até no uísque. “A planta fica bem com quase todos os destilados. Sem falar que, misturada ao mel de jataí ou com limão, também fica excelente”, conta o agrônomo, que mantém uma produção artesanal em casa. “Tive de aumentar a produção para atender aos amigos. Eles sempre fazem a limpa no meu estoque”, revela.

Origem

Pela proximidade com a Ilha do Cardoso (SP), onde também há cataia, a origem da bebida é reivindicada igualmente pelo Litoral paulista. A discussão termina, porém, quando chega aos ouvidos de Rubens Muniz, 63 anos. Nascido e criado na Barra do Ararapira, onde tem uma pousada e restaurante, Muniz é categórico em afirmar que foi ele quem teve a ideia de misturar cataia e cachaça na mesma garrafa. “Nossos antepassados já usavam o chá da planta para tratar azia, má digestão e muitas outras coisas. Até que, em 1985, resolvi experimentá-la na pinga. E deu certo”, relata.

Hoje há um bom número de pessoas preparando a cataia por conta própria e é possível encontrar algumas garrafas com rótulos das cidades paulistas de Cananeia e Ilha Comprida. Mas quem quiser experimentar a legítima cataia engarrafada em Superagui pode procurar por Edna Aparecida Santana, nora do seu Muniz. Ela preside a Associação de Mulheres da

Barra do Ararapira, grupo que passou a comercializar o uísque caiçara como forma de complementar a renda familiar – atividade apoiada pela prefeitura de Guaraqueçaba e pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater-PR). “Colhemos a planta no meio do mato, o que fazemos com muito cuidado. Diferente de muita gente que vem aqui, arranca quase a árvore inteira e vai embora”, desabafa Edna, denunciando a extração predatória.

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a extração de cataia no Parque Nacional do Superagui fica restrita à comunidade do Ararapira e em caráter excepcional. “Em uma unidade de proteção integral como Superagui é claro que o uso dos recursos naturais é vedado. Mas entendemos que o uso da cataia por essa comunidade tradicional não traz prejuízo ao ambiente e assegura um retorno econômico a eles”, diz Marcelo Bresolin, chefe do Parque Nacional do Superagui.

* * * * *

Serviço

A bebida engarrafada pelas Produtoras de Cataia da Barra do Ararapira é vendida a R\$ 15 o litro em diversos estabelecimentos de Guaraqueçaba e diretamente na Barra do Ararapira. Informações na Pousada Izamar, telefone (41) 3852-1181. Na Vila do Superagui também há diversos estabelecimentos que vendem cataia, como o Bar e Pousada Akdov, telefone (41) 3482-7158.

**ANEXO 4 - CARTÃO DE VISITAS DO GRUPO DE MULHERES DE
BARRA DE ARARAPIRA**

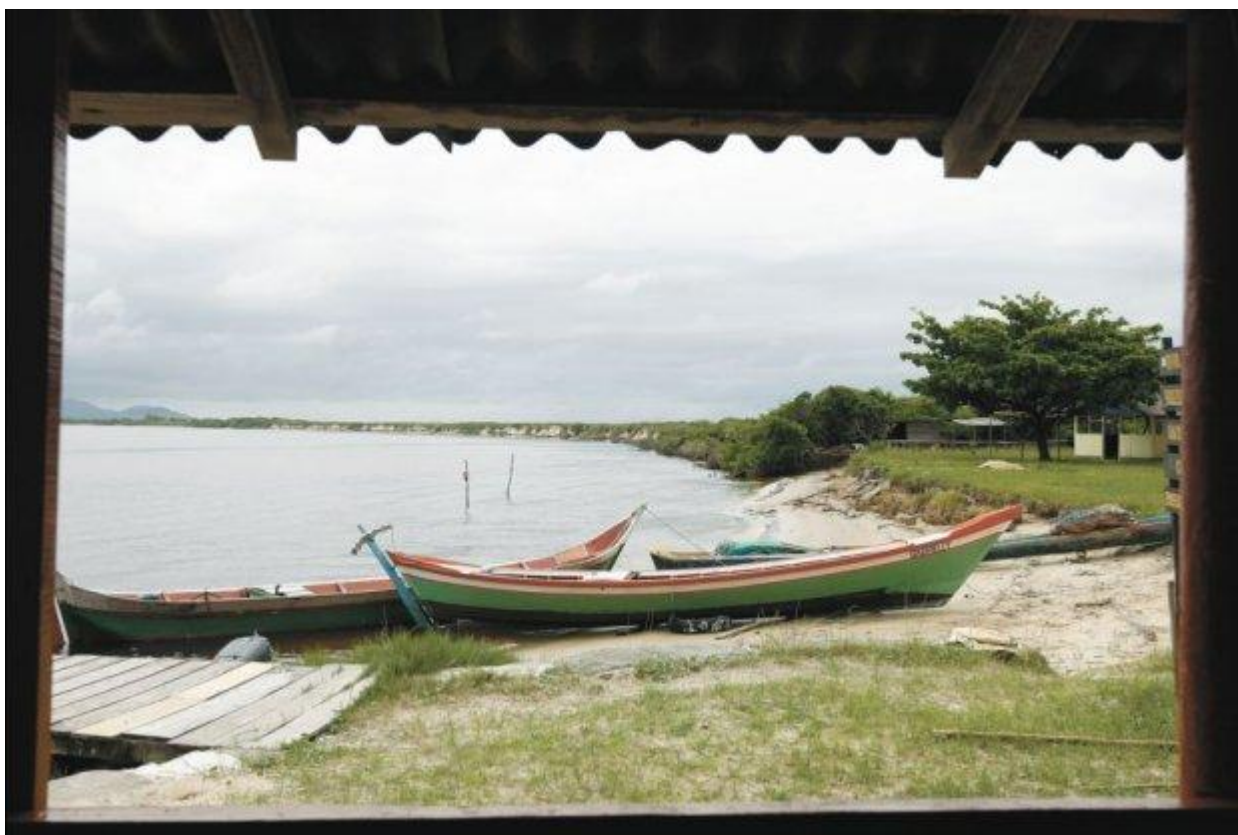
(Produção Gráfica: Lilith Marangon - NIPASE/UFPR)



ANEXO 5 - “ILHA DIVIDIDA”

(FAVRETTO, 2009)

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



Vista da Enseada da Baleia, na Ilha do Cardoso: trecho, pertencente a São Paulo, pode passar para o território paranaense por força da erosão

Meio ambiente

Ilha dividida

Parte da Ilha do Cardoso, na divisa de São Paulo com o Paraná, deve se desprender até 2014

Publicado em 15/03/2009 | Viviane Favretto, enviada especial

Enseada da Baleia - No dia 4 de abril vai ter festa na comunidade de Enseada da Baleia, na Ilha do Cardoso, que fica no estado de São Paulo, divisa com o Paraná. Antônio Cardoso, conhecido como Malaquias, vai comemorar 50 anos de casamento. Todos eles vividos lá, no mesmo lugar. Mas pode ser que essa história de amor continue em outro cenário nos

próximos anos. As sete famílias da comunidade, todas formadas pelos descendentes de Malaquias, vivem num ponto da ilha que está prestes a passar por um fenômeno natural que nunca ocorreu na região nos últimos mil anos, diz o professor do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Rodolfo José Angulo. A ponta da ilha, com uma extensão de seis quilômetros, deve se desprender em consequência da erosão provocada pelo Canal do Ararapira. O rio separa o Parque Estadual da Ilha do Cardoso do Parque Nacional do Superagui, no Paraná.

Esse é o tema da dissertação de mestrado do oceanógrafo Marcelo Eduardo José Müller, 25 anos, aluno do Mestrado em Geologia do Laboratório de Estudos Costeiros do Departamento de Geologia da UFPR. Ele explica que o Canal do Ararapira vem provocando uma erosão constante e, com isso, a linha de costa está cada vez mais estreita nesse ponto da ilha. Em dezembro do ano passado, essa parte mais fina tinha 21 metros de largura, enquanto em 1980 eram 100 metros. Müller – que já tratou desse assunto na monografia da graduação em Oceanografia na UFPR – explica que a previsão é de rompimento em 2012, com a possibilidade de ser dois anos antes ou dois anos depois.

Fotos: Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



Malaquias, morador da ilha há 58 anos: futuro incerto

O que muda

O fenômeno nessa área de Mata Atlântica terá implicações na geografia da região e na vida das comunidades que vivem da pesca e do turismo. A partir do rompimento, explica o oceanógrafo, o Canal do Ararapira vai passar a desembocar no mar seis quilômetros ao norte do local em que desemboca hoje. Os pescadores que vivem na Vila de Barra do Ararapira, em Superagui, terão sua rotina alterada. Os que pescam na desembocadura terão de ir para outro lugar se quiserem manter sua forma de pescar. Já os que buscam o peixe mar afora terão um custo maior com óleo diesel para sair e voltar pela barra, tornando a pescaria ainda menos rentável. Além disso, o canal navegável que dá acesso à comunidade poderá ser assoreado, prejudicando o principal acesso à Vila de Barra do Ararapira.

Quando o Canal do Ararapira deixar de seguir até a ponta em que ele desemboca hoje, a tendência é de que essa passagem se feche, ou seja, a área que vai se desprender irá se juntar ao Parque Nacional do Superagui, prevê Müller. De acordo com o professor Angulo, orientador do oceanógrafo, trata-se de uma área de 180 hectares.

Mudança

Quem está do lado de São Paulo tem dúvidas a respeito do seu destino. Malaquias conta que já foi procurado pela direção do Parque Estadual da Ilha do Cardoso para discutir a mudança das famílias que vivem na Enseada da Baleia para outro local, mas nada foi definido. Depois de 58 anos morando na comunidade, Malaquias admite que terá de sair porque as consequências do fenômeno podem ser perigosas para quem vive perto do ponto em que a ilha deve romper.

Ele não é nenhum estudioso do assunto, mas sua experiência de homem do mar confirma o que as pesquisas de Müller e do professor Angulo apontam. O pescador conta que vem observando o estreitamento da ilha há pelo menos 25 anos.

“Não tem como parar”, aposta Feliciano da Cunha, 58 anos, morador de Pontal do Leste, comunidade em que vivem 16 famílias. Tranquilo, ele garante que está encarando todo esse processo com naturalidade, mas não faz questão de grandes mudanças: “Quem perde a tradição, perde tudo”.

Depois de 39 anos vivendo no mesmo local, seu único temor é deixar de pertencer ao estado de São Paulo e passar a ser paranaense. Segundo ele, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso é muito bem organizado. Os moradores da região acreditam que a divisa dos dois estados é feita pelo Canal do Ararapira e sua desembocadura. Como ele deve mudar de lugar, quem vive na área que vai se desprender passaria para o território paranaense.

Impasse

Se depender da legislação vigente, não há esse risco. Quem defende a tese está baseado na Lei 7.525, de 1986, que trata da indenização que a Petrobras deve pagar aos municípios e estados pela exploração de poços de petróleo marítimos. A lei diz que a definição da divisa dos estados está baseada em uma “linha geodésica ortogonal à costa”, ou seja, uma linha perpendicular (90°), em direção ao mar, independente de marcos geodésicos, e sim da linha de praia.

Apoiado nessa lei, Sérgio Augusto Kalil, professor de Direito Constitucional da Universidade Positivo e da FAE Centro Universitário, afirma que as modificações geográficas não implicam em mudança de fronteira. A posição é compartilhada pelo geólogo Paulo César Soares, professor aposentado da UFPR. Segundo ele, a divisa é definida por coordenadas e não pelo Canal do Ararapira.

Mas a lei não convence a todos. O oceanógrafo Marcelo Eduardo José Müller lembra que a costa muda de inclinação a todo momento, assim como o Canal do Ararapira, a sua

desembocadura e as praias. Para ele, “essa percepção da dinâmica costeira” pode não ter sido considerada pelos legisladores. Oduvaldo Bessa Júnior, diretor de Geociências do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Paraná, diz que em alguns dias o órgão poderá analisar melhor esse caso. Ele defende o estabelecimento de um marco que não seja vulnerável às marés.

Parque busca nova área para a comunidade

Publicado em 15/03/2009

Os responsáveis pelas duas unidades de conservação estão acompanhando o avanço da erosão na Ilha do Cardoso e discutindo os efeitos nas comunidades. Mário José Nunes de Souza, responsável pelo Parque Estadual da Ilha do Cardoso, conta que técnicos do Instituto Florestal de São Paulo estão visitando áreas que possam ser usadas para a realocação das famílias da comunidade de Enseada da Baleia, que deve ser a mais prejudicada pela erosão.

Souza diz que está aguardando o resultado desse trabalho para depois apresentar as possíveis áreas para os moradores da região. “Eles vão decidir se querem mudar ou se preferem esperar e ver o que vai acontecer a partir da abertura do novo canal.”

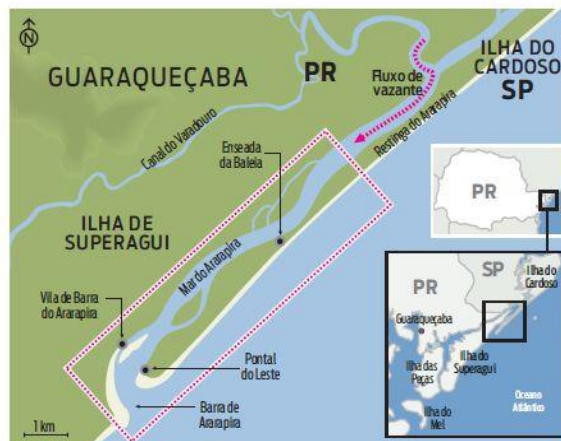
Do lado paranaense, o analista ambiental Marcelo Chassot Bresolin, chefe do Parque Nacional do Superagui, afirma que tem conhecimento dos estudos a respeito do fenômeno natural previsto para a região e que o tema vem sendo discutido pelo Conselho Consultivo do parque. Em um dos encontros, em abril de 2007, foi verificada a necessidade de mais estudos e da importância da pressão da erosão para os dois parques. “Na ocasião encaminhou-se a necessidade de ter um grupo de trabalho dentro do conselho para estudar o problema e de incluir a Fafipar (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá) e a prefeitura nas discussões.”

Bresolin explica que o objetivo é encontrar uma alternativa viável de combate à erosão. Isso acaba com os transtornos causados aos moradores da Vila de Barra do Ararapira, que têm de recuar as moradias, diz. Do ponto de vista ambiental, evita o deslocamento da comunidade para a área úmida, local de ocorrência de um grupo de mico-leão-da-cara-preta, espécie ameaçada de extinção.

Uma proposta, aponta o chefe do parque, é fazer contenção com sacos de areia retirada do próprio banco que está se formando no meio do canal. Ele lembra que o importante é que não haja precipitação em caso de dinâmica em áreas costeiras e que o assunto continue a ser tratado pelo conselho do Parque Nacional do Superagui. (VF)

MÃE NATUREZA

Um processo de erosão deve dividir a Ilha do Cardoso, no estado de São Paulo. A ponta, com uma extensão de seis quilômetros, pode se juntar ao Paraná.



ÁREAS PROTEGIDAS

Na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, no litoral, está Superagui, do lado paranaense, e a Ilha do Cardoso, no estado vizinho. Entre elas, o Canal do Arapirã.

Cenário atual



A ação do Canal do Arapirã vem provocando, há décadas, a erosão da linha de costa. Em dezembro do ano passado, a parte mais estreita da Ilha do Cardoso estava com 21 metros de largura, contra 100 metros em 1980.

A hora da mudança



Pesquisadores estimam que até 2014 ocorra o rompimento no local em que há o processo de erosão, que fica seis quilômetros distante da ponta da ilha. Aos poucos, o Canal do Arapirã vai passar a desembocar no mar nesse ponto.

No futuro



Em aproximadamente um ano – a partir do rompimento – a nova desembocadura deverá estar consolidada. A antiga saída para o mar será fechada.

IMPLICAÇÕES

- Realocação da Comunidade de Enseada da Baleia
- Mudança no cenário hidrodinâmico costeiro físico e biológico

- Dúvidas sobre os novos limites entre Paraná e São Paulo
- Mudanças na pesca tradicional
- Readequação da Gestão das unidades de conservação

Fonte: pesquisador Marcelo Eduardo José Müller

Infografia: Leandro/Gazeta do Povo

ANEXO 6 - “DA MANDIOCA À FARINHA: PIRÃO, BIJU E CUSCUZ”

(MUNIZ, 2009)



Seu Alcides (*In Memoriam*) e Dona Isabel: ralando mandioca
Foto: Acervo da Família Martins



Farinha no "cocho" feita no Rio Verde [vilarejo guaraqueçabano] por Dona Cleonice Tobias
Foto: Zé Muniz



Forno de Cleonice Tobias Viana (Rio Verde)
Foto: Zé Muniz



Prensa de farinha no Rio Verde
Foto: Zé Muniz



"Burro" - outro tipo de prensa
Foto: Zé Muniz

ANEXO 7 - “ENERGIA SOLAR NO PARANÁ”

(ANDREAS, 1996)

Energia solar no Paraná

Andreas, Adriano

Gazeta Mercantil

em 07/08/1996

Vai ser inaugurado hoje, no Paraná, o segundo sistema brasileiro de geração de energia com células fotovoltaicas, que vai atender à pequena comunidade de Barra do Ararapira, na Ilha do Superagui, litoral norte do Estado. O governador Jaime Lerner e o presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Ingo Hübner, participam do evento. A instalação de todo o sistema custou à Copel cerca de R\$ 40 mil, com um custo de geração da energia de cerca de R\$ 2 mil por KW instalado. Cada família deverá gastar R\$ 6,50 por mês com a energia, dinheiro que constituirá um fundo para reposição de peças e lâmpadas.

ANEXO 8
“PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO”
(BRASIL, 2009b)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

Procedimento Administrativo nº 1.25.007.000085/2009-88

P R O M O Ç Ã O D E A R Q U I V A M E N T O

Trata-se de procedimento administrativo instaurado a partir do ofício nº 072/09, oriundo do Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde, solicitando deste órgão ministerial a elaboração de parecer quanto à possibilidade dos policiais daquele batalhão, “quando se depararem com os pescadores do litoral parananense cometendo infração penal de pesca, ao invés de conduzirem os pescadores infratores presos à Delegacia de Polícia Federal, realizaram informação circunstanciada à este Ministério Público, sem prejuízo da autuação administrativa e apreensões de instrumentos e produtos da infração, liberando posteriormente o pescador sem conduzi-lo para a lavratura da prisão em flagrante.” (fls. 01/03).

No premencionado ofício, diversos argumentos foram utilizados para justificar a abstenção de prisão em flagrante em decorrência da prática da infração penal capitulada no artigo 34 da Lei 9605/98 por pescadores do litoral paranaense.

Dentre os mais relevantes argumentos destaca-se o fato de que no litoral paranaense a pesca profissional é exercida por pescadores de pequeno porte, geralmente de origem caiçara e com utilização de técnicas e petrechos com baixo poder de captura, além de baixo impacto ambiental. Outro



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

argumento utilizado diz respeito ao baixo índice de desenvolvimento humano - IDH nas comunidades pesqueiras, com altas taxas de analfabetismo.

Ademais, encontra-se às folhas 17/28 estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE, no qual se apresenta mais alguns subsídios para a proposta de isenção dos pescadores paranaenses da prisão em flagrante durante ato de infração à legislação ambiental. Tal proposta traz à lume o contexto sócio-ambiental da região, indicando como necessária a não autuação em flagrante dos pescadores artesanais.

Assim, baseando-se nos argumentos apresentados, fora elaborada a Recomendação nº 03/2009 (fls. 58/63) que aconselha aos órgãos fiscalizatórios a abstenção de dar voz de prisão, conseqüentemente, a abstenção de encaminhar para autuação em flagrante delito a todos os pescadores flagrados em pesca artesanal, desde que apresentem as seguintes características:

- **Utilização de canoas a remo, ou embarcações motorizadas de comprimento até 12 (doze) metros e motor de até 36 (trinta e seis) HP;**
- **Tripulação de 01 (um) a 03 (três) pescadores;**
- **Equipamentos de pesca de baixo poder extrativo, como tarrafa, rede de caceio, espinhel, linha de mão, gerível;**
- **Inexistência de equipamentos robustos e mecanizados, como guinchos, sondas, GPS;**
- **Arqueação bruta da embarcação inferior a 10 (dez) toneladas;**
- **Porão com capacidade de carga inferior a 10 (dez) toneladas.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

Todos os órgãos fiscalizadores aos quais fora destinada a Recomendação nº 03/2009 – Polícia Militar Ambiental no Paraná; Instituto Ambiental do Paraná; Polícia Federal; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Civil; Guardas Municipais e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – manifestaram-se favoravelmente, conforme infere-se dos ofícios juntados às fls. 94/103, 108, 119/125, 133, 137/138, 140/144 e certidão de fls. 145.

2. Face ao exposto, promovo o arquivamento do presente procedimento administrativo.

3. Encaminhem-se os autos, via ofício, à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para apreciação.

Paranaguá-PR, em 16 de dezembro de 2009.

ALESSANDRO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA
Procurador da República

ANEXO 9

“SENADO FEDERAL - PARECER N. 276, DE 1996”

(BRASIL, 1996)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 276, DE 1996

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1995 (Projeto de lei nº 2.855-B/92 da Câmara dos Deputados), que "amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989".

Relator: Senador Roberto Requião

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara Nº 71, de 1995 (Projeto de Lei Nº 2.855-B na origem), proposição de autoria do Deputado Luciano Pizzato, que visa à ampliação dos limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto Nº 97.688, de 25 de abril de 1989 e localizado no litoral norte do Estado do Paraná.

A ampliação proposta, segundo o Autor do Projeto em sua justificativa, objetiva integrar ao Parque Nacional a área da praia Deserta, na ilha do Superagui, que não pudera ser incluída quando da criação do Parque em 1989.

Os novos limites do Parque obedecem a Memorial Descritivo Básico, incluído como anexo do Projeto de Lei, e elaborado com base na carta topográfica ECG 22-X-D.III, ano 1991, produzida pela Diretoria de Serviço Geográfico do Ministério do Exército. O Projeto prevê, ainda, a revisão dos limites estabelecidos para o Parque, no prazo de dois anos, pelo órgão próprio do Poder Executivo.

O Projeto exclui as áreas ocupadas por colônias e vilas de pescadores, bem como as destinadas

a suas atividades comunitárias e de subsistência, do levantamento a ser realizado pelo Poder Executivo no prazo de dois anos. Ademais, garante à população local o trânsito pelos caminhos de uso permanente, de ligação entre vilas, já existentes na data de publicação da lei.

Finalmente, o projeto estabelece um prazo de 5 (cinco) anos para que o Poder Executivo elabore e aprove o plano de manejo para o Parque Nacional do Superagui.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados após receber pareceres da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

No Senado Federal, o projeto foi distribuído a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise e parecer, não tendo sido apresentadas emendas.

II – Voto do Relator

O Parque Nacional do Superagui é uma das mais importantes unidades de conservação costeiras do País, protegendo uma das poucas áreas ainda não tomadas pela especulação imobiliária no litoral sul. É um viveiro de reprodução e crescimento de peixes, crustáceos e moluscos, fundamental para a renovação de estoques, para o repovoamento de toda a área costeira e para o sustento econômico da população regional. Quando de sua criação, em 1989, partes significativas para a efetiva proteção da área acabaram ficando fora de seus limites, como a faixa litorânea da ilha do Superagui, a praia Deserta, que motivou protestos dos ambientalistas e a atua-

ção do Governo do Estado do Paraná, no sentido de evitar que a área pudesse ser degradada pela ocupação imobiliária.

O projeto de lei em tela visa corrigir de forma definitiva esta situação, incorporando as glebas necessárias para garantir a efetividade do Parque Nacional do Superagui na proteção dessa região extremamente bela e importante para a proteção da biodiversidade do litoral brasileiro.

O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados procurou superar os principais problemas hoje existentes, mas contém alguns equívocos que comprometem os objetivos que se pretende atingir com a lei. Um desses problemas diz respeito aos novos limites do Parque, que não estão descritos de forma correta, o que impede que se feche o perímetro. Da mesma forma, remete-se as ações administrativas posteriores à aprovação da lei a fixação definitiva dos limites, o que se mostra contraditório com a disposição do art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal, que estabelece, entre as incumbências do Poder Público, a de "definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através da lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção".

As normas estabelecidas para o funcionamento da unidade, como a manutenção de caminhos de livre acesso em toda a área, também contradizem alguns dos princípios básicos da categoria Parque Nacional e podem, no futuro, comprometer a própria proteção da área.

Existem ainda superposições de limites com outras unidades de conservação já existentes na região, como a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, sendo necessário, para atender as normas legais e conferir maior clareza e precisão à situação jurídica de cada área, adequar os limites geográficos de toda elas.

Examinamos esses problemas em conjunto com o autor do projeto de lei ordinalmente apreciado na Câmara. Deputado Luciano Pizzatto, e resolvemos de comum acordo efetuar as alterações que constam deste substitutivo, que vão tornar os limites do Parque Nacional do Superagui mais abrangente e efetivos.

O substitutivo que apresentamos além incluir toda faixa de praia que havia ficado fora dos limites do Parque Nacional quando de sua criação, amplia a

representatividade ecológica da unidade, pela incorporação de uma área de floresta de planície, a mais ameaçada formação da Mata Atlântica, e de toda a porção norte da ilha do Superagui, a menos habitada.

É essa principal área de ocorrência de uma das mais novas espécies de primatas identificadas no País, o mico-leão-de-cara preta **Leontopithecus caissara**, uma espécie rara e que só ocorre naquela região. Outra espécie considerada ameaçada de extinção, o papagaio-de-cara-roxa **Amazona brasiliensis** também está tendo sua principal área de "dormitório" incorporada aos limites do Parque.

A nova proposta também já estabelece os limites da unidade em caráter definitivo no texto da Lei, evitando que isso fique condicionado a um processo demarcatório futuro. Foram já excluídas as áreas das principais comunidades existentes e uma faixa no seu entorno que lhes permita continuar desenvolvendo suas atividades de subsistência.

Foram retiradas algumas normas do projeto original que ficariam melhor situadas se constantes do regulamento da unidade ou em seu plano de manejo, que podem ser mais facilmente adaptados às mudanças que ocorrerem na área com o passar do tempo. O projeto foi concebido também de forma a não fomentar conflitos de uso da área no futuro.

Também estamos corrigindo a superposição de limites que existia, no projeto original, entre o Parque Nacional do Superagui, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba e a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

Em face do exposto e dada a importância e oportunidade da proposta em tela, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara Nº 71, de 1995, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)
Ao Projeto de Lei da Câmara Nº 71, de 1995

Amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei redefine e amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 2º Os limites do Parque Nacional do Superagui, descritos a partir das cartas topográficas em escala 1:50.000 nºs SG.22-X-D-III-2 (1ª edição, 1987), SG.22-X-D-III-3 (2ª edição, 1992) e SG.22-X-

D-III-4 (2ª edição, 1992), editadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, passam a ser os seguintes:

Área I: Começa no ponto de coordenadas planas aproximadas N=7180375 e E=769650, situado no litoral sudoeste da ilha das Peças (ponto I-1); segue por uma linha reta de distância aproximada 1300 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7181700 e E=769650, situado na confluência de dois cursos d'água (ponto I-2); daí, segue por uma linha reta de distância aproximada 1050 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7182650 e E=770000, situado na margem esquerda do rio das Peças (ponto I-3); segue a jusante, por esta margem, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7183625 e E=769150 (ponto I-4); segue por uma linha reta de distância aproximada 900 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7183650 e E=768250, situado na extremidade sul de um curso d'água (ponto I-5); segue a jusante pela margem direita deste e continua para o norte contornando a ilha das Peças, ultrapassando a Ponta das Palmeiras e atingindo o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7187150 e E=767550 (ponto I-6); segue por uma linha reta de distância aproximada 1800 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7188850 e E=768250 (ponto I-7); segue contornando o litoral da ilha, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7189300 e E=769650 (ponto I-8); segue por uma linha reta de distância aproximada 650 metros, até o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7188750 e E=770000 (ponto I-9); segue por uma linha reta de distância aproximada 500 metros, até o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7188950 e E=770300, situado na margem esquerda do rio das Laranjeiras (ponto I-10); segue a jusante por esta margem, cruza a foz do rio das Laranjeiras e segue contornando a ilha das Peças no rumo norte, cruzando a foz dos rios Guapicum e da Fonte, e atingindo o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7193050 e E=772200 (ponto I-11); segue por uma linha reta de distância aproximada 125 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7193450 e E=772275 (ponto I-12); segue contornando a ilha pela linha d'água, no rumo norte, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7194000 e E=772950 (ponto I-13); daí, segue por uma linha reta de distância aproximada 2525 metros, até o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7194100 e E=775500, situado na cabeceira

do rio Mãe Luzia (ponto I-14); segue pela margem direita do rio Mãe Luzia até sua foz e segue contornando a ilha das Peças, em direção sul pela linha d'água do Canal do Superagui, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7191200 e E=777175 (ponto I-15); segue por uma linha reta de distância aproximada 475 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7191200 e E=776700 (ponto I-16); segue por uma linha reta de distância aproximada 1625 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7189300 e E=776650 (ponto I-17); segue por uma linha reta de distância aproximada 500 metros, até o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7189300 e E=777150 (ponto I-18); segue no rumo sul, contornando a ilha das Peças pela linha d'água do Canal do Superagui até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7187000 e E=776600 (ponto I-19); segue por uma linha reta de distância aproximada 925 metros, até o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7186300 e E=776000 (ponto I-20); segue por uma linha reta de distância aproximada 2100 metros, até o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7184375 e E=775225, situado na foz do rio Boguaçu (ponto I-21); daí, segue contornando a ilha das Peças, no sentido horário, cruzando a foz do rio Bandarra e contornando a Ponta do Superagui até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N=7180375 e E=769650, ponto inicial desta descrição, fechando o perímetro da Área I.

Área II: Começa no ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7180475 e E= 778000, situado no litoral sul da Ilha do Superagui (ponto II-1); segue por uma linha reta de distância aproximada 1500 metros até o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7182000 e E= 778000 (ponto II-2); segue por uma linha reta de distância aproximada de 1525 metros até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7182500 e E= 776575 (ponto II-3); segue por uma linha reta de distância aproximada 2050 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7184575 e E= 776600, situado na margem esquerda do rio das Pacas (ponto II-4); segue pela margem esquerda do rio das Pacas até sua foz, cruza-a e segue no rumo norte pela linha d'água do Canal do Superagui, costeando a ilha, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7187475 e E= 778000, situadas na base norte do Morro do Superagui (ponto II-5); segue por uma linha reta de distância aproximada 245 metros, até o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7187550 e E= 778200 (ponto II-6); segue pela linha

d'água do Canal do Superagui, na direção norte, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7189700 e E= 778550 (ponto II-7); daí, segue por uma linha reta de aproximadamente 3350 metros até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7193100 e E= 778300, situado na extremidade noroeste da Ilha do Pinheiro (ponto II-8); segue por uma linha reta de distância aproximada 1550 metros até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7194625 e E= 779325 (ponto II-9); segue no rumo norte contornando a Ilha Olaria pela linha d'água até ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7195050 e E= 779700 (ponto II-10); segue por uma linha reta de distância aproximada 175 metros até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7195200 e E= 779800, situado na Ponta do Morro (ponto II-11); segue pela linha d'água costeando a Ilha de Superagui até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7195450 e E= 780440, situado no extremo oeste da Enseada do Engenho (ponto II-12); segue por uma linha reta de aproximadamente 1500 metros até o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7196800 e E= 781075, situado na Ponta da Lage (ponto II-13); segue pela linha d'água costeando a ilha, até a Ponta do Canudal, ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7197000 e E= 781100 (ponto II-14); segue por uma linha reta de aproximadamente 1550 metros até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7197400 e E= 782825, situado na extremidade sudoeste da Ilha do Segredo (ponto II-15); segue costeando o litoral oeste desta ilha até o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7197650 e E= 783000 (ponto II-16); segue por uma linha reta de distância aproximada 725 metros até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7198225 e E= 783500 (ponto II-17); daí segue costeando o litoral da ilha, no rumo norte, até o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7198650 e E= 783275 (ponto II-18); segue por uma linha reta de distância aproximada 1300 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7199375 e E= 784325, situado no extremo oeste da Ilha Mimosa (ponto II-19); segue por uma linha reta de distância aproximada de 825 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7200250 e E= 784225, situado no topo de uma elevação de cota aproximada 72 metros (ponto II-20); segue por uma linha reta de distância aproximada 1200 metros, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7201400 e E= 784350 (ponto II-21); daí, segue pelo divisor de águas entre as

bacias dos rios dos Patos e Branco e as bacias dos rios Sebuí, Poruquara e Utinga, a leste a ao norte, até atingir o divisor entre a bacia do rio Branco e a bacia do rio Varadouro, na Serra do Rio Branco, divisa entre os estados do Paraná e São Paulo (ponto II-22); segue pela divisa dos dois Estados até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7204000 e E= 790650, situado no topo do Morro do Costa ou da Caçada (ponto II-23); desse ponto, segue pela margem esquerda de um curso d'água sem denominação que desce a encosta do morro, pela sua face sul, até sua foz no Canal do Varadouro, ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7203150 e E= 790800 (ponto II-24); segue pela margem direita do canal do Varadouro, em direção nordeste, até atingir a divisa dos estados do Paraná e São Paulo, no ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7204725 e E= 793850 (ponto II-25); segue pela divisa dos estados do Paraná e São Paulo, contornando a Ilha do Superagui até a embocadura no oceano Atlântico do Canal do Ararapira, ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7197550 e E= 792600 (ponto II-26); daí, segue em direção sudoeste, contornando a ilha do Superagui pela orla marítima da praia Deserta, até a Ponta Inácio Dias (ponto II-27); segue pela orla, contornando a ilha do Superagui na direção oeste, até atingir o ponto de coordenadas planas aproximadas N= 7180475 e E= 778000, ponto inicial desta descrição, fechando o perímetro da Área II.

Art. 3º Ficam excluídas da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, criada pelo Decreto nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985, e da Estação Ecológica de Guaraqueçaba, criada pelo Decreto nº 87.222, de 31 de maio de 1982, todas as áreas pertencentes originalmente a essas unidades incluídas nos novos limites do Parque Nacional do Superagui, bem como as porções das ilhas do Superagui e das Peças não integrantes do Parque Nacional.

Art. 4º Os acréscimos de terra que vierem a sofrer as ilhas do Superagui e das Peças, ao longo do perímetro do Parque Nacional que acompanha a orla marítima, em decorrência da deposição de sedimentos e ação das correntes marinhas e marés, ficarão automaticamente incluídos na área do Parque.

Art. 5º A navegação pelo Canal do Varadouro será permitida, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Art. 6º A utilização das terras integrantes da ilha das Peças e da ilha do Superagui, não incluídas nos limites do Parque Nacional, bem como do entorno dessas ilhas, numa faixa de até 2 quilômetros, seguirá regulamentação a ser estabelecida pelo IBAMA.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de maio de 1996. –
Íris Rezende, Presidente – **Roberto Requião**, Relator – **Lúcio Alcântara** – **José Eduardo Dutra** – **Antônio Carlos Valadares** – **Jefferson Peres** – **Pedro Simon** – **Regina Assunção** – **Francelino Pereira** – **José Fogaça** – **Ney Suassuna** – **Edison Lobão**.

Publicado no Diário do Senado Federal, de 29.05.96